

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Edna Ferreira

A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar

Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade

São Paulo

2020

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Edna Ferreira

A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar

Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação: História, Política, Sociedade sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio Giovinazzo Junior.

São Paulo

2020

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.150109/2017-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.150109/2017-00

Dedico esta tese a todas as crianças do planeta terra que sofreram, sofrem e que ainda sofrerão violência sexual.

*“Nós vos pedimos com insistência:
Não digam nunca: Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza;
Não digam nunca:
Isso é natural!
Para que nada passe
a ser imutável!”*

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Inteligência Suprema do Universo, por estar viva e poder expressar aqui meus pensamentos e sentimentos, em plena pandemia do coronavírus (COVID-19).

Agradeço a todos os alunos e educadores que participaram desta pesquisa. Sem eles, não seria possível realizá-la.

Aos profissionais das secretarias da educação, saúde e serviço social que tanto colaboraram com as informações relativas à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A Ilma Pereira dos Santos Silva pelas reuniões e empenho em agregar diversas ações intersetoriais, em especial a educação.

Ao meu orientador e Prof. Carlos Antonio Giovinazzo Junior, por suas aulas sobre a teoria crítica da sociedade e por suas orientações.

Aos professores do Programa EHPS, pela dedicação e competência. Impossível não lembrar do Prof. Odair Sass quando leio Theodor Adorno e da Prof^a Helenice Ciampi quando leio Michel de Certeau. Lembranças e sentimentos eternos.

Aos colegas do EHPS que trilharam comigo a busca do conhecimento durante esses quatro anos de convivência acadêmica.

Ao Professor José Leon Crochik, pelas aulas e preciosas orientações no exame de qualificação, incentivando-me a “conversar” com outras secretarias, além da educação, sobre a temática. Por sua causa, aproximei-me do serviço social.

À professora Maria Cristina Dancham Simões, pela meticulosa orientação no exame de qualificação, incentivando-me a escrever sobre a família na perspectiva de ampliar a noção dos *cacos* da violência sexual contra crianças.

Ao meu amigo Francisco Carlos Blecha Farias (*in memoriam*), que tanto me incentivou a ingressar no doutorado, segurando minha mão nos momentos difíceis da minha vida pessoal.

Aos meus amigos Wagner Segalla, Cecilia Helena Monteiro de Barros e Kleber Rizzo, cada qual a seu modo, pelo auxílio na realização dessa pesquisa.

À minha família e, em especial, ao meu pai Adelson de Paula Ferreira (*in memoriam*) e a duas crianças que gostam muito da natureza e que me ensinam a ser uma pessoa melhor, Giulia e Heitor, meus netos. Gratidão por fazerem parte da minha vida, trazendo luz, amor e alegria em cada sorriso e abraço que tenho o privilégio de receber. Vocês fazem minha vida ficar melhor e não perder a esperança. Esta tese também é dedicada a vocês.

FERREIRA, Edna (2020). **A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade.

RESUMO

Esta pesquisa empírica objetivou identificar e analisar os desdobramentos, no ambiente escolar, da violência sexual contra crianças, bem como os obstáculos que impedem a atuação dos educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos. Foram observadas três meninas, nas interações sociais e no desempenho escolar, que sofreram abuso sexual, matriculadas, respectivamente, no 1º, 2º e 3º anos do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, em três escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Os procedimentos para coleta dos dados incluíram: a observação das alunas no ambiente escolar, em suas atividades e nas relações com os colegas e educadores; teste sociométrico; análise do boletim escolar e do desenho da família (elaborado por todas as crianças que eram colegas de turma das alunas estudadas); entrevista (também com todas as crianças das turmas); entrevista semiestruturada com os professores e com os coordenadores pedagógicos das escolas; bem como aplicação de um questionário para todos os educadores das unidades escolares. A análise orientou-se pela Teoria Crítica da Sociedade, levando-se em conta as seguintes noções: coisificação da consciência, barbárie, frieza nas relações humanas, desumanização e não identificação com o outro. Por meio da análise dos dados, foi possível observar que os desdobramentos da violência sexual na escola são difíceis de serem identificados, uma vez que, mesmo sendo demonstrado o prejuízo que as meninas pesquisadas evidenciaram com relação às interações sociais e ao desempenho escolar, não diferem significativamente dos demais alunos, dificultando a atuação da unidade escolar no enfrentamento à violência sexual, pois os sinais e as consequências da violência sexual estão camuflados e não são perceptíveis de imediato. Isso implica a necessidade de o educador ter a percepção sensível e o conhecimento para identificar e abordar as situações de forma adequada. Os dados da pesquisa indicam também que os educadores estão cientes de alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes. Por isso, os educadores não só necessitam de formação que permita capacitá-los para atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos, como também esperam que ela se realize.

Palavras-chave: violência sexual, criança, educadores, ambiente escolar

FERREIRA, Edna (2020). **Sexual violence against children and its consequences in the school environment**. Doctoral thesis. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Postgraduate program of studies in Education: History, Policy, Society.

ABSTRACT

This empirical research aimed to identify and analyze the consequences, in the school environment, of sexual violence against children, as well as the obstacles that prevent educators in facing situations of sexual violence against students. Three girls were observed, in social interactions and school performance, who suffered sexual abuse. They were enrolled, respectively, in the 1st, 2nd and 3rd years of the Elementary School, at the Literacy phase, in three municipal schools from São Paulo. The procedures for data collection included students' observation in the school environment, in their activities and relationships with colleagues and educators, sociometric techniques, analysis of the grade reportings, family drawings (elaborated by targeted students' classmates), interviews with their classmates, interviews with the teachers and curriculum coordinators, as well as the application of questionnaires for the educators from the three schools. The analysis was guided by the Critical Theory of Society considering conscience's reification, barbarism, emotional coldness, dehumanization and lack of empathy. Through data analysis, it was possible to observe that the interfering of sexual violence with children's learning and achievement is difficult to be observed because, although the girls' loss was visible, since social interactions and school performance, do not differ significantly from other students, making it harder to any professional at school to identify these cases, because the signs and consequences of sexual violence are not easily distinguishable. This implies the need for the educator to have a sensitive perception and knowledge to identify and deal with situations appropriately. The survey data also indicates that educators are aware of the impact sexual violence can have on a child or teenager's mind and values. For this reason, they need and call for training to enable them to act safely and effectively against sexual assault and seek that training.

Keywords: sexual violence, child, educators, school environment

SIGLAS

APM – Associação de Pais e Mestres
AVE – Auxiliar de Vida Escolar
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFAI – Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CGEO – Centro de Geoprocessamento e Estatística
CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDH – Comissão Municipal de Direitos Humanos
CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
COMUDA – Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP – Código Penal
CPSE – Coordenação de Proteção Social Especial
CRAS – Centros de Referência de Assistência Social
CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo
CRP/SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DDN – Disque Denúncia Nacional
DRE – Diretoria Regional de Educação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
ESCCA – Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
GCM – Guarda Civil Metropolitana
HA – Hora atividade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEIF – Jornada Especial Integral de Formação
LACRI – Laboratório de Estudos da Criança
LGBT – Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros
M.A.P.A – Mapeamento e Avaliação pela Prioridade Absoluta
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPT – Ministério Público do Trabalho
NAE – Núcleo de Ação Educativa
NPV – Núcleos de Prevenção de Violência da Unidade de Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro
PEA – Projeto Estratégico de Ação
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNCGC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
PNEUSI – Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual
POL – Plano Operatório Local
PPP – Projeto Político Pedagógico
RME – Rede Municipal de Educação
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
SEME – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente
SGP – Sistema de Gestão Pedagógica
SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SIPIA – Sistema de Informações para Infância e Adolescência
SIVA – Sistema de Informação para a Vigilância de Acidentes
SIVVA – Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMJ – Secretaria Municipal de Justiça
SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMS – Secretaria Municipal da Saúde
SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMTE – Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo
SONDHA – Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento
SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SSP – Secretaria Estadual de Segurança Pública
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TABNET – Informações de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TELELACRI – Telecurso de Especialização na área de Infância e Violência Doméstica
UE – Unidade Escolar
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VIVA – Vigilância de Violências e Acidentes

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados da violência sexual de crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por tipos de violações.....	57
Tabela 2: Dados da violência sexual de crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por faixa etária.....	58
Tabela 3: Dados da violência sexual de crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por tipo de deficiência.....	61
Tabela 4: Dados relativos à faixa etária e tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Paulo, de 2015 a 2019.....	64
Tabela 5: Número de casos por faixa etária e autor da violência sexual, no período de 2015 a 2019 no município de São Paulo.....	65
Tabela 6: Número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes encaminhados às instituições de acordo com a faixa etária, no período de 2015 a 2019, no município de São Paulo.....	65
Tabela 7: Dados do atendimento mensal CREAS às crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual, de 2012 a janeiro de 2019.....	67
Tabela 8: Direito violado, por faixa etária, de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, no Brasil.....	68
Tabela 9: Direito violado de acordo com a faixa etária, de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, no estado de São Paulo.....	70
Tabela 10: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais – A1.....	107
Tabela 11: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais – A2.....	121
Tabela 12: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais – A3.....	132
Tabela 13: Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos – “ Com quem você mora?”	141
Tabela 14: Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos – “ Do que você apanha?”	145
Tabela 15: Resposta dos educadores referentes às modalidades de violências que o educador já foi submetido, independente da idade.....	161

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Alguns mitos e realidades sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.	79
Quadro 2:Organização da sala de aula – Unidade I	98
Quadro 3:Organização da sala de aula – Unidade II	113
Quadro 4:Dados do Conselho de Classe.....	115
Quadro 5:Desenvolvimento e Aprendizagem.....	122
Quadro 6:Organização da sala de aula – Unidade III	127
Quadro 7:Desenvolvimento e Aprendizagem.....	133
Quadro 8:Interações e socialização de cada aluno nas turmas das unidades escolares pesquisadas.....	137
Quadro 9:Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos – “O que você mais gosta de fazer na escola? O que menos gosta de fazer?”	147
Quadro 10:Respostas dos educadores referentes aos (des)conhecimento dos diversos tipos de violência, incluindo a sexual, e resposta aos obstáculos no seu enfrentamento.....	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Total da soma de denúncias relativas à violência sexual em crianças e adolescente, de todos os Estados e Distrito Federal, referentes a janeiro de 2011 até abril de 2019.....	55
Figura 2: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas de todos os alunos da turma da A1	102
Figura 3: Sociograma individual da A1, de preferências emitidas e recebidas.....	103
Figura 4: Sociograma individual de A1, de rejeições emitidas e recebidas	105
Figura 5: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas, de todos os alunos da turma da A2.....	117
Figura 6: Sociograma individual da A2, de preferências emitidas e recebidas.....	118
Figura 7: Sociograma individual da A2, de rejeições emitidas e recebidas.....	119
Figura 8: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas, de todos os alunos da turma da A3.....	129
Figura 9: Sociograma individual da A3, de preferências emitidas e recebidas.....	130
Figura 10: Sociograma individual da A3, de rejeições emitidas e recebidas.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	26
1.1 A violência como fenômeno sócio-histórico-cultural.....	26
1.2 Política de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.....	34
1.3 Ações em rede no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.....	46
1.4 A violência sexual contra crianças e adolescentes em dados.....	54
1.4.1 Balanço geral dos dados do Disque 100, de janeiro de 2011 a abril de 2019 – Violência Sexual em Crianças e a Adolescentes.....	54
1.4.2 Boletim Epidemiológico nº 27 – Análise epidemiológica da violência sexual contra Crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2011 a 2017.....	62
1.4.3 Dados da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo – Violência interpessoal/autoprovocada – SINAN – NET, período de 2015 a 2019.....	63
1.4.4 Secretaria Municipal da Assistência Social – registro mensal de atendimento do CREAS às crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual de 2012 a 2019 no Brasil, Estado e Município de São Paulo.....	67
1.4.5 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Dados SIPIA – Módulo para Conselhos Tutelares – de 01/01/2009 a 31/12/2019.....	67
1.4.6 Algumas considerações a partir dos dados apresentados.....	71
1.5 Materiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.....	73
1.6 Sinais e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes.....	75
1.6.1 Mitos e realidades da violência sexual – abuso sexual contra crianças e adolescentes.....	79
2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	
2.1 Unidade Escolar I – Aluna-átomo A1.....	95
2.1.1 Dados coletivos e individuais do teste sociométrico.....	102
2.2 Unidade Escolar II – Aluna-átomo A2.....	111
2.2.1 Dados Coletivos e individuais do teste sociométrico.....	117
2.3 Unidade Escolar III – Aluna-átomo A3.....	125
2.3.1 Dados coletivos e individuais do teste sociométrico.....	129
2.4 Entrelaçamento dos dados das Unidades Escolares I,II e III.....	136
3 OS CACOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	140
3.1 Sinalizando os <i>cacos</i> das violências contra crianças.....	140
3.2 Desafios enfrentados pelos educadores com relação à violência sexual contra criança.....	149
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICES.....	175
ANEXOS.....	228

INTRODUÇÃO

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me profunda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.

(Graciliano Ramos)¹

No livro “Infâncias”, editado em 1945, Graciliano Ramos narra algumas memórias sobre sua infância. Elas relatam fatos de sua experiência mediada por adultos, desenvolvendo estratégias de compreensão do mundo e de sua formação em um contexto social e cultural específico. Por meio das memórias relatadas, o autor detalha como foi ser criança numa infância menosprezada, desamparada e negligenciada em suas relações sociais.

Em julho de 1554, de Piratininga, Padre José de Anchieta escreveu a Santo Inácio de Loyola sobre a condição de alguns meninos órfãos. Crianças portuguesas, mestiças e indígenas. Simplesmente crianças que, por diversos motivos, foram abandonadas, desamparadas, negligenciadas e entregues à própria sorte:

Todo tempo que havemos estado aqui, nos mandaram de Portugal alguns dos meninos órfãos, aos quais tivemos e temos conosco, sustentando-os com muito trabalho e dificuldade. Isso nos moveu a que recolhêssemos aqui também alguns órfãos, principalmente dos mestiços da terra, assim para os amparar e ensinar, porque é a mais perdida gente desta terra. E alguns piores que os mesmos índios (como disse na quadrimestre de agosto) e temos que é tão importante ganhar um destes como ganhar um índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra, como também porque são línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão dos gentios. E dentre eles os que fossem suficientes e tivessem boas partes recolhe-los por irmãos, e aos que não fossem tais dar-lhes vida por outra via. (ANCHIETA, 2014, p. 23)

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (2013) evidencia que, quando uma criança nasce, logo se depara com a situação de incompletude e desamparo, uma vez que, ainda no útero materno, ela tem suas necessidades atendidas imediatamente. A criança, a princípio, busca o amparo na mãe para sua sobrevivência e em outros seres humanos para continuar existindo. Com seu nascimento, terá de aprender a lidar com a realidade que não a atende imediatamente, instaurando-se o sentimento do desamparo, que pode se prolongar por toda sua vida.

¹ Graciliano Ramos (1892-1953), romancista, cronista, contista, jornalista e político. Escreveu o livro autobiográfico intitulado “Infância” em 1945.

Adorno (1995), junto com a Psicanálise freudiana, afirma que a formação do caráter ocorre na primeira infância, imersa no processo civilizatório que, por sua vez, produziu um mundo administrado e claustrofóbico. Primeira infância ainda pouco valorizada na sociedade capitalista administrada. O autor enfatiza que a mesma sociedade que incita a sexualidade infantil por meio da indústria cultural também promove o sensacionalismo nas situações que a envolvem.

Na sociedade capitalista administrada, regida pela competitividade do mercado, o “outro” passa a ser visto como uma ameaça, produzindo relações de “apatia” e “frieza”, com tendências à regressão. Para Adorno (1995), a constatação de que a civilização traz em seu bojo a regressão evidencia o limite de todo empreendimento que se proponha, de forma idealista, a se opor aos processos regressivos. “Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador” (ADORNO, 1995, p.120).

No entanto, ainda segundo o autor, diante desse elemento desesperador, poderá acontecer a conscientização sobre o que ele representa para a vida em sociedade, admitindo que a melhor maneira de lutar contra a barbárie é reconhecer o quanto podemos estar potencialmente identificados com ela, que se manifesta nas práticas preconceituosas, as quais dificultam o processo de identificação com a dor e o sofrimento do outro.

Marcuse (1978) legitima a análise de Marx acerca do trabalho sob a égide do capitalismo, fundada para além das estruturas das relações econômicas, incorporando o conteúdo humano efetivo, cujas relações entre capital e trabalho, capital e mercadoria, trabalho e mercadoria e aquelas entre as mercadorias são entendidas como relações humanas. O problema é que os indivíduos são isolados uns dos outros e atirados uns contra os outros, estando mais ligados pela mercadoria que trocam do que por suas pessoas, coisificando as relações.

Por essas razões o indivíduo que não se identifica com o outro é capaz de produzir diversas formas de violência, principalmente contra o mais fraco, inábil para se defender, como a criança, pois não se reconhece nesse outro, que também é seu semelhante, utilizando-o como objeto ou mercadoria. O outro passa a ser visto como objeto de satisfação libidinal e sexual.

Reportando-se a Auschwitz, Adorno (1995) afirma que os perseguidores eram frios de um modo peculiar e que, se as pessoas não fossem profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, Auschwitz não teria sido possível; elas não teriam aceitado a situação.

No século XXI, as crianças vitimizadas não vão para as câmaras de gás e campos de concentração como em Auschwitz. Muitas delas estão em seus “campos de concentração” particulares (o lar) e sendo submetidas a todo tipo de “gás tóxico” que violenta seu corpo e espírito, com sérias consequências para seu desenvolvimento integral.

Frequentemente, é na esfera privada que ocorrem situações de violência contra crianças e adolescentes, e a denúncia, na maioria das vezes, não é realizada por medo da efetivação das ameaças do agressor, impedindo a quebra do silêncio; ela também não é realizada por tabu, omissão e até conivência com a situação, perpetuando, assim, a barbárie. Indiferença e silêncio são observados no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo grande o desafio para a sociedade brasileira administrada. Tabus, preconceito, rejeição, omissão, consentimento, incentivo e sigilo são algumas características presentes nas situações que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes. Tabus que são produtos de representações conscientes ou pré-conscientes das relações sociais que perderam sua base real, mas que “retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais” (ADORNO, 1995, p. 98).

Distiguir quais os tabus presentes na violência contra criança é primordial para o processo de esclarecimento e emancipação, vislumbrando a desbarbarização das pessoas envolvidas e percebendo a escola como um dos caminhos de formação para a libertação desses tabus, uma vez que muitas situações de violência contra crianças e adolescentes são reveladas no interior do ambiente escolar e nas relações que o permeiam, sendo confidenciais à equipe escolar, que, muitas vezes, opta pelo silêncio por se sentir impotente e fragilizada diante das situações de violência relatadas pelos alunos.

Segundo Contini e Amorim (2013), a violência é estrutural e faz parte de um sistema complexo de relações desiguais de poder, de dominação do mais fraco subjugado pelo mais forte, historicamente construídas. É um fenômeno que envolve classe social, gênero, raça e etnia e está ligado à cultura e ao modo como a sociedade organiza suas relações. A violência se aplica às estruturas organizadas e institucionalizadas que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, colocando-os em situação de vulnerabilidade; tende a ser “naturalizada” e influencia diretamente as práticas de socialização.

É na perspectiva da compreensão crítica das estruturas organizadas e institucionalizadas da nossa sociedade que esta pesquisa, por meio da Teoria Crítica da Sociedade, embasa sua fundamentação teórica, considerando: a relação entre indivíduo e cultura; a irracionalidade presente nas relações de poder e dominação do mais forte sobre o

mais fraco; a barbárie e os tabus que permeiam as relações sociais; a coisificação do ser humano; e a necessidade do esclarecimento como forma de emancipação.

Segundo Horkheimer (1991), a função da Teoria Crítica torna-se clara se o teórico e a sua atividade específica são considerados em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que a transforma, tendo como horizonte o esclarecimento e a emancipação, bem como a luta contra a barbárie, a coisificação do indivíduo e a conservação do terror, do sofrimento e, por sua vez, do silêncio que se faz presente nas situações de violência às quais crianças e adolescentes são submetidos.

De acordo com estudos realizados sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, é possível destacar algumas modalidades ou tipos de violência: física, sexual, psicológica, presencial, na rede social, fatal e negligência, que, na maioria das vezes, estão entrelaçadas e são silenciadas nas situações em que ocorrem. Tal fenômeno pode ocorrer em todas as idades, sexo, culturas, comunidades, povos e condição social, sendo que, na prática de um tipo de violência, outras poderão estar presentes, justapostas e sobrepostas.

Dados oriundos de pesquisas científicas que circulam nas redes sociais e demais meios de comunicação revelam que nem sempre a criança encontra na família, no Estado e na cultura na qual está inserida o amparo necessário para seu desenvolvimento integral. Desde a mais tenra idade, muitas crianças já experimentam o gosto amargo do desamparo, da negligência e de diversas formas de violência, incluindo a sexual. Nesta tese, a violência sexual, compreendida como fato social, será abordada como abuso sexual, exploração sexual e pedofilia.

Para Durkheim (2007), há, em toda sociedade, um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos e que devem ser explicados a partir da coletividade, como um fato social.

Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. (DURKHEIM, 2007, p. 10).

Estudos demonstram que a violência sexual contra crianças e adolescentes pode deixar marcas e efeitos que causam uma variedade de sinais e consequências. Segundo Sanderson (2005), os efeitos observados do abuso sexual em crianças podem ser agrupados nas seguintes categorias: emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais. O reconhecimento da situação de maior desamparo e de menor credibilidade da criança ante

alguns adultos, que preferem manter o véu da indiferença, impulsionou a opção desta pesquisa: realizar estudo com crianças que, segundo preconiza o artigo 2º do ECA, são pessoas até doze anos de idade incompletos. Elegeu-se, então, como tema desta pesquisa, a violência sexual, com enfoque no abuso sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar, vislumbrando os desafios enfrentados pelos educandos, educadores e demais profissionais de diferentes áreas.

Visa-se a destacar alguns desdobramentos, no ambiente escolar, do abuso sexual ao qual a criança foi ou é submetida, na perspectiva de evidenciar os segredos, os *cacos* dessa desafiadora realidade e a teia de relações pessoais, profissionais e governamentais inseridas nessa situação. A escolha do tema assenta-se na ideia de que a escola é um espaço privilegiado para a promoção de condições subjetivas que apontem para o esclarecimento e a emancipação, o que pode colaborar com a transformação dessa realidade.

Em busca de desvendar os *cacos* dessa desafiadora realidade, pensamos nas seguintes questões: Quais os possíveis desdobramentos da violência sexual contra crianças no ambiente escolar? A vida escolar da criança vitimizada é afetada no seu desempenho escolar e socialização? Existem obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de relatos de violência sexual contra os educandos?

Nesse sentido, objetivou-se identificar os desdobramentos, no ambiente escolar, da violência sexual, com enfoque no abuso sexual, das crianças vitimizadas, buscando analisar a vida escolar, abrangendo o desempenho escolar e socialização não somente das alunas-átomo pesquisadas, mas de todos os alunos da sala de aula em que elas estão inseridas. Busca-se, também, identificar os possíveis obstáculos que impedem os educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos.

Na tentativa de vislumbrar possíveis cenários, formularam-se as seguintes hipóteses: Os desdobramentos da violência sexual contra criança prejudicam seu desempenho escolar e suas relações sociais na escola. Os educadores têm dificuldades em identificar as situações de violência sexual contra seus alunos, em função da falta de formação e informação.

Justificativa

Na virada do século, ocupando o cargo de Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Educação de São Paulo, confrontei as primeiras situações de relatos de violência sexual contra crianças e adolescentes, concomitantemente à realização do curso de especialização em Violência Doméstica, realizado pelo LACRI – Laboratório de Estudos da

Criança, na USP – Universidade de São Paulo, que forneceu importantes subsídios formativos para o enfrentamento da violência doméstica contra as crianças e adolescentes. As denúncias chegavam por meio de relatos confidenciais, com promessas de sigilo, e promoviam grande angústia em toda a equipe escolar, que, na maioria das vezes, se via impotente diante de tais situações, mesmo realizando os encaminhamentos possíveis e necessários.

Com o passar dos anos, ocupando diversos cargos e funções na diretoria regional de educação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, foi possível observar que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes intensificava-se em relatos, notificações e constatações. Atenta ao complexo fenômeno, a Secretaria Municipal de Educação criou a Portaria 5552 de 04 de setembro de 2012² estabelecendo procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos. A partir da criação da portaria, encontros de formação com professores e reuniões com a equipe gestora foram realizados para apropriação e esclarecimentos necessários, principalmente no que se refere ao termo de notificação ao conselho tutelar.

Por meio desses encontros, foi possível perceber não só o interesse, mas também a resistência ao cumprimento da portaria pelas escolas, com justificativas diversas, tais como o medo de se envolver com pessoas desconhecidas e perigosas, o fato de não se sentirem preparadas para enfrentarem as situações de violência e o descrédito nas ações do conselho tutelar, que não respondia às demandas do termo de notificação. Apesar disso, situações de violência contra crianças e adolescentes estavam e continuam sendo evidenciadas nas escolas, solicitando ações imediatas de toda equipe escolar.

Além desses fatores, outro que motivou a realização desta pesquisa foi a consulta aos sites da CAPES e ao Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital da PUC/SP, referente ao tema da violência sexual contra crianças. Na ocasião, foi possível observar que a temática é abordada por diferentes áreas do conhecimento, com grande relevância na área jurídica, saúde e do serviço social. No entanto, são poucos os estudos que evidenciam os desdobramentos da violência sexual em crianças no ambiente escolar. Notam-se pesquisas de mestrado e doutorado com enfoque pedagógico na formação docente para o trato das questões atinentes à sexualidade, à violência nas escolas, ao bullying, às modalidades da violência incorporadas ao currículo como tema transversal, à formação de professores sobre violência sexual infantil, à dinâmica escolar com relação às violências contra crianças e adolescentes e às políticas de atendimento às vítimas de violência sexual.

² A Portaria 5552/12 encontra-se em anexo.

Percebendo tais lacunas e a necessidade de estudos mais aprofundados nas situações de relatos de violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar, que estão na minha memória como educadora e no meu cotidiano como formadora de educadores, chegou-se ao fator que motivou a realização desta pesquisa, com enfoque nos *cacos* da violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar. *Cacos* que podem ser entendidos como fragmentos, pedaços e marcas deixados nas crianças vitimizadas e silenciadas.

O campo de pesquisa

A pesquisa foi iniciada a partir do parecer de autorização dado pelo Diretor da Diretoria Regional de Educação, na qual as escolas estão inseridas e as crianças-átomo pesquisadas estavam matriculas, como também ao atendimento ao memorando/circular nº 003/2017/SME G, que informa os procedimentos a serem estabelecidos para o atendimento das solicitações de pesquisas acadêmicas no âmbito das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação (RME) e dos Centros Educacionais Unificados, e também do parecer aprovado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

No período de 2017 e 2018 foi selecionada e efetivada a coleta de dados em três EMEF, indicadas pela supervisão escolar da referida Diretoria Regional de Educação, localizada na região sul do município de São Paulo. Foi escolhida uma criança vitimizada (denominada aluna-átomo) de cada escola, três meninas (A1, A2 e A3), frequentando, respectivamente, os 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental I, com ocorrência de abuso sexual formalizado e/ou notificado. As escolas foram assim denominadas: Unidade I, II e III.

Na Unidade I, a aluna-átomo (A1), sete anos, matriculada no 1º ano do ensino fundamental I, frequentando a sala de aula com 31 alunos matriculados. Na Unidade II, a aluna-átomo (A2), dez anos, matriculada no 3º ano do ensino fundamental I, mas frequentando o 2º ano, na sala de aula contendo 23 alunos matriculados. Na Unidade III, a aluna-átomo (A3), nove anos, matriculada no 3º ano do ensino fundamental I, na sala de aula contendo 29 alunos matriculados.

Também participaram da pesquisa 90 educadores, 86 professores e 4 coordenadores pedagógicos, 30 de cada unidade escolar, cujas alunas-átomo estavam matriculadas.

Procedimento de coleta de dados

Para efetivação da coleta de dados foram realizados os seguintes procedimentos: observação da aluna-átomo no ambiente escolar, em suas atividades e relações com os colegas, professores e demais funcionários (em cada escola); teste sociométrico; desenho da família por todos os alunos da turma pesquisada; entrevista com todos os alunos da turma da aluna-átomo; entrevista semiestruturada com os professores que atuam junto à criança pesquisada (criança-átomo) e com o coordenador pedagógico da escola; questionário para todos os educadores da Unidade Escolar; e análise do boletim escolar.

Os capítulos

A organização dos capítulos foi pensada a partir dos problemas, dos objetivos e das hipóteses da pesquisa, bem como dos procedimentos e resultados da coleta de dados.

Capítulo 1 – Apresentação da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes como um fenômeno sócio-histórico-cultural, por meio da bibliografia consultada e do referencial teórico adotado. Debate inter-áreas e intra-áreas (educação, serviço social, direito e saúde). Apresentação dos dados estatísticos nacionais e locais. Levantamento de materiais diversos (cartilhas, guias, documentos) que abordam o tema.

Capítulo 2 – Apresentação e análise dos dados da pesquisa, com enfoque nas três alunas-átomo.

Capítulo 3 – Sinalização dos *cacos* da violência sexual no ambiente escolar, com foco nos educadores, na família representada pelo desenho e no questionário respondido pelos alunos, e reflexões a partir dos indícios e confirmação de violência sexual sofrida por três alunos (meninos), um de cada sala de aula pesquisada, que foram revelados no decorrer da pesquisa.

Nas considerações finais, são abordadas as hipóteses dos desdobramentos da violência sexual contra crianças, vislumbrando os desafios, as dificuldades, os avanços e as possibilidades em seu enfrentamento.

Algumas memórias

De todos os relatos, foi o de Jo, o primeiro que ouvi, em 2001, o que me motivou a aprofundar o estudo, por meio desta pesquisa acadêmica, sobre o fenômeno da violência

sexual contra crianças, com enfoque no abuso sexual. Ela tinha oito anos de idade e estava matriculada na 2ª série numa escola municipal de ensino fundamental, na região sul do município de São Paulo, na qual eu ocupava o cargo de Coordenadora Pedagógica. A professora trouxe a queixa de que Jo, mesmo medicada, ainda apresentava um comportamento agitado e agressivo, com muitas dificuldades de concentração e de acompanhar e desenvolver as atividades escolares. Solicitei à professora que observasse atentamente Jo em todas as atividades, incluindo as brincadeiras. E foi na brincadeira que a professora ouviu e viu Jo solicitar a um colega (menino) que a tocasse em sua genitália, assim como seu padrasto fazia.

A partir dessa informação, solicitei à Jo que desenhasse sua família e, por meio do diálogo, ela foi relatando os abusos cometidos pelo padrasto, que também obrigava seu irmão de 10 anos a presenciar os atos de abuso sexual, com o consentimento da mãe. Solicitamos a presença da mãe para os devidos esclarecimentos. Ela, no início, negou a situação, mas, diante de tantos detalhes relatados por Jo, acabou confirmando o abuso cometido pelo seu marido. Jo e a mãe foram encaminhadas ao posto de saúde da região, com o qual a escola desenvolvia um projeto de parceria, denominado *Educação com Saúde & Saúde com Educação*.

Tentamos contato com Conselho Tutelar, mas foi infrutífero. O posto de Saúde encaminhou Jo e a mãe para o Hospital Pérola Byington. Somente após um mês dos encaminhamentos obtivemos notícias. Ela apareceu na sala da coordenação com a mãe, relatando os encaminhamentos e procedimentos realizados, incluindo exame de corpo de delito, medidas judiciais com relação ao padrasto e atendimento psicológico.

Após aproximadamente dois meses do retorno de Jo à escola, seu comportamento e sua participação nas atividades pedagógicas tinham se modificado; sua agitação e agressividade tinham desaparecido, sendo suspensa sua medicação. Conforme relato da professora, Jo era “outra aluna”. No entanto, no final do ano letivo, a mãe de Jo solicitou a transferência de sua filha, alegando que mudaria de emprego e que todos já estavam bem, incluindo seu marido, pois havia retornado à convivência familiar e, segundo a mãe de Jo, “ele não ia mais fazer aquilo”.

Encontrei situações semelhantes em outra escola onde trabalhei também como Coordenadora Pedagógica, no período de 2008 a 2012. Em decorrência de várias situações desafiadoras encontradas no cotidiano escolar, como o alto índice de violência entre alunos, pais e professores, a escola foi considerada, em 2007, uma das oito piores escolas daquela Diretoria Regional de Educação do Município de São Paulo, incluindo o resultado das avaliações externas.

Dentre alguns projetos propostos e efetivados, estava o *Conhecendo o aluno, sua história e escola de vida*, inspirado no projeto *Educação com Saúde & Saúde com Educação*, realizado na EMEF na qual atuei anteriormente. O projeto pedagógico foi reformulado, tendo sido incorporados diversos projetos nas ações pedagógicas. Em um ano, conseguimos muitos avanços, incluindo a diminuição da violência e o significativo resultado nas avaliações externas: a escola foi classificada dentre as três melhores da DRE nas referidas avaliações. Durante três anos, foram atendidos aproximadamente 350 alunos no projeto, com resultados significativos em sala de aula e em suas vidas, pois, quando necessário, depois de ouvidos professores, alunos e responsáveis, alguns estudantes eram encaminhados a especialistas; também quando necessário, as posturas pedagógicas até então adotadas eram revistas.

Um dos casos atendidos e encaminhados à terapia psicológica foi de AC, 14 anos, sexo masculino, matriculado na 8ª série do ensino fundamental. Autodeclarava-se homossexual e relatou que sofreu violência sexual desde os cinco anos de idade, realizada pelo padrasto. Informou que contou, à época, para a mãe, mas que ela não acreditou, preferindo dar crédito ao marido. AC apresentava comportamento violento, principalmente com as professoras, e dizia que odiava a mãe. A escola o encaminhou para tratamento psicológico. Esse relato aconteceu no último ano do ensino fundamental e, depois da formatura, não mais obtivemos informações sobre ele. Passados dez anos, encontrei-o, por acaso, na saída de um banheiro público feminino. AC veio ao meu encontro e fez questão que reavivasse minha memória, na tentativa de reconhecê-lo, agora com vestes femininas. Relatou que havia estado em terapia psicológica com mais de dez psicólogos e que nenhum tinha “dado jeito nele”. Disse que iria mudar de país, porque talvez o aceitassem melhor do que no Brasil. Adquiriu um nome feminino e disse não ter certeza, mas achava que “era assim” por causa do abuso sexual sofrido.

Casos como o de Jo, de AC e das três meninas pesquisadas para esta tese, dentre outras tantas crianças e adolescentes que, neste exato momento, estão passando por situações semelhantes, fizeram com que tivesse a certeza da necessidade, urgente, de enfrentarmos, de maneira intersetorial, multidisciplinar e multiprofissional, a violência contra as crianças e adolescentes. Cientes dessa gravíssima situação, a gestão e os educadores das três EMEF onde a pesquisa foi realizada solicitaram que realizasse um início de formação sobre a temática das violências contra crianças e adolescentes, incluindo a sexual, na perspectiva de elaborarem projetos com os alunos e suas famílias. Foram prontamente atendidos, pois acredito nesse caminho a trilhar.

1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 A violência como fenômeno sócio-histórico-cultural

A violência, como fenômeno, é inerente à estrutura social característica da contemporaneidade e determinada pelas condições objetivas e culturais de um povo e do local em questão. É o caso do Brasil, com seu passado colonial e escravocrata e seu presente caracterizado pelo capitalismo periférico. Para Adorno e Horkheimer (1985), os medos e as idiosincrasias atuais, os traços de caráter escarnecidos e detestados podem ser interpretados como marcas de progressos violentos ao longo do desenvolvimento humano.

A criança, como indivíduo e sujeito inserido em uma determinada sociedade, foi percebida (e não percebida) de diferentes maneiras em diferentes épocas na história da humanidade e nas diferentes culturas. Kuhlmann e Fernandes (2007) destacam que, na Idade Média, a criança era percebida por meio do amor ou pela rejeição dos pais, sendo que o primeiro se revelava no protagonismo da mãe durante o período da criação, acolhendo a criança, e o segundo se manifestava pela rejeição ou eventualmente, praticando o infanticídio.

Para Ariès (1981), na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia. Contudo, isso não significa que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O autor enfatiza que

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÉS, 1981, p.156).

Na sociedade contemporânea, encontramos situações em que as crianças são desrespeitadas, desamparadas e desacreditadas, como podemos observar por meio do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Na tentativa de enfrentarmos a complexidade do cotidiano das crianças, Sarmiento (2008) indica uma ciência que resgate a voz das crianças e que não deixe de ser desconstrucionista das imagens estabelecidas, com a devida atenção para impedir a cristalização em novas imagens redutoras. Ressalta o autor que

Durante demasiado tempo, a fixação de imagens sociais das crianças contribuiu para que se regulassem os mundos de vida das crianças, se fixassem pontos de referência para a interpretação dos mundos de vida das crianças, se padronizassem as relações entre crianças e adultos, se definissem os programas institucionais e os procedimentos, prescrições e interdições face a ação das crianças (SARMENTO, 2008, p. 44).

A criança, como sujeito de direitos, incluindo a proteção integral e o respeito à sua condição peculiar de desenvolvimento, preconizados no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), também tem o direito de ser ouvida e amparada pela legislação. De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), a concepção de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos significa considerá-los como

[...] indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros 'objetos', devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidades com suas capacidades e grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p.25)

Para Ariès (1981), uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que, diante das crianças, os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais. Portanto, ouvi-las e acreditar nelas deve ser o início da conversa com relação ao enfrentamento da violência sexual, em todos os setores da sociedade nos quais vivemos e sobre os quais atuamos, como cidadãos de direitos e deveres.

A violência sexual, segundo Paiva (2013), é caracterizada pelo abuso e pela exploração sexual. O abuso sexual é a utilização do corpo de uma criança ou de um adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual, em que o agressor quer satisfazer seus desejos. Assim, o abuso do corpo e da sexualidade de uma criança ou de um adolescente, seja por emprego de força física ou qualquer outra forma de coerção ou sedução para satisfação sexual, configura violência. O autor destaca, ainda, que envolver crianças e adolescentes em atividades sexuais impróprias para a sua idade cronológica ou para seu desenvolvimento psicosssexual é uma violação do direito ao desenvolvimento sexual saudável. Por fim, toda forma de ação em que há relação de poder, com emprego de força física, uso de arma, drogas ou por influência psicológica, intimidação, sedução, aliciamento, ameaça, em que um subjuga o outro para a realização de práticas sexuais, são formas de violência sexual. De outra parte, temos:

[...] Os abusos sexuais vão desde tentativas de atentado ao pudor até o estupro, constituem atualmente um importante evento mórbido que vitimiza crianças e adolescentes, adquirindo caráter endêmico e convertendo-se em um complexo problema de saúde pública, caracterizando uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos e ocasionando impactos relevantes na saúde física e mental de suas vítimas (MARTINS; JORGE, 2010, p. 247).

Já a exploração sexual caracteriza-se pela utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro financeiro ou de qualquer outra espécie de comércio, como a troca por mercadorias, na qual se aproveita da condição de vulnerabilidade da criança ou do adolescente para fins comerciais. No caso de exploração sexual, pode haver a participação de um agente entre a criança ou adolescente e o cliente, ou mesmo a conivência dos pais. Por esse motivo, diz-se que a criança ou adolescente foi explorada, e não prostituída. É comum existir uma rede de aliciadores, agenciadores, pessoas que fazem o intercâmbio entre a criança ou adolescente e seu abusador, e que lucram com a exploração sexual infanto-juvenil. Também é possível que a exploração sexual ocorra sem intermediários, como uma forma de atividade autônoma, no caso de crianças ou adolescentes oferecerem seus corpos nas ruas. Essas características são vislumbradas como exploração sexual porque o usuário pagará pela utilização do corpo em troca de dinheiro ou de comida, drogas etc. (PAIVA, 2013).

Segundo o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), a exploração sexual infanto-juvenil está dividida em quatro modalidades: tráfico para fins de exploração sexual infanto-juvenil, exploração sexual no contexto do turismo, pornografia infantil e trocas sexuais. As denúncias de violência sexual também envolvem casos de pornografia infantil, *grooming* (assédio sexual na Internet), *sexting* (troca de fotos e vídeos de nudez, eróticas ou pornográficas), exploração sexual no turismo, entre outros.

Com relação à pedofilia, comumente associada à violência sexual, ao abuso e à exploração sexual de crianças, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a classifica como transtorno de preferência sexual que se manifesta por pensamentos sexuais persistentes, fantasias, impulsos ou comportamentos envolvendo crianças e pré-púberes. Já no Código Penal (CP) brasileiro, os crimes contra a dignidade sexual dispõem de capítulo específico acerca dos crimes sexuais contra vulneráveis: artigo 217-A do CP – estupro de vulnerável; artigo 218 do CP – mediação de menor de 14 anos para satisfazer a lascívia de outrem; artigo 218-A do CP – satisfação da lascívia mediante a presença de menor de 14 anos; artigo 218-B do CP – favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também trata de crimes envolvendo a pedofilia: artigo 240 do ECA – utilização de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica; artigo 241 do ECA – comércio de material pedófilo; artigo 241-A do ECA – difusão de pedofilia; artigo 241-B do ECA – posse de material pedófilo; artigo 241-C do ECA – simulacro de pedofilia; artigo 241-D do ECA – aliciamento de crianças.

Observa-se que nem sempre quando acontece o abuso sexual também existe exploração sexual. No entanto, quando há exploração sexual, ela é acompanhada pelo abuso sexual, ambas trazendo sérias consequências à vítima.

Neste estudo, o termo violência sexual também se refere ao abuso sexual na forma estrita do termo. Acredita-se que o uso do termo abuso é empregado para distingui-lo das outras formas de violência sexual que, apesar de ser terminologicamente compreendido ao mesmo tempo como um uso incorreto e um uso excessivo, não significa um uso permitido. Para Gabel (1997), abusar significa precisamente ultrapassar limites, portanto transgredir:

Abuso contém igualmente as noções de poderio: abuso do poder e de astúcia; abuso de confiança, ou seja, noções em que a intenção e a premeditação estão presentes. Abuso sexual pressupõe disfunções em três níveis: o poder exercido pelo grande (forte) sobre um pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) deposita no maior (protetor); o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito de propriedade que todo indivíduo tem sobre seu corpo (GABEL, 1997, p.6).

O abuso sexual também pode ocorrer com ou sem contato físico, envolto no “pacto do silêncio”. Segundo Sayão (2006), o abuso sexual com contato físico são atos físicos que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Segundo a autora, o abuso sexual sem contato físico são práticas sexuais que não envolvem contato físico, ocorrendo de diversas maneiras, tais como: assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo³ e voyeurismo⁴.

O abuso sexual pode ser intrafamiliar, extrafamiliar e institucional, deixando sérias consequências às vítimas que, em se tratando de crianças, não entendem, na maioria das vezes, o que está acontecendo, pois aquele que deveria protegê-la acaba prejudicando-a, muitas vezes com a anuência dos demais familiares, que também deveriam protegê-la.

Segundo Sayão (2006), o abuso intrafamiliar (ou doméstico) ocorre quando existe um laço familiar entre abusador e abusado. No abuso sexual extrafamiliar, o abusador não mantém laços familiares ou de responsabilidade com o abusado. Já o abuso institucional ocorre em instituições responsáveis por prover substitutivos da família ou em instituições encarregadas da aplicação de medidas privativas de liberdade.

³ Exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente de crianças ou adolescentes ou de forma que possa ser visto por eles. A intenção pode ser a de chocar a vítima. A experiência pode ser assustadora para crianças e adolescentes (SAYÃO, 2006, p. 28).

⁴ Voyeurismo é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas, obtendo satisfação dessa prática. A experiência pode assustar e perturbar a criança ou o adolescente. É importante lembrar que o voyeurismo faz parte de jogos sexuais de muitos adultos, enquanto prática consentida (SAYÃO, 2006, p. 28).

Pesquisas e estatísticas oficiais apontam que o abuso sexual intrafamiliar é o de maior ocorrência e de desafiadora complexidade de enfrentamento, pois acontece no âmbito doméstico, da “sagrada”⁵ e “intocável” família. Azevedo e Guerra (2001) assim definem a violência doméstica contra crianças e ou adolescentes:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição de desenvolvimento (AZEVEDO e GUERRA, 2001, p.12)

De acordo com Azevedo e Guerra (1998, p.25-27), as modalidades da violência doméstica são:

Violência física - toda ação que causa dor física numa criança; de um simples tapa ao espancamento fatal, estabelece-se um só *continuum* de violência.

Violência sexual – de natureza incestuosa, configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos que tenham para com a criança uma relação de consanguinidade, afinidade e/ou mera responsabilidade, cuja finalidade é estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual, seja de quem pratica o ato, seja de outra pessoa.

Violência psicológica – também designada como tortura psicológica, ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhe grande sofrimento mental.

Negligência – representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de prover as necessidades físicas de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos e/ou de supervisionar suas atividades de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além de seu controle.

Violência fatal – quando os atos e/ou as omissões são praticados por pais, parentes ou responsáveis em relação a crianças e ou adolescentes que, sendo capazes de causar-lhes dano

⁵ Termo utilizado nos estudos das Professoras Maria Amélia de Azevedo Marques e Viviane de Azevedo Guerra em que reportam a *Sagrada Família* como *Família Santuário*, numa concepção ideologizada, mistificadora da família, concepção em que está implícita a regra do comportamento filial: honrarás pai e mãe, como uma forma idílica da família harmoniosa sem conflitos e de impedir a revelação do abuso incestuoso enquanto violência impensável e escândalo na estrutura da *Sagrada Instituição*. (Grifos das autoras). Módulos 3 A/B – 6 A/B - *Infância e Violência Doméstica*. Guia prático para compreender o fenômeno. Telecurso de Especialização – Módulos 3 A/B – 6 A/B. 2001.

físico, sexual e ou psicológico, podem ser considerados condicionantes (únicos ou não) de sua morte.

Além dessas modalidades, de acordo com profissionais do CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), incluem-se nos tipos de violência contra criança e adolescente:

Violência presencial – crianças e /ou adolescentes testemunham e vivenciam a violência sofrida em casa por adultos de seu convívio e de sua preferência. Os impactos dessa violência não devem ser subestimados.

Violência na Rede – utilização da internet para propagação de diversos tipos de violência, que podem ir desde a exposição de conteúdo impróprio, a pornografia infantil, até o aliciamento para tráfico de pessoas. Trata-se também da divulgação de vídeos íntimos em grupos virtuais e/ou exposição de imagens íntimas sem o consentimento das partes envolvidas.

Para Ferrari (2013), a violência sexual intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes deriva de relações complexas que envolvem a cultura, tabus, preconceitos, sedução, ameaças, proteção da honra do abusador, complacência e silêncio dos membros da família, favorecendo a repetição dos casos de abuso. Já de acordo com Paiva (2013), o abuso sexual extrafamiliar ocorre quando não há vínculo afetivo entre o agressor e a criança ou adolescente, sendo efetivado fora do contexto familiar, o que não impede que o abusador seja conhecido da criança, como ocorre na maioria dos casos.

Contribuem para manutenção dessa situação de abuso sexual contra crianças fatores culturais, como o incesto, diversos arranjos familiares codependentes afetiva, social e economicamente, além de fatores ligados à sexualidade, que não deveriam ser entendidos somente como realização do ato sexual, mas também se relacionam à afetividade e a outros prazeres da vida.

Adorno (1969) enfatiza que a mesma sociedade que incita a sexualidade infantil por meio da indústria cultural, na sociedade capitalista, também realiza sensacionalismos nas situações que a envolvem. Nota-se que a sexualidade promovida pelo sistema capitalista está centrada na sexualidade genital, deixando para segundo plano a libido sexual.

[...] A dessexualização da sexualidade deve ser entendida, psicodinamicamente, como aquela forma do sexo genital, que ele mesmo se converte em uma força que impõe tabus e que atemoriza ou suprime o instinto sexual (ADORNO, 1969, p. 96).⁶

⁶ Tradução da autora do trecho original em espanhol: “La dessexualización de la sexualidad debe ser entendida, psicodinamicamente, como aquella forma del sexo genital en que éste mismo se convierte en una fuerza que impone tabús y que atemoriza o suprime al instinto sexual. (ADORNO, 1969, p.96)

Com relação ao incesto, Cohen (2015, p. 210) o define como um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que tem um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar.

O incesto como forma de abuso e vitimização de crianças e adolescentes, pode ser classificado, de acordo com Azevedo e Guerra (2015), em ordinário e extraordinário. As autoras entendem por ordinário o incesto que é mais frequente, o incesto pai-filha; trata-se de uma prática indigna, socialmente desqualificadora, seja para vítimas, seja para agressores; pode ser um processo que ocorre no lar de forma reiterativa, mesclando-se ao cotidiano da vida das pessoas. Quanto ao incesto extraordinário, as autoras o compreendem como as ocorrências raras ou pouco difundidas; é o caso do incesto mãe-filho.

Para Pinto Júnior (2005), o incesto pode ser reconhecido como um tabu e uma forma de regulamentação da sexualidade, nas mais diferentes sociedades, ocorrendo frequentemente quando a estrutura e a dinâmica da família, embora aparentemente coesas, encontram-se afetadas. O autor considera que:

[...] o *tabu* do incesto está presente nas normas culturais da sociedade ocidental e que às figuras parentais, nos diferentes modelos de família, cabe a proteção e educação dos filhos, a criança ou o adolescente envolvido numa relação incestuosa estaria sendo submetido a uma situação de transgressão, tanto psíquica quanto sociocultural (PINTO JÚNIOR, 2005, p. 37).

Como forças reais, percebe-se a presença dos tabus sexuais na violência sexual contra criança e adolescente. Esses tabus estão ligados à ideia de algo reservado, com proibições e restrições, auxiliando na perpetuação da violência sexual, cujas vítimas e seus agressores convivem numa falsa harmonia, com anuência da própria família ou conhecidos, pois o tabu se torna mais importante e decisivo do que a situação de violência à qual a criança ou adolescente está sendo submetido. O incesto como tabu nos remete ao proibido e ao impuro. Contudo, se o incesto deixar de ser tabu enquanto proibição em sua amplitude, ele tende a se tornar legitimado. Pensando nessa complexidade, o tabu deve se manifestar no ato e não no fato da violência sexual. Segundo Cohen (2015), a proibição do incesto proporciona ao indivíduo uma nova estrutura no nível psicológico e social. Ressalta que:

No âmbito psicológico, a proibição dos desejos edípicos (incestuosos), o *não* (grifo do autor) é um ordenador mental e emocional (afetivo-cognitivo) e permite ao indivíduo estruturar o superego e desenvolver o ego. O ego mais enriquecido

permite ao indivíduo uma noção de limites, fornecendo-lhe uma maior autonomia; a estruturação do superego permite a simbolização da função paterna, podendo então conhecer e aceitar a lei da cultura. No âmbito social, esta proibição permite alcançar a exogamia” (COHEN, 2015, p.211).

Quando e onde surgiu o tabu em nossa sociedade? Não sabemos. Podemos considerar que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião (FREUD, 2013). Para este autor, o significado de “tabu” se divide em duas direções opostas. Uma delas remete ao “santo, consagrado” e a outra ao “inquietante, perigoso, proibido, impuro”, estando ligado à ideia de algo reservado, expresso em proibições e restrições.

As restrições do tabu são algo diverso das proibições religiosas ou morais. Não procedem do mandamento de um deus, valem por si mesmas; distingue-as das proibições morais o fato de não incluírem num sistema que dá por necessárias as privações, de forma geral, e fundamenta esta necessidade. As proibições do tabu prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes para aqueles sob o seu domínio (FREUD, 2013, p. 12).

Culturalmente legitimado, internalizado e transgredido em nossa sociedade, o tabu sexual é alvo de diversos mecanismos de restrições e ações coercitivas, reguladas por meio da superestrutura social. As legislações, preceitos religiosos e demais mecanismos sociais tentam realizar seu “papel” de protetores da vítima da violência sexual e mantenedores dos tabus, com ações, na maioria das vezes, infrutíferas.

Segundo Freud (2011), o indivíduo, não dispendo de quantidades ilimitadas de energia psíquica, tem de dar conta de suas tarefas mediante adequada distribuição da libido, na cultura à qual pertence, sendo que ela apresenta a tendência de restringir sua vida sexual. Enfatiza que, por meio de tabus, leis e costumes, são produzidas mais restrições, que atingem tanto os homens como as mulheres. Destaca, também, que a estrutura econômica da sociedade influi sobre a medida de liberdade sexual restante e que a cultura europeia ocidental desaprova as manifestações da vida sexual infantil, sendo que não há como represar os desejos sexuais dos adultos sem um trabalho preparatório na infância.

É na primeira infância que o caráter é formado e ou deformado. Embasado na psicanálise freudiana, Adorno afirma que a formação do caráter ocorre, então, na primeira infância, imersa no processo civilizatório, produzido por um mundo administrado e claustrofóbico.

É possível falar da claustrofobia das pessoas no mundo administrado, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede interconectada. Quanto mais densa é a rede, mais se procura escapar, ao mesmo tempo em que precisamente a sua densidade impede a saída. Isto aumenta a raiva contra a civilização. Esta se torna alvo de uma rebelião violenta e irracional (ADORNO, 1995, p.122).

A criança e o adolescente, vitimizados nessa rede violenta e irracional de relações, também são alunos em alguma escola, pública ou privada, que nem sempre o enxergam em suas dimensões e complexidades únicas. Alguns alunos buscam na escola o amparo e a esperança do término da violência sofrida, relatando as situações aos professores e demais funcionários, mas nem sempre são acolhidos em suas expectativas, por diversas razões. Abordaremos algumas delas no capítulo 3 deste estudo.

1.2 Política de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno mundial, assim como o são as ações de enfrentamento à violência, proteção e garantia de direitos. Políticas foram e são criadas e efetivadas, de acordo com a necessidade e o contexto sócio-histórico-político dos países, por meio de Leis, Declarações, Constituições, Estatutos, Convenções, Programas e Estudos, vislumbrando também a participação da sociedade civil, dos governos e organizações não governamentais.

No início do século XX, a preocupação com a proteção da criança foi enunciada na primeira versão da Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, redigida por Eglantyne Jebb⁷. Tendo como base esta declaração e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil. A Declaração Universal dos Direitos da Criança contém o seguinte preâmbulo:

[...] Considerando que a necessidade de tal proteção foi enunciada na Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos estatutos das agências especializadas e organizações internacionais interessadas no bem-estar da criança. Considerando que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços. Assim, A Assembleia Geral, Proclama esta Declaração dos Direitos da Criança, visando que a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades aqui enunciados e apela a que os pais, os homens e as mulheres em sua qualidade de indivíduos, e as organizações voluntárias, as autoridades locais e os Governos nacionais reconheçam estes direitos e se empenhem pela sua observância mediante medidas legislativas e de outra natureza, progressivamente instituídas, de conformidade com os seguintes princípios [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1959).

⁷ Eglantyne Jebb (25 de agosto de 1876, Ellesmere, Reino Unido - 17 de dezembro de 1928, Genebra, Suíça) foi uma ativista reformista e fundadora da Save the Children. Ela escreveu o primeiro rascunho da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que eventualmente seria adotado pela Liga das Nações em 1924. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eglantyne_Jebb. Acesso em: novembro de 2018.

Dentre os dez princípios contidos na Declaração, o que se refere ao enfrentamento da violência e exploração é o de número 9:

A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1959).

Outro documento internacional visando à proteção da garantia de direitos da criança foi a efetivação da Convenção Americana de Direitos Humanos, assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, realizada em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, que, no artigo 19, enfatiza os direitos da criança: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado”. Nessa Convenção, os artigos fazem referência à pessoa, ao humano, e não ao “Homem” como na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Na parte I – Deveres dos Estados e Direitos Protegidos, no Capítulo I, Artigo 1, têm a obrigação de respeitar os direitos:

1. Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.
2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969).

Em 2 de setembro de 1989, foi adotada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos da Criança, entrando em vigor em 02 de setembro de 1990. Esse documento foi ratificado por 196 países. O Brasil ratificou-o em 24 de setembro de 1990. A Convenção visou a proporcionar proteção especial às crianças, incluindo todas as formas de violência, conforme consta no artigo 19:

1. Os Estados Partes devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do tutor legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.
2. Essas medidas de proteção devem incluir, quando cabível, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais visando ao provimento do apoio necessário para a criança e as pessoas responsáveis por ela, bem como para outras formas de prevenção, e para identificação, notificação, transferência para uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos de maus-tratos mencionados acima e, quando cabível, para intervenção judiciária. (ONU, 1989).

No Brasil, após a Proclamação da República, os crimes sexuais passaram a ser julgados com base no Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, que promulgou o “Código Penal dos Estados Unidos do Brazil”, decretado pelo General Manoel Deodoro da Fonseca. Este decreto se referia à violência sexual como violência carnal. No entanto, em 25 de setembro de 1915, a Lei nº 2.992, modifica os artigos 266, 277 e 278 do Capítulo I – Da Violência Carnal, do Código Penal Republicano, passando a constar o que segue:

TÍTULO VIII

Da corrupção de menores dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:
Pena – de prisão cellullar por um ou tres anos.

§ 1.º Excitar, favorecer ou facilitar a corrupção de pessoa de um ou de outro sexo, menor de 21 annos, induzindo-a à pratica de actos deshonestos, viciando a sua innocencia ou pervertendo-lhe de qualquer modo o seu senso moral:

Pena – de prisão cellullar por seis mezes a dous annos.

§ 2.º Corromper pessoa menor de 21 annos, de um ou de outro sexo, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem:

Pena - de prisão cellullar por dous a quatro annos.

Art. 277. Induzir alguém, por meio de enganos, violencia, ameaça, abusos de poder, ou qualquer outro meio de coacção, a satisfazer os desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem. Excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém, para satisfazer os ditos desejos e paixões outrem:

Pena - de prisão cellullar por dous a tres annos.

§ 1.º (Como o paragrapho unico do Codigo Penal de 1890).

Artigo 278. Manter ou explorar casas de tolerancia, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos differentes, ou do mesmo sexo, que ahi se reúnam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidacção ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxilio ao commercio da prostituição:

Pena - de prisão cellullar por um ou tres annos e multa de 1:000\$ a 2:000\$000.

§ 1.º Alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer as paixões lascivas de outrem, qualquer mulher menor, virgem ou não, mesmo com o abusseu consentimento; alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer ás paixões lascivas de outrem, qualquer mulher maior, virgem ou não, empregando para esse fim ameaça, violencia, fraude, engano, abuso de poder ou qualquer outro meio de coacção; reter por qualquer dos meios acima referidos, ainda mesmo por causa de dividas contrahidas, qualquer mulher, maior ou menor, virgem ou não, em casa de lenocínio, obrigar-a a entregar-se á prostituição:

Pena - as do dispositivo anterior.

§ 2.º Os crimes de que trata o art. 278 e o § 1º do mencionado artigo serão puníveis no Brazil ainda que um ou mais actos constitutivos das infracções nelles previstas tenham sido praticados em paiz estrangeiro.

§ 3.º Nas infracções de que trata este artigo haverá logar a acção penal:

- a) por denuncia do Ministerio Publico;
- b) mediante queixa da victima ou de seu representante legal;
- c) mediante denuncia de qualquer pessoa.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contratio.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1915, 94º da Independencia e 27º da Republica. Wenceslau Braz P. Gomes. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. (BRASIL,1890)

O Código Penal dos Estados Unidos do Brazil vigorou até o Presidente Getúlio Vargas decretar o Código Penal, por meio da Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940, ainda hoje em vigor. Alguns capítulos e artigos se referem à violência sexual contra crianças e adolescentes, tais como: Capítulo VI (Do Estelionato e outras Fraudes) – Abuso de incapazes – Artigo 173

Abusar, em proveito próprio ou alheio, de necessidade, paixão ou inexperiência de menor, ou da alienação ou debilidade mental de outrem, induzindo qualquer deles à prática de ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro: Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa, de um a cinco conto de réis (BRASIL, 1940)

No Capítulo II (Da Sedução e da Corrupção de Menores) – Sedução - Art. 217 “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena - reclusão, de dois a quatro anos”. Corrupção de menores - Art. 218 “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo: Pena - reclusão, de um a quatro anos”.

Em 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 12.015 em 7 de agosto, que altera o Título VI da Parte Especial do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. A nomenclatura do Título VI, que era “Dos Crimes contra os Costumes” passou a denominar “Dos Crimes contra a Dignidade Pessoal”; a nomenclatura do Capítulo I continuou a mesma “ Dos crimes contra a liberdade sexual” e a nomenclatura do Capítulo II que era “ Da Sedução e da Corrupção de menores” passou para “Dos Crimes sexuais contra vulnerável”. Do Capítulo V, o que era “Do Lenocínio e ao tráfico de mulheres” passou para “Do Lenocínio e do Tráfico de pessoa para fim de prostituição ou de outra forma de exploração sexual”, incluindo os seguintes crimes: Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual; Rufianismo; Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual; Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual; Estupro de vulnerável; Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.

Com relação à violência sexual contra criança e adolescente, os artigos referência são:

Estupro de Vulnerável

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º Incorre nas mesmas penas:

I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no **caput** deste artigo;

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verificarem as práticas referidas no **caput** deste artigo.

§ 3º Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (BRASIL,2009)

No mesmo período da efetivação dos Instrumentos de Direitos Humanos contidos na Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989/1990, no Brasil, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, e decretada e sancionada pelo Presidente Fernando Collor a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituindo duas importantes legislações atuais de proteção à criança e ao adolescente, com enfoque na garantia de direitos.

Com relação à violência contra a criança, o artigo 227 da Constituição preconiza:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O artigo 5º do ECA também ressalta a importância de proteção à criança e/ou adolescente:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

Segundo Landini (2011), a visão colocada por esses dois instrumentos legais, a Lei nº 12.015/2009 e a Lei nº 8.090/1990, justificou e continua a justificar a ação de muitas organizações, entidades e projetos, tanto civis quanto governamentais que trabalham na área da violência sexual.

No enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, foram criados e estão sendo efetivados, em âmbito nacional, estadual e municipal, planos e programas inclusos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA), consolidados a partir da resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 2006. O SGDCA estrutura-se de forma articulada em três eixos estratégicos de atuação: defesa, promoção e controle. Em 2000, o CONANDA estabeleceu o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (PNEUSI), fundamentado na Declaração dos Direitos Humanos (1948), recomendando um conjunto de ações articuladas, governamentais e da sociedade civil, com o objetivo de permitir intervenção técnica, política e financeira no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de seis eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação, prevenção, atendimento, defesa e responsabilização e protagonismo juvenil. No entanto, percebe-se a necessidade de um trabalho conjunto, em rede, para a sua implantação, visando a articular políticas públicas e sociais, serviços e atores sociais diretamente ligados à promoção da defesa e garantia do bem-estar de crianças e adolescentes (BISPO *et al.*, 2013, p. 3).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – foi criado em 1991, pela Lei nº 8.242. É um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Integrante da estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos, o Conanda é o principal órgão do sistema de garantia de direitos. Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Em 22 de novembro de 1991, foi sancionada a Lei nº 11.123, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina de Souza, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme consta nos artigos 5º e 6º:

Art. 5º - Fica criado, vinculado ao Gabinete do Prefeito, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador, da política de atendimento, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por finalidade garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único – Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente garantir junto às autoridades competentes o atendimento conforme estabelecido em lei, nos casos em que os direitos forem ameaçados ou violados. (SÃO PAULO, 1991)

Em 2006, na gestão de Gilberto Kassab, foi promulgada a Lei Municipal nº 14.247 que dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, conforme descrito no Artigo 1º

O Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes consiste no conjunto de ações e campanhas de conscientização desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, como forma de prevenir e combater a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes (SÃO PAULO, 2006)

Em maio de 2007 foi expedido o decreto nº 48.358 que regulamenta a Lei 14.247 e que institui a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA). De acordo com o contido no Artigo 1º, as ações e campanhas de conscientização voltadas à prevenção e ao combate da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, realizadas no âmbito do Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes, previsto na Lei nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006, serão desenvolvidas, em conjunto, pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Educação e da Saúde. A Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes ficou instituída, conforme artigo 5º, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, a ser integrada por 1 (um) representante de cada um dos órgãos e colegiados relacionados no artigo.

Em 2017, foi expedido o Decreto nº 57.922, que alterou os artigos 5º e 7º do Decreto nº 48.358/2017, estabelecendo regras específicas para a Constituição da nova Comissão, conforme consta no Artigo 5º:

Fica instituída a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, a ser integrada por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos e colegiados: I - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, que a coordenará; II - Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS; III - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; IV - Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA; V - Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo – CRESS/SP; VI - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP/SP; VII - Conselhos Tutelares, representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo; VIII - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, sendo um para cada uma das seguintes unidades: a) Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes; b) Coordenação de Políticas para LGBT; c) Coordenação de Promoção de Igualdade Racial; IX - Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo – SMTE; X - Secretaria Municipal de Educação – SME, do Núcleo Técnico de Currículo; XI - Secretaria Municipal da Saúde – SMS, sendo um para cada uma das seguintes unidades: a) Coordenadoria de Atenção à Saúde – Atenção Integral à Pessoa em Situação de Violência; b) Divisão de Vigilância Epidemiológica – Núcleo de Doenças e Agravos Não Transmissíveis; XII - Secretaria Municipal de Cultura – SMC; XIII - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED; XIV - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEME; XV - Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU; XVI – Guarda Civil Metropolitana – GCM; XVII - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS; XVIII - Secretaria Estadual de Segurança Pública – SSP; XIX - Ministério Público do Trabalho – MPT; XX - Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo Especializado da Infância e da Juventude; XXI – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Coordenadoria da Infância e da Juventude. § 1º Cada representante contará com um suplente. § 2º As atividades exercidas pelos membros da Comissão, consideradas de relevante interesse público, não serão remuneradas. (SÃO PAULO, 2017)

Dentre as ações do CMESCA, estão: as reuniões mensais; um bloco de rua conhecido como “Grito de Carnaval”, que ocorre desde 2005 e visa mobilizar os setores do governo e da sociedade civil acerca da problemática da violência, do abuso e da exploração sexual de menores, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente; definição do dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual infantil, promovendo seminários e oficinas sobre a temática; fomento de discussões e eventos nos territórios por meio dos serviços da rede socioassistencial, durante o ano.

Em junho de 2000, foi formalizado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, resultado de um fórum realizado em Natal-RN. Em julho de 2002, esse Comitê foi instituído como “instância nacional representativa da sociedade, dos poderes públicos e das cooperações internacionais, para o monitoramento da implementação do Plano Nacional de

Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil”. (PORTAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2019)⁸

Uma das ações realizadas pelo Comitê é a campanha “Faça Bonito”, referente ao dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes –, instituído na lei nº 9970 de 17 de maio de 2000. Conforme as informações contidas no site do Comitê, a data é alusiva a um crime contra uma menina de oito anos chamada Araceli:

A Campanha 'Faça Bonito' nasceu alusiva ao 18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Esse dia foi escolhido porque em 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória (Espírito Santo), um crime bárbaro chocou todo o país e ficou conhecido como o “Caso Araceli”. Esse era o nome de uma menina de apenas oito anos de idade, que teve todos os seus direitos humanos violados, foi raptada, estuprada e morta por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje está impune⁹.

Além dessa campanha referente ao dia 18 de maio, o comitê realiza a campanha permanente “Faça Bonito. Proteja nossas crianças e adolescentes”, com objetivo de mobilizar, sensibilizar, informar toda a sociedade, conclamando a sua participação na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, e também como o intento de divulgar o Disque Direitos Humanos – Disque 100¹⁰, visando à garantia da atenção às crianças, aos adolescentes e suas famílias, por meio da atuação em rede, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos preconizado no ECA, tendo, como lócus privilegiado, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito dos estados e municípios.

De acordo com Azevedo e Guerra (2001), alguns especialistas de diversas partes do mundo, interessados na análise das experiências de prevenção ao fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, têm levantado alguns problemas com relação às campanhas:

Segundo estes especialistas se, por um lado, as campanhas têm o mérito de esclarecer a população, por outro, ao aumentar a visibilidade sobre o fenômeno, tornam também maior a demanda por serviços especializados (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 51)

⁸ Disponível em https://www.direitosdacrianca.gov.br/temas/redes_teste/comite-nacional. Acesso em: abril de 2019.

⁹ Disponível em <https://www.facabonito.org.br/>. Acesso em: maio de 2019.

¹⁰ DISQUE 100 ou Disque Direitos Humanos, é um serviço de proteção às crianças e adolescentes, com foco na violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, da SPDCA/SD.

Um dos grandes desafios relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes é que ela não aconteça, e o que fazer, se ela acontecer. Trata-se de um fenômeno complexo em sua totalidade de ação, pois, mesmo acontecendo de maneira semelhante, cada caso é um caso, devido à especificidade na ação abusiva, na identificação e em seus desdobramentos.

No entanto, são esses os desafios que devem impulsionar e favorecer esforços de toda a sociedade no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de todos os recursos disponíveis, humanos e materiais, na perspectiva da efetivação de ações intersetorial, multiprofissional e multidisciplinar, vislumbrando o enfrentamento em rede, agregando apoio e esforços da sociedade civil, governo, organizações não governamentais, instituições públicas e privadas.

Na tentativa de dar visibilidade às campanhas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, para este estudo, foi realizado um breve levantamento na internet, das campanhas¹¹ com esse propósito, efetivadas pelos estados do Brasil. Foi possível constatar que todos os estados efetivaram campanhas no período de 2017 a 2019. Dos 26 estados e do Distrito Federal, 16 realizaram campanhas em 2019, 6 em 2018 e 5 em 2017. As iniciativas partiram principalmente do ministério público, de organizações não governamentais e dos demais setores dos governos estadual e municipal. Nas ações, foram priorizados o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes -18 de maio – e o período do carnaval. Foi possível observar que alguns estados, por meio de leis, instituíram no calendário estadual o “Maio Laranja – Contra o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes”, como os estados do Mato Grosso do Sul (Lei nº 5.118/2018) e Pará (Lei nº 35/2018).

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes -18 de maio –, na possibilidade de unificar as campanhas no Brasil, elegeu o símbolo de uma flor amarela, que para alguns é uma margarida e para outros, um girassol, com seus simbolismos específicos. A margarida representa a fragilidade e a beleza da vida de uma criança, que deve ser cuidada com o máximo de respeito, carinho e atenção. O girassol simboliza os profissionais que se destacam nas ações de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, sempre voltados para as possibilidades, para a esperança, iluminando os possíveis caminhos na prevenção e no combate às violências. As duas simbologias são

¹¹ No Apêndice A, está a consulta realizada na internet, no segundo semestre de 2019, a respeito das campanhas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes efetivadas pelos estados do Brasil.

pertinentes, complementares e refletem a vontade de que a situação de violência sexual seja transformada em não violência.

Apesar de as campanhas mencionadas terem acontecido em um período recente, muitas ações foram e estão sendo efetivadas por meio de fóruns, seminários, congressos e cursos de formação, agregando profissionais de diversas áreas e setores da nossa sociedade. O TELELACRI¹² foi um deles, formando diversos profissionais do Brasil e da América Latina, atuantes de diversos setores da nossa sociedade no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Uma das atuações, como resultado dessa formação, foi a realização do 1º Seminário Intersecretarial sobre Violências, em 2002, organizado pelo Distrito de Saúde do Campo Limpo e pelos NAEs (Núcleo de Ação Educativa) 05 e 06, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Estiveram presentes cerca de 500 profissionais da educação e saúde, incluindo alguns Guarani das aldeias indígenas da região de Parelheiros.¹³

Também em 2002, segundo Silva (2014), a Secretaria de Estado de Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) e à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, à época vinculada ao Ministério da Justiça, em articulação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), por meio da *Partners of the Americas*, elaborou o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR).

Foi estabelecido, em outubro de 2002, um Memorando de Entendimento entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a USAID, visando à coordenação e execução das ações previstas no PAIR. Para tanto, além da alocação dos recursos, foram constituídos um Comitê Gestor, formado por dirigentes dos respectivos organismos, e um Grupo Técnico, composto por profissionais indicados pelos três órgãos responsáveis pela operacionalização do Programa. No que se refere à sua abrangência, o PAIR foi implantado, inicialmente, nos seguintes municípios: – Região Norte: Pacaraima – RR, Manaus – AM, Rio Branco – AC; – Região Centro-Oeste: Corumbá – MS; e – Região Nordeste: Feira de Santana – BA e Campina Grande – PB.

¹² TELELACRI – Telecurso de Especialização na Área de Infância e Violência Doméstica, coordenado pelas professoras/pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra, realizado pelo LACRI – Laboratório de Estudos da Criança, da Universidade de São Paulo.

¹³ Seminário realizado à época em que a pesquisadora trabalhava no NAE (Núcleo de Ação Educativa) 06.

De acordo com Silva (2014), as ações do PAIR só começaram a ser disseminadas em São Paulo em 2009, tendo sua concretização após os trabalhos desenvolvidos em 2010, por iniciativa da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), quando ocorreu um encontro entre a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, a prefeitura do município e a Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH). A implementação do PAIR na cidade de São Paulo foi realizada em conjunto com a equipe do Prof. Dr. José Leon Crochík, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O PAIR é um método que une ações de pesquisa, mobilização e capacitação dos profissionais e operadores do sistema de garantia de direitos, que trabalham na área da infância e juventude. Tem como objetivo o enfrentamento das situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A metodologia do PAIR prevê algumas etapas para o desenvolvimento de seus objetivos e metas estratégicas, destacando-se: a articulação política em cada município; a formação de um grupo intersetorial em cada cidade; a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo que desvele a ocorrência do fenômeno da violência sexual; a realização de um Seminário Municipal para debater o problema e construir coletivamente um Plano Operativo Local (POL); a escolha de uma Comissão Local para o monitoramento da POL; a Capacitação da Rede e o Assessoramento Técnico (NEUMANN; FERNANDES, 2011, p.15-17). As ações do PAIR estruturam-se em torno de seis eixos estratégicos: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção, Protagonismo Infanto-Juvenil.

Em 2013, no município de São Paulo, na região da Capela do Socorro e de Parelheiros, localização das escolas em que foi efetivado o estudo, realizou-se um seminário pra construção do Plano Operativo Local, tendo como objetivos a mobilização da Rede¹⁴, a construção do Plano Operativo Local (POL) e a construção da comissão local responsável pelo monitoramento. Estiveram presentes representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais e setores do governo, como saúde, educação e assistência social.

¹⁴ Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros, São Paulo, criada em 2010. Após a publicação do relatório final do Projeto M.A.P.A. - Mapeamento e Avaliação pela Prioridade Absoluta e ESCCA (Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes), profissionais da saúde, serviço social, entidades, estudantes e militantes passaram a se reunir periodicamente com adolescentes, dando origem à Rede de Enfrentamento à Violência Sexual da Capela do Socorro e Parelheiros.

De acordo com Silva (2014), uma das coordenadoras na implantação da Rede de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Capela do Socorro e Parelheiros e do programa PAIR na região, é muito importante o trabalho em rede no combate à violência contra crianças e adolescentes porque ele é capaz de articular políticas e serviços, atores sociais e a sociedade em geral.

Dada a importância da criação de políticas de proteção à criança, em 8 de março de 2016, foi sancionada a Lei 13.257, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano e em consonância com os princípios e diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Essa lei é conhecida como Marco Legal da Primeira infância.

1.3 Ações em rede no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e multicausal que deve ser abordado de maneira intersetorial, multidisciplinar e multiprofissional. Sendo assim, ações de enfrentamento devem abranger todos os setores da nossa sociedade. A criança que sofre violência sexual vai à escola, ao médico, participa de programas do serviço social, da cultura, de atividades diversas realizadas em organizações não governamentais e governamentais. Essa mesma criança faz parte de uma rede intersetorial de atendimentos e atividades que tem o dever de protegê-la, garantindo seus direitos como cidadã.

No entanto, o que observamos no enfrentamento aos “casos” evidenciados de violência sexual contra criança e adolescentes é que os setores tendem a resolver de maneira solitária e fragmentada as situações, sem ação conjunta, intersetorial e multidisciplinar, vislumbrando possíveis e adequadas soluções.

Para Fuziwara e Fávero (2011), a intervenção fragmentada, nos casos de violência sexual de crianças e adolescentes, só dará conta de uma parte da ação protetiva e preventiva. As autoras ressaltam que

Quando, no espaço do trabalho, se estabelecem relações com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, cada profissional o faz a partir de um determinado lugar institucional, seu foco de ação será direcionado pelos princípios e competências de sua área de formação, pelas atribuições conferidas pela função que exerce e pela missão da instituição à qual é vinculado. Dessa forma, sua intervenção poderá dar conta apenas de uma parte da ação, que deve ser coletiva, buscando abranger a totalidade, se de fato se pretende atuar na proteção e na prevenção das vítimas (FUZIWARA; FÁVERO, 2011, p. 42).

Quando nos deparamos com situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, também encontramos o que Fuziwara e Fávero (2011) denominam de trama de relações. Elas estão presentes nas famílias, nas vítimas da violência, nos agressores e nas instituições que devem proteger a criança e o adolescente.

A seriedade que a situação apresenta atualmente, incluindo a subnotificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, exige de todos os setores maior atenção. Mesmo com uma importante legislação, são poucos os casos de abuso sexual julgados, devido à falta de provas materiais, nem sempre visíveis nas situações que envolvem o abuso sexual, com exceção do estupro. Além disso, os poucos sentenciados não são submetidos a tratamentos específicos, incluindo o psicológico, e, ao saírem da prisão, não há garantia de que não haverá reincidência dos abusos, pois constituirão novas ou retornarão para as mesmas relações familiares, como foi exemplificado na introdução (algumas memórias) deste estudo: a situação da aluna Jo, cujo padrasto abusador retornou à convivência familiar, com consentimento da sua mãe.

Segundo Azambuja (2013), para o Judiciário, quando a violência sexual deixa marcas físicas, a solução se mostra mais simples, pois o perito aponta as lesões no corpo da vítima. No entanto,

(...) sabe-se que a maior parte dos casos levados ao Judiciário lá aporta sem exame físico ou com resultado negativo, elevando a complexidade da tarefa do julgador. O sistema de justiça não se encontra preparado para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual (AZAMBUJA, 2013, p. 489).

Esse despreparo também é percebido na atuação de profissionais de outros setores, como a educação, saúde, serviço social, dentre outros. Para atuar na complexidade da violência sexual faz-se necessário, além de formação específica na temática, diálogo entre os setores, fortalecendo as ações necessárias de proteção e amparo à vítima. O enfrentamento à violência sexual em rede pressupõe abertura intelectual para conhecer a atuação e concepções de cada setor, vislumbrando a quebra de muros de procedimentos isolados.

O município de São Paulo, local em que foi realizada a pesquisa para este estudo, dispõe de mecanismos de ação política que, por meio das secretarias, das organizações governamentais e não governamentais, busca garantir a proteção integral às crianças e aos adolescentes.

Quando uma criança ou adolescente é vítima da violência sexual, no município de São Paulo, pode e deve comunicar esse abuso e utilizar alguns serviços, tais como:

1. Secretaria da Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é composta por três áreas da política pública: saúde, previdência e assistência social. A missão da SMADS é cuidar das políticas voltadas para a assistência social do município de São Paulo. A secretaria formula, executa, monitora e avalia a Política Municipal de Assistência Social como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com relação aos serviços de gestão direta, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), destinados ao atendimento a famílias residentes em territórios que apresentem maior grau de vulnerabilidade social, além dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O CREAS faz parte da Rede de Proteção inclusa nos serviços de Proteção Especial, preconizado pela Coordenação de Proteção Social Especial – CPSE, caracterizada como a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. O CREAS oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social e psicossocial na perspectiva da interdisciplinaridade e articulação intersetorial, para atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao agressor, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

O Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS) tem a função de atender as necessidades de comunicação no âmbito do SUAS e de acesso a dados sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A Rede é um instrumento de gestão que organiza a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados, com objetivo de dar suporte à operação, ao financiamento e ao controle social do SUAS e garantir transparência à gestão da informação. A Rede SUAS é composta por ferramentas que realizam: registro e divulgação de dados sobre recursos repassados; acompanhamento e processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais; gerenciamento de convênios e suporte à gestão orçamentária.

2. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, SMDHC, foi criada pela Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, que unificou as atribuições da antiga Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), da Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) e da secretaria especial de Direitos Humanos (SEDH) e as transferiu para a nova pasta. Uma das Coordenações da SMDHC é a da Criança e Adolescente, que tem por finalidade coordenar e acompanhar as ações de promoção, defesa e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes desenvolvidas no município de São Paulo, atuando junto às instâncias que formulam e executam políticas públicas voltadas a essa população, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as linhas decorrentes da Política Nacional de Direitos Humanos e da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Faz parte da Agenda Prioritária da Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes: elaboração da Política Municipal Integrada de Criança e Adolescente; fortalecimentos do Conselho de Direito e dos Conselhos Tutelares; enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; co-coordenação da Política Municipal da Primeira Infância; atenção especial às crianças e adolescentes em situação de rua e na rua; elaboração do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e a Transparência e melhoria dos fluxos administrativos para conveniamento de projetos com recursos do FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Com relação ao fortalecimento do Conselho de Direito e dos Conselhos Tutelares, em 2014, por meio do Artigo 1º do Decreto nº 55.463 de 29 de agosto, decreta-se que “A Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, passa a ser regulamentada de acordo com as disposições deste decreto” (SÃO PAULO, 2014).

Sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, lê-se, no artigo 2º:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, criado pela Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com a finalidade e as atribuições nela descritas, é órgão autônomo, deliberativo e controlador da política de atendimento, de representação paritária entre o Poder Público e a sociedade civil, constituído por 16 (dezesseis) membros (...). (SÃO PAULO, 2014)

Já com relação aos Conselhos Tutelares, no artigo nº 14, consta:

A atuação dos Conselhos Tutelares, suas atribuições, composição, forma de eleição e remuneração de seus membros, estão disciplinadas nas Leis nº 11.123, de 1991, e na de nº 13.116, de 9 de abril de 2001, e alterações posteriores, bem como nos decretos específicos e nas demais normas complementares pertinentes. (SÃO PAULO, 2014)

O CMDCA é um órgão deliberativo composto por 32 membros, chamados Conselheiros de Direito. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos por Lei. No município de São Paulo, existem 52 Conselhos Tutelares. Os Conselhos Tutelares, como responsáveis por receber e apurar denúncias sobre violações dos direitos da criança e do adolescente utilizam-se da SIPIA-CT Web para encaminhar as demandas sobre a violação ou o não atendimento aos direitos assegurados da criança e do adolescente. O SIPIA (Sistema de Informações para Infância e Adolescência) é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e a defesa dos direitos fundamentais, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente. O SIPIA tem uma saída de dados agregados nos âmbitos municipal, estadual e nacional e se constitui numa base única nacional para formulação de políticas públicas no setor.

3. Secretaria Municipal de Educação

Em todas as escolas, diretas e indiretas, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, há casos suspeitos e notificados de abuso sexual contra os alunos. Geralmente é a própria criança ou adolescente vitimizado que comunica a violência sofrida ou dá sinais dela aos professores e demais funcionários da escola. A Portaria nº 5552, de 04/09/2012, estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus-tratos aos alunos, na forma que especifica, conforme artigos 1º

As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão comunicar aos Conselhos Tutelares/autoridade competente os casos de violência, abusos e maus-tratos contra crianças ou adolescentes, observados os procedimentos estabelecidos na presente Portaria. (SÃO PAULO, 2012)

e Artigo 2º

O professor ou outro educador da unidade educacional que suspeitar ou confirmar maus-tratos contra criança ou adolescente deverá comunicar, de imediato, o caso de que tenha conhecimento, ao Conselho Tutelar/ autoridade competente sob pena de infração administrativa sujeita à multa nos termos do artigo 245 da Lei 8.069/90. (SÃO PAULO, 2012)

A secretaria municipal de educação não dispõe de um sistema de informação de dados dos alunos notificados ou suspeitos de maus-tratos, incluindo a violência sexual em crianças e adolescentes.

4. Secretaria Municipal de Justiça

Foi criada a partir da Lei 16.974, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal Direta, a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica, bem como a criação e alteração de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança. A Secretaria Municipal de Justiça é organizada com base no Decreto 58.414/2018 de 13 de setembro de 2018, conforme Artigo 6º

A Secretaria Municipal de Justiça – SMJ, que ora fica criada, tem por finalidade promover e manter relações institucionais com os órgãos do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e com outras entidades ligadas à Justiça, definir o posicionamento político-institucional relativo a temas de especial relevância para a Administração Pública Municipal, bem como atuar na defesa do consumidor e executar atividades compatíveis e correlatas com a sua área de atuação. (SÃO PAULO, 2018)

A Secretaria Municipal de Justiça tem, nos órgãos do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outras entidades ligadas à Justiça como segmentos para atuação na garantia de direitos, proteção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

5. Secretaria Municipal da Saúde

O atendimento às vítimas das violências e aos agressores é balizado por diversas legislações, tais como: Decreto nº 48.421, publicado em 6 de junho de 2007 – que regulamenta a Lei nº 13.671, de 26 de novembro de 2003, e dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo; Portaria nº 1.328/2007 da SMS – que dispõe sobre a implantação do “Sistema de Informação para a

Vigilância de Violências e Acidentes – SIVVA” no Município de São Paulo; Portaria do Ministério da Saúde nº 1.968 de 25 de outubro de 2001– Dispõe sobre a notificação, às autoridades-competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de-maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Unido de Saúde

Art. 1º Estabelecer que os responsáveis técnicos de todas as entidades de saúde integrantes ou participantes, a qualquer título, do Sistema Único de Saúde – SUS deverão notificar, ao Conselho Tutelar da localidade, todo caso de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes, por elas atendidos. (BRASIL, 2001)

A partir de 05 de julho de 2015 (pactuado no município), os casos de violência passaram a ser registrados pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) com uma nova ficha de notificação utilizada em todo território nacional. Os acidentes continuam a ser registrados pelo município no SIVA (Sistema de Informações para a Vigilância de Acidentes) com o uso da antiga ficha SIVVA, porém adaptada. Para efeitos do SINAN, será considerado estupro a agressão sexual com penetração, seja vaginal, anal ou oral. O crime de Importunação Sexual foi tipificado em 2018. A notificação em saúde não é um instrumento de denúncia criminal, mas um componente para monitorar e orientar o cuidado de saúde da pessoa que sofreu violência. Os dados gerados da notificação vislumbram a implementação de políticas em saúde. Em 2003, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo criou a Área Técnica, hoje chamada Cultura de Paz, Saúde e Cidadania para apoiar tecnicamente a implantação das políticas para a superação da violência. Dentre as funções da área técnica, destacam-se: realizar ações intersetoriais de prevenção; formular e implementar as Políticas Públicas no setor da saúde voltadas para minimizar o impacto das diversas formas de violência sobre os cidadãos, em especial para aqueles que buscam ajuda nos serviços de saúde no Município de São Paulo; produzir informações relativas ao tema; implementar ações de promoção à saúde, bem como organizar a atenção integral às pessoas em situação de violência de maneira articulada com as demais Áreas Técnicas e demais redes sociais de apoio.

A Secretaria Municipal de Saúde formulou algumas diretrizes para orientar o trabalho das equipes de profissionais para atuar nas situações de violência apresentada. Essas equipes são denominadas NPV (Núcleos de Prevenção de Violência da Unidade de Saúde). Na Unidade de Saúde, elas são a equipe de referência responsável pela organização do atendimento e articulação das ações a serem desencadeadas para a superação da violência.

Composta de, no mínimo, quatro profissionais, incluindo médico (a), psicólogo (a), assistente social e enfermeiro (a).

No município de São Paulo, além dos procedimentos das secretarias municipais, existem ações de proteção e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes por parte da sociedade civil, por meio de movimentos sociais e organizações não governamentais, vislumbrando ações Intersecretarial e/ou Intersetorial, que, devido a diversos fatores, têm dificuldades nas articulações. Outra ação de proteção presente no município é o Disque Direitos Humanos – Disque 100 –, ligação gratuita e sigilosa, que também gera dados para subsidiar a política de enfrentamento às violências e dá visibilidade ao não cumprimento da garantia de direitos preconizados no ECA e demais legislações.

Em 04 de abril de 2017, foi aprovada a Lei 13.431, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). O inciso III do artigo 4º das Disposições Gerais trata da violência sexual: “Violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não” (BRASIL, 2017); o § 1º dispõe que a criança ou adolescente serão ouvidos por meio da escuta especial: “Para os efeitos desta Lei, a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial” (BRASIL,2017); e, para tanto, o § 2º determina: “Os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça adotarão os procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência” (BRASIL,2017).

Vislumbra-se, por meio dessa Lei, atenção e respeito à voz da criança e do adolescente, numa ação intersetorial, multiprofissional e multidisciplinar, em rede, tendo, como foco, a garantia de proteção e de direitos das crianças e adolescentes. A escuta especializada e qualificada exigirá a criação de fluxos e protocolos nas ações para melhor atendimento às necessidades das crianças e adolescentes vítimas de violências. Para Fuziwara e Fávero (2011), a escuta qualificada e do trabalho de qualidade envolvem competência técnica e política e,

[...] por consequência, exigem o domínio da teoria explicativa da realidade social, de fatores subjetivos que permeiam a ação e a reação dos sujeitos, dos princípios éticos coerentes com a atividade profissional e social e do conhecimento dos instrumentais da ação (FUZIWARA; FÁVERO, 2011, p. 40).

Além de promover a escuta especializada e qualificada, a Lei 13.431 vislumbra o exercício do diálogo e a melhor compreensão das políticas existentes nas diversas secretarias, por meio da efetivação de ações orquestradas no diálogo e no respeito tanto às vítimas e seus familiares/responsáveis, como entre os profissionais que atuarão em conjunto na proteção da criança e do adolescente.

1.4 A violência sexual contra crianças e adolescentes em dados

Apesar das subnotificações, abordar a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio também de dados nos proporciona visualizar, observar e analisar numericamente esse fenômeno, auxiliando-nos em sua compreensão e dimensão, cientes de que os dados nos mostram somente a “ponta do iceberg”¹⁵ das violências efetivadas.

Neste estudo, serão apresentados dados oficiais relativos ao Brasil, aos Estados, ao Município de São Paulo e à região em que foi realizada a pesquisa. As fontes dos dados são os Governos Federal, Estadual e do Município de São Paulo, a saber: 1. Balanço Geral 2011 ao 1º semestre de 2019 – Crianças e Adolescentes - Disque 100, 2. Boletim Epidemiológico nº 27 do Ministério da Saúde; 3. Dados da Secretaria Municipal de Saúde Investigação de violência interpessoal/autoprovocada – SINAN- NET da Secretaria Municipal de Saúde, 2015 a 2019; 4. Registro mensal de atendimento do CREAS, da Secretaria Municipal da Assistência Social, às crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual de 2012 a 2019 no Brasil, Estado e Município de São Paulo; 5. SIPIA- Módulo para Conselhos Tutelares-Estatísticas, de 01/01/2009 a 31/12/2019.

1.4.1 Balanço geral dos dados do Disque 100, de janeiro de 2011 a abril de 2019 – Violência Sexual em Crianças e Adolescentes¹⁶

No balanço geral do mês de janeiro de 2011 a abril de 2019, os dados foram sistematizados a partir das denúncias de violações de direitos humanos, coletadas nos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, incluindo Disque 100 - Ouvidoria Online, Clique 100, aplicativo Proteja Brasil e denúncias por canais presenciais. Os dados também foram somados do sistema SONDHA (Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e Atendimento) e do sistema

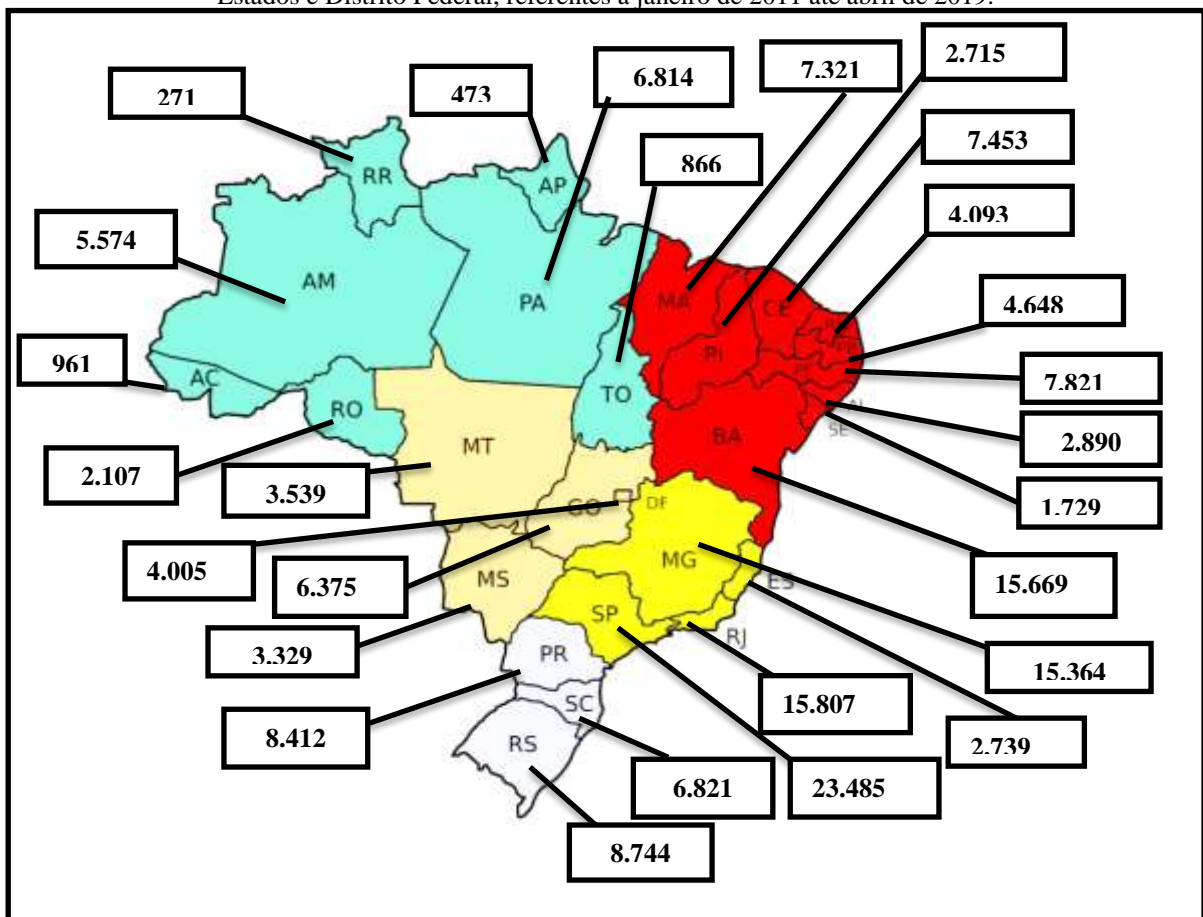
¹⁵ Termo inspirado dos estudos sobre violência doméstica das professoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra.

¹⁶ Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>. Acesso em agosto de 2019.

do SAFERNET¹⁷. As tabelas com os dados foram emitidas e disponibilizadas no site do Disque 100 em 15/05/2019 e consultadas no segundo semestre de 2019. Nas planilhas de dados do Disque 100, a violência sexual é caracterizada por sete violações: abuso sexual, estupro, exploração sexual, exploração sexual no turismo, *grooming*¹⁸, pornografia infantil e *sexting*¹⁹.

Os dados aqui apresentados foram selecionados a partir dos objetivos propostos para este estudo, relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes, priorizando as denúncias de abuso sexual. Algumas tabelas foram compactadas para melhor exibição. Nas tabelas relativas aos dados nos Estados e Distrito Federal, evidenciamos também os dados relativos ao estado de São Paulo, por se tratar do estado em que ocorreu esta pesquisa.

Figura 1: Total da soma de denúncias relativas à violência sexual em crianças e adolescentes, de todos os Estados e Distrito Federal, referentes a janeiro de 2011 até abril de 2019.



Fonte: DISQUE 100, 2019²⁰.

¹⁷ Organização não governamental, sem fins lucrativos, com a missão de promover o uso seguro das Tecnologias da Informação e Comunicação, conforme Estatuto no Artigo 2º, Capítulo II da Finalidade.

¹⁸ Termo originário do inglês, utilizado para definir o aliciamento de menores por meio da Internet, com o intuito de se buscar benefícios sexuais.

¹⁹ “É a junção da palavra sex (sexo) + texting (torpedo). É um fenômeno no qual os adolescentes e jovens usam redes sociais, aplicativos e dispositivos móveis para produzir e compartilhar imagens de nudez e sexo.” (SAFERNET – <https://new.safernet.org.br/content/sexting>)

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-do-disque-100>.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no Brasil, a população estimada em 2019 era de 210.147.125 habitantes, distribuída em cinco regiões, com 26 estados e um distrito federal. A partir da soma dos dados das denúncias relativa à violência sexual contra crianças e adolescentes, por regiões, com seus respectivos estados incluindo o distrito federal, é possível observar o total de 170.025 denúncias efetivadas no período de janeiro de 2011 até abril de 2019.

Ressalta-se que, na planilha do sistema SONDDHA, constam 7.109 denúncias sem anotação da unidade federativa, totalizando 177.134 denúncias. Do total de denúncias, dos anos de 2015 a 2018, os dados foram somados do Sistema SONDDHA e do Sistema SAFERNET. Os dados relativos a 2019 não foram somados aos do Sistema SAFERNET e, dos anos de 2011 a 2014, não há informações se ocorreu a soma ou não dos dados do Sistema SONDDHA com os do Sistema SAFERNET, indicando a diferença no dado total a partir do perfil das vítimas de 228.353 denúncias.

Na figura, observamos que alguns estados se destacam nas denúncias em relação aos demais, como São Paulo, totalizando 23.485 (13,7%), seguido do estado do Rio de Janeiro com 15.807 (9,2%), Bahia 15.669 (9,2%) e Minas Gerais 15.364 (9%). Ressalta-se que, segundo dados do IBGE, esses estados também são os mais populosos do Brasil. Quanto aos estados com menor número de denúncias, destaca-se Roraima, com 271 (0,1%); Tocantins, com 866 (0,5%) e Amapá, com 473 (0,2%).

Observando os dados por região é possível salientar, na Região Norte, o estado do Pará, com 6.814 (4,0%) denúncias, seguido do estado do Amazonas, com 5.574 (3,2%) e do estado de Rondônia, com 2.107 (1,2%). Na Região Nordeste, o estado da Bahia, com 15.669 (9,2%) denúncias, seguido do estado de Pernambuco, com 7.821 (4,5%) e do estado do Ceará, com 7.453 (4,3%). Na Região Centro Oeste, o estado de Goiás, com 6.375 (3,7%) denúncias, o Distrito Federal, com 4.005 (2,3%) e o estado do Mato Grosso, com 3.539 (2%). Na Região Sudeste, o estado de São Paulo, com 23.485 (13,7%) denúncias, seguido do estado do Rio de Janeiro, com 15.807 (9,2%) e do estado de Minas Gerais, com 15.364 (9%). Na Região Sul, destacam-se os estados do Rio Grande do Sul, com 8.744 (5,1%) denúncias, seguido do estado do Paraná, com 8.412 (4,9%) e do estado de Santa Catarina, com 6.821 (4%). Das regiões, a Sudeste é a que mais efetivou denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Tabela 1: Dados da Violência Sexual de crianças e adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por tipos de violações.

VIOLAÇÕES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	%
Abuso sexual	7.985	31.551	26.613	19.248	14.506	11.560	14.647	13.420	4.219	143.749	73,49%
Estupro	3	4	2	0	1	3	1	0	0	14	0,01%
Exploração Sexual	2.455	8.080	7.217	5.437	3.858	3.308	3.843	2.680	802	37.680	19,26%
Exploração Sexual no Turismo	16	63	84	71	35	34	24	17	5	349	0,18%
Grooming	9	99	123	110	57	171	289	191	81	1.130	0,58%
Pornografia Infantil	71	358	454	352	803	1.815	3.172	2.079	87	9.191	4,70%
Sexting	12	103	164	193	131	210	292	210	91	1.406	0,72%
Outros	148	441	434	184	336	422	56	36	17	2.074	1,06%
TOTAL	10.699	40.699	35.091	25.595	19.727	17.523	22.324	18.633	5.302	195.593	100%

Fonte: DISQUE 100, 2019.²¹

Do total das violações especificadas, 195.593, o abuso sexual é o mais evidenciado, com 143.749 (73,49%) denúncias, seguido da exploração sexual, com 37.680 (19,26%). Por meio dos dados, observa-se uma significativa diminuição das denúncias referentes aos anos de 2013 a 2018, em torno de 50%. No entanto, com relação à pornografia infantil, houve um crescimento de denúncias, como também com relação ao *grooming* e *sexting*, com pequenas oscilações para mais ou para menos, no período de 2011 a 2018. Com relação ao estupro, observa-se o baixo número de denúncias, 14 no período de 2011 a 2019. No entanto, estudos evidenciam que, em muitos casos de abuso sexual, está incluso o estupro.

Com base no balanço geral dos dados do Disque 100, nota-se que o número total apresentado a partir dos tipos de violações denunciadas é de 195.593, diferenciando-se do número total da soma de denúncias, 177.134, apresentadas na figura 1. Com relação ao estado de São Paulo, do total das 23.485 denúncias, os dados das violações foram 26.016.

Os dados relativos à faixa etária das crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, está evidenciado na tabela 2.

²¹ Dados obtidos a partir da tabela do Disque 100, na qual consta a observação de que são dados apenas do SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), visto que o DDN (Disque Denúncia Nacional) não apresentava esses marcadores. As tabelas com os dados foram emitidas e disponibilizadas no site do Disque 100 em 15/05/2019 e consultadas no segundo semestre de 2019.

Tabela 2: Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por faixa etária.

Faixa etária	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Não informado	1.316	6.003	5.539	4.148	3.065	1.925	2.165	1.848	515	26.524	11,62%
Nascituro	1	1	5	3	1	2	2	1	2	18	0,01%
Recém-nascido	10	62	66	42	23	22	25	23	5	278	0,12%
0 a 3 anos	591	2.479	2.211	1.726	1.321	1.110	1.472	1.332	417	12.659	5,54%
4 a 7 anos	1.417	5.610	5.081	3.612	2.878	2.415	3.128	2.943	883	27.967	12,25%
8 a 11 anos	2.604	9.224	7.819	5.852	4.362	3.617	4.479	3.762	1.115	42.834	18,76%
12 a 14 anos	4.314	16.095	13.054	9.282	6.653	5.553	6.958	5.747	1.689	69.345	30,37%
15 a 17 anos	3.197	11.709	9.702	6.545	4.548	3.681	4.550	3.614	1.182	48.728	21,34%
Total	13.450	51.183	43.477	31.210	22.851	18.325	22.779	19.270	5.508	228.353	100%

Fonte: DISQUE 100, 2019

Do total de 228.353 denúncias, com relação à faixa etária, os dados evidenciam que o maior número pertence à faixa etária de 12 a 14 anos, 69.345 (30,37%), e à de 15 a 17 anos, 48.728 (21,34%), sugerindo que essas denúncias, além de realizadas por terceiros, também podem ter sido realizadas pelos próprios adolescentes que, de certa forma, têm conhecimento dos canais e autonomia para realizá-las.

Observam-se, também, as denúncias relacionadas à faixa etária de 8 a 11 anos, 42.834 (18,76%), seguidas pela faixa etária de 4 a 7 anos, 27.967 (12,25%), relatando situação de violência sexual a que crianças estavam ou estão sendo submetidas. No geral, essas denúncias foram realizadas por uma pessoa mais velha, ou pelas próprias crianças, em alguns casos.

Quanto às denúncias referentes ao nascituro, 18 (0,01%), ao recém-nascido, 278 (0,12%) e à faixa etária de 0 a 3 anos, 12.659 (5,54%), dependeram exclusivamente da ação de outra pessoa para realizá-las. Com essa dependência, muitos casos de violência sexual não são denunciados, imperando o silêncio, a convivência e a desproteção. No entanto, destaca-se um número considerável na faixa etária de 0 a 3 anos, o que leva a concluir que as crianças, à sua maneira, por meio da linguagem, comportamento e/ou evidências físicas, demonstram a violência a que estão sendo submetidas e também são observadas por pessoas protetoras. De maneira geral, nota-se que, em todas as faixas etárias, incluindo a não informada, 26.524 (11,62%), houve um decréscimo nas denúncias de 2012 a 2018.

Dados relativos ao perfil das vítimas por faixa etária, no estado de São Paulo, no total de 28.418 denúncias, demonstram que 7 (0,02%) são nascituros; 41 (0,16%), recém-nascidos;

2.145 (7,5%) têm de 0 a 3 anos; 4.504 (15,9%), de 4 a 7 anos; 5.329 (18,7%), de 8 a 11 anos; 7.501 (26,3%), de 12 a 14 anos; 5.600 (19,7%), de 15 a 17 anos; e 3.291 (11,5%) são de faixa etária não informada. É possível observar que, semelhante aos dados gerais da tabela 1.2, no estado de São Paulo, o número maior de denúncia também se encontra na faixa etária correspondente à adolescência, contudo sem menosprezar o número bastante significativo na faixa etária de 4 a 11 anos.

Com relação ao perfil das vítimas da violência sexual em crianças e adolescentes, do nascituro até a faixa etária dos 17 anos, incluindo também a faixa etária não informada em todos os estados e Distrito Federal, os dados demonstram que 161.887 (70,89%) são do sexo feminino, 39.221 (17,18%) do sexo masculino e 27.245 (11,93%) não informado. Com relação à cor, das 228.353 crianças e adolescentes, 834 (0,37%) são da cor amarela, 58.238 (25,50%) branca, 603 (0,26%) indígena, 89.437 (39,17%) não informada, 65.754 (28,79%) parda e 13.487 (5,91%) preta. Observa-se que a maioria das vítimas é do sexo feminino e da cor parda.

No estado de São Paulo, o perfil sexo totalizou 31.529 vítimas, do sexo feminino 21.100 (66,92%), do masculino 6.404 (20,32%) e não informado 4.025 (12,76%). Portanto observa-se que as crianças e adolescentes do sexo feminino são as maiores vítimas da violência sexual, sem menosprezar, contudo, a quantidade de violações contra os meninos.

Quanto ao sexo do abusador suspeito da violência sexual contra crianças e adolescentes, verificamos que num total de 216.182 pessoas²², 145.145 (67,14%) são do sexo masculino, 38.347 (17,74%) do feminino e 32.690 (15,12%) não informado. O estado de São Paulo totaliza 29.535 suspeitos (as), 19.158 (64,86%) do sexo masculino, 5.728 (19,39%) do feminino e 4.649 (15,75%) não informado. Os dados demonstram a prevalência do sexo masculino como suspeito da violência sexual, incluindo todas as sete violações, reportando-nos à relação assimétrica de poder e situações que envolvem a questão de gênero.

Na planilha de dados, em que consta a relação de 35 tipos de suspeitos²³ *versus* vítimas da violência sexual contra crianças e adolescentes, verificamos que, do total das

²² No balanço geral dos dados do Disque 100, de janeiro de 2011 a abril de 2019 – Violência Sexual em Crianças e Adolescentes –, não há referência quanto à explicação da diferença da quantidade do número de denúncias (228.353) e do sexo do abusador suspeito da violência, incluindo o não informado, totalizando 216.182 pessoas.

²³ Os 35 tipos de suspeitos apresentados na planilha são: Amigo (a), Avó, Avô, Companheiro (a), Cuidador (a), Cunhado (a), Desconhecido(a), Diretor(a) de escola, Diretor(a) de Unidade Prisional, Empregado (a), Empregador, Enteadado(a), Esposa, Ex-Companheiro (a), Ex-Esposa, Ex-Marido, Familiares, Irmão (ã), Líder Religioso, Madrasta, Mãe, Marido, Namorado(a), Não informado, Padrasto, Padrinho/Madrinha, Pai, Primo(a), Professor(a), Própria vítima, Sobrinho(a), Sogro(a), Subordinado, Tio (a) e Vizinho (a).

216.218²⁴ denúncias apresentadas, as de maior quantidade são: não informado – 72.074 (24,34%), desconhecido (a) – 51.910 (17,53%), mãe – 34.906(11,79%), pai – 30.086 (10,16%), padrasto – 27.242 (9,20%) e outros. Nota-se que, na maioria das denúncias, não foi informado o tipo de suspeito na prática da violência sexual. Dado que, se revelado, talvez pudesse demonstrar um aumento do número de mãe, pai e padrasto suspeitos.

No estado de São Paulo, do total de 41.030 denúncias de suspeitos de violência sexual, há a mesma tendência dos dados gerais, isto é: não informado – 9.947 (24,24%); desconhecido (a) 6.043 (14,72%); mãe – 5.967 (14,54%); pai – 5.150 (12,55%); padrasto – 3.568 (8,69%) e outros – 10.355 (25,23%). Observa-se que a maioria das denúncias com relação ao suspeito de praticar a violência sexual, diluída em 35 tipos, é “outros”, a “não informado” e “desconhecido”, dado que pressupõe a preocupação dos denunciantes com o sigilo e em não comprometer os suspeitos que, conforme estudos e dados são os próprios familiares das vítimas, sem, contudo, tirar o mérito de alguns tomarem a iniciativa de denunciar. Outro aspecto não menos importante demonstrado pelos dados é que, na planilha “suspeito *versus* vítima”, em consonância com os dados nacionais, com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, a mãe ocupa 11,79%, o pai 10,16% e o padrasto 9,20% dentre as 35 categorias de suspeitos denunciados.

Na planilha referente à faixa etária dos (as) suspeitos (as), de 12 a 91 anos, totalizando 216.182 denúncias, as três com maior número foram: não informada, com 68.826 (31,8%); de 25 a 30 anos, com 28.121 (13 %); a de 18 a 24 anos, com 25.229 (11,67%) e a soma das demais idades totalizou 94.006. No tocante aos dados referentes à cor/raça dos suspeitos (as), no total de 216.182 denúncias, 103.144 (47,7%) não informou, 50.455 (23,3%) parda; 45.124(20,9%) branca; 16.309 (7,5%) preta; 684 (0,3%) amarela; e 466 (0,2%) indígena. Observa-se que a faixa etária de maior número de suspeitos é a de 25 a 30 anos e da cor parda.

No estado de São Paulo, com relação à planilha do perfil dos suspeitos de abuso sexual, os dados demonstram que, do total de 29.535 denúncias, 19.158 (65%) referem-se ao sexo masculino; 5.728 (19,3%) ao feminino; e 4.649 (15,7%) não informado. Com relação à faixa etária dos suspeitos, do total de 29.535, ressalta-se as idades não informadas, 9.841 (33,3%); de 25 a 30 anos, 3.536 (11,9%); de 36 a 40 anos, 2.999 (10,1%), sendo que a soma das demais idades totalizou 13.159. Referente à cor/raça dos suspeitos, do total de 29.535, 13.947 (47,2%) não informaram, 7.386 (25%) é branca; 6.014 (20,3%) é parda; 2.033 (7%), preta; 98 (0,33%), amarela; e 57 (0,19%), indígena. Nota-se que, no estado de São Paulo, a

²⁴ Dos 35 tipos de suspeitos, incluindo o não informado, o total foi de 216.218 pessoas. Numero que também diverge do total do número de denúncias, 228.353.

maioria dos suspeitos de abuso sexual é do sexo masculino, na faixa etária de 25 a 30 anos e da cor branca, assim como os dados relativos ao Brasil.

Com relação às denúncias da violência sexual contra crianças e adolescentes, por tipo de deficiência, todos os estados e Distrito Federal demonstram o que se observa na tabela 3.

Tabela 3: Dados da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em todos os Estados e Distrito Federal, de janeiro de 2011 até abril de 2019, por tipo de deficiência.

Deficiência	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	%
Auditiva	41	84	81	65	55	36	34	32	4	432	0,19%
Física	69	255	217	130	110	95	116	119	17	1.128	0,49%
Intelectual	59	250	229	156	148	230	237	220	50	1.579	0,69%
Mental	102	521	544	432	321	223	346	390	99	2.978	1,30%
Visual	13	57	67	20	52	8	15	18	5	255	0,11%
Não Informado	5	10	10	5	5	11	14	19	7	86	0,04%
Não possui	13.184	50.084	42.403	30.455	22.213	17.758	22.072	18.528	5.638	221.895	97,18%
Total	13.473	51.261	43.551	31.263	22.904	18.361	22.834	19.326	5.820	228.353	100%

Fonte: DISQUE 100, 2019.

Observa-se, nesta tabela, que, das 228.353 denúncias da violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2011 a 2019, 221.895 (97,18%) não têm deficiência. No entanto, nota-se que 6.372 (2,81%) crianças e adolescentes deficientes sofreram ou ainda sofrem violência sexual, como podemos perceber por meios destes dados: 2.978 (1,30%) têm deficiência mental; 1.579 (0,69%), deficiência intelectual; 1.128 (0,49%), deficiência física; 432 (0,19%), deficiência auditiva; 255 (0,11%), deficiência visual. Provavelmente, há subnotificação nos dados da violência sexual em crianças e adolescentes com deficiência, devido às dificuldades inerentes a cada limitação, o que pode prejudicar a denúncia.

Outro dado relevante é quanto ao local em que ocorreu a violência. Dos 47 relacionados na planilha de dados, os seis locais com maior número de denúncias, do total de 181.352, foram: casa da vítima 66.718 (36,8%); casa do suspeito 58.967 (32,5%); outros lugares 20.398 (11,2%); casa 15.348 (8,5%); na rua 14.265 (7,8%); e na escola 3.469 (1,9%).

No estado de São Paulo, a sequência de locais coincide com os demais estados do Brasil. Do total de 24.815 denúncias, 9.591 (38,6%) ocorreram na casa da vítima; 7.402 (31%) na casa do suspeito; 2.861 (11,5%) em outros lugares; 2.186 (8,8%) em casa; 1.670 (6,7%) na rua e 513 (2%) na escola, demonstrando que o local “privilegiado” do agressor é a casa da vítima, o seu “lar”.

1.4.2 Boletim Epidemiológico nº 27 - Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, no período de 2011 a 2017.

O Boletim Epidemiológico é uma publicação de caráter técnico-científico do Ministério da Saúde, editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, de acesso livre, formato eletrônico com periodicidade mensal e semanal para os casos de monitoramento e investigação de doenças específicas sazonais. Configura-se como instrumento de vigilância para promover a disseminação de informações relevantes e qualificadas, com potencial para contribuir com a orientação de ações em Saúde Pública no Brasil.

Em sua divulgação de número 27, volume 49, em junho de 2018, pelo Ministério da Saúde, destaca que, entre 2011 e 2017, o Brasil teve aumento de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse período, foram notificados 184.524 casos de violência sexual em geral, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 141.105 (76,5%) dos casos notificados nessas duas etapas de vida.

A avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual mostrou que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% tinham alguma deficiência ou transtorno. As notificações se concentraram nas regiões Sudeste (40,4%), Sul (21,7%) e Norte (15,7%). Entre as crianças do sexo feminino com notificação de violência sexual, destaca-se que 51,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos; 42,9%, entre 6 e 9 anos; 46,0% eram da raça/cor da pele negra, e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste (39,9%), Sul (20,7%) e Norte (16,7%). Entre as crianças do sexo masculino com notificação de violência sexual, destaca-se que: 48,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos; 48,3% entre 6 e 9 anos; 44,2% eram da raça/cor da pele negra, e as notificações se concentraram nas regiões Sudeste (41,8%), Sul (24,6%) e Norte (12,7%).

A avaliação das características da violência sexual contra crianças mostrou que 33,7% dos eventos tiveram caráter de repetição, 69,2% ocorreram na residência e 4,6% ocorreram na escola e 62,0% foram notificados como estupro. Entre as crianças do sexo feminino, a análise das notificações de violência sexual mostrou que 33,8% tiveram caráter de repetição, a residência (71,2%) e a escola (3,7%) foram os principais locais de ocorrência e 61,0% dos eventos foram notificados como estupro. Entre as crianças do sexo masculino, a avaliação das notificações de violência sexual mostrou que 33,2% tiveram caráter de repetição, a residência

(63,4%) e a escola (7,1%) foram os principais locais de ocorrência e 64,6% dos eventos foram notificados como estupro.

A avaliação das características do provável autor da violência sexual contra crianças mostrou que, em 74,7% das notificações, houve envolvimento de um autor. Em 81,6%, o agressor era do sexo masculino e 37,0% tinham vínculo familiar com a vítima. Entre as crianças do sexo feminino, em 75,6% dos casos notificados, a violência sexual foi perpetrada por um autor. Em 80,8%, o agressor era do sexo masculino, e 39,8% tinham vínculo familiar com a vítima. Entre as crianças do sexo masculino, em 72,2% dos casos notificados, a violência sexual foi perpetrada por um autor. Em 83,7%, o agressor era do sexo masculino, e 35,4% tinham vínculo de amizade/conhecimento.

1.4.3. Dados da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Violência interpessoal/autoprovoçada – SINAN – NET (TABNET) período de 2015 a 2019²⁵

As notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes são registradas mensalmente na ficha do SINAN, de notificação individual ou violência interpessoal/autoprovoçada. As opções da ficha no campo 58 são: Assédio sexual, Estupro, Pornografia infantil, Exploração sexual e Outros, com espaço para a especificação em Outros.

Em consulta à base de dados TABNET da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) do município de São Paulo, foi possível destacar alguns dados da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de São Paulo e na região onde ocorreu a coleta de dados para esta pesquisa.

No município de São Paulo, as notificações realizadas de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2015 a 2019, perfazem um total de 7.299, na faixa etária de menos de 1 ano a 17 anos, do qual 5.922 (81,13 %) vítimas são do sexo feminino e 1.377 (18,86%), do sexo masculino. Com relação à raça/cor, das 7.299 crianças e adolescentes, 46 (0,63%) são da cor amarela; 2.997 (41,06%) são da cor branca; 714 (9,78%) têm cor ignorada, 110 (1,50%) são indígenas; 2.740 (37,55%), pardas; e 692 (9,48%), pretas.

²⁵ Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/sinan-net>. Acesso em: 21/11/2019.

Tabela 4: Dados relativos à faixa etária e tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município do São Paulo, de 2015 a 2019.

Faixa etária	Assédio Sexual	Estupro	Pornografia Infantil	Exploração Sexual	Outra violência sexual	Total
<1 ano	64	112	3	9	17	205
1 a 3 anos	362	550	28	38	169	1.147
4 a 5 anos	382	528	38	35	131	1.114
6 a 10 anos	745	969	86	55	132	1.987
11ª a14 anos	602	1019	44	62	90	1.817
15 a 17 anos	322	611	18	28	50	1.029
Total	2.477	3.789	217	227	589	7.299

Fonte: TABNET, 2019.

Por meio dos dados, é possível observar que, dos tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes, na faixa etária com menos de 1 ano até 17 anos, a coluna referente a estupro é a que obteve maior quantidade de ocorrências, 3.789 (51,9%), seguida do assédio sexual com 2.477 (33,9%) e de outra violência sexual com 589 (8%). Uma vez que não consta uma coluna específica para abuso sexual, possivelmente, na coluna estupro, entende-se o que se preconiza como estupro de vulnerável, no Código Penal Brasileiro, no artigo 217-A – “Ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 catorze anos” (BRASIL, 2009), cuja pena é a reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Com relação à faixa etária, as três que obtiveram maior número de ocorrências de violência sexual foram a de 6 a 10 anos, com 1.987 (27,2%); a de 1 a 3 anos, com 1.147 (15,7%); e a de 11 a 14 anos, com 1.817 (24,8%) ocorrências. Percebe-se que, no município de São Paulo, o maior número de tipos de violência sexual ocorreu em crianças.

Com relação ao número de casos por faixa etária e autor da violência sexual, no período de 2015 a 2019 no município de São Paulo a tabela a seguir demonstra:

Tabela 5: Número de casos por faixa etária e autor da violência sexual, no período de 2015 a 2019 no município de São Paulo.

Faixa etária	Pai	Mãe	Padrasto	Madrasta	Amigos/ Conhecidos	Desconhecido	Cuidador	Ignorado	Em branco	Total
< 1 ano	67	31	28	4	53	28	8	33	27	279
1 a 3 anos	368	97	92	7	226	116	43	301	98	1.348
4 a 5 anos	261	107	111	10	357	57	25	97	87	1.112
6 a 10 anos	379	209	254	15	629	132	28	178	149	1.973
11 a 14 anos	253	129	271	7	505	262	14	87	121	1.649
15 a 17 anos	112	56	98	4	232	301	5	58	72	938
Total	1.440	629	854	47	2.002	896	123	754	554	7.299

Fonte: TABNET, 2019

Observa-se, ainda, que, no município de São Paulo, o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre as faixas etárias menor que um ano até 17 anos, a que sofreu mais violações foi a de crianças de 6 a 10 anos, com 1.973 casos (27%), seguida das de 11 a 14 anos, com 1.649 (22,5%). Quanto ao autor (a) da violência sexual, observa-se que 2.002 (27,4%) foram realizados por amigos e/ou pessoas conhecidas, que podem ser do mesmo grau de parentesco, isto é, avós, tios, primos e outros. Com 1.440 (19,7%) denúncias, o pai é notificado como o segundo autor da violência sexual, seguido de pessoas desconhecidas, 896 (12,2%). Outros autores com a mesma quantidade de notificações foram a mãe e o padrasto, com 629 (8,6%) cada.

Dados apresentados nas tabelas do TABNET, referentes ao sexo dos autores da violência sexual, totalizando de 7.299 violência sexual contra criança e adolescente, indicam que, em 5.579 (76,5%) dos casos, o autor foi do sexo masculino, em 313 (4,3%), do sexo feminino, em 692 (9,4%), de ambos os sexos, em 702 (9,6%), o sexo é ignorado e em 13 (0,2%), está em branco.

Com relação ao número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes encaminhados às instituições de acordo com a faixa etária, no período de 2015 a 2019, no município de São Paulo, temos o contido na tabela 6, a saber:

Tabela 6: Número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes encaminhados às instituições de acordo com a faixa etária, no período de 2015 a 2019, no município de São Paulo.

Órgãos e Instituições	< 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	Total
Conselho Tutelar	6	40	36	51	61	33	227
Assistência Social	23	213	166	373	302	124	1.201
Ministério Público	1	15	8	10	18	8	60
Delegacias	37	268	178	293	239	138	1.153
Delegacia da Mulher	11	68	53	97	146	134	509
Justiça Infante Juvenil	4	40	23	57	41	23	188
Defensoria Pública	0	29	18	24	21	14	106
Educação	7	42	32	79	54	17	231
Direitos Humanos	1	3	3	2	3	2	14
Total	90	718	517	986	885	493	3.689

Fonte: TABNET, 2019.

Com base nos dados, podemos observar que, dentre as instituições para as quais a Secretaria Municipal de Saúde encaminha as crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, 1.201 (32,5%) casos são direcionados para Assistência Social, 1.153 (31,2%) para Delegacias, 509 (13,8%) para a Delegacia da Mulher, 231 (6,2%) para Educação e 227 (6,1%) para o Conselho Tutelar. O maior número de casos notificados encontra-se na faixa etária de 6 a 10 anos, 986 (26,8%).

No município de São Paulo, há seis Coordenadorias Regionais de Saúde: Centro, Oeste, Leste, Norte, Nordeste e Sul. Com relação aos dados da Coordenadoria Regional em que as escolas pesquisadas estão inseridas, evidenciam-se, por meio do TABNET – SINAN, no período de 2015 a 2019, um total de 2.343 casos de violência sexual em crianças, adolescentes e adultos.

Com relação aos dados da região das escolas pesquisadas, pertencente à Coordenadoria Regional de Saúde, no mesmo período (2015 a 2019), foram 373 casos notificados de violência sexual, nas seguintes faixas etárias: menor de 1 ano – 12 (3%); de 1 a 3 anos – 52 (14%); de 4 a 5 anos – 54 (15%); de 6 a 10 anos – 74 (20%); de 11 a 14 anos – 69 (18%); de 15 a 17 anos – 22 (6%); e adulto – 90 (24%).

O número de casos atendidos por violência sexual e sexo das vítimas, demonstra que, dos 373 casos, 318 (85,25%) são do sexo feminino e 55 (14,75%) são do sexo masculino. Com relação ao número de casos por violência sexual e cor/raça, os dados demonstram que, do total de 373, 164 (43,96%) é da cor branca, 159 (42,60%) é parda, 26 (6,97%), preta, 3 (0,80%), indígena e 21 (5,63%), ignorada. Observa-se, portanto, que a maioria das vítimas de violência sexual é do sexo feminino, da cor branca e parda. Em relação ao autor da violência sexual contra crianças e adolescentes, do total de 245, 216 (88,16%) é do sexo masculino, 3 (1,22%), do feminino e 26 (10,61%), ignorado. Quanto às notificações do autor de violência sexual/estupro contra crianças e adolescentes com menos de 1 ano até 14 anos, do total de 144, 131 (90,97%) são do sexo masculino, 1 (0,70%) é do feminino e 12 (8,33%) são ignorados. Por meio dos dados, é possível observar que a maioria dos violadores sexuais é do sexo masculino. Em 2019, o número de casos de violência sexual reincidente foi 44.

1.4.4. Secretaria Municipal da Assistência Social - registro mensal de atendimento do CREAS às crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual de 2012 a 2019 no Brasil, Estado e Município de São Paulo²⁶

Por meio da Rede SUAS (Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social), foi possível acessar os dados do período de 2012 até janeiro de 2019, relativos às crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil, no Estado e no Município de São Paulo.

Tabela 7: Dados do atendimento mensal CREAS às crianças ou adolescentes, vítimas de abuso sexual, de 2012 a janeiro de 2019.

Local	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Brasil	50.035	47.567	37.048	30.421	29.015	31.944	34.198	2.704	262.932
Estado de São Paulo	6.857	5.861	4.479	4.156	4.575	4.448	4.871	434	35.681
Município de São Paulo	765	751	309	373	267	323	363	29	3.180

Fonte: Registro mensal de atendimento CREAS, 2019.

Os dados demonstram que, no total de 262.932 atendimentos às crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual, o ano de 2012 foi o que mais apresentou assistências, 50.035 (19,0%) no Brasil, estado e município de São Paulo. Observa-se que houve uma diminuição de atendimentos nos anos de 2014 a 2017. No entanto, em 2018 a quantidade de assistências às vítimas voltou a crescer. Como os dados de 2019 são somente relativos ao mês de janeiro, não é possível fazermos comparações com os anos anteriores.

1.4.5. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Dados SIPIA - Módulo para Conselhos Tutelares - de 01/01/2009 a 31/12/2019²⁷

Segundo Manual do Usuário do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência, SIPIA, o sistema propõe o registro e o tratamento de informações sobre a garantia dos direitos fundamentais propostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, firmando-se como um instrumento para a ação dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos nos níveis municipal, estadual e federal.

²⁶ Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/suas>. Acesso em: novembro/ 2019.

²⁷ Disponível em: <https://www.sipia.gov.br/>. Acesso em: novembro/2019.

Fundamentado no ECA, o SIPIA tem três objetivos primordiais: operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos, ou seja, possibilitar a mais objetiva e completa leitura possível da queixa ou situação da criança ou adolescente, por parte do Conselho Tutelar; encaminhar a aplicação da medida mais adequada com vistas ao ressarcimento do direito violado para sanar a situação em que se encontra a criança ou adolescente; subsidiar as demais instâncias – Conselhos de Direitos e autoridades competentes – na formulação e gestão de políticas de atendimento.

A partir dos dados coletados, do período de 01/01/2009 até 31/12/2019, com relação ao direito violado (liberdade, respeito e dignidade), tendo como categoria a violência sexual-abuso, no Brasil e no Estado de São Paulo, foi possível observar que, apesar da pouca participação de estados no preenchimento dos dados, pois somente 19 dos 26 estados e o Distrito Federal alimentaram o sistema com dados, bem como no estado de São Paulo, dos 645 municípios, somente 81 constam na planilha de preenchimento das notificações, os dados aqui apresentados também possibilitam a visualização e análise da violência sexual, com foco no abuso sexual, contra crianças e adolescentes.

No Brasil, foram notificados 28.024 casos de violações com relação à violência sexual-abuso. Com relação ao sexo, 22.624 (80,73%) foi feminino, 5.369 (19,15%) foi masculino, 8 (0,02%), trans masculino, 12 (0,04%), trans feminino, e 11 (0,03%), não informado. Quanto à cor, 19.094(68,13%) são brancas; 6.545 (23,35), pardas; 1.498 (5,34), negras; 671 (2,39%), amarelas; 205 (0,73%), indígenas; e 11 (0,03%), não informados. Das 28.024 violações, 6.968 (24,86%) foram em crianças; 9.758 (34,82%), em adolescentes; e 11.298 (40,31%), em adultos, totalizando crianças e adolescentes em 16.726 (59,68%) violações. Com relação ao direito violado no Brasil, por faixa etária, são apresentadas as seguintes informações:

Tabela 8: Direito violado, por faixa etária, de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, no Brasil.

Direito Violado	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 17 anos	Total
Abuso sexual por cuidadores	8	68	103	112	58	46	395
Abuso sexual por detentores de custódia legal	0	0	1	5	3	1	10
Abuso sexual por membros do circuito de relações sociais e de amizade	14	103	443	856	1.300	1.175	3.891
Abuso sexual por pessoas da família	43	538	1377	2.064	2.541	1799	8.362
Abuso verbal/telefonemas obscenos	0	1	2	7	26	35	71
Assédio sexual	6	26	115	218	490	475	1.330
Corrupção para abuso sexual	0	2	0	9	55	74	140
Estupro	18	38	29	191	431	572	1.279
Exibicionismo	0	10	44	76	115	77	322
Voyeurismo ²⁸	1	3	9	10	12	11	46
Outros	4	60	141	211	254	210	880
Total	94	849	2.264	3.759	5.285	4.475	16.726

Fonte: SIPIA, 2019.

²⁸ Transtorno de preferência sexual (CID 10-F65.3) – Prática que consiste em o indivíduo obter prazer sexual por meio da observação de outras pessoas.

Por meio dos dados, observa-se que, das 16.726 crianças e adolescentes com seus direitos violados, em relação à violência sexual, os adolescentes da faixa etária de 13 a 15 anos totalizam 5.285 (31,59%) notificações; os de 16 a 17 anos, 4.475 (26,75%); as crianças de 10 a 12 anos, 3.759 (22,47%); e as de 7 a 9 anos, 2.264 (13,53%).

Com relação aos tipos de direitos violados, violência sexual-abuso evidenciados por meio das denúncias e notificações, o abuso sexual praticado por pessoas da família foi o que recebeu maior número de denúncias, totalizando 8.362 (49,99%) casos, seguido por abuso sexual por membros do circuito de relações sociais e de amizade, com 3.891(23,26%) denúncias, assédio sexual, com 1.330 (7,95%) e estupro, com 1.279 (7,64%) notificações.

Outro dado significativo nas planilhas de dados do SIPIA, do total de 28.024 notificações de violações, é a indicação dos agentes violadores, no total de 36, em que selecionamos dez com maior número de notificações, a saber: estabelecimento comercial, com 8.822 (31,48%) denúncias; outros agentes, com 5.091 (18,16%); polícia civil, com 5.062 (18,06%); padrasto, com 4.441 (15,84%); pai, com 3.644 (13%); tio/tia, com 2.384 (8,50%); avós, com 1.207 (4,30%); criança/adolescente violador (a) do seu próprio direito, com 1.073 (3,82%); irmãos, com 946 (3,37%); e a mãe, com 393 (1,40%).

Com relação aos dados do estado de São Paulo, o número total de notificações é de 921, sendo 695 (75,46%) do sexo feminino e 226 (24,53%) do masculino. Com relação à cor, 598 (64,92%) são brancas; 259 (28,12%), pardas; 55 (5,97%), negras; 7 (0,76%), amarelas; e 2 (0,21%), indígenas. Das 921 violações, 254 (27,57%) aconteceram em crianças, 342 (37,13%) em adolescentes e 325 (35,28%) em adultos. Na soma de crianças e adolescentes, o total é de 596 (64,71%).

No estado de São Paulo, com relação ao direito violado de acordo com a faixa etária, de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, a tabela 9 apresenta os 10 direitos violados que obtiveram maior denúncia, bem como a faixa etária correspondente.

Tabela 9: Direito violado de acordo com a faixa etária, de janeiro de 2009 a dezembro de 2019, no estado de São Paulo.

Direito Violado	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 12 anos	13 a 15 anos	16 a 17 anos	Total
Abuso sexual por cuidadores	0	1	6	9	8	4	28
Abuso sexual por detentores de custódia legal	0	0	0	1	1	0	2
Abuso sexual por membros do circuito de relações sociais e de amizade	2	2	10	29	59	31	133
Abuso sexual por pessoas da família	4	18	47	64	93	54	280
Abuso verbal/telefonemas obscenos	0	0	0	0	2	1	3
Assédio sexual	0	0	3	5	18	14	40
Corrupção para abuso sexual	0	1	0	1	2	2	6
Estupro	3	2	4	12	18	19	58
Exibicionismo	0	1	2	3	5	0	11
Voyeurismo	0	0	1	0	0	0	1
Outros	0	4	9	10	6	5	34
Total	9	29	82	134	212	130	596

Fonte: SIPIA,2019

Observamos que, das 596 crianças e adolescentes com seus direitos violados, submetidos à violência sexual, os da faixa etária com maior número de violações são os adolescentes, 212 (35,57%), de 13 a 15 anos e as crianças, 134 (22,48%), de 10 a 12 anos. Dos direitos violados, o mais praticado contra crianças e adolescentes é o abuso sexual por pessoas da família, 280 (46,97%), seguido do abuso sexual por membros do circuito de relações sociais e de amizade, 133 (22,31%), e o estupro, com 58 (9,73%) casos.

Com relação aos 36 tipos de agentes violadores, do total de 921 notificações de violações, destacam-se dez com maiores denúncias, quais sejam: estabelecimento comercial, com 290 (31,48%) denúncias; polícia civil, com 164 (17,80%); outros agentes, com 164 (17,80%); pai, com 155 (16,82%); padrasto, com 123 (13,35%); tio/tia, com 77 (8,36%); avós, com 34 (3,69%); criança e /ou adolescente violador (a) do seu próprio direito, com 30 (3,25%); irmãos, com 28 (3,04%); e mãe, com 12 (1,30%).

Em relação ao município de São Paulo, os dados referentes aos tipos de violações, com a soma de 53 notificações, são: 19 (35,84%) – abuso sexual praticado por pessoa da família; 15 (28,30%) – abuso sexual praticado por membros do círculo de relações sociais e de amizade; 8 (15,09%) – e estupro, 6 (11,32%) - assédio sexual; 2 (3,77%) – e exibicionismo; 2 (3,77%) – outros; e 1 (1,88) – voyeurismo.

1.4.6 Algumas considerações a partir dos dados apresentados

Apesar das subnotificações, o que promove índices abaixo da realidade, os dados oficiais aqui apresentados nos revelam a “ponta do iceberg”, evidenciando o quadro de números alarmantes e preocupantes da violência sexual a que crianças e adolescentes estão sendo submetidos diariamente.

Evidencia-se que as maiores vítimas da violência sexual são crianças e adolescentes do sexo feminino, principalmente na faixa etária de 6 a 14 anos, sem, contudo, menosprezar os altos índices de crianças a partir do seu nascimento até a adolescência. Os dados demonstram que a maioria é das cores branca e parda.

Com relação ao suspeito de praticar a violência sexual, a maioria é do sexo masculino, principalmente o pai, mas também o padrasto, os avós, tios e outros. O pai, que no imaginário infantil, é quem protege ou quem deveria proteger a criança. Dentre os familiares violadores, também estão os avós e a mãe²⁹. Esta última, também no imaginário dos indivíduos, é sinônimo de vida, de “dar à luz”, de proteger da escuridão, e não de alguém que, se não é a própria pessoa que pratica a violência, é aquela que se omite e é conivente com a situação, causando sentimentos e pensamentos confusos na criança e adolescente, como desamparo e desproteção.

Em decorrência de a violência sexual ser praticada principalmente por familiares, é também em um local familiar em que ela ocorre na casa das vítimas. Os dados mostram que o “lar doce lar”, torna-se amargo, local onde reside a “sagrada família”, de acordo com a concepção judaico-cristã.

Dentre as regiões do Brasil com maior número de denúncias, está a Sudeste, liderada pelo estado de São Paulo. Percebe-se que políticas no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes estão sendo efetivadas por meio de ações nos níveis federal, estadual e municipal. No entanto, são ações fragmentadas e isoladas, e não se percebem ações integradas e de diálogo entre as secretarias, vislumbrando a promoção de uma política de ações em rede, mesmo porque a criança ou adolescente que sofreu ou sofre violência sexual é a mesma que frequenta a escola, o hospital, a Unidade Básica de Saúde, que participa de ações sociais, que é encaminhada ao Conselho Tutelar, que é atendida no sistema de justiça, dentre outros locais. Em um sistema fragmentado, a criança ou adolescente também o é.

²⁹ Com relação à figura da mãe, também como suspeita da prática da violência sexual, torna-se necessário abordar também as desigualdades de gênero, na sociedade contemporânea, com marcas presentes de um poder patriarcal, socialmente construído, para a manutenção do poder e da autoridade masculina. Vislumbra-se a abordagem dessa temática em estudos posteriores.

Fragmentadas também são as fontes de informações das denúncias referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes. Observa-se que os números apresentados são diferentes conforme a fonte e em função dos procedimentos adotados na coleta dos dados realizados pelo SIPIA, Disque 100, CREAS e SINAN, configurando-se em “caixas” separadas de informações.

Dos tipos de violência sexual, foi possível observar, por meio dos dados, que a maioria é de abuso sexual, seguido da exploração sexual, pornografia infantil e estupro. Apesar da diminuição das denúncias, isso não significa que a violência sexual contra crianças e adolescentes não tenha aumentado, considerando a existência de subnotificações e de alguns procedimentos imprecisos na coleta de dados.

Estudos e dados evidenciam que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno que atinge todas as classes sociais, raças e cor, sexo, faixas etárias, de caráter mundial. Ressaltamos que, apesar de a maioria das vítimas serem do sexo feminino, enredadas no sistema patriarcal e sexista nas relações, também não podemos desprezar o alto número de violência sexual praticado contra os meninos.

Com relação às vítimas da violência sexual do sexo masculino, Pinto Junior (2005) considera que os meninos, além de serem socializados no sentido de não demonstrarem qualquer tipo de fraqueza ou medo, também têm o receio do estigma da homossexualidade. Eles também têm de lidar com sentimentos ambivalentes, com a atribuição da culpa a eles e com a “cegueira” da sociedade. Todos esses fatores podem fazer com que o número de casos reportados seja muito pequeno.

Os dados também demonstraram que a maioria das vítimas de violência sexual – crianças e adolescentes – é encaminhada para as delegacias e assistência social. Diferentemente de outras localidades, no município de São Paulo, não existe delegacia especializada no atendimento à criança e ao adolescente. Além dos distritos policiais, há a Delegacia de Defesa da Mulher. Observa-se pouca procura ao Conselho Tutelar visando à proteção integral da criança e adolescente vítima da violência sexual. Um dos motivos da não procura pode ser devido ao insistente “pacto do silêncio” presente nas famílias e o receio da revelação de um segredo da “sagrada família” para a comunidade.

Com relação aos agentes violadores na violência sexual, observa-se que além dos já mencionados no âmbito familiar e conhecidos, também estão os estabelecimentos comerciais, a polícia civil e a própria criança e adolescente que viola seu direito de proteção.

1.5 Materiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes³⁰

Apesar das políticas fragmentadas no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, observa-se também a existência de materiais educativos e de documentos que têm a intenção de subsidiar as ações nas diversas localidades do Brasil.

Por meio de pesquisas a sites na internet, no segundo semestre de 2019, referentes aos materiais alusivos à violência sexual em crianças e adolescentes, foi possível catalogar 122, em 19 Unidades Federativas, incluindo o Distrito Federal, em que foi possível identificar 1 Anuário, 1 Boletim, 4 Cadernos, 2 Cartazes, 61 Cartilhas, 1 Cartografia, 1 Coleção, 1 Conferência, 10 Documentos, 2 Fluxos, 5 Folders, 8 Guias, 1 Livro Infantil relacionado ao tema, 7 Manuais, 5 Planos, 1 Programa, 6 Protocolos, 4 Relatórios e 1 Revista.

Dentre as Unidades Federativas, as que mais se destacaram na produção de materiais foram Brasília (34), São Paulo (34), Paraná (12) e Rio de Janeiro (6). Nos demais estados, a média foi de 2 a 3 materiais.

Quanto ao período da produção destes materiais, observa-se aumento das publicações no passar dos anos, a saber: de 1997 a 2005 foram encontradas 7 (5,73%) publicações; de 2006 a 2010 foram 23 (18,85%); de 2011 a 2015 foram 31 (25,40%); de 2016 a 2019 foram 35 (28,68%); e sem data de publicação foram 26 (21,31%), totalizando 122 publicações encontradas.

Dos materiais mais publicados, as cartilhas foram as que tiveram maior número. O conteúdo educativo propagado tem a preocupação de formar e informar os leitores, na maioria adultos. No entanto, foi possível encontrar alguns materiais com o mesmo conteúdo adaptado à faixa etária infantojuvenil, por meio de desenhos, histórias em quadrinhos e do livro infantil, que têm como objetivo a leitura conjunta do adulto responsável e da criança.

Dentre os conteúdos das cartilhas, destacamos algumas abordagens comuns ao tema da violência sexual, tais como: definições dos tipos de violência sexual contra criança e adolescente; formas de prevenção e de denúncia da violência sexual com indicação de locais e telefones para contato (Disque 100, Conselho Tutelar, Polícia Federal, Polícia Federal Rodoviária, Delegacias, Ministério Público e outros); sinais de alerta de que a criança e adolescente estão sendo vítimas da violência sexual; quem são os abusadores; o papel dos agentes de proteção às vítimas de violência sexual (Conselho Tutelar, Ministério Público e outros); pessoas em quem a criança pode confiar seu “segredo”; definições do que é abuso

³⁰ A relação dos materiais encontra-se no Apêndice B.

sexual, como se manifesta, consequências; formas de abordar a situação da violência sexual com a vítima; modos de encaminhar uma situação de abuso sexual; as disposições legais; locais onde procurar ajuda; os perigos da internet; orientações a pais, famílias, responsáveis, educadores e diversos profissionais de diversas áreas quanto à identificação, à prevenção e aos encaminhamentos da situação de violência sexual vivenciada pelas crianças e adolescentes; exemplos de locais em que é possível ocorrer a violência sexual; o “preço” do silêncio de quem sofre e de quem sabe da violência sexual; consequências/sequelas/marcas deixadas nas vítimas; os efeitos do forte apelo sensual da publicidade e dos meios de comunicação no comportamento das crianças e dos adolescentes, levando à erotização precoce; apelo a atitudes das crianças e adolescentes - “nas minhas partes íntimas NÃO”; “aqui ninguém toca”.

Além das cartilhas, os demais materiais são de extrema importância para se pensarem e se efetivarem políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre os quais destacamos: “Serviço de Proteção Social a Criança e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para atuação do psicólogo” (Brasília/2009); “Documento Norteador para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência no Município de São Paulo” (São Paulo, 2012); “Ações de Proteção a Crianças e Adolescentes contra violências: levantamentos nas áreas de saúde, assistência social, turismo e direitos humanos” (Brasília, 2018); “Centros de Atendimento Integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências - Boas Práticas e Recomendações para uma Política Pública de Estado” (São Paulo, 2017); “Orientações para atenção integral à saúde de adolescentes, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual – Atenção Básica” (Rio de Janeiro, 2010); “Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual” (Brasília, 1997); “Orientações para a atenção integral à saúde de adolescentes, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual” (Rio de Janeiro, 2010); “Guia de atendimento – Criança e adolescente vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências na atenção primária à saúde” (Minas Gerais, 2013); “Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (Brasília, 2011); “Escuta de Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual – Aspectos Teóricos e Metodológicos. Guia para Capacitação em Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes” (Brasília, 2014); “Enfrentamento dos maus-tratos contra a criança e o adolescente – Manual do profissional da educação para identificação e conduta” (Paraná, 2012); “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes” (Brasília, 2013); “Plano Estadual Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado de Tocantins

2016-2026” (Tocantins, 2015) e “PAIR – Programa de Ações Integradas, Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: Enfrentamento e Crítica - Caderno de textos” (Mato Grosso do Sul, 2011), além de tantos outros não menos importantes na defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Foi possível observar que a maioria das publicações partiu do Poder Judiciário e do Ministério Público, além de outros setores do governo e de organizações não governamentais. Apesar do crescimento do volume de materiais produzidos nos últimos anos, percebe-se que eles não chegam às escolas em sua extensão. Fato observado nas escolas em que foi realizada a pesquisa para este estudo: segundo relatos dos educadores, poucos tiveram formação sobre o fenômeno da violência sexual contra a criança e o adolescente, assim como acesso a materiais formativos e informativos.

Sabemos que não basta simplesmente o acesso aos materiais sem formação e projetos específicos, na perspectiva de um trabalho pedagógico aprofundado, com a participação de todos os funcionários da escola, alunos, famílias e comunidade envolvente, incluindo os diversos setores do território. Vislumbra-se que as crianças e adolescentes, tendo acesso às informações e formações pertinentes à violência sexual, possam se fortalecer e perceber que não estão sozinhas nessa empreitada, que podem romper com o “silêncio” sem se sentirem culpadas e buscar ajuda por meio de um adulto que acredite nelas, que as ouvirá com todo respeito que merecem, tendo a escola como um importante espaço para que isso aconteça.

1.6 Sinais e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência sexual imprime marcas profundas na vida da criança e do adolescente. Mesmo sem saber ao certo o que está acontecendo, desde bebê, a criança dá sinais de que algo “fora da ordem” está ocorrendo. Esses sinais nem sempre são percebidos pela família e pelos profissionais. Quando a criança consegue demonstrar, de alguma maneira, a violência sexual sofrida, nem sempre é acreditada em sua fala e em seu comportamento.

No entanto, se utilizarmos todos os nossos sentidos, perceberemos os sinais e as possíveis consequências da violência sexual contra a criança e o adolescente. Eles só precisam saber que podem confiar em alguém que irá protegê-los e tirá-los daquela situação que lhes causa sofrimento, pois nem sempre o abuso sexual deixa marcas visíveis, mas deixa sequelas afetivas, difíceis de identificar, pois, como observamos por meio dos dados, nem sempre nos abusos sexuais há estupro de fato. Outro fato não menos importante é o de que, mesmo que

haja consentimento por parte da criança e do adolescente, isso não significa que deixe de ser uma relação abusiva. Consentimento como produto de manipulações, táticas e estratégias do abusador não é consentimento.

Estudos científicos, documentos oficiais e diversos materiais educativos evidenciam sinais e consequências da violência sexual contra a criança e o adolescente, nos aspectos físico, psicológico, emocional, interpessoal, comportamental, cognitivo e sexual. Para Sanderson (2005), os fatos mais preocupantes em que se deve atentar são as mudanças no comportamento da criança, tais como: apresenta manifestação de comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos; tem pesadelos e distúrbios do sono; torna-se isolada e retraída; passa por mudança de personalidade com sentimento de insegurança; retoma comportamentos de quando tinha menos idade, como urinar na cama; tem medos inexplicáveis de lugares e pessoas em particular; tem ataques de raiva; apresenta mudanças nos hábitos alimentares; apresenta sinais físicos, como dor e feridas sem explicação nas partes genitais ou doenças sexualmente transmissíveis; torna-se cheia de segredos e recebe presentes e dinheiro sem motivo.

Sanderson (2005) também agrupou em categorias os efeitos observados da violência sexual contra crianças, quais sejam: efeitos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais. Para cada categoria, realizou um resumo dos sinais e sintomas:

1. Emocionais

Vergonha, humilhação, repulsa, ódio e desrespeito por si mesma, timidez; culpa, constrangimento; medo; ansiedade; confusão; falta de poder, impotência; dúvidas sobre si mesma; falta de confiança e de iniciativa; inferioridade, sensação de falta de valor, inadequação; raiva, hostilidade; “congelamento”.

2. Interpessoais

Medo da intimidade; evita proximidade/abraço/afago/carícias com os outros; erotização da proximidade, ódio, hostilidade; falta de confiança em si mesma e nos outros, cautelosa; necessidade de se esconder, ocultar-se, timidez; solidão, isolamento, alienação; redução das habilidades de comunicação; inibição, falta de espontaneidade e de iniciativa; confusão de papéis – criança/pseudo-adulto; superdócil, supersensibilidade às necessidades e atitudes dos outros; autossuficiência; hostilidade e agressividade com os outros.

3. Comportamentais

Brincadeiras sexualizadas; temas sexuais em desenhos, histórias e jogos; comportamento regressivo, tais como urinar na cama, chupar o dedo, dependência; distúrbios de conduta, como pôr fogo em objetos, ataque histérico; mudanças nos padrões de sono e alimentação; comportamentos perigosos, como fugir ou lutar, e vulnerabilidade a acidentes; comportamento autodestrutivo, machucar a si mesma, tentativas de suicídio; promiscuidade; presentes e dinheiro sem explicação ou motivos.

4. Cognitivos

Baixa concentração e atenção; dissociação; transtornos de memória; negação; refúgio na fantasia; sub/superaproveitamento na escola; hipervigilância e distorções cognitivas.

5. Físicos

Hematomas e sangramentos; traumas físicos nas regiões oral, genital e retal; traumas físicos nos seios, nádegas, coxas e baixo ventre; danos visíveis em razão da inserção de objetos estranhos nos orifícios genital, retal e uretral; coceira, inflamação e infecção nas áreas oral, genital e retal; presença de sêmen; odores estranhos na área vaginal; doenças sexualmente transmissíveis; gravidez; dores e doenças psicossomáticas; desconforto em relação ao corpo, distúrbios do sono, pesadelo e sonambulismo.

6. Sexuais

Comportamentos sexuais inadequados e persistentes com adultos, crianças ou brinquedos; temas sexuais nos trabalhos artísticos, em histórias e jogos; compreensão claramente sofisticada do comportamento sexual; masturbação compulsiva; exibicionismo; medo do sexo; promiscuidade, prostituição; problemas menstruais, gravidez na adolescência.

Os estudos de Azevedo e Guerra (2001) sobre violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes enfatizam que pode haver variações comportamentais conforme o tipo da violência sexual, a idade, o sexo da vítima e também destacam que “o comportamento desta pode ser revelador em si mesmo ou pode ser ocultador da ocorrência. Falsas alegações também podem ocorrer embora dados de pesquisa indiquem que praticamente todas as crianças e púberes dizem a verdade quando alegam terem sido vitimizados sexualmente” (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 11). Portanto, estar atento aos sinais e indicadores

comportamentais, acreditando na criança, é o início do caminho rumo à proteção contra a violência sexual.

Com relação aos indicadores comportamentais, as autoras enfatizam que a suspeita aumenta quando alguns sinais ocorrem juntos ou parecem inapropriados para a idade. Ressaltam alguns indicadores comportamentais, tais como:

1. Sexuais – uma criança que, por palavras, brincadeiras ou desenhos sugere um conhecimento sexual inapropriado à sua idade; uma criança com uma preocupação excessiva com questões sexuais e um comportamento precoce de comportamento sexual adulto; uma criança mais velha que se conduz de um modo sexualmente precoce, comportando-se de uma forma que a isola de seu grupo de colegas e atrai comportamento crítico ou sedutor por parte dos adultos; pedidos de informações sobre contracepção não são raros em crianças vítimas de violência sexual, e podem ser um grito de ajuda.

2. Gerais – falta de confiança nos adultos da família ou medo acentuado de homens; perturbações severas do sono com medos, pesadelos, por vezes de conteúdo sexual aberto ou velado; exhibições inapropriadas de afeto entre pais e filhas, ou entre mães e filhos; isolamento social: a criança brinca sozinha e vive num mundo de fantasia; a menina assume papel maternal na família, quer a mãe esteja ou não presente; comportamento regressivo, por exemplo, súbito aparecimento de enurese; súbita mudança de humor, tornando-se quieta, triste, taciturna e retraída; mudança em comportamento alimentar – perda de apetite, obesidade; desobediência, tentativa de chamar atenção, comportamento sem objetivo ou de extrema agitação, concentração pobre.

3. Comportamento passível de ser observado na escola – relações de grupo pobres; inabilidade pra concentrar-se; súbita queda no rendimento escolar, mas para algumas crianças vitimizadas a escola pode ser um paraíso, de modo que elas chegam cedo e saem tarde; relutância acentuada em participar de atividades físicas ou em mudar roupa para atividades físicas.

4. Comportamento de crianças mais velhas – comportamento antissocial, delinquência ou comportamento sexual precoce; faltar à escola ou fuga de casa; tentativas de suicídio e automutilação; abuso/dependência de álcool ou drogas; ataques histéricos.

1.6.1 Mitos e realidades da violência sexual – abuso sexual contra crianças e adolescentes

A violência sexual contra crianças e adolescentes, além de se tratar de um fenômeno complexo em seu enfrentamento, ainda é percebido como tabu, prevalecendo o pensamento de ser algo censurado, negado, interdito e proibido, favorecendo ideias distorcidas a respeito e dificuldades de encarar a realidade como ela é.

Para Azevedo e Guerra (2001), os mitos são crenças resistentes a evidências empíricas, cuja manutenção se explica por desconhecimento, ignorância ou interesses ideologicamente camuflados. As autoras ressaltam que os mitos devem ser combatidos e apontam a existência dos mitos complementares da maldade da infância e da bondade dos pais.

[...] esses mitos são complementares e foram produzidos historicamente como artefatos ideológicos destinados a tornar indiscutível, sagrada, a autoridade dos pais sobre os filhos e a obediência dos filhos perante os pais (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 28).

Para maior aprofundamento, a partir dos estudos de Azevedo e Guerra (2001) apresentados no telecurso na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes e no Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, realizado por Santos (2011), foram relacionados, no quadro abaixo, alguns mitos e realidades a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quadro 1: Alguns mitos e realidades sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

MITO	REALIDADE
A vitimização sexual é rara.	Pesquisas recentes indicam que 1 em 3 a 4 meninas e 1 em 6 a 10 meninos serão vítimas de abuso sexual até a idade de 18 anos.
As crianças menores de 10 anos estão a salvo.	Mais de um terço das notificações envolvem crianças de 5 anos ou menores.
Se as crianças forem ensinadas a evitar “Estranhos Perigosos”, elas não serão sexualmente vitimizadas.	85-90% dos agressores são conhecidos da criança. Qualquer adulto, criança ou adolescente mais velho pode ser um agressor.
Os agressores são homens velhos violentos, alcoólatras e desempregados. São sexualmente depravados, homossexuais, retardados ou loucos.	Geralmente, os agressores parecem normais, sob vários aspectos. Os crimes sexuais têm sido cometidos em todos os níveis socioeconômicos e em todos os grupos raciais, religiosos e étnicos. Crianças são vitimizadas no campo e na cidade. A maioria dos agressores sexuais são homens heterossexuais e têm acesso a relações sexuais com adultos.

<p>Se uma criança “consente” é porque deve ter gostado; se ela não diz “não” é porque não é abuso.</p>	<p>Vitimização sexual nunca é culpa ou responsabilidade da criança. O agressor sexual tem inteira responsabilidade pelo crime, qualquer que seja a forma assumida. Muito abuso se dá sem o uso da força física.</p>
<p>Vitimização sexual costuma ser um único ato violento que envolve conjunção carnal.</p>	<p>A vitimização sexual pode incluir telefonemas obscenos, exposição de genitais ou seios, mostrar a uma criança materiais pornográficos, prática de atos libidinosos (incluindo masturbação), relações (ou tentativas) sexuais orais/anais/vaginais e exploração da criança por meio de prostituição e/ou produção de pornografia.</p>
<p>Se os agressores são detidos e prometem parar, geralmente o fazem.</p>	<p>Os agressores quase nunca procuram um tratamento para parar o abuso voluntariamente; eles podem parar de vitimizar uma dada criança, mas logo podem fazer o mesmo contra outra. A vitimização quase sempre continua de um modo ou de outro, a menos que o agressor esteja em tratamento em alguma instituição especializada.</p>
<p>A maioria das crianças esquecerá a vitimização, desde que os adultos não voltem a falar sobre o assunto.</p>	<p>Crianças não costumam esquecer. Elas podem tentar ocultar seu sofrimento, sua confusão e seu ódio porque acreditam que os adultos não querem ouvir falar disso. Elas podem interpretar o silêncio adulto como censura ou raiva. É muito importante que a vítima, o agressor e o pai (mãe) não agressor recebam tratamento terapêutico especializado.</p>
<p>Crianças só não revelam o “segredo” se tiverem sido ameaçadas com violência.</p>	<p>Crianças podem não falar por medo de violência contra si ou contra alguém que amam. Elas também não contam quando temem censura e temem acarretar ruptura da família.</p>
<p>Falar sobre “toque” e vitimização sexual fará com que pais e filhos se sintam desconfortáveis em relação ao afeto normal.</p>	<p>Todas as pessoas necessitam contatos físicos. Abuso sexual não deve ser confundido com contatos entre um adulto e uma criança que estiverem expressando amor. Contatos sexualmente abusivos são em benefício do agressor, não da criança.</p>
<p>Crianças inventam histórias de vitimização sexual.</p>	<p>Crianças raramente inventam histórias de vitimização sexual. Crianças geralmente falam a partir de sua própria experiência e não podem fabricar informação, a menos que tenham sido expostas a ela.</p>

Meu (minha) filho (a) jamais será sexualmente vitimizado.	Todas as crianças são vulneráveis à vitimização sexual devido à sua inocência, confiança nos adultos, tamanho, vontade de agradar e necessidade de afeto.
O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou adolescente.	O abuso geralmente ocorre dentro ou perto da casa da criança ou do abusador. O abusador costuma procurar locais em que a criança ou adolescente esteja vulnerável. O maior índice de abuso sexual acontece no período diurno.
É fácil identificar o abuso sexual em razão das evidências físicas encontradas na criança ou adolescente.	Em apenas 30% dos casos há evidências físicas. As autoridades precisam conhecer as diversas técnicas de identificação de abuso sexual.
O abuso sexual está associado a lesões corporais.	A violência física não é comumente utilizada na prática do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Os autores de abuso utilizam-se mais frequentemente da sedução para conquistar a confiança e o afeto deles. Podem também utilizar ameaças quando a sedução deixa de funcionar. Nem mesmo o ato sexual em si, muitas vezes, provoca lesões corporais. Nesses casos, as maiores consequências são as psicológicas.
O abuso sexual se limita ao estupro.	Além do ato sexual com penetração vaginal ou anal (estupro), outros atos são considerados abuso sexual, como o voyeurismo, a manipulação de órgãos sexuais, a pornografia e o exibicionismo.
A divulgação de textos sobre pedofilia e fotos de crianças e adolescentes em posições sedutoras ou praticando sexo com outras crianças, com adultos e até com animais não tem efeito nocivo, já que não há contato e, muitas vezes, ocorre apenas virtualmente.	O efeito nocivo é enorme para as crianças fotografadas ou filmadas. O uso dessas imagens e textos estimula a aceitação do sexo de adultos com crianças, situação criminosa e inaceitável. Sabe-se que, reiteradas vezes, o contato do pedófilo começa de forma virtual, por meio da Internet, mas logo passa para a conquista física, podendo levar, inclusive, ao assassinato.
Crianças e adolescentes sexualmente abusados são oriundos de famílias de nível socioeconômico baixo.	Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso. Famílias das classes média e alta podem ter condições mais favoráveis para encobrir o abuso e manter o “muro do silêncio”. As vítimas e os autores do abuso são, variadas vezes, do mesmo grupo étnico e socioeconômico.
Crianças e adolescentes só revelam o “segredo” se tiverem sido ameaçados com violência.	Crianças e adolescentes só revelam o “segredo” quando confiam e se sentem apoiados.

A maioria dos casos é denunciada.	Na realidade, poucos casos são denunciados. Quando há envolvimento de familiares, são poucas as chances de que a vítima faça a denúncia, seja por motivos afetivos, seja por medo – do abusador, de perder os pais, de ser expulso, de que os outros membros da família não acreditem em sua história ou de causar discórdia familiar.
A maioria dos pais e professores está informada sobre abuso sexual de crianças, a frequência com que ocorre e como deve lidar com a situação.	No Brasil, a maioria dos pais e professores desconhece a realidade do abuso sexual de crianças e adolescentes. Assim, a desinformação os impede de ajudar a combater e a prevenir esse tipo de crime.
O abuso sexual é uma situação rara, que não merece ser considerada prioridade por parte dos governos.	O abuso sexual é extremamente frequente em todo o mundo. Sua prevenção deve ser prioridade até por questões econômicas. Segundo estudo realizado nos Estados Unidos, os gastos com o atendimento de 2 milhões de vítimas de abuso sexual chegaram a US\$ 12,4 milhões em um ano.
É impossível prevenir o abuso sexual de crianças.	Há maneiras práticas e objetivas de proteger as crianças do abuso sexual.

Fonte: TELELACRI; GUIA ESCOLAR³¹

Por meio de alguns mitos e realidades aqui apresentados, observamos o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em diversas dimensões, sutis, complexas e fatídicas.

À medida que a criança vitimizada cresce e entra em contato com outros grupos sociais, percebe que algo diferente e um tanto estranho e confuso está acontecendo com ela. Seus corpos “dóceis” são envolvidos por estratégias e manipulações do abusador.

Adorno (1995) utilizou o termo “caráter manipulador” em seus estudos em *A Personalidade Autoritária*³² para designar algumas características da pessoa manipuladora, dentre elas: a incapacidade total de levar a cabo experiências humanas diretas, certo tipo de ausência de emoções e um realismo exagerado. Além disso, o autor considera que:

³¹ Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>

³² Estudo realizado por Adorno *et al*, que busca “desenvolver e promover a compreensão dos fatores sócio-psicológicos que tornem possível que o tipo de homem autoritário ameace substituir o tipo individualista e democrático que prevaleceu no último século e meio de nossa civilização, bem como uma compreensão dos fatores pelos quais essa ameaça pode ser contida. (ADORNO *et al*, 1965, p.166). Tradução da autora do trecho original em espanhol: “Buscamos desarrollar y promover una comprensión de los factores socio-psicológicos que hacen posible que el tipo de hombre autoritario amenace reemplazar al tipo individualista y democrático que ha prevalecido en el último siglo y medio de nuestra civilización, así como una comprensión de los factores mediante los que se puede contener esta amenaza”. (ADORNO *et al*, 1965, p. 166)

[...]a cisão entre o mundo interno e o externo não a leva à "introversão" comum, mas ao contrário, pode criar um certo tipo de hiper-realismo compulsivo que trata tudo o que existe como um objeto que está ali para que assuntos teórico e prático do sujeito se apoderem dele, o manipulando e o utilizando. Os aspectos técnicos da vida e as coisas como "instrumentos" são carregados de libido. O importante é "fazer algo", com profunda indiferença quanto ao conteúdo do que será feito [...] ³³ (ADORNO, 1965, p. 715)

Indiferença e frieza estão presentes na violência sexual contra crianças e adolescentes, como demonstrado no quadro referente a mitos e realidades. Tanto o violador quanto as pessoas que sabem da violação e se omitem são profundamente indiferentes em relação aos pensamentos e sentimentos da criança e adolescente vitimizados, bem como são incapazes de se colocar no lugar do outro, isto é, da vítima. Com relação à frieza, Adorno (1995) aborda da seguinte maneira

[...] Se não fosse um traço básico da antropologia, e, portanto, da constituição humana como ela realmente é em nossa sociedade; se as pessoas não fossem profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, excetuando o punhado com que mantêm vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos, então Auschwitz não teria sido possível, as pessoas não o teriam aceito. (ADORNO, 1995, p.134)

Aceitar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes é aceitar a desumanidade, a barbárie e a falta de consciência presente nas relações humanas. O caráter manipulador preconizado por Adorno (1965) também é denominado pelo autor de o tipo de consciência coisificada, em que a relação humana é transformada em "coisa", atingindo suas experiências. O abusador vislumbra o abusado como um objeto de prazer sexual, utilizando seu corpo como fonte de prazer e dominação, revelando e reforçando a indiferença e a falta de identificação com o outro que está presente no cotidiano das pessoas. Adorno (1995) ressalta que a incapacidade de identificação foi, sem dúvida, a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz, em meio a pessoas mais ou menos civilizadas e inofensivas.

A criança abusada sexualmente, a princípio, percebe seus abusadores como pessoas inofensivas, pois são ensinadas pelas famílias e pela sociedade em geral que os pais e pessoas conhecidas são protetoras e amáveis e que o "lobo mau" está do lado de fora de seus lares.

³³ Tradução da autora do trecho original em espanhol: "la escisión entre mundo interno y externo no conduce a la 'introversión' común sino a lo contrario, pues crea una suerte de híper-realismo compulsivo que trata a todo lo existente como objeto que está allí para que las pautas teórica y práctica del sujeto se apoderen de él, lo maneje, lo utilicen. Los aspectos técnicos de la vida y las cosas que "instrumentos" están cargados de libido. Lo importante es "hacer algo", com profunda indiferencia em cuanto al contenido de aquello que se hará. (ADORNO, 1965, p. 715)

Entretanto, quando começam a perceber que algo estranho e diferente está acontecendo em suas vidas, situações que lhes causam dor, sofrimento e desconforto, ficam confusas no que fazer. Algumas escondem a situação por medo das ameaças do abusador; outras contam para alguém de confiança que, na maioria das vezes, é alguém da própria família que se omite na situação; outras contam a educadores que, de certa maneira, tentam fazer algo para protegê-las; outras não querem contar para não se sentirem culpadas se algo ruim acontecer com os violadores, como uma possibilidade, mesmo que remota, de aprisionamento, pois, na maioria das vezes, são pessoas importantes para as vítimas, com as quais mantêm um vínculo afetivo. Tal situação mais uma vez confirma e demonstra a barbárie da desumanização e a frieza nas relações humanas.

Conhecer o que produz e reproduz a frieza nas relações é reportar-se à ordem social vigente, percebendo a violência como fenômeno estrutural da sociedade. Para Adorno (1995), se existe algo que pode ajudar contra a frieza como condição da desgraça, trata-se do conhecimento dos seus próprios pressupostos, bem como da tentativa de trabalhar previamente, no plano individual, contra esses pressupostos. O autor ressalta que a chance é maior quando menos se erra na infância e quanto melhor são tratadas as crianças.

No entanto, a infância de um número significativo de crianças é permeada de situações de maltratos que contêm diversos tipos de violência, incluindo a sexual, como demonstram os dados oficiais apresentados neste capítulo. Situações de violência que às vezes são descobertas e/ou reveladas na escola, como apontam os dados que serão apresentados no capítulo 2.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos e a análise dos resultados da coleta de dados da pesquisa realizada nas Unidades Escolares I, II e III, com as três alunas vítimas de violência sexual e os demais alunos que frequentam a mesma turma, bem como com os professores e a equipe gestora de cada unidade escolar. A metodologia utilizada na coleta de dados foi pensada a partir das hipóteses e dos objetivos da pesquisa, o que possibilitou os aprofundamentos necessários para sua verificação.

Com relação à observação de cada aluna-átomo no ambiente escolar, foi efetivada em suas atividades e relações com os colegas, professores e demais funcionários, por meio do roteiro de observação³⁴, cada qual em sua Unidade Escolar, em diversas atividades pedagógicas e situações que abrangem a rotina escolar. Foram feitas anotações no caderno de campo, durante três a oito meses, em dias e horários alternados e previamente agendados com a professora da turma pesquisada e com a coordenadora pedagógica da Unidade Escolar.

No tocante ao teste sociométrico utilizado nesta pesquisa, Alves (1972), a partir das hipóteses de trabalho de Moreno (1954) fundador da Sociometria, que a conceitua como estudo dos fenômenos psicossociais por meio da aplicação de métodos quantitativos visando a atingir todas as relações interpessoais em seus quadros e processos. Alves (1972) ressalta que as técnicas sociométricas podem ser divididas em dois tipos: diagnósticas e terapêuticas. Neste estudo, utilizou-se a técnica diagnóstica. Alves (1972, p. 14) utiliza a definição do teste sociométrico preconizada por Moreno (1954): “um instrumento que estuda as estruturas sociais em função das atrações e repulsas manifestadas no seio de um grupo”. No entanto, ressalta que Moreno prefere usar, no âmbito das relações interpessoais, os termos “escolha” e “rejeição” em vez de “atração” e “repulsa”, tendo em vista que os primeiros apresentam um sentido mais estrito e significativo em relação aos grupos humanos. Nesta pesquisa, optou-se pelos termos “preferências” e “rejeições”.

Para Bastim (1966), quando o critério das preferências e rejeições tem uma característica mais ou menos afetiva, não é difícil determinar as preferências recíprocas (relações de afinidade), as rejeições recíprocas (relações conflituais) e as relações de indiferença. O autor ressalta que o teste sociométrico não é somente um instrumento de diagnóstico individual, sendo o estudo das relações igualmente exitoso. Enfatiza que o método sociogramático é mais do que uma técnica de apresentação: trata-se de uma técnica de exploração, que permite o exame das estruturas do grupo.

³⁴ O roteiro de observação encontra-se no Apêndice F.

Por meio dos sociogramas individuais e coletivos, Bastin (1966) adere à noção de átomo social que, segundo Moreno, é um indivíduo não considerado isoladamente, mas com todos os laços que o une aos outros homens. É esse átomo que constitui a própria base de todos os sistemas de interações. É o denominador comum, a unidade de qualquer sistema social. Para Bastin (1966), a representação dos átomos sociais é de primordial importância.

Neste estudo, conceberam-se as três alunas vitimizadas como átomos sociais, das três unidades escolares, designadas da seguinte maneira: aluna átomo1 – A1, da unidade escolar I, aluna-átomo 2 – A2, da unidade escolar 2 e aluna-átomo 3 – A3, da unidade escolar 3, matriculadas respectivamente nos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental I. Ressalta-se que as notificações referentes aos abusos sexuais contra as alunas-átomo foram A1 – abuso intrafamiliar, A2 – abuso intrafamiliar e institucional e A3 – abuso intrafamiliar.

Foi utilizado o sociograma coletivo e individual vislumbrando atingir um dos seus objetivos específicos, que é o de analisar a vida escolar da criança vítima de violência sexual referente à sua interação social no ambiente escolar.

O trabalho preparatório foi iniciado após o parecer favorável do Diretor Regional de Educação da Capela do Socorro, enviado para as três unidades escolares participantes da pesquisa, bem como autorização da equipe gestora das Unidades e das professoras regentes de cada ano (1º, 2º e 3º anos) por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). As professoras de cada turma pesquisada, em reunião de pais, explicou o teor da pesquisa, esclarecendo quanto ao sigilo dos participantes, sejam alunos e educadores, obtendo consentimento favorável de todos os pais e responsáveis.

Antes da aplicação do teste sociométrico na turma estudada, foi realizado um pré-teste em outra turma do mesmo ano, possibilitando realizar as adequações necessárias. Foi explicada para a turma a dinâmica da realização do teste, isto é, que os alunos seriam chamados individualmente para responder a seis perguntas, indicando três nomes de colegas para cada pergunta, e deveriam manter sigilo quanto aos nomes mencionados. Os nomes dos colegas deveriam seguir uma ordem de preferência e de rejeição.

As perguntas elaboradas para configurar o sociograma foram:

1. Com quem você mais gosta de estudar da sua classe?
2. Com quem você mais gosta de brincar da sua classe?
3. Quem você mais gosta de ter como amigo da sua classe?
4. Com quem você menos gosta de estudar da sua classe?
5. Com quem você menos gosta de brincar da sua classe?
6. Quem você menos gosta de ter como amigo da sua classe?

O objetivo geral das perguntas foi verificar as preferências e rejeições individuais dos alunos com relação aos estudos, brincadeiras e amizade nas relações da turma.

Os objetivos específicos das perguntas foram:

1. Perguntas 1 e 4: verificar as preferências e rejeições individuais dos alunos, com relação aos estudos oferecidos no ambiente escolar, bem como observar o agrupamento de pares, analisando a posição em que a aluna átomo ocupa na turma.
2. Perguntas 2 e 5: analisar as relações estabelecidas nos momentos de brincadeiras e as preferências e rejeições na organização social da turma.
3. Perguntas 3 e 6: levantar dados com relação a preferências e rejeições de amizade entre os colegas da turma, na perspectiva de evidenciar as relações de amizade ou de não amizade com relação à aluna-átomo pesquisada.

Para aplicação do teste, foram utilizados locais específicos, de acordo com a indicação de cada Unidade Escolar. Na Unidade I, foi realizado, inicialmente, no corredor próximo à sala de aula, posteriormente em uma sala/depósito de materiais pedagógicos. Na Unidade II, foi realizada na sala de formação dos professores e, na Unidade III, foi realizado na sala de vídeo.

As professoras das três turmas pesquisadas disponibilizaram a lista dos alunos matriculados, facilitando a organização e o controle dos alunos pesquisados. A professora de cada turma apresentou a pesquisadora como sendo também professora e que iria realizar algumas atividades. Foi explicado o que seria realizado, respondendo às dúvidas e esclarecendo os procedimentos. Destacou-se que as respostas não poderiam ser reveladas para os colegas, pelo menos no período da realização do teste. Todos concordaram, ficando curiosos com a atividade.

As perguntas foram lidas individualmente e as respostas, anotadas pela pesquisadora. No momento das perguntas, surgiram algumas dúvidas de alguns alunos, com relação aos nomes a serem indicados, com resistência na indicação de três nomes, pois gostariam de indicar dois ou somente um nome. Nesse momento, a pesquisadora interveio reforçando a necessidade da indicação de três nomes, obedecendo aos graus de preferências e rejeições. O material utilizado no teste foi uma folha de sulfite contendo as perguntas e espaço para serem anotadas as respostas, conforme a sequência numérica contida no diário de classe. Todos os alunos que participaram do teste sociométrico não apresentaram comportamento contrário à realização da atividade. As preferências e rejeições foram pontuadas e anotadas na

sociomatrizes³⁵ de cada turma pesquisada das Unidades I, II e III. Foram necessários vários dias para aplicação do teste nas três Unidades Escolares pesquisadas, pois, além da grande quantidade de alunos – totalizando 83 estudantes –, alguns eram muito faltosos às aulas, impossibilitando a participação.

Os resultados alcançados no teste sociométrico foram registrados na sociomatriz, que “é um quadro de dupla entrada que serve para a sistematização dos dados colhidos no teste” (Alves, 1972). Podem-se utilizar números, letras ou uma lista de símbolos para designar os sujeitos na sociomatriz. Optou-se por indicar os alunos utilizando uma letra e um número de acordo com a ordem que cada um ocupa no diário de classe, na referida turma de cada unidade escolar, isto é, para os alunos da unidade escolar I foi utilizada a letra B e os números correspondentes, da unidade escolar II foi utilizada a letra C e da unidade escolar III foi utilizada a letra D. Segundo Alves (1972), faz-se necessário que se organize o material que fará a identificação dos indivíduos, para que tal identificação seja possível para o preenchimento da sociomatriz. O autor destaca que

Uma vez feita a lista de símbolos, tratamos de distribuí-los na sociomatriz, cuidando para que a distribuição seja feita na mesma ordem: *na primeira coluna*, de cima para baixo e na *linha superior*, da esquerda para direita. Devemos conferir com cuidado a distribuição, pois qualquer inversão na ordem, ou omissão de nomes, poderá redundar em perda de tempo, quando não da necessidade de refazer todo trabalho (ALVES, 1972, p. 51).

No preenchimento da sociomatriz, deve-se utilizar cores diferentes, com o objetivo de facilitar a visualização das preferências e rejeições de cada aluno. Concordando com a sugestão de Bastin (1966), utilizou-se a cor azul para representar as preferências e a vermelha para as rejeições. Para o preenchimento da sociomatriz, deve-se considerar a intensidade das respostas dadas tanto para as preferências como para as rejeições. Para as perguntas referentes às preferências, obedecendo à sequência da intensidade das indicações (escolha de 3 nomes para cada pergunta), anotou-se da seguinte maneira: 1ª escolha – 3 em azul; 2ª escolha – 2 em azul e 3ª escolha – 1 em azul. Para as rejeições procedeu-se da mesma maneira, mas, em vez da cor azul, usou-se a cor vermelha. Para ler a sociomatriz, é preciso, segundo Alves (1972, p. 57), “considerar a confluência linha-coluna (horizontal-vertical) e coluna-linha (vertical-horizontal) e enunciar o resultado dessa consulta de acordo com o significado dos símbolos encontrados”. Foram elencadas três categorias, a partir das perguntas, a serem inseridas e norteadoras no preenchimento da sociomatriz: estudo (E), brincadeiras (B) e amizade (A),

³⁵ A Sociomatriz das Unidades I, II e III encontra-se nos Apêndices C, D e E.

possibilitando a elaboração do sociograma individual das relações das alunas átomo e do sociograma coletivo de relações da turma em que alunas átomo estão inseridas.

O sociograma individual de relações visa à representação do indivíduo com todas as suas “projeções” e “percepções” em relação aos componentes do grupo, assim como de todas as “percepções” e “projeções” de todos os componentes do grupo para o indivíduo, resultando, na terminologia de Moreno, segundo Alves (1972, p. 98) na “representação do átomo social do indivíduo”. A elaboração do sociograma individual de relações sociométricas, segundo Alves (1972), é realizada colocando-se, no centro, o indivíduo que se pretende representar; distribuem-se ao redor todos os componentes do grupo, podendo também distribuir apenas os que mantêm relação com o indivíduo, omitindo os demais; estabelece-se uma convenção para os diversos tipos de relações e liga-se o indivíduo com os demais componentes do grupo por meio dos símbolos convencionados.

Para a realização do processamento dos dados obtidos pelo teste sociométrico foi utilizada a sociomatrix de cada turma pesquisada e o programa *GroupDynamics – 1.2.x – Sociometry Made Simple* da Microsoft, que possibilitou analisar a dinâmica social das turmas pesquisadas e os resultados em formato de gráficos.

Quanto ao desenho da família de todos os alunos da turma pesquisada, com o propósito de não realizar este procedimento somente com as alunas-átomo, também foi solicitado a todos os alunos das três turmas a realização do desenho da família, com objetivo de conhecer como os alunos a retratam, uma vez que a violência sexual em crianças e adolescentes, segundo dados oficiais atuais apresentados no capítulo 1 deste estudo, acontece principalmente dentro do ambiente familiar, realizada por familiares e/ou por pessoas conhecidas da família.

Acredita-se na importância da utilização do desenho como um dos instrumentos de pesquisa por conta da faixa etária selecionada e da complexidade do fenômeno da violência contra crianças. Segundo Corsaro (2011), há a necessidade na pesquisa da infância em desenvolver e praticar métodos novos e orientados à criança a fim de incentivá-las a apresentarem suas próprias imagens e representações de suas vidas, por exemplo, utilizando desenhos. O autor enfatiza que vários pesquisadores, incluindo Williams e Bendelow (1998), usam desenhos para provocar histórias e entendimento do cotidiano das crianças.

Para realização do desenho, todos os alunos receberam uma folha de sulfite em branco, em suas respectivas carteiras. Foram orientados, pela pesquisadora, na presença da professora titular de cada turma, que desenhassem sua família, sem a preocupação se estavam desenhando de maneira certa, errada, bonita ou feia, e com a forma como iriam desenhá-la.

ficando facultativo a utilização de lápis de cor, caneta hidrocor ou somente lápis preto, bem como a identificação das pessoas representadas no desenho. Do conjunto das oitenta e três crianças solicitadas a desenhar a família, três não realizaram a atividade, sendo uma de cada turma pesquisada.

Após a realização do desenho, as folhas foram entregues para a pesquisadora, que comunicou aos alunos que seriam convidados a participarem de uma conversa individual sobre o desenho e outras perguntas que seriam realizadas, por meio de entrevista com todos. Foi possível observar grande interesse da maioria dos alunos em participar da atividade. Alguns deles, enquanto desenhavam, também queriam ter acesso ao desenho da família de colegas e foram orientados, pela pesquisadora, que o desenho era individual e representava a sua família, sem haver necessidade de comparações.

Para a realização do desenho, a professora regente de cada turma priorizou um momento da aula, de aproximadamente 1h30min. A maioria dos alunos não necessitou de todo esse tempo para a realização do desenho. Conforme iam terminando e entregando a folha com desenho da família para a pesquisadora, a professora orientava para darem continuidade à atividade que estavam realizando antes do desenho ou disponibilizava outra atividade. Os alunos que faltaram no dia realizaram o desenho em outro dia, na presença da pesquisadora.

Após o desenho da família, os alunos, individualmente, foram convidados a participar da entrevista semiestruturada, por meio de questionário norteador³⁶, realizada pela pesquisadora, com objetivo de conhecer um pouco do cotidiano de cada criança, suas relações interpessoais dentro e fora da escola, suas percepções a partir das atividades pedagógicas oferecidas no ambiente escolar, bem como indícios de formas de violências às quais estariam sendo submetidas, traçando assim um breve perfil. As perguntas foram lidas e anotadas pela pesquisadora na folha em que as perguntas estavam escritas.

Os locais onde as crianças foram convidadas a responderem à entrevista foram os mesmos da aplicação do teste sociométrico. O tempo de realização das entrevistas foi de aproximadamente de 4 a 7 meses nas três turmas, incluindo novo agendamento de datas devido aos alunos faltosos ou devido a alguma programação específica na unidade escolar que impedia os alunos de serem retirados da atividade, como ensaio para festa junina, mostra cultural e paralisações dos professores, com alguns dias de greve geral.

Com relação à entrevista semiestruturada com os professores que atuam com as crianças pesquisadas (alunas-átomo) e com a equipe gestora de cada escola, ela foi realizada a

³⁶ O questionário norteador encontra-se no Apêndice G.

partir de um roteiro norteador. As entrevistas com as professoras regentes das Unidades I, II e III foram agendadas previamente, sendo utilizado o momento da HA (hora atividade) ou as aulas que não exigiam suas presenças, como a de educação física e a ida da turma à sala de leitura. O local para realização das entrevistas foi diverso, tais como sala de aula, sala de reuniões e sala da coordenadora pedagógica. O tempo utilizado para realização das entrevistas foi de aproximadamente 1h30min a 2h. As três professoras de cada turma pesquisada, participaram da entrevista de maneira interessada e preocupada com a situação das alunas-átomo pesquisadas.

A entrevista semiestruturada com as coordenadoras pedagógicas das três unidades escolares foi realizada na sala da coordenação pedagógica, com duração de aproximadamente de 1h30min. As coordenadoras pedagógicas das três unidades escolares participaram de maneira favorável à pesquisa, desde a minha apresentação às professoras regentes das salas e à disponibilização dos espaços para os procedimentos da pesquisa, até o acesso aos documentos pedagógicos, como o boletim escolar, projeto pedagógico e relatórios.

Também aconteceu a aplicação do questionário³⁷ aos educadores de cada unidade escolar (os que aceitaram participar da pesquisa). Foi acordado com a coordenação pedagógica quanto à realização desse procedimento e quais as melhores possibilidades de sua realização, como dias e horários, sobre os objetivos e procedimentos a serem utilizados, disponibilizando, na ocasião, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, enfatizando que ele seria lido, entregue e explicado aos professores participantes da pesquisa, o que foi aceito e efetivado na data agendada previamente para a realização da aplicação do questionário.

Foram reservados dias e horários de acordo com a disponibilidade de cada unidade escolar. Priorizaram-se os horários de JEIF (Jornada Especial Integral de Formação), ficando combinado que as coordenadoras pedagógicas iriam conversar sobre o questionário com os professores que participavam da JEIF antes da sua realização. No entanto, antes da aplicação do questionário, foi realizado um teste preliminar (pré-teste), com cinco professores da unidade escolar I, com o objetivo de analisar as perguntas na perspectiva da sua relação com os objetivos do estudo, da sua compreensão e aceitação pelos pesquisados, da verificação do tempo utilizado pelos professores para responder o questionário, vislumbrando realizar as adequações necessárias. A partir do pré-teste, optou-se por separar, em folhas diferentes, as questões que pudessem identificar, de alguma maneira, o pesquisado, podendo causar-lhes

³⁷ O questionário aplicado aos educadores encontra-se no Apêndice H.

constrangimentos, devido à possível identificação a partir da sua resposta. Sendo assim, as perguntas de 1 a 9 ficaram separadas das perguntas 10 a 30. Ressalta-se que, mesmo com a separação das folhas, foi possível observar que as questões que poderiam evidenciar alguma revelação de marca pessoal deixaram de ser respondidas por alguns professores, como as questões 28 e 29.

Segundo Kartz (1974), é essencial pré-testar cada instrumento novo, antes de utilizá-lo na operação de campo. Ressalta que o pré-teste tem três finalidades:

a) Desenvolver os procedimentos de aplicação dos instrumentos de pesquisa, de forma que, por exemplo, a escala ou o formulário possa ser utilizado de modo eficiente, com respeito ao tempo que leva para ser administrado; b) testar o vocabulário das questões para que sejam de fácil entendimento para os entrevistados e c) assegurar-se, praticamente, de que as questões específicas ou as observações feitas atingem realmente, de forma precisa, a variável que se procura medir (KARTZ, 1974, p. 81).

Ressalte-se que por meio do pré-teste foi possível rever as perguntas, levando em consideração as prováveis referências que os professores poderiam ter com relação ao fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, utilizando uma linguagem clara e direta. Segundo Angell e Freedman (1974), a linguagem do questionário deve ser formulada da maneira mais simples possível e deve aproximar-se daquela utilizada pelo pesquisado. Os autores destacam que

Dizer que um questionário deve ser formulado na linguagem do entrevistado é, de certo modo, evidente e direto. É também importante, e consideravelmente mais difícil, formular perguntas que levem em consideração o esquema de referência que os respondentes inferem do assunto em discussão. Todavia, o questionário deve introduzir cada tópico de modo a restringir as percepções do respondente e ser compatível com suas noções do que é importante. O desenvolvimento de um tópico para outro não deve satisfazer, somente, aos critérios de racionalidade e lógica do pesquisador, mas também aos do respondente (ANGELL; FREEDMAN, 1974, p. 333-334).

Nos dias e horários agendados, a pesquisadora foi apresentada pela coordenadora pedagógica das unidades escolares, ao grupo de professores participantes das JEIF. Optou-se por agendar nos dias em que houvesse maior número de professores nos dois horários de JEIF, distribuídos em dois grupos: grupo I, das 12h às 13h30min e grupo II, das 18h30min às 20h. Em cada Unidade Escolar foi agendado um dia específico. No dia agendado, após breve apresentação dos objetivos da pesquisa, foi distribuído o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento aos professores para a leitura, com objetivo de fornecer os esclarecimentos

necessários ao preenchimento do questionário e recolher as assinaturas dos consentimentos de participação.

Participaram, ao todo, 90 educadores, sendo quatro coordenadores pedagógicos e 86 professores, distribuídos da seguinte maneira: na unidade escolar I participaram 28 professores e dois coordenadores pedagógicos, sendo que dois professores participantes da JEIF não quiseram responder ao questionário; na unidade escolar II participaram 29 professores e uma coordenadora pedagógica (todos concordaram em participar); na unidade escolar III participaram 29 professores e uma coordenadora pedagógica (todos concordaram em participar).

O questionário aplicado contém 30 perguntas, com questões de múltipla escolha e algumas solicitando informações, na perspectiva de complementar e aprofundar as respostas. A aplicação do questionário foi realizada em um único dia, nos dois grupos de JEIF, em seus respectivos horários. Os professores já haviam sido avisados, pelos coordenadores pedagógicos, quanto à data e ao horário em que seria realizada a aplicação do questionário. Fui apresentada ao grupo de professores pelas coordenadoras pedagógicas, que explicaram, brevemente, a minha presença na escola. Aproveitei a oportunidade para justificar e esclarecer alguns aspectos da minha pesquisa e dos objetivos da realização do questionário, bem como explicar o que significa violência presencial (em que a criança presencia atos de violência) e na rede (violência por meio da internet, mídia, meios de comunicação), questões que foram apontadas no pré-teste; decidiu-se manter os termos em decorrência de sua utilização nas pesquisas realizadas sobre violência em crianças e adolescentes.

O tempo utilizado para esse procedimento de pesquisa, incluindo minha apresentação e da pesquisa, bem como os esclarecimentos necessários aos professores e realização das respostas às perguntas contidas no questionário, foi o tempo de duração da JEIF, isto é, 1h30min.

As perguntas contidas na folha 1 do questionário (de número 1 a 9) visaram a traçar o perfil dos professores. Por meio das perguntas da folha 2 (de número 10 a 30), buscou-se identificar o grau de (des)conhecimento e posicionamento dos professores em relação à violência contra crianças e adolescentes, com enfoque na violência sexual, incluindo os tabus, bem como sugestões para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Outro objetivo contido nas questões da folha 2 foi a de testar a seguinte hipótese: os educadores têm dificuldades em identificar as situações de abuso sexual em decorrência da falta de informação e formação.

Para a tabulação das respostas do questionário, foi respeitada a sequência numérica das questões, que foram descritas e analisadas de acordo com seus resultados, seja por meio de parágrafos descritivos e ou de tabelas. Foi informado aos educadores que não era obrigatória a identificação nominal no questionário; no entanto, dos 90 participantes, dois professores se identificaram.

Com relação à utilização das informações contidas no boletim escolar de todos os alunos que participaram na coleta de dados, o objetivo principal foi identificar e analisar o desempenho escolar das alunas-átomo. No entanto, também foi apurado e analisado o boletim escolar dos dois primeiros alunos que obtiveram maior número de escolhas de preferência e dois que tiveram de rejeição, no teste sociométrico.

Os resultados da pesquisa estão divididos por Unidade Escolar, denominadas I, II e III, para melhor visualização e compreensão dos dados, optando-se pela seguinte sequência: caracterização das unidades escolares; caracterização das turmas frequentadas pelas alunas-átomo; descrição das informações obtidas, por meio do desenho e da entrevista com questionário da aluna átomo, incluindo as informações obtidas por meio da entrevista semiestruturada com os professores e com a coordenação pedagógica e demais gestores; dados, coletivos e individuais, do teste sociométrico; análise dos dados obtidos por meio do boletim escolar, do desenho da família e das entrevistas com os alunos selecionados; e o entrelaçamento de dados das unidades escolares I, II e III.

As informações aqui descritas são provenientes do cruzamento dos diversos procedimentos utilizados para este estudo, isto é, provêm de observações, entrevistas, desenho da família, questionários, boletim escolar e sociograma coletivo e individual. Ressalte-se que os resultados e a análise das respostas obtidos por meio do questionário apresentado aos professores que favoreçam atingir o objetivo já descrito, a saber, identificar os possíveis obstáculos que impedem os educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos, bem como a análise do desenho da família e entrevista com todos os alunos das três turmas pesquisadas, vislumbrando os desdobramentos da violência sexual contra crianças no ambiente escolar, serão apresentados no capítulo 3 deste estudo.

2.1 Unidade Escolar I – Aluna-átomo A1

As informações da Unidade Escolar foram obtidas por meio da observação, conversas com os educadores e alunos e da leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Projeto Estratégico de Ação (PEA).

Esta unidade escolar, Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II, foi criada no ano 2000 pela Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo. Está localizada na região sul do município de São Paulo, em um distrito de alta densidade demográfica e com alta vulnerabilidade social, de acordo com CGEO (Centro de Geoprocessamento e Estatística) da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social).

Foi construída em caráter emergencial no final do ano 2000 como resultado da conquista da luta das mulheres moradoras das vilas e loteamentos na região que, não contando com equipamentos públicos de educação em seus bairros, criaram uma forte demanda nas escolas do entorno e pressionaram o poder público municipal e estadual por mais escolas. A escola que as mulheres queriam não era uma escola de “latinha”³⁸ e a comunidade tomou para si a tarefa de participar de sua organização, contribuindo com seu bom funcionamento.

Por ser área de manancial, o problema de terreno disponível e viável para a construção era ainda mais grave do que em outras regiões da cidade. Essa foi a razão pela qual a construção da escola ocorreu fora do local onde a luta popular foi organizada. O prédio da escola ocupava uma área acidentada do que era uma espécie de praça ou área de lazer da comunidade.

Em janeiro de 2001, iniciou suas atividades atendendo à população, mas sem nenhuma infraestrutura. Não tinha mobiliário, quadro completo de funcionários, e o prédio, logo após a entrega feita, sem que fossem realizadas vistorias, já apresentava problemas hidráulicos e elétricos, fruto da displicência do governo no trato com o equipamento público. O ano letivo iniciou nessas condições, atendendo a alunos de 1ª a 4ª séries em 23 classes, em três períodos, sem diretor e sem funcionários do quadro de apoio. No segundo semestre, foram criadas também oito classes de suplência II³⁹, totalizando 320 alunos com idade acima de 15 anos no período noturno.

³⁸ Escola de latinha: denominação popular dada às escolas públicas instaladas em contêineres metálicos ou construídas em aço galvanizado, com cobertura de telhas de cimento, inicialmente, na rede municipal de ensino de São Paulo (gestão do prefeito Celso Pitta, 1997–2000) e, depois, também na rede estadual.

³⁹ Suplência II: segundo segmento do ensino fundamental supletivo.

A comunidade escolar era formada, na sua grande maioria, por crianças e adultos provenientes dos bairros vizinhos. A comunidade local, apesar de não ter se envolvido com o movimento popular por mais vagas nas escolas, demonstrou certo respeito e interesse pela escola, cuja construção “solucionou” alguns problemas de segurança e violência presentes na praça e que incomodavam a vizinhança.

No início de seu funcionamento, a participação da comunidade pôde ser observada pelo trabalho voluntário das mães que se empenharam em manter a limpeza do prédio e o atendimento às crianças em horários de merenda e recreação, já que não havia funcionários suficientes para tais atribuições.

Em 2004, foram iniciadas as obras de substituição do prédio da escola. O segundo semestre foi marcado por intensa desordem no que se refere aos espaços. A equipe fez o possível para garantir a continuidade dos trabalhos e, apesar das condições desfavoráveis, encerrou o ano com uma avaliação bastante positiva do seu projeto pedagógico.

No decorrer dos últimos anos, a escola tem constituído um trabalho de formação com seus educadores e comunidade e vem aprimorando seu projeto político pedagógico, fortalecendo os vínculos com a população local e do entorno, e hoje é reconhecida no bairro como uma referência de educação de qualidade.

Segundo relato da coordenadora pedagógica, a comunidade é bastante crítica e observadora, com certa expectativa em relação às condições de funcionamento da escola e sua qualidade pedagógica, com frequência considerável nas assembleias, festas, reuniões de pais, Conselho de Escola, APM (Associação de Pais e Mestres), oficinas e demais eventos.

Alguns projetos foram se delineando e fazendo parte da história da escola. Em 2005, iniciou-se o grupo de xadrez, com várias premiações. Em 2008, o Projeto de Inclusão, que atende às crianças com deficiência, foi fortalecido e fez com que a escola fosse a mais procurada da região. Além do trabalho desenvolvido pelas professoras das salas, algumas funcionárias do quadro de apoio prestam atendimento aos alunos fora do horário de trabalho, duas a três vezes por semana, com ações voltadas ao desenvolvimento da motricidade, fortalecimento dos membros nos exercícios com materiais especiais, audição, leitura e contação de histórias, além de apresentações ao público nos eventos promovidos pela escola. Ainda segundo relato da coordenadora pedagógica, o carinho, a dedicação e o esforço do grupo mostraram as possibilidades de trabalho com as crianças e fizeram do projeto uma referência no que diz respeito ao trabalho de inclusão na região. As estagiárias também foram um ponto forte. A entrevistada ressalta que atualmente os projetos voltados para a inclusão dos alunos com deficiência ou transtornos de desenvolvimento recebem elogios. A escola

dispõe de atendimento educacional especializado, e as estagiárias do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) – Aprender sem Limites auxiliam em sala de aula e em atividades complementares. As funcionárias do quadro de apoio também dão suporte e acompanhamento para esses alunos nas atividades de rotina: lanche, higiene, horário de entrada e saída. A AVE (Auxiliar de Vida Escolar) atende aos alunos que não se alimentam sozinhos e usam fralda, no total de 19 alunos.

Em 2003, foi iniciada a formação do Conselho de Alunos, experiência iniciada no noturno com os alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). O conselho foi composto por dois alunos de cada sala que mensalmente se reuniam para discutir questões relacionadas ao curso noturno, apontar problemas, sugerir propostas de ação para melhoria da escola, desenvolvendo a responsabilidade pelo zelo do espaço público e da comunidade. A partir de 2007, essa ação foi estendida também para o diurno, o Conselho de Alunos do Ensino Regular, com reuniões mensais acompanhadas por uma pessoa da equipe gestora. Depois de alguns anos, o Conselho passou por modificações e dificuldades de acompanhamento por parte dos profissionais e, atualmente, apresenta nova configuração: Grêmio Estudantil e Conselho Participativo ao final de cada bimestre, para uma atuação estudantil que promova o protagonismo juvenil.

Segundo a equipe gestora, a escola tem por objetivo contribuir na formação da cidadania, realizando, com seus alunos, um trabalho que materialize as suas funções sociais, contribuindo com a competência leitora e escritora, alfabetizando-os em todas as áreas do conhecimento.

Com relação à infraestrutura, a escola possui: quadra poliesportiva coberta, uma quadra poliesportiva descoberta, sala de leitura, laboratório de Ciências e Arte, laboratório de informática, 18 salas de aula, almoxarifado, secretaria, sala de diretor, sala de reuniões, sala de professores, sala de coordenador pedagógico, sala de materiais pedagógicos, cozinha, duas áreas de banho, dois banheiros para funcionários (masculinos), dois banheiros para funcionários (femininos), oito banheiros para alunos (masculinos), oito banheiros para alunos (femininos), seis banheiros para deficientes, estacionamento, pátio coberto (adaptado com toldos para proteger os alunos de ventos e chuva, principalmente durante as refeições), refeitório, rampa de acesso para deficientes, elevador, despensa/depósito alimentos, lavanderia, sala da rádio escolar, sala de Educação Física.

A escola funciona em dois turnos: manhã, das 7h às 12h, e tarde, das 13h30min às 18h30min. O quadro de recursos humanos é composto por: um diretor, dois assistentes de direção, dois coordenadores pedagógicos, 65 professores (ensino fundamental I e II), uma

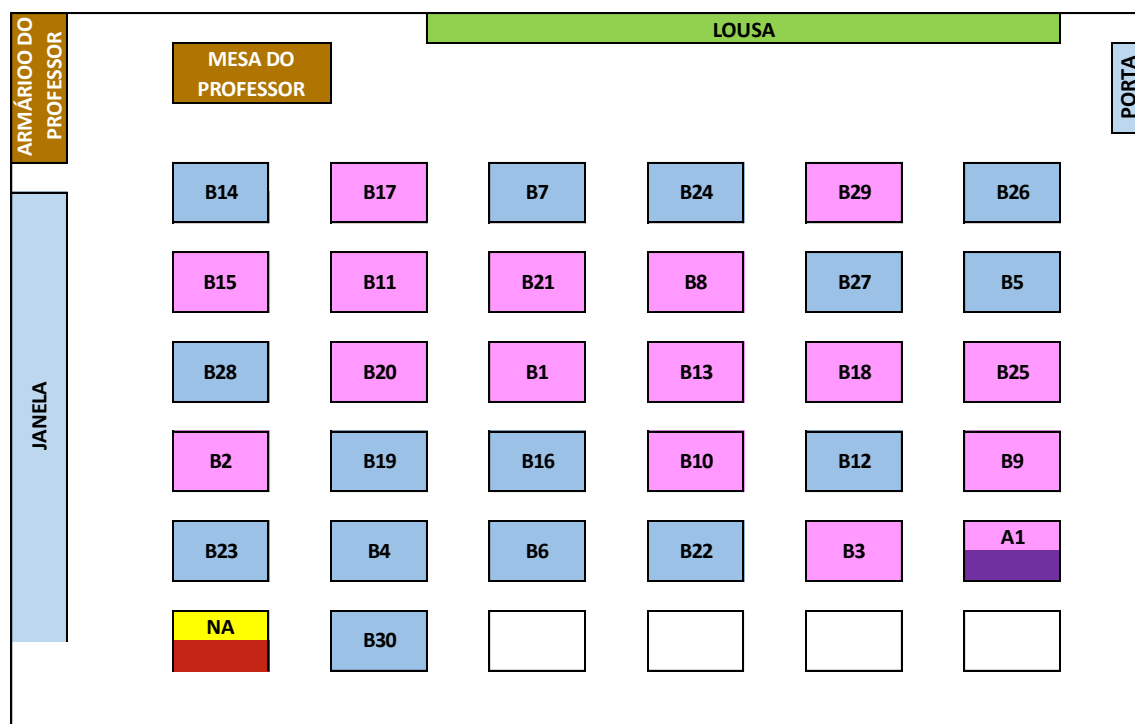
secretária, cinco assistentes técnicos de educação, dois agentes escolares, um vigia. Possui conselho de escola, formado pela equipe gestora, professores, equipe de apoio à educação, pais e alunos.

Em 2017, foram realizados os seguintes projetos internos: Sarau e Leituraço, Mediação de Leitura, Trekking, Castelos Medievais, Imprensa Jovem, Oficinas de Pinhole, Rugby e Silkscreen, Projeto Numerar.





Para caracterizar a turma na qual a A1 está matriculada, foram utilizadas informações contidas a partir das respostas ao questionário realizado com todos os alunos e mapa da sala de aula com a identificação do lugar que cada um ocupa.

Quadro 2: Organização da sala de aula - Unidade I

ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA - UNIDADE I



LEGENDA

	Menino		Aluno ausente no dia do mapeamento
	Menina		Aluno que não fez o desenho
	Aluno átomo		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os alunos desta turma estão matriculados no 1º ano do ensino fundamental I, no período da tarde. São 32 alunos, 15 meninos e 17 meninas, identificados com a letra B e o número correspondente, com exceção de A1. Dos 32 alunos, 31 participaram da pesquisa, 15

meninos e 16 meninas, devido à transferência de uma aluna para outra escola. Nessa turma, a professora titular conta com o apoio da estudante de pedagogia, contratada por SME-SP, participante do Projeto Parceiros da Aprendizagem. Ambas descrevem a turma como participativa, carinhosa e interessada nas atividades. A maioria dos alunos são egressos da EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil). Observa-se que, apesar dos esforços desempenhados, muitos alunos ainda estavam, no mês de setembro, na fase pré-silábica da alfabetização⁴⁰.

Podemos observar, por meio das disposições das carteiras, que a aluna átomo, A1, ocupa a última carteira, na última fileira. Foi possível observar que a maioria dos alunos participa ativamente das atividades propostas e das atividades extraclasse e gosta muito da hora do intervalo.

A partir dos dados coletados da aluna átomo, A1, da observação no ambiente escolar, em suas atividades e relações com os colegas, professores e demais funcionários, desenho da família, do questionário com entrevista, bem como informações obtidas por meio da entrevista semiestruturada com os professores que atuam com A1 e a coordenação pedagógica, relata-se o que segue.

No desenho da família, A1 retrata a mãe, o pai biológico e o irmão de um ano de idade. No desenho ela está brincando com o irmão, embaixo de uma árvore. A1 tem seis anos, mora com o pai, a madrasta e os filhos da madrasta, na casa da avó, falecida à época da pesquisa. Não tem bom relacionamento com a madrasta e com seus filhos. O pai está desempregado. Foi morar com a avó por determinação do Conselho Tutelar, por conta do abuso sofrido pelo padrasto, pois morava com a mãe, o padrasto e o irmão quando ocorreu o abuso.

Em resposta ao questionário, A1 relata que gosta de brincar de esconde-esconde, pega-pega, corda e bambolê. Brinca na escola e, às vezes, de bicicleta com o pai. Recebe carinho do pai e da mãe. Seu programa de TV preferido é o desenho da Dora e não gosta do desenho da Minnie. Identifica-se na cor branca. Relata que não gosta de comer, mas come arroz, feijão, batata e carne; não gosta de comer salada e cebola. Recebe bronca da mãe e do pai. Já apanhou de chinelo da mãe e do pai porque fez bagunça. Relata que quando morava com a mãe, esta era quem dava mais bronca, agora é o pai. Gosta de matemática. Não gosta de

⁴⁰ De acordo com a teoria da Psicogênese da língua e da escrita, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada. As fases são: pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética. Na fase silábica-alfabética, a criança começa a compreender que as sílabas têm mais que uma letra, fazendo a transição de utilizar uma letra para cada sílaba para reconhecer os demais fonemas das palavras e passar a empregá-los.

escrever letras. Quando não está na escola, brinca com o pai. Gosta de ouvir música de igreja e não gosta de funk. Na escola, o que mais gosta de fazer é brincar e não gosta de estudar. Não tem apelido. Sente muita dor nos dentes. Não usa óculos e nunca foi ao oftalmologista. Não sabe o que é religião. Depois de explicado, disse que frequenta várias igrejas. Está no processo de alfabetização. A maior dificuldade na escola é com Língua Portuguesa. Às vezes, alimenta-se na escola e relata que, quando come na escola e em sua casa, passa mal e vomita.

A pesquisadora foi apresentada à professora pela diretora da escola. Expliquei os objetivos da pesquisa e estava disponível para qualquer esclarecimento. No primeiro dia, sentei na última carteira no fundo da sala. Fui recebida de maneira amistosa por todos da turma, especialmente por A1, que veio ao meu encontro descrevendo sua história de abuso, deixando-me surpresa com a situação de desmbaraço e confiança ou talvez necessidade de desabafar. A1 relatou a mesma situação que já havia ouvido da direção e professora regente da sala.

Com relação ao abuso sexual, segundo relato da professora, percebeu que A1 estava com uma marca de mão no pescoço. Ao perguntar o que havia acontecido A1 relata que tinha batido na cama. Percebendo a resposta evasiva, a professora pediu que A1 levantasse a blusa e disse para a professora: “Minha mãe pediu para não mostrar. Ela passou uma pomada e pediu para não mostrar”. A professora solicitou que ela relatasse o que havia acontecido. Quando A1 começou a contar, dizendo “meu tio”, a auxiliar de classe, percebendo a situação, sugeriu à professora que ouvisse o relato fora da sala de aula, que a fez decidir ouvir em conjunto com o coordenador pedagógico e a diretora, que fotografou a marca no pescoço de A1. A professora relata que não se sentiu em condições emocionais de ouvir toda a história sozinha. Com voz trêmula A1 relatou que uma pessoa, à noite, o “tio” (padrasto) ficou em cima dela e apertou seu pescoço; ela acha que desmaiou e quando acordou gritou pela mãe; o irmão começou a chorar nesse momento e a mãe foi amamentá-lo e o “tio” foi para o banheiro.

Após o relato, a diretora ligou para o Conselho Tutelar. Sem conseguir entrar em contato com a mãe, em ligação telefônica, o Conselho Tutelar pediu para a diretora ir até a casa da mãe de A1. Então, a diretora, juntamente com o coordenador pedagógico foi até a residência da mãe e solicitaram que fosse ao conselho tutelar com a filha. A diretora observou que os móveis estavam na disposição que A1 havia relatado. O pai foi comunicado, e A1 passou a morar com ele e avó paterna, conforme decisão do Conselho Tutelar, que foi à residência da mãe comunicar a decisão da justiça. O namorado da mãe não foi encontrado na casa, e a mãe não quis realizar o boletim de ocorrência.

A direção da escola fez um ofício ao Conselho Tutelar com algumas informações para serem encaminhadas à Vara da Infância e solicitou que o pai levasse A1 ao tratamento psicológico. Após ser retirada da residência da mãe, A1 passou a morar com a avó, que veio a falecer três meses depois do ocorrido, situação que provocou a ida da namorada do pai, com os filhos, para sua casa.

Ao relatar os fatos, a professora, em alguns momentos, interrompeu a fala e começou a chorar, dizendo que só o fato de lembrar o relato de A1 lhe causava muito sofrimento e muita tristeza. Sugeri que, quando quisesse, poderíamos dar prosseguimento às perguntas do questionário, o que foi realizado. A professora relata que, desde o início do ano, A1 apresenta muitas dificuldades em realizar as atividades, que provoca os amigos, bate, implica muito com os colegas, especialmente com o B7. Relata que, depois que foi morar com o pai, ficou mais agressiva. Diz que é uma aluna inteligente, tem facilidade na comunicação, é participativa quando não se trata de fazer lição, mas é preguiçosa. Sente-se impotente e muito triste com relação à situação de A1. Gostaria de ter poderes para que ela fosse atendida por um psicólogo e assistente social. Desabafa que “tudo arreventa na escola” e não percebe apoio de nenhum órgão público.

Acredita que o professor tem que denunciar em conjunto com a equipe gestora, que a denúncia de abusos deve ser realizada aos órgãos competentes, mas desconhece a maioria dos procedimentos, incluindo a portaria 5552/12. Relata que o tema da violência sexual já foi abordado em JEIF e PEA. Acredita que essas situações têm de ser conversadas com outros professores, compartilhando sentimentos e algumas ações. Irá pedir remoção da escola porque mora em Guarulhos (o outro extremo da região metropolitana de São Paulo). Expressou sua indignação com as seguintes frases: “... os órgãos competentes não fazem nada”; “me sinto sozinha”; “nem todos têm a proximidade e abertura para o diálogo”, “o professor precisa ter amor e afeto ao ser humano”.

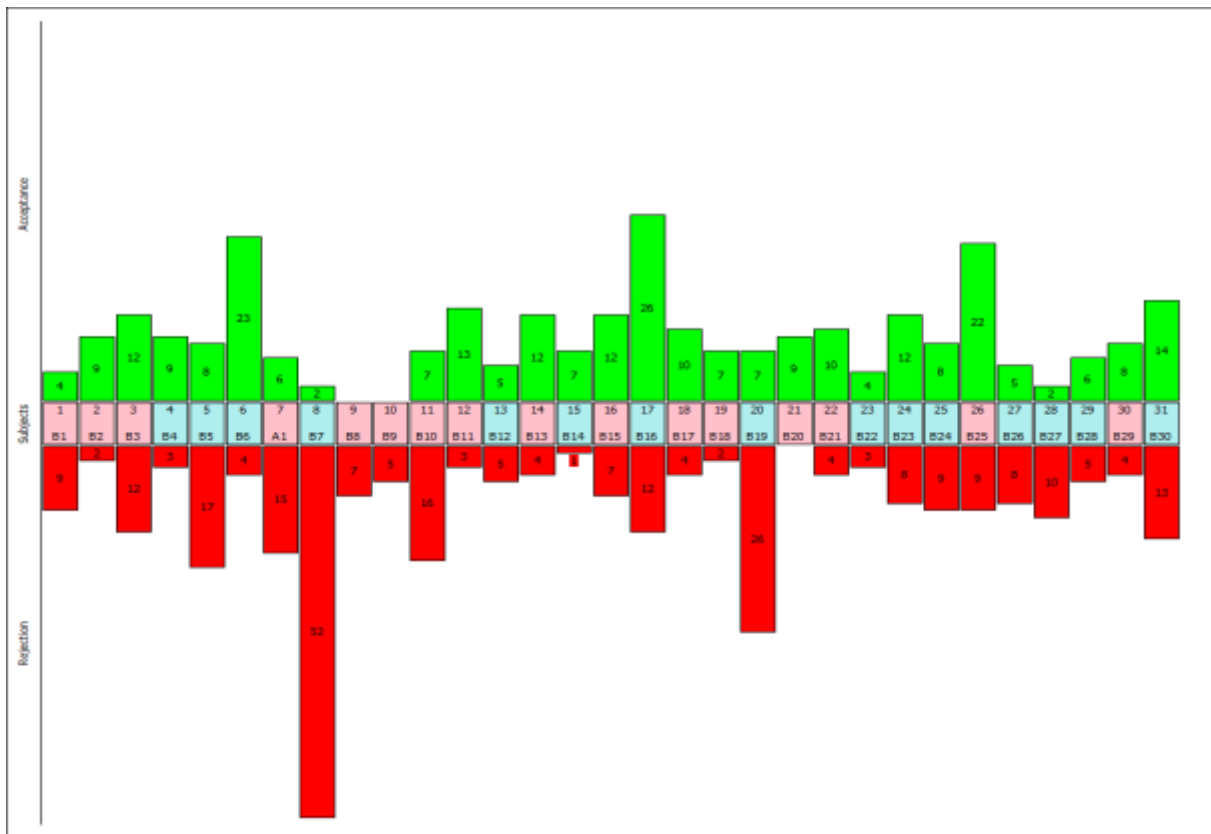
A partir das observações realizadas, foram constatadas as seguintes situações: A1 apresenta um comportamento agitado e agressivo com alguns colegas; não realiza totalmente as atividades pedagógicas, transita muito pela sala de aula durante as atividades; tem pouca concentração; conversa muito com uma colega; no intervalo, não consome a comida da escola e brinca sozinha; não traz lanche de sua casa; é recorrente ouvi-la xingando a mãe de outras crianças de “vaca”; disse à auxiliar da sala que ninguém quer ser amiga dela. A1 relutou em desenhar a família, dizendo que não tinha lápis de cor. Não está fazendo tratamento psicológico. Relata que vai à casa da mãe e, às vezes, dorme lá, mas não pode contar pra

ninguém. Vê o padraço lá também e diz: “*minha mãe pediu pra não contar*”. A1 sente saudades da mãe e do irmão.

2.1.1 Dados coletivos e individuais do teste sociométrico

Dos 32 alunos da turma do 1º ano do ensino fundamental I, na qual A1 está matriculada, 31 participaram do teste sociométrico, sendo 15 meninos e 16 meninas.

Figura 2: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas de todos os alunos da turma da A1



Elaborado pela pesquisadora⁴¹

Legenda

	Preferências
	Rejeição
	Sexo Feminino
	Sexo Masculino

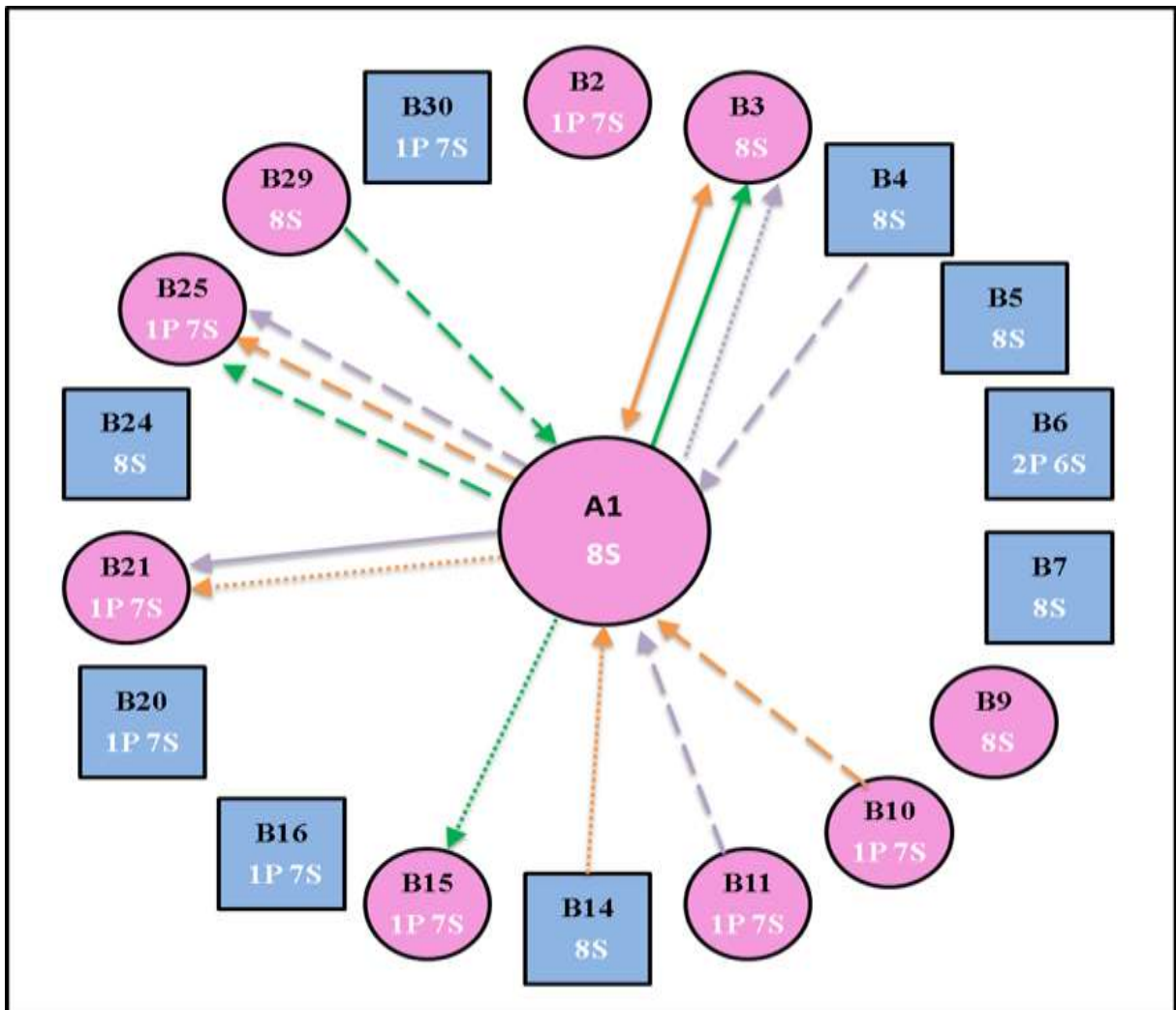
Nesta figura, observa-se o sociograma coletivo das preferências e rejeições recebidas dos 31 alunos da turma, 16 meninas e 15 meninos, do 1º ano do ensino fundamental I, na qual A1 está matriculada. As rejeições (rejections) estão na cor vermelha, e as aceitações

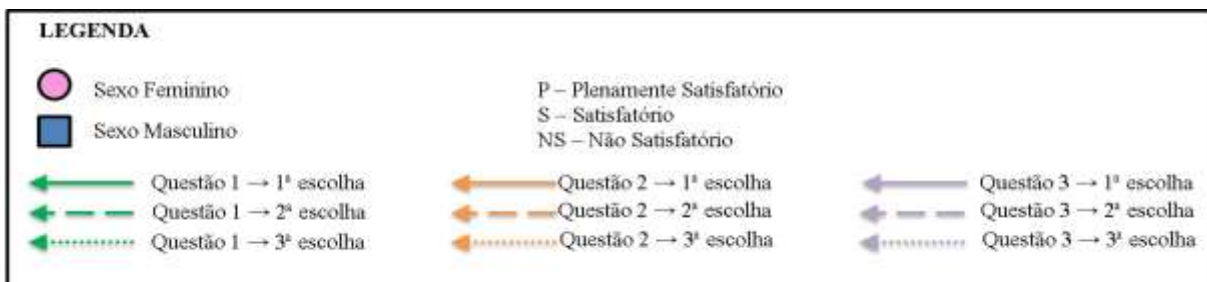
⁴¹ Com o auxílio do programa: GroupDynamics – 1.2.x – sociometry made simple.

(acceptances) estão na cor verde. Optou-se pela utilização da tradução de acceptances por preferências. Os alunos (subjects) estão individualmente identificados com a letra B e um número, diferenciando os do sexo masculino, na cor azul, e os do sexo feminino na cor rosa. A aluna-átomo está identificada como A1.

Observa-se que A1 obteve 15 rejeições e 6 preferências recebidas. Dos 31 alunos, 20 receberam mais escolhas de preferência do que A1 e 9 alunos receberam menos preferências que A1. Somente B 28 recebeu a mesma quantidade de preferências de A1. Com relação às rejeições, dos 31 alunos, 5 receberam mais rejeições que A1 e 25 alunos receberam menos rejeição que A1. Ninguém recebeu a mesma quantidade de rejeição de A1. Portanto, A1, além de receber mais rejeições que preferências, também está entre os alunos mais rejeitados e com menos preferência. Com relação aos dois alunos que obtiveram mais rejeições, estão o B7, com 51, e B19, com 26, ambos do sexo masculino. Quanto aos com maior número de preferências recebidas, observa-se B16, com 26, e B6, com 23, ambos também do sexo masculino.

Figura 3: Sociograma individual da A1, de preferências emitidas e recebidas





Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Neste sociograma individual de A1, conforme a legenda, identificamos as alunas do sexo feminino com o círculo rosa e os do masculino com o quadrado azul. Dentro, estão a identificação da letra e o número de cada colega da turma e de A1, no centro da figura. Para melhor visualização e análise, nesta figura, estão somente as preferências emitidas e recebidas de e para A1. Mantivemos os colegas de A1 que não emitiram e nem receberam preferências porque eles também foram os que emitiram e/ou receberam rejeições de A1, conforme o que será demonstrado na figura 4.

Os conceitos P (plenamente satisfatório), S (satisfatório) e NS (não satisfatório), que também estão indicados na legenda, fazem parte das mensurações utilizadas no boletim escolar, fornecidas pela coordenação pedagógica por meio do acesso ao SGP (Sistema de Gestão Pedagógica)⁴². Priorizou-se o boletim do 4º bimestre, contendo os conceitos, faltas e síntese final do ano letivo. No 1º ano do ensino fundamental I, não há retenção, somente continuidade de estudo, com exceção da porcentagem de frequência que deverá ser no mínimo 75%. O componente curricular é o mesmo do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I.

As setas com suas cores e tracejados correspondem às 1ª, 2ª e 3ª questões de preferências de estudo, brincadeira e amizade, emitidas e recebidas, e das 1ª, 2ª e 3ª escolhas.

⁴² A Portaria nº 1.224 de 10/02/2014, instituiu o sistema de gestão pedagógica – SGP, no âmbito da rede municipal de ensino de São Paulo, conforme de Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Gestão Pedagógica– SGP, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que consiste em um sistema tecnológico, integrado ao Sistema Escola On-line - EOL, com o objetivo de organizar e potencializar o acompanhamento pedagógico dos estudantes pelos pais/responsáveis, professores, gestores das Unidades Educacionais- UEs, Diretorias Regionais de Educação – DRE e pela própria Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME. Parágrafo Único: O Sistema ora instituído visa contribuir com a inserção da Unidade Educacional na cultura digital, disponibilizando por meio informatizado, as diferentes formas de registro, a organização sistematizada e a análise dos dados referentes ao planejamento, acompanhamento e avaliação do processo educativo (SÃO PAULO, 2014)

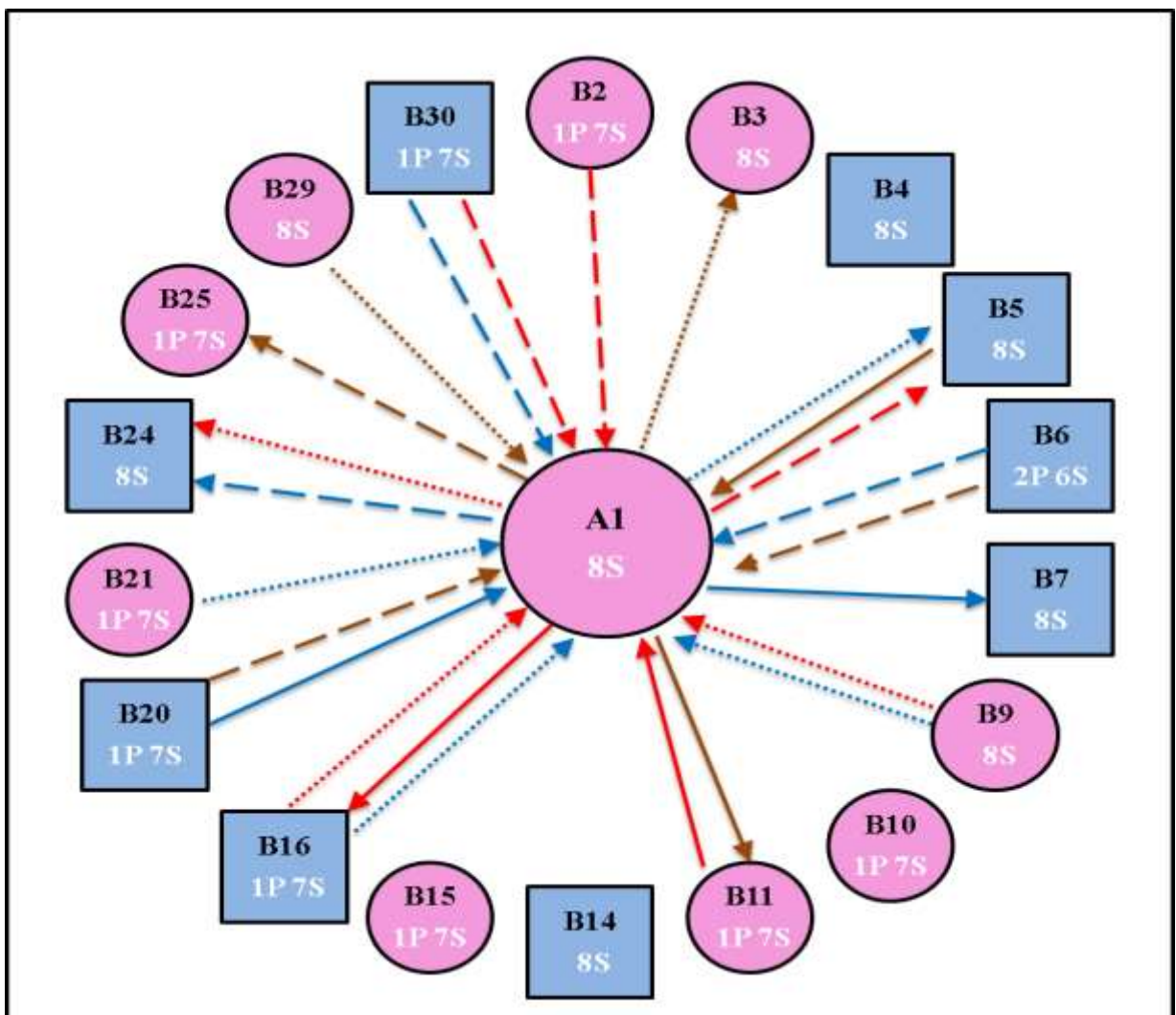
Com relação às preferências emitidas, observa-se que A1 emitiu 9 e recebeu 6 preferências de seus colegas. Das 9 preferências emitidas, todas foram para o sexo feminino, 3 foram para B25, 3 para B3, 2 para B21 e 1 para B15. Apesar de a maioria possuir como rendimento escolar o conceito S, três colegas (B21, B25 e B15), possuem além de 7 conceitos S, também 1 conceito P, cada uma.

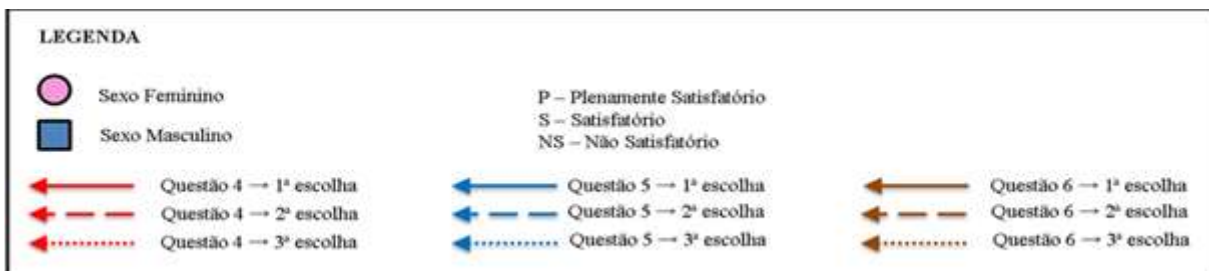
Quanto às preferências recebidas, foram 6 no total, 2 do sexo masculino e 4 do feminino, a saber: B29 emitiu 1, B3 (1), B4 (1), B10 (1), B11 (1) e B14 (1).

Percebe-se, por meio dos dados, que tanto a emissão quanto o recebimento das preferências são, na maioria, do sexo feminino, sendo 7 meninas e 2 meninos, e que A1 tanto emitiu como recebeu de B3, do sexo feminino, a primeira escolha referente à categoria brincadeira.

Ressalta-se que todos os alunos aqui citados obtiveram frequência anual superior a 75% e foram aprovados para o 2º ano do ensino fundamental I.

Figura 4: Sociograma individual da A1, de rejeições emitidas e recebidas





Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Observa-se que o sociograma de rejeições emitidas e recebidas de A1, em sua legenda, apresenta as questões 4, 5 e 6, com as 1ª, 2ª e 3ª escolhas nas cores vermelha, azul e marrom respectivamente. Nele, as rejeições são também para estudo, brincadeira e amizade.

A partir desse sociograma, observamos que A1 recebeu 15 rejeições e emitiu 9. Das rejeições recebidas, 5 foram de colegas do sexo feminino e 5 do masculino, assim distribuídas: B16 (2 rejeições recebidas), B20 (2), B21 (1), B29 (1), B30 (2), B2 (1), B5 (1), B6 (2), B9 (2) e B11 (1).

Em relação às rejeições emitidas por A1, no total de 9, 4 foram emitidas para colegas do sexo masculino e 3 para os do feminino, ficando distribuídas da seguinte maneira, para B16 (1), B24 (2), B25 (1), B3 (1), B5 (2), B7 (1) e B11 (1).

Observa-se que A1 recebeu e emitiu rejeições de e para B16 e B5, ambos do sexo masculino. Ressalta-se que A1 emitiu duas escolhas de rejeição para B5 (3ª escolha na categoria amizade e 2ª escolha na categoria estudo) e B5 emitiu uma escolha de rejeição para A1 (1ª escolha na categoria amizade). Quanto a B16, A1 emitiu a 1ª escolha da categoria estudo e recebeu de B16 a 3ª escolha nas categorias estudar e brincar.

No que se refere aos conceitos, dos 10 colegas de quem A1 recebeu rejeições, 7 têm pelo menos um conceito P na média final, 4 meninos e 3 meninas. Quanto aos que ela emitiu rejeições, três têm P no conceito final, 2 meninas e 1 menino. Por meio do sociograma coletivo e individual, foi possível observar que A1 recebeu mais rejeições e menos preferências.

No tocante ao rendimento escolar, por meio dos conceitos finais do 1º ano, contidos no boletim escolar, A1 não se destaca dos demais colegas, nem para mais ou para menos, tanto dos que emitiram preferências e rejeições, como daqueles que receberam de A1 as escolhas de preferências e rejeições. Todos foram aprovados para o 2º ano e tiveram frequência às aulas superior a 75%.

A partir da análise dos dados obtidos por meio do sociograma coletivo e individual, do boletim escolar, do desenho da família, entrevistas com os alunos e dos dados evidenciados fez-se necessário uma análise mais aprofundada dos dois alunos com maior número de preferências recebidas (B16 e B6) e dos de rejeições recebidas (B7 e B19) em comparação à aluna átomo –A1, com relação ao rendimento escolar e faltas.

Ressalta-se que nos campos do boletim, incluso no Sistema de Gestão Pedagógica, além dos dados dos alunos (nome, código eol, ciclo, ano/turma, disciplinas), há outros campos como perfil do aluno, recomendações aos pais e responsáveis, conceitos, faltas e parecer conclusivo. O campo perfil do aluno é preenchido, pelos professores, com dados descritivos, também apresentados no conselho de classe, sendo contemplada a apresentação do desenvolvimento e da aprendizagem e recomendações ao aluno. O sistema oferece aos professores algumas sugestões de frases pertinentes aos dados descritivos. Selecionamos alguns campos para melhor compreensão do perfil dos alunos citados, com relação ao rendimento escolar e faltas.

Tabela 10: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais -A1

COMPONENTE CURRICULAR	CONCEITOS E FALTAS				
	PREFERIDOS		ALUNA ÁTOMO	REJEITADOS	
	B6	B16		B7	B19
LÍNGUA PORTUGUESA	P	S	S	S	S
MATEMÁTICA	P	S	S	S	S
CIÊNCIAS	P	S	S	S	S
GEOGRAFIA	P	S	S	S	S
HISTÓRIA	P	S	S	S	S
LÍNGUA INGLESA	S	S	S	S	S
ARTES	P	P	S	S	P
EDUCAÇÃO FÍSICA	P	P	S	S	S
FREQUÊNCIA FINAL (%)	92%	92%	89%	90%	93%

Fonte: Boletim Escolar/2017⁴³

Legenda:

P – plenamente satisfatório

S – satisfatório

NS – não satisfatório

É possível observar, nesta tabela, que somente B6 tem o conceito P em quase todas as disciplinas. Quanto a B16, A1, B7 e B19, eles apresentam conceitos S na maioria das disciplinas, evidenciando a não discrepância nos conceitos entre os alunos com maior número de preferências e rejeições.

Observa-se que o desempenho escolar de A1, aluna-átomo, não foi muito diferente dos demais. O boletim, por meio dos conceitos e da frequência, evidencia um conceito final

⁴³ Disponível em: boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 15/12/2017.

satisfatório, bem como a frequência final acima dos 75%, evidenciando que A1 é aluna frequente às aulas.

Com relação ao perfil do aluno, recomendações aos pais e responsáveis por B16, B6, A1, B7 E B19, ressalte-se que é apresentado o contido no boletim referente ao 4º bimestre do ano letivo, uma vez que, nos bimestres anteriores, para alguns alunos, não foram encontradas anotações.

No tocante ao desenvolvimento e aprendizagem, a professora escreveu no boletim que todos (B6, B16, A1, B7 e B19) atingiram os objetivos. Nas recomendações ao aluno, a professora também escreveu o mesmo para os cinco alunos, com indícios de cumprimento de um protocolo exigido pela Secretaria Municipal de Educação: busque ir além dos conhecimentos trabalhados em sala de aula; seja curioso; cuide de seu material escolar, ele é de sua responsabilidade; cuide de suas relações pessoais; busque ajuda e orientação de professores, funcionários e gestores sempre que necessário; desenvolva uma rotina de estudo e organização para o cumprimento das tarefas e prazos escolares. Nas recomendações aos pais/responsáveis, a escrita também foi a mesma: acompanhe a frequência de seus filhos às aulas e às atividades escolares; acompanhe seu filho na realização das lições de casa; ajude a construir uma escola democrática; participe do Conselho de escola e compareça às reuniões da escola, dê sua opinião, ela é muito importante.

Com relação ao desenho da família e à entrevista, estão descritas separadamente as informações de cada aluno, com maior número de escolhas de preferências e rejeições, com exceção de A1, cujas informações já foram descritas anteriormente.

Aluno B6 - No desenho da família, representou três irmãs, a mãe, o pai e ele. Todos de mãos dadas. Mora com os pais e irmãs. Gosta de brincar de bola, joga futebol no campinho. Não gosta de patinete. Recebe carinho dos avós, pais e tia, que o beijam e passam a mão em seu rosto. Brinca e conversa com suas irmãs. Gosta de assistir a programas de luta na TV. Não gosta da novela “Carinha de Anjo”. Identifica a cor da sua pele como morena. Gosta de comer macarrão, não gosta de bala. Apanha de cinta e chinelo da mãe, quando faz bagunça. A lição de que mais gosta na escola é “escrever coisas” e de xadrez, não gosta de pintar desenhos. Quando não está na escola, fica brincando no computador. Gosta de ouvir a música “Dez pacitos” e não gosta das músicas da novela “Carinha de Anjo”. O que mais gosta de fazer na escola é jogar bola, e o que menos gosta é brincar de bambolê. Quando não está na escola, gosta de soltar pipa e não gosta de andar de patins. Sente dores na barriga. Tem óculos, mas usa somente em casa. Ao ser questionado se tinha alguma religião, B6 perguntou o que é isso? Após breve explicação relata não ter. Alimenta-se da comida da escola, gosta de

feijão, arroz, salada, ovo e couve cozida; não gosta de pepino. Relata ainda estar aprendendo a ler e escrever. Não sabe qual sua maior dificuldade na escola.

Aluno B16 - No desenho da família representou o pai, a mãe, ele, o irmão e avô. Desenhou o avô dirigindo um carro. B16 verbalizou que todos iam entrar no carro do avô para passear. B16 mora com os pais, irmão e avô. Gosta de brincar de bola. Recebe carinho do avô, que lhe dá um beijo na hora de dormir. Conversa mais com o irmão e brinca com o cachorro. Gosta de assistir a programações de TV paga, principalmente desenhos e séries como D.P.A. (Detetives do Prédio Azul). Identifica a cor da sua pele como marrom. Gosta de comer arroz, feijão, batata e brócolis; não gosta de pepino, alface e couve. Relata que apanha da mãe, de chinelo e que o irmão bate e chuta. A disciplina escolar de que mais gosta é matemática, gosta de fazer lição, comer e brincar. Não gosta de jogar pebolim. Gosta de ouvir Funk e não gosta de samba. Quando não está na escola, gosta de passear, não gosta de andar de bicicleta. Seu apelido é “quindim”, a mãe lhe deu porque ele é muito doce. Sente dores na garganta. Não usa óculos e nunca foi ao oftalmologista. Ao ser questionado se tinha alguma religião, B16 perguntou o que é isso? Após breve explicação relata frequentar a igreja Universal. Com relação à aprendizagem, B16 está no processo de alfabetização. Alimenta-se da comida da escola, gosta de macarrão, feijão, arroz e brócolis; não gosta de pepino, tomate e alface. Sua maior dificuldade na escola é apanhar dos meninos porque não chuta a bola pra eles.

Aluno B7 - Ao ser solicitado que desenhasse a sua família, no primeiro momento, ele recusou, depois fez dois riscos na folha de sulfite. Perguntei se sabia o que era família, ele respondeu que não. Mesmo depois de breve conversa sobre família não quis representá-la. Mora com os avós, a mãe e dois irmãos. Gosta de brincar de brinquedos e pega-pega, não gosta de brincar com o irmão. Recebe carinho de uma colega da turma, ela passa a mão no rosto dele. Conversa com a mãe. Assiste TV, gosta do filme Hulk, não gosta do Superman. Identifica a cor da sua pele como azul. O que mais gosta de comer é arroz e carne; não gosta de salsicha. Apanha de cinta e chinelo da mãe porque não o deixa assistir TV, brigas com o irmão: “meu irmão me bate e fala pra eu ficar quieto e eu não fico”. Gosta de fazer lição na escola e não gosta de pintar. Gosta de ouvir Funk e não gosta de música de favela. O que mais gosta de fazer na escola é brincar; o que menos gosta de fazer é não brincar. Quando não está na escola, gosta de brincar. Sente dores na barriga, ouvido e não enxerga direito. Não usa óculos e não nunca foi ao oftalmologista. Alimenta-se na escola, gosta de arroz e feijão. Não sabe o que é religião. Não está alfabetizado. Apresenta dificuldades na fala. Segundo relato da professora, B7 é negligenciado pela mãe e pela família. Tem infecção nos ouvidos, frequenta as aulas com ouvido doendo, vazando líquido, sujo e não é medicado. Possui um

comportamento agitado e agressivo com os colegas da sala. Na entrevista com questionário, B7 pediu se poderia sentar no meu colo porque queria ficar mais perto, e eu disse que sim. Foi possível observar que B7, algumas vezes, ficou impedido de participar da aula de educação física: ficava somente olhando os demais colegas na aula, o que, segundo o professor da disciplina, era a única maneira de tentar disciplina-lo.

Aluno B19 – No desenho da família, representou a irmã e a sobrinha. Não se desenhou. Relata que mora com o pai, a mãe, a sobrinha, irmã, namorado da irmã, tio e tia. Gosta de brincar de sinuca, não gosta de brincar de boneco. Recebe carinho da mãe que o abraça. Não gosta de ficar com a sobrinha, bebê, para a irmã ficar bebendo no bar. Conversa e brinca com uma colega da rua. Assiste à TV Cultura, não gosta do desenho da Peppa Pig. Identifica a cor da sua pele como “*um pouco laranja*”. Gosta de comer macarrão. Apanha de chinelo da mãe, pai e irmã porque fala palavrão. Gosta de fazer lição de casa, não gosta de fazer lição na escola. Gosta de música evangélica, não gosta de Funk. O que mais gosta de fazer na escola é brincar, mas não gosta de brincar com os meninos que não são da turma dele. Quando não está na escola, gosta de brincar e não gosta de ficar em casa. Não usa óculos e nunca foi ao oftalmologista. Dificuldade na leitura, relata que escreve mais ou menos. Sua maior dificuldade na escola é fazer lição. Come na escola, gosta de leite e lanche. A professora relata que recebeu várias informações de pessoas, alunos e funcionários da escola de terem presenciado B19 se masturbando em diversos lugares, “*ele fica tocando em seus genitais e faz movimentos de coito com as outras crianças, inclusive com a A1*”; “*ele quer ir no banheiro a cada 20 minutos*” Segundo a professora, a mãe de B19 foi chamada à escola e relatou que seu filho foi abusado por meninos da rua onde reside, chegando certa vez presenciar o que os colegas fizeram com ele: viu-o com a calça e cueca baixadas. Ao ser questionada quanto às providências tomadas, a mãe relatou para professora que não fez nada. A escola o encaminhou ao psicólogo. A professora relata que a motorista da perua escolar a procurou para informar que sabia dos abusos que B19 sofria e que quem os praticava era seu padrasto.

Por meio do desenho da família e entrevistas com A1, B6, B16, B7 e B19, nota-se que o ambiente familiar está composto por diferentes atores em suas dinâmicas diferenciadas e até mesmo negadas, como foi o relato de B7 sobre a família, que todas as crianças vivenciam situações de violência física e negligência e que, das cinco crianças, duas foram e/ou estão vivenciando o abuso sexual (A1 e B19), com ambas as mães cientes e omissas com relação à situação da violência sexual. A diferença é que A1 foi encaminhada pela escola ao conselho tutelar, e B19, somente ao psicólogo.

No entanto, apesar das difíceis situações enfrentadas pelos cinco alunos, em seu cotidiano, conseguem sobreviver em meio ao caos das violências, com brincadeiras e demais atividades pertencentes à infância. Ainda conseguem e gostam de brincar na e fora da escola, e interagir com colegas de maneira única, com preferências a certos programas de TV e alimentação.

Um dos pontos em comum entre dois alunos (B6 e B16) que receberam maior número de preferências e de conceitos plenamente satisfatório é que ambos recebem carinho de seus familiares, principalmente dos avós.

Com relação A1 e B19, observa-se que seus comportamentos na escola apresentam alguns sinais e consequências do abuso sexual sofrido, como por exemplo, brincadeiras sexualizadas, mudanças nos padrões de alimentação e comportamento sexual precoce.

Realizando um entrecruzamento do mapa da sala de aula com a identificação do lugar que A1 ocupa, com os dados do sociograma e os conceitos relativos ao rendimento escolar, foi possível constatar que, mesmo sentando no penúltimo lugar da última fileira, contada a partir da mesa da professora, das preferências e rejeições emitidas e recebidas para A1, somente B9 e B3 sentam bem próximos; B9 à frente de A1, emitiu 2 rejeições, e B3, que emitiu e recebeu a primeira escolha de preferências, ocupa a carteira do lado esquerdo de A1, portanto, bem próximas. Dos alunos que receberam maior número de preferências e rejeições, observa-se que A1 não ocupa carteira próxima à deles.

2.2 Unidade Escolar II – Aluna-átomo A2

Criada em 2002, a Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II funciona em três turnos, manhã (13 turmas), tarde (13 turmas) e noite (cinco turmas Educação de Jovens e Adultos). O prédio da unidade é próprio, e sua construção é de alvenaria, em bom estado de conservação. Tem dois andares, nos quais estão dispostos: 13 salas de aula, seis salas de aula ambiente (caracterizadas), uma sala de recurso multifuncional, laboratório de Ciências, laboratório de informática, sala para coordenação pedagógica, sala de leitura, seis banheiros masculinos, seis banheiros femininos, quatro filtros de água e bebedouros, pátio, quadra poliesportiva coberta, playground, brinquedoteca, sala para secretaria, sala administrativa/direção. O quadro de funcionários é composto por: dois agentes escolares, dois assistentes de diretor, uma secretária, dois coordenadores pedagógicos, um diretor, 19 professores do ensino fundamental I e 25 professores do fundamental II. A equipe de limpeza

e cozinha é contratada por uma empresa terceirizada. Câmeras de vídeo estão instaladas em diversos locais da escola, incluindo as salas de aula.

A base filosófica da escola está centrada na educação humanística, tendo nas concepções filosóficas de Comenius, Rousseau, Pestalozzi e Paulo Freire os princípios norteadores para a concepção de mundo, sociedade, educação, escola e aluno. Segundo informações da coordenadora pedagógica, é também a partir dessa base que a escola se pauta no atendimento aos alunos com deficiência, considerando, respeitando e valorizando a diversidade humana e com a mobilização necessária ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os que necessitam de apoio para terem atendidas suas necessidades de higiene e alimentação contam com o acompanhamento da AVE (Auxiliar de Vida Escolar).

A escola desenvolve 11 projetos, a saber: Recuperação Paralela, Conhecendo o Aluno, sua História e Escola de Vida, O Debate Chegou - a Treta Acabou, Sarau na Praça: Ocupando a Cidade, Hino Nacional, Leituraço, Soletrando, Leituras no Ciclo I, Atualidades EJA, Xadrez, Mediadores de Leitura. Durante o ano letivo, acontecem as seguintes reuniões e eventos: reunião de pais, pedagógica, de APM (Associação de Pais e Mestres), conselho de escola, conselho de classe, mostra cultural, festa junina, semana da criança, excursões e formatura. Além dos projetos mencionados, há o das salas ambiente, que tem por objetivo reorganizar o espaço escolar em salas temáticas, garantindo que todas as disciplinas possam usufruir de ambientes apropriados, com materiais didáticos reunidos em um mesmo local para que o aluno tenha, a seu favor, ambiente diversificado e mais estimulante.

Conforme relato da coordenadora pedagógica, as salas temáticas agradam muito ao grupo de professores pela facilidade de acesso aos materiais; agradam também aos alunos que, no momento em que saem de uma sala para outra, podem relaxar, encontrar um amigo e falar com ele, ir ao banheiro, momento que exige cuidado e atenção contínua por parte de professores e inspetores de alunos, para que aconteça rapidamente, evitando transtornos. Reforça que todos os anos há que se ter um cuidado muito especial com os alunos que estão iniciando o fundamental II, pois, para eles, é uma novidade que precisa ser tratada de modo que consigam realizar a transição; por isso, no início de cada ano, é necessário reafirmar os combinados, para que professores e funcionários novatos possam se apropriar dessa organização.

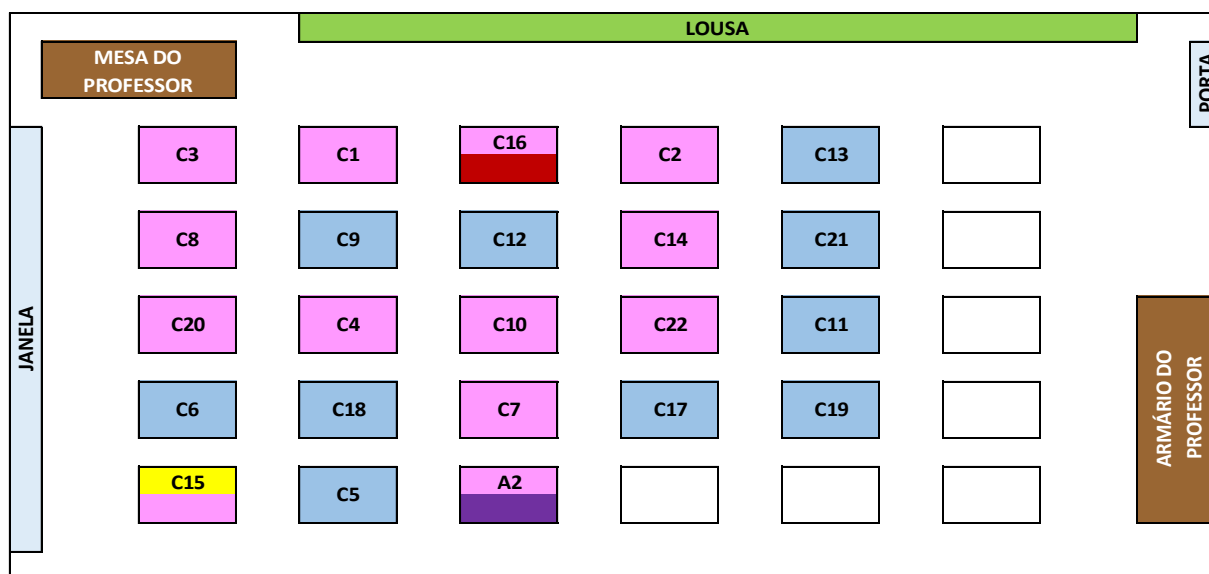
Com relação às salas ambientes, são seis equipadas com projetor e telão (História, Inglês, Arte, Leitura, Informática e Multiprojeção), duas com televisão e vídeo (para o ensino Fundamental I), uma com *data show* e lousa digital (Língua Portuguesa), um laboratório de

Ciências e uma brinquedoteca. Possuem também dois projetores portáteis, usados pelos professores.

O Plano Especial de Ação (PEA) da unidade escolar tem como meta formar cidadãos éticos, responsáveis e solidários, que promovam a sociedade inclusiva, próspera, democrática e sustentável. Intitulado “*Currículos e Práticas Culturais na Vivência Escolar*”, tem como objetivo fazer com que a equipe pedagógica se aproprie das orientações curriculares. Com a finalidade de caracterizar a turma na qual a A2 está matriculada, 2º ano do ensino fundamental I, foram utilizadas informações contidas a partir das respostas ao questionário realizado com todos os alunos e mapa da sala de aula com a identificação do lugar que cada um ocupa.

Quadro 3: Organização da sala de aula - Unidade II

ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA - UNIDADE II



LEGENDA

	Menino
	Menina
	Aluno átomo
	Aluno ausente no dia do mapeamento
	Aluno que não fez o desenho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dos 23 alunos desta turma, composta por 13 meninas e 10 meninos, 20 estão matriculados no 2º ano e três, matriculados no 3º ano do ensino fundamental. A aluna-átomo A2 é um deles por sugestão da professora regente do 3º ano, no qual está matriculada oficialmente, e da professora do 2º ano, que também dá aula de reforço, no contraturno, para

A2. Os alunos estão identificados com a letra C e o número correspondente, com exceção de A2. Na organização da sala de aula, é possível observar que A2 ocupa a última carteira da terceira fileira.

Por meio das observações, foi possível perceber o bom relacionamento da professora com todos os alunos. Incentiva a participação de todos nas atividades, incluindo encenações de histórias e brincadeiras diversas. Algumas vezes, estendeu o horário de intervalo (lanche) para realizar brincadeiras. Não gosta de se envolver nas situações pessoais dos alunos, e o foco maior é na aprendizagem e nos avanços deles. Acredita que as crianças precisam ser assistidas, “resgatadas” de tristes realidades; elas precisam falar e serem “acreditadas”. Ela percebe que a maioria das crianças estão abandonadas. Orgulha-se ao dizer que a maioria das crianças que chegaram não alfabetizadas foram alfabetizadas.

Das informações obtidas, por meio do desenho e da entrevista com questionário de A2, incluindo as da entrevista semiestruturada com os professores que atuam com a aluna-átomo e a coordenação pedagógica, foi possível observar que A2 tem 10 anos, reside num abrigo com mais dois irmãos, em função das diversas violências sofridas, intrafamiliar, incluindo a sexual. Segundo informações da coordenadora pedagógica, A2 também sofreu violência sexual no abrigo onde reside desde 2017, sendo que os abusadores, dois adolescentes, não mais se encontram no local e informa que A2 estava em tratamento psicológico no abrigo. A2 relatou para a assistente de direção, quando entrou na escola, que o pai tinha relações com ela e que na hora do estupro ele a chamava de “cadela” e referia ao pai como “cachorro”. Durante a observação realizada, em diversas atividades, tanto em sala de aula como na área externa (quadra poliesportiva), verificou-se sua participação e interação com alguns colegas, às vezes de forma agitada, às vezes agressiva, sendo que, no mesmo instante em que abraça os colegas, também os agride. A2 não está alfabetizada, lê poucas sílabas com muita dificuldade, no entanto, escreve (copista). Está matriculada no 3º ano, mas frequenta o referido 2º ano porque a professora regente da sala, com autorização da equipe gestora da unidade escolar, entende que A2 teria mais chances de sanar algumas dificuldades no aprendizado frequentando a sala do 2º ano. A2 senta no fundo da sala, às vezes em dupla com C4, sua amiga também não alfabetizada. A professora relata que, no primeiro dia de aula, A2 chegou chorando, que a pegou no colo, pois já sabia que ela tinha um histórico de vida ruim, mas não quis saber dos detalhes: sua preocupação foi a de ampará-la, fazendo com que se sentisse bem nas atividades realizadas em aula. A coordenadora pedagógica relata que A2 foi acusada de furtar o celular da responsável pelo abrigo em que reside, sendo confirmado pela própria A2 o ocorrido. Questionada com relação à sua atitude, A2 disse que

não sabia de quem era o celular e que também queria um. Na ocasião, A2 relatou que não mais estava em tratamento psicológico e que às vezes sentia saudades do pai.

No desenho da família, A2 representou os amigos e a “tia” do abrigo. Não desenhou os irmãos, que também residem no mesmo abrigo. Na entrevista, relatou que mora em um abrigo com tia, tio, amigas e muitas crianças. Gosta de brincar de pega-pega, esconde-esconde, corre cotia. Recebe carinho de uma amiga do abrigo. Assiste à TV, gosta da novela “Carinha de Anjo”, não gosta do programa do Ratinho. Descreve a cor da sua pele como morena. O que mais gosta de comer é arroz, frango e salada. O que não gosta de comer é carne, peixe e bisteca de porco. Relata que apanhava muito do pai e que sempre fugia de casa. A música que mais gosta de ouvir é Funk (Kevinho) e não gosta de ouvir o Funk do MC Pedrinho. Na escola, gosta de matemática, de brincar, não gosta de escrever, pois tem preguiça. Quando não está na escola, gosta mais ou menos de ficar no abrigo, assistir TV, comer, tomar banho. Não gosta de ficar na rua. Não tem apelido. Sente dificuldade em enxergar, nunca foi ao oftalmologista. Não sabe o que significa religião, mas quando informada do que se trata afirmou ser evangélica. Na escola, gosta de comer arroz, feijão e frango. Não gosta de peixe, macarrão e tomate.

Com relação ao desempenho escolar, A2 está na fase silábica alfabética e é frequente às aulas. No boletim escolar da aluna, preenchido pela professora titular da classe a qual A2 frequenta, em relação ao desenvolvimento e aprendizagem, consta o descrito no quadro abaixo:

Quadro 4: Dados do conselho de classe

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM			
1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE
Apresentou muitas dificuldades para desenvolver as atividades do bimestre. Precisa desenvolver autonomia para melhor participar das aulas. Ainda não está lendo e tem dificuldades para escrever. Precisa de acompanhamento individual.	Está avançando na aprendizagem, entrando na fase alfabética. Demonstra muito interesse em participar e realizar as atividades. Seu raciocínio lógico está se desenvolvendo e percebo mais participação nas atividades.	Percebo muitos avanços na aprendizagem. Avançou na leitura, na escrita, na autonomia. Ainda não é o ideal, precisa melhorar muito, mas está no caminho. Em matemática seu raciocínio está se desenvolvendo, ainda não está boa sua letra e a organização no caderno.	Percebi muitos avanços no seu desenvolvimento. Está silábica alfabética. Muito interessada em fazer as atividades oferecidas. Para dar continuidade a sua evolução na leitura e escrita, precisa continuar no ciclo de alfabetização.

Fonte: Boletim Escolar, 2017.⁴⁴

⁴⁴ Disponível em: boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: dezembro/2017.

No boletim, além dos aspectos relativos ao desenvolvimento e aprendizagem, também constam recomendações gerais, padronizadas e individualizadas aos alunos e aos pais/responsáveis, além de conceitos e faltas e o parecer conclusivo.

Nota-se que, com relação ao desenvolvimento e aprendizagem, A2 obteve avanços significativos no decorrer do ano letivo, mas que não foram suficientes para ser promovida, necessitando permanecer no ciclo de alfabetização.

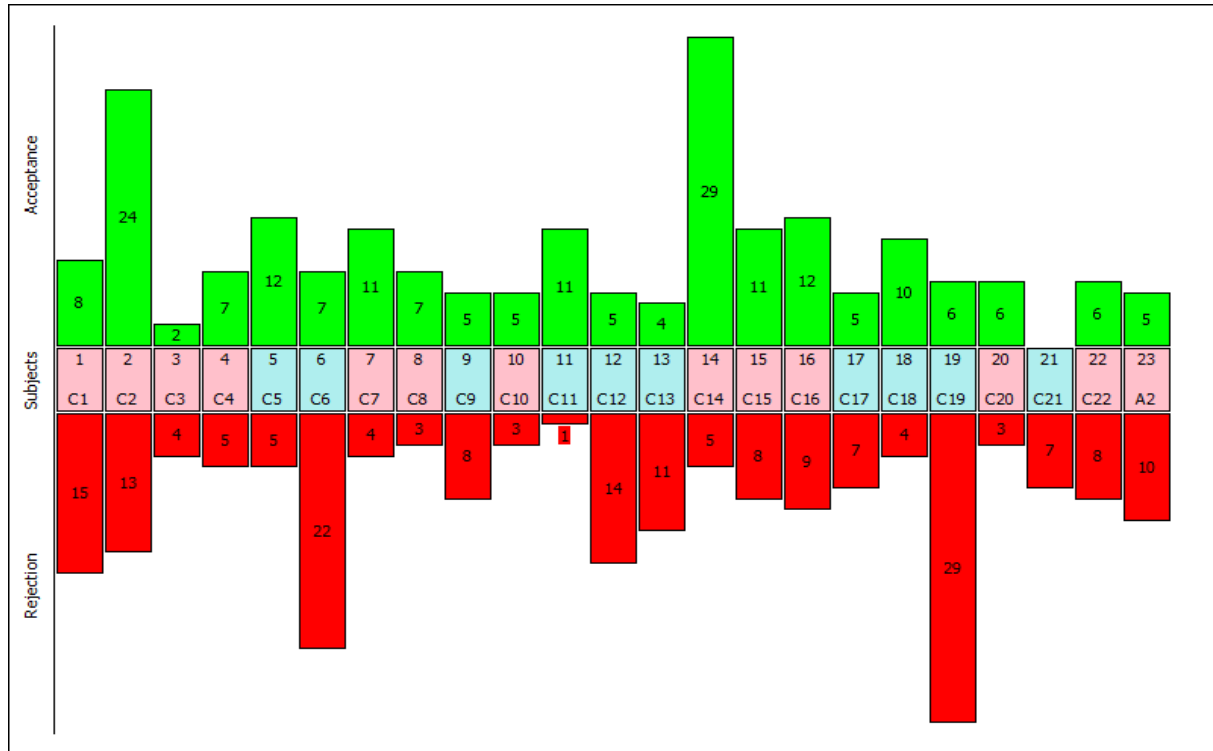
Com relação às recomendações a A2, nos quatro bimestres, a professora escreve que deve ser desenvolvida uma rotina de estudo e organização para o cumprimento das tarefas e prazos escolares. Recomenda também que esclareça suas dúvidas com os professores sempre que necessário, participe das aulas com atenção, pergunte quando tiver dúvidas, faça registro das ideias centrais da aula, cuide de seu material escolar, busque ir além dos conhecimentos trabalhados em sala de aula e seja curiosa.

Para os responsáveis de A2, a professora escreve as recomendações padronizadas no boletim para todos os alunos, ou seja, que: verifiquem diariamente os cadernos e livros de seus filhos; compareçam às reuniões da escola; deem sua opinião, sempre que possível; acompanhem seu filho na realização das lições de casa; ajudem a construir uma escola democrática participem do Conselho de Escola; peçam orientação aos professores e coordenadores caso percebam alguma dificuldade no desempenho de seu filho; confirmem o boletim escolar de seu filho; e, caso tenham alguma dúvida, procurem o professor/coordenador.

No parecer conclusivo, na ata final de resultados (parecer final) do ano letivo 2017, contido no boletim, A2 ficou retida. A justificativa, por parte da professora regente do 2º ano é a de que a retenção ocorreu formalmente no 3º ano, turma na qual A2 estava matriculada e que, após o conhecimento adquirido no 2º ano, ela deve estar matriculada e frequentando o 3º ano para acompanhar de maneira satisfatória o conteúdo das disciplinas do 3º ano.

2.2.1 Dados coletivos e individuais do teste sociométrico

Figura 5: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas, de todos os alunos da turma da A2



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Legenda

	Preferências
	Rejeição
	Sexo Feminino
	Sexo Masculino

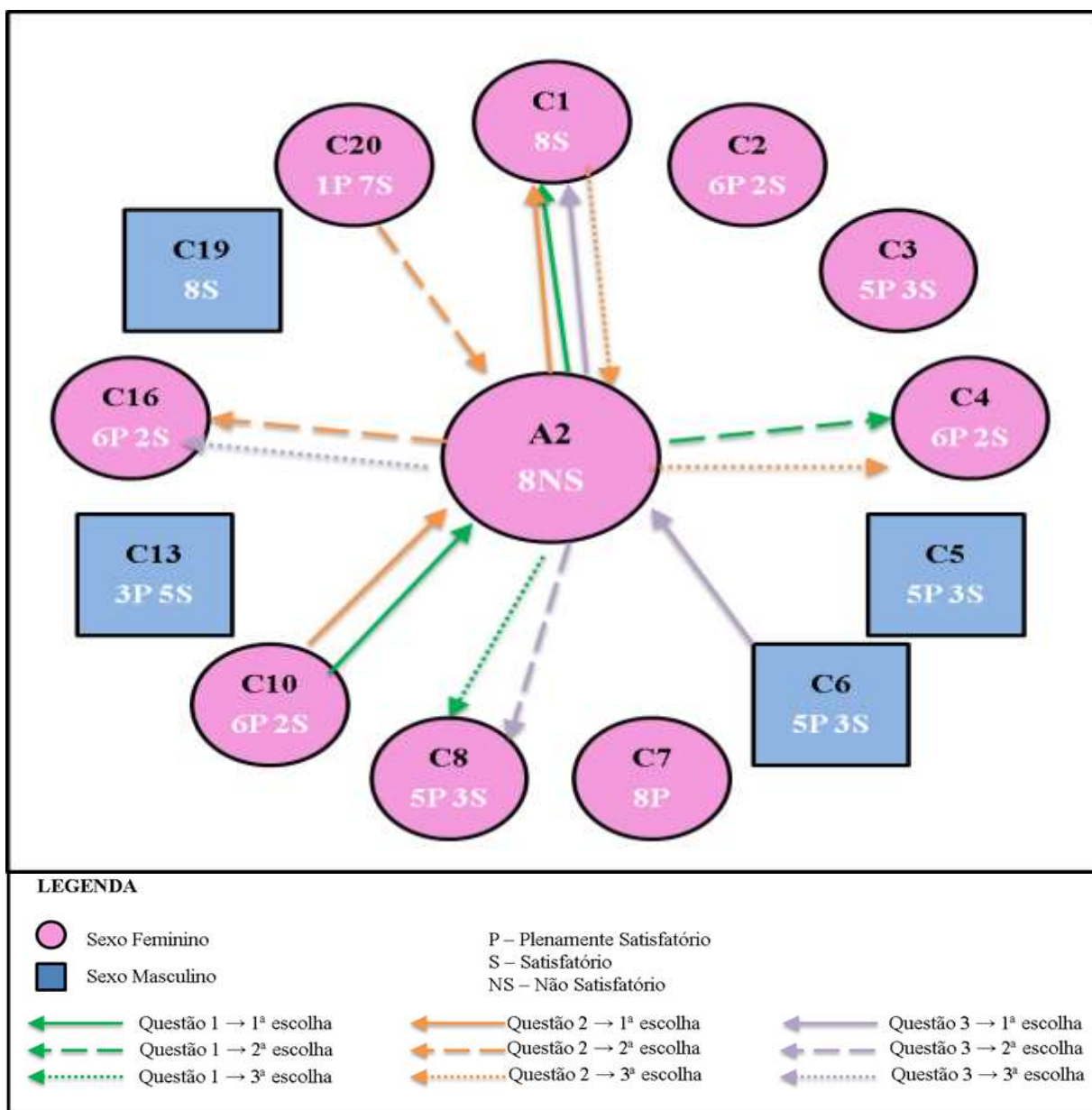
Participaram do teste sociométrico, 23 alunos, sendo 13 meninas e 10 meninos.

Nesta figura, as rejeições (rejections) estão na cor vermelha e as aceitações (acceptances) estão na cor verde. Optou-se pela utilização da tradução de acceptances por preferências. Os alunos (subjects) estão identificados com a letra C e o número correspondente, com exceção da aluna-átomo, identificada como A2. Os alunos do sexo masculino estão apresentados com a cor azul, e os do sexo feminino, na cor rosa. Apesar de 22 alunos participarem, constam 23 porque um aluno ausente recebeu escolhas.

Observa-se que a A2 obteve 5 preferências e 10 rejeições. Dos 22 alunos participantes do teste, quinze obtiveram maior número de preferências que A2, e sete alunos, menor número de preferências, isto é, abaixo de 5. No entanto, cinco alunos obtiveram a mesma quantidade de escolhas de A2. Com relação às rejeições, dez alunos receberam mais rejeições

que A2 e dezesseis receberam menos que A2. Ninguém recebeu a mesma quantidade de rejeição de A2. Dos dois alunos que obtiveram maior número de preferências recebidas, observa-se C14, com 29, e C2, com 23, ambas do sexo feminino. Os dois alunos com maior número de rejeições recebidas são C19, com 29, e C6, com 24, ambos do sexo masculino.

Figura 6: Sociograma individual da A2, de preferências emitidas e recebidas



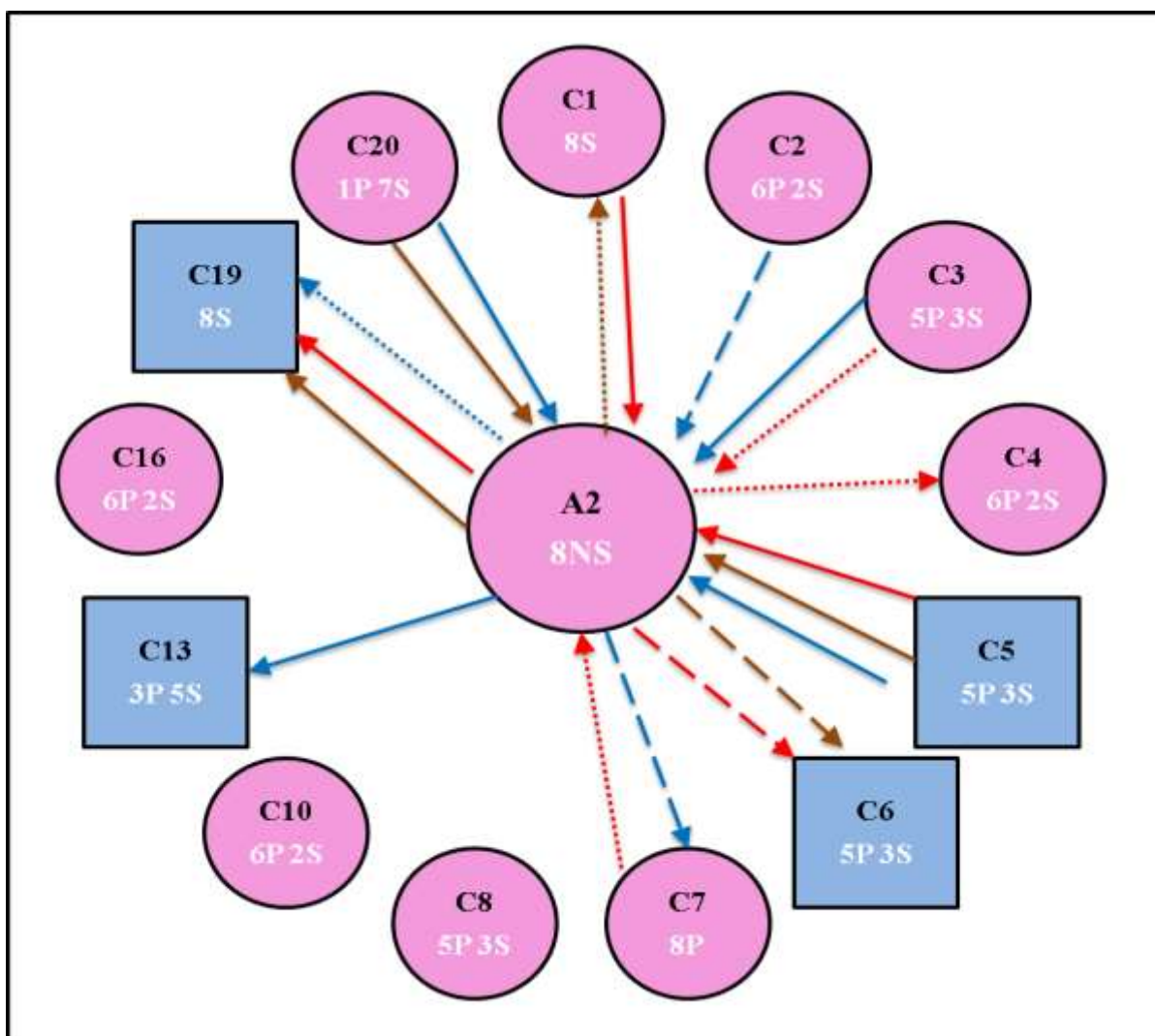
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.⁴⁵

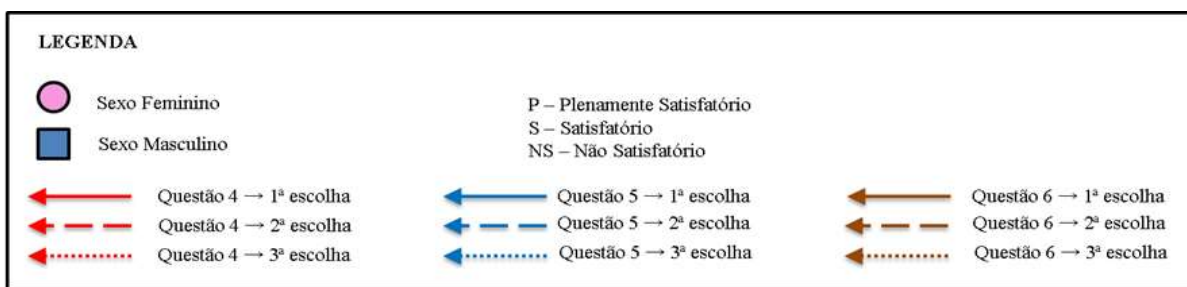
Neste sociograma individual de preferências tanto recebidas para A2 quanto por ela emitidas, observa-se que a aluna-átomo emitiu 9 preferências e recebeu 5. Emitiu preferências

⁴⁵ Com o auxílio do programa: GroupDynamics – 1.2.x – sociometry made simple

somente para meninas e recebeu também prioritariamente de meninas, visto que somente um menino emitiu preferência. Recebeu uma escolha de C1, uma de C6, uma de C20 e duas de C10, sendo que, destes, três apresentam conceito P e S no rendimento escolar. A aluna-átomo emitiu duas escolhas para C8, duas para C16, três para C1 e duas para C4. Nota-se que A2 recebeu e emitiu preferências para C1 e, dos quatro alunos que receberam escolhas de A2, três também apresentam conceitos P e S no conceito final do ano letivo. Percebe-se que o conceito final de A2 é NS, conceito não satisfatório, demonstrando que ficou retida no 3º ano.

Figura 7: Sociograma individual da A2, de rejeições emitidas e recebidas





Fonte: Fonte: Elaborado pela pesquisadora.⁴⁶

Este sociograma ainda demonstra que A2 emitiu 9 rejeições e recebeu 10. A aluna-átomo emitiu três escolhas para C19, uma para C1, uma para C4, duas para C6, uma para C7 e uma para C13. Com relação às escolhas recebidas, duas foram de C20, uma de C1, uma de C2, duas de C3, três de C5 e uma de C7. Nota-se que A2 emitiu e recebeu rejeição de C1 e recebeu, de C5, três rejeições como primeira escolha no brincar, estudar e ter amizade. Ressaltamos que nenhum dos alunos que emitiu rejeição nem e que receberam rejeição de A2 têm o conceito NS como média final, assim como A2. Percebe-se que a maioria tem P e S e entende-se que o critério conceitos não foi relevante nas escolhas.

A partir dos dados evidenciados no sociograma, com as preferências e rejeições dos alunos, fez-se necessária uma análise mais aprofundada dos dois alunos com maior número de preferências (C14 e C2) e de rejeições recebidas (C19 e C6) e das demais informações que constam de seus boletins e também da aluna-átomo A2, por meio do boletim escolar, desenho da família e entrevistas com os alunos. Os dados referentes ao boletim escolar foram fornecidos pela coordenação pedagógica por intermédio do Sistema de Gestão Pedagógica. Priorizou-se o boletim do 4º bimestre, contendo os conceitos, as faltas e a síntese final do ano letivo.

No 2º ano do ensino fundamental I não há retenção, somente continuidade de estudo, com exceção da porcentagem de frequência, que deverá ser no mínimo 75%. Os componentes curriculares são os mesmos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I. Ressalta-se que os alunos A2, C21 e C22 são alunos matriculados no 3º ano do ensino fundamental I, mas frequentam o 2º ano, compondo o quadro de alunos da turma pesquisada.

⁴⁶ Com o auxílio do programa: GroupDynamics – 1.2.x – sociometry made simple

Tabela 11: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais –A2

COMPONENTE CURRICULAR	CONCEITOS E FALTAS				
	PREFERIDOS		ALUNA ÁTOMO	REJEITADOS	
	C14	C2	A2	C19	C6
LÍNGUA PORTUGUESA	P	P	NS	S	P
MATEMÁTICA	P	P	NS	S	P
CIÊNCIAS	P	P	NS	S	P
GEOGRAFIA	P	P	NS	S	P
HISTÓRIA	P	P	NS	S	P
LÍNGUA INGLESA	P	S	NS	S	S
ARTES	P	S	NS	S	S
EDUCAÇÃO FÍSICA	P	P	NS	S	S
FREQUÊNCIA FINAL (%)	99%	98%	96%	97%	99%

Fonte: Boletim escolar⁴⁷

Legenda

P – plenamente satisfatório

S – satisfatório

NS – não satisfatório

Observa-se, nesta tabela, que, das duas alunas com maior número de preferências recebidas, C14 apresenta o conceito P em todas as disciplinas e C2, em seis disciplinas e S em duas. Quanto aos alunos que obtiveram maior número de rejeições recebidas, C19 apresenta, em todas as disciplinas, o conceito S e C6 apresenta cinco conceitos P e três S, evidenciando que tanto os alunos mais preferidos quanto os mais rejeitados apresentam desempenho escolar ou satisfatório e/ ou muito satisfatório. Ressalta-se que A2 emitiu três rejeições para C19 e duas para C6, e que não recebeu escolhas de preferência e de rejeição de C14, somente uma preferência de C2 na 3ª opção de escolha do brincar. Observa-se, ainda, que o desempenho escolar de A2 foi não satisfatório em todas as disciplinas. Na entrevista, a professora de A2 salientou a intenção de reter a aluna no 3º ano para que o refizesse com melhores condições na aprendizagem. No boletim de A2, por meio dos conceitos e da frequência, evidencia-se a condição de retida. Sua frequência anual demonstra estar acima dos 75%, evidenciando que A2 é aluna presente às aulas, assim como os demais alunos citados.

Com relação ao perfil do aluno, desenvolvimento e aprendizagem, conforme demonstrado no quadro 5 e recomendações aos pais e responsáveis de C14, C2, A2, C19 e C6, ressalta-se que a análise recai sobre o contido no boletim referente ao 4º bimestre do ano letivo, uma vez que, nos bimestres anteriores, para alguns alunos, as observações e recomendações foram repetidas.

⁴⁷ Disponível em: boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: dezembro/2017.

Quadro 5: Desenvolvimento e Aprendizagem

C14	C2	A2	C19	C6
A aluna teve um bom aproveitamento no bimestre. Parecer conclusivo: continuidade de estudo.	A aluna apresentou um bom rendimento escolar. Parecer conclusivo: continuidade de estudo.	Percebi muitos avanços no seu desenvolvimento. Está silábica alfabética. Muito interessada em fazer as atividades oferecidas. Para dar continuidade a sua evolução na leitura e escrita, precisa continuar no ciclo de alfabetização. Parecer conclusivo: retida.	O aluno teve uma melhora, ainda precisa de ajuda e acompanhamento. Parecer conclusivo: continuidade de estudo.	Tem envolvimento e compromisso com as atividades. Parecer conclusivo: continuidade de estudo.

Fonte: Boletim escolar, 2017⁴⁸

Com relação às recomendações aos alunos, são as mesmas para os cinco, a saber: esclareça suas dúvidas com os professores sempre que necessário; procure desenvolver seus próprios métodos de estudo; use agenda e anote seus compromissos; valorize, respeite e coopere com o trabalho de todos no ambiente escolar; busque ir além dos conhecimentos trabalhados em sala de aula e leia, releia, converse com seus colegas e outros adultos sobre os temas estudados, buscando ampliar seu entendimento sobre eles.

No tocante às recomendações aos pais e/ou responsáveis, para o de C14 sugere que devem procurar visitar a escola de seus filhos sempre que precisar e pedir orientação aos professores e coordenadores caso percebam alguma dificuldade no desempenho de seu filho (a). Para os pais e/ou responsáveis de C2: verifique diariamente os cadernos e livros de seus filhos; incentive seu filho a participação do Programa MAIS EDUCAÇÃO; informe-se na secretaria da escola; compareça às reuniões da escola; e dê sua opinião, ela é muito importante. As recomendações para os responsáveis de A2 são: ajude a construir uma escola democrática; participe do Conselho de Escola; compareça às reuniões da escola; dê sua opinião, ela é muito importante; confira o boletim escolar de seu filho; caso tenha alguma dúvida, procure o professor coordenador. As recomendações para os pais e/ou responsáveis de C19 e C6 são as mesmas: acompanhe a frequência de seus filhos às aulas e às atividades escolares; incentive seu filho a cumprir prazos, tarefas e regras da Unidade Escolar; e verifique diariamente os cadernos e livros de seus filhos.

Após a descrição e análise do conteúdo do boletim, evidenciam-se os resultados do desenho da família e da entrevista com os alunos C14, C2, C19 e C6, com exceção de A2, que já foi relatado.

⁴⁸ Disponível em: boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: dezembro/2017.

Aluna C14 > No desenho da família representou seu pai, sua mãe, ela, um irmão e uma irmã. No período em que foi realizado o questionário com a entrevista, teve que se ausentar da escola.

Aluna C2 > No desenho da família representou o pai, a mãe, dois irmãos e ela. Mora com os pais e os dois irmãos e a avó mora ao lado (fez questão de dizer). Gosta de brincar de pega-pega no quintal da frente, não gosta de brincar de pebolim. Recebe carinho de toda a família, com abraços e beijos. Conversa mais com o pai. Brinca com os primos. Assiste a programas de TV, gosta de assistir ao Chaves e não gosta de assistir às Tartarugas Ninja. Identifica a cor da sua pele como parda. Gosta de comer pastel, coxinha, doce; não gosta de abóbora e doce de abóbora. Apanha de mão da mãe porque vai para a casa da sua avó sem a sua. Gosta de frequentar as aulas de informática e não gosta das aulas de inglês. Gosta de ouvir música religiosa, não gosta de funk e forró. O que mais gosta de fazer na escola é brincar e estudar; não gosta de brincar com os meninos. Quando não está na escola, gosta de andar de bicicleta e passear com os pais; não gosta de ficar dentro de casa, disse que é chato. Seu apelido é “nega”, dado por seu tio que disse que quando bebê era fofinha e negrinha “*depois fiquei parda...queria ficar negra.*”; relata que seus pais são negros. Às vezes sente dor na barriga, cabeça e olhos. Não usa óculos e nunca foi ao oftalmologista; relata que tem dificuldade de enxergar coisas que estão distantes. Relata não saber o que é religião, mas quando lhe foi explicado relatou ser evangélica. Sabe ler e escrever. Tem dificuldades em matemática. Às vezes se alimenta da comida da escola, gosta de gelatina, suco e pão com geleia; não gosta de beterraba, peixe e abobrinha.

Aluno C19 > No desenho da família representou a si e ao tio. Mora com a mãe e os avós. Gosta de brincar de vídeo game Ex Box, que o tio deu pra ele. Não gosta de brincar de baixar as calças. Recebe carinho da mãe e dos avós; compram coisas pra ele, deixam-no brincar e jogar vídeo game; conversa bastante com a mãe, os avós e o tio; brinca com o tio e o avô de vídeo game. Assiste a desenhos e série na TV a cabo. Não gosta da novela Chiquititas. Identifica a cor da sua pele como morena. Gosta de comer frango, carne, arroz, feijão e batata frita; não gosta de carne de porco. Apanha de chinelo da mãe e avô, porque quer ver filme com o tio, faz teimosia e malcriação. A disciplina escolar de que mais gosta é matemática e não gosta de língua portuguesa. Gosta de ouvir funk e não gosta de samba e forró. O que mais gosta de fazer na escola é brincar e lição; não gosta de jogar vôlei e queimada porque machuca. Quando não está na escola, gosta de brincar com seu vídeo game. Seu apelido é fofinho, dado pela mãe. Sente dores na barriga e perna. Usa óculos. Não sabe o que é religião; é católico. Lê com dificuldade, não escreve com letra cursiva. Não come na escola. Relata que

a mãe comprou um celular para que filme quem abaixa as suas calças. Seu pai está preso. Presencia muitas brigas dos avós. Relatou que viu muitas vezes os pais em relação sexual “*meus pais faziam coisas feias e mandavam eu virar a cara*”. Toma banho com o avô, que sempre chega bêbado em sua casa. A professora relata que C19 já mostrou o pênis em sala de aula, e as meninas ficaram debochando de seu pênis que era pequeno. Já viu o pênis do avô diversas vezes. Segunda a coordenadora pedagógica, há suspeita de um possível abuso sexual por algum familiar.

Aluno C6 > No desenho da família o representou, seu pai, sua mãe e um irmão. Mora com a mãe, o pai e o irmão. Gosta de brincar de futebol; não gosta de brincar de carrinho. Não recebe carinho. Conversa com o irmão. Assiste a programação de TV a cabo, Detetives do Prédio Azul, não gosta de Discovery Kids. Identifica a cor da sua pele como marrom. Gosta de comer arroz, feijão, linguiça; não gosta de salada e batata frita. Apanha de cinto da mãe e do pai porque briga com o irmão. Gosta de matemática, não gosta de geografia. A música de que mais gosta é religiosa, e não gosta de funk. O que mais gosta de fazer na escola é brincar e lição; o que menos gosta é lição. Quando não está na escola, gosta de jogar futebol, não gosta de brincar de pega-pega. Seu apelido é bochecha por causa de suas bochechas serem grandes. Não sabe o que é religião, mas quando lhe foi explicado, indicou ser evangélico. Está alfabetizado. Não tem dificuldades na escola. Não gosta muito de comer na escola.

Por meio do desenho da família e das entrevistas com A2, C14, C2, C19 e C6, percebe-se que a maioria desenhou e verbalizou que mora com os pais e irmãos. Com exceção de C14, que não realizou a entrevista, os demais já sofreram violência física; sobre C19, além da física, há indícios de violência sexual intrafamiliar. Com relação a A2, as violências são física, psicológica e sexual, intrafamiliar e institucional (abrigo).

Observa-se também que os comportamentos de A2 e C19, na escola, apresentam alguns dos sinais de abuso sexual, como brincadeiras sexualizadas de C19, hostilidade e agressividade de A2 com algumas crianças, furto e mentiras.

Realizando um entrecruzamento do mapa da sala de aula com a identificação do lugar que A2 ocupa, com os dados do sociograma e os conceitos relativos ao rendimento escolar, foi possível constatar que, das preferências e rejeições emitidas a A2, somente C5, que emitiu três primeiras escolhas de rejeição senta ao lado de A2. No entanto, A2 emitiu três escolhas de rejeição a C19, aluno com maior número de rejeições e com indício de abuso sexual.

Nota-se que todas as crianças gostam da escola, brincam e estudam, bem como gostam de assistir a programas de TV e de ouvir músicas variadas.

2.3 Unidade Escolar III – Aluna-átomo A3

A unidade escolar foi criada em 2006 e está inserida em um CEU (Centro Educacional Unificado). Seu Projeto Político Pedagógico indica a busca pela construção de um trabalho unificado com as unidades que o compõem – EMEI, CEI, EMEF e Setor de Gestão – fortalecendo a parceria existente entre os diferentes segmentos, ampliando os espaços do fazer, brincar, educar, aprender e modificar-se.

A proposta pedagógica visa a uma educação voltada para potencialização das qualidades do educando, resgatando limites e valores essenciais para o convívio social, com uma visão humanista da educação, baseando-se nos pressupostos filosóficos de Rousseau, considerando o ser humano bom por natureza, mas que se transforma a partir das influências sociais.

No início do ano letivo, realizou-se uma pesquisa com a comunidade escolar, considerando aspectos socioeconômicos relevantes que pudessem auxiliar no planejamento dos projetos. As famílias participaram respondendo a um questionário de múltipla escolha. As perguntas foram elaboradas pela equipe docente e gestora, e as respostas revelam dados que vêm sendo repetidos ao longo dos quase onze anos de funcionamento da Unidade. Muitas famílias recebem benefícios do governo e a renda delas se mantém, na maioria das vezes, entre de um e dois salários mínimos.

A coordenadora pedagógica ressaltou que a escolaridade dos pais e responsáveis aumentou de maneira significativa: mais da metade deles finalizou o ensino médio, 52%, somados aos 12% com Ensino Superior e 4% com pós-graduação. Portanto, a soma indica que 68% das famílias apresentam um de seus responsáveis com grau de escolaridade igual ou superior ao ensino médio, além de parcela que apresenta ou o ensino fundamental I (13%), ou o fundamental II (16%).

A unidade funciona em dois turnos: matutino das 7h às 12h, com 16 turmas em sala de aula, e vespertino, das 13h30min às 18h30min, com 14 turmas. O quadro de recursos humanos está composto pelos seguintes profissionais: diretor, assistente de diretor, duas coordenadoras pedagógicas, cinco auxiliares técnicos de educação, inspetor de alunos, 25 professores para o fundamental I e 31 para o fundamental II. Foi possível observar a significativa rotatividade de profissionais no quadro técnico e alguns afastamentos de professores por licença médica.

Com relação à infraestrutura da unidade escolar, percebeu-se que está em bom estado de conservação, sendo composta por: parque descoberto, utilizado em atividades recreativas

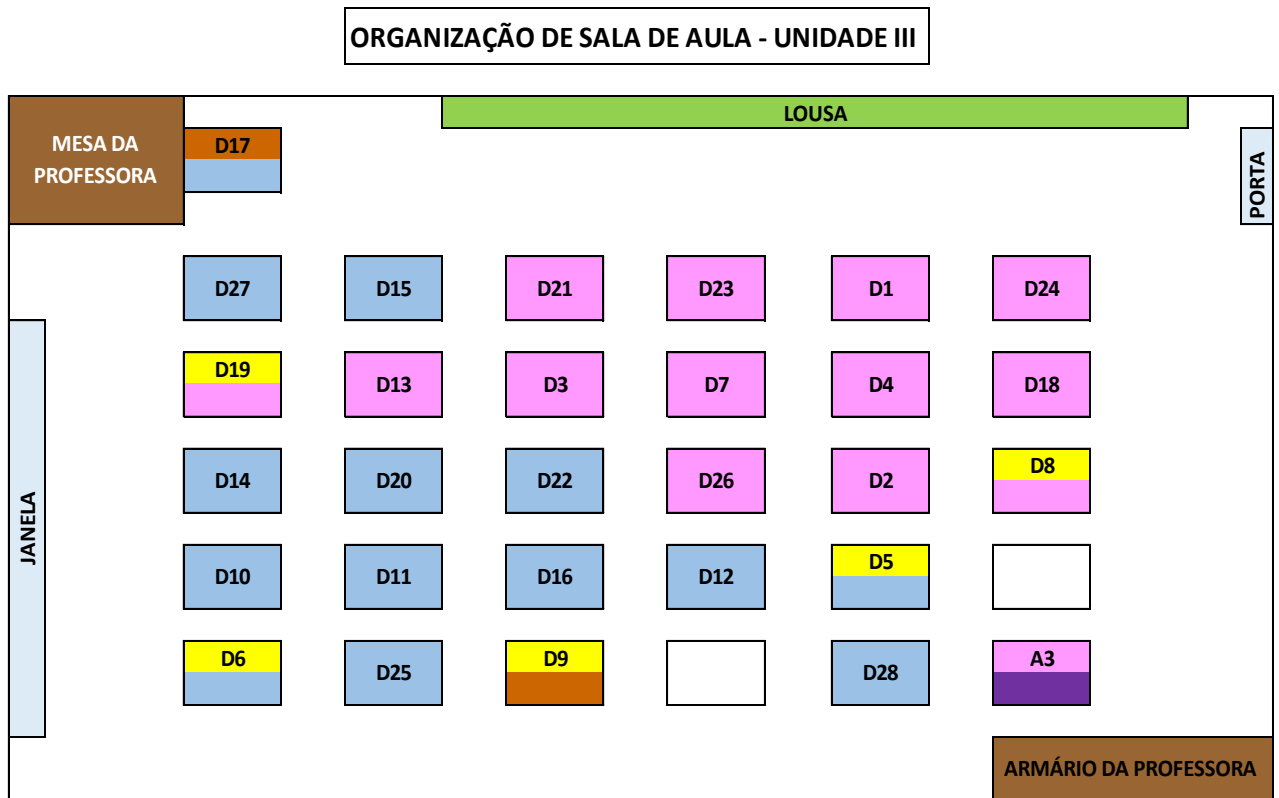
do Ciclo I do ensino fundamental, nove salas de aula ambiente, para o ensino fundamental II, oito salas de aula para o fundamental I, sala de coordenação pedagógica, sala de professores, sala de apoio e acompanhamento à inclusão, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, sala de secretaria, sala de diretoria, sala multimídia, refeitório, dois banheiros para funcionários, quatro banheiros para os alunos, almoxarifado, escadas e rampa de acesso para pessoas com deficiência física, elevador, duas quadras poliesportivas (uma coberta e outra externa). No complexo do CEU, há teatro, piscina e biblioteca.

O prédio da EMEF periodicamente necessita de manutenção, custeada por meio do uso de verbas de Adiantamento Bancário Para Reposição de Material Pedagógico. A escola ainda conta com a programação das verbas de PTRF (Programa de Transferência de Recursos Financeiros), prevista no Plano Anual de Verbas, viabilizando as ações previstas no Projeto Pedagógico, realizadas por meio da Associação de Pais e Mestres.

Para a coordenadora pedagógica, o Projeto Político Pedagógico facilita a elaboração mútua e o exercício de construção coletiva, ao mesmo tempo em que se desencadeiam as experiências inovadoras que já estão acontecendo na escola. Ressalta que, para a concretização do projeto, é fundamental o compromisso de todos os envolvidos, visto que uma gestão democrática implica a socialização do poder.

De outra parte, enfatiza que o número de alunos matriculados com necessidades educacionais especiais tem aumentado significativamente. A unidade escolar tem cinco estagiárias do CEFAI (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão), sendo uma no período da manhã e quatro no período da tarde, além de três estagiárias do programa Parceiros da Aprendizagem, para acompanhamento dos 1^{os} anos e de alguns estudantes portadores de deficiência. Por meio do Projeto Rede, alunos que necessitam de um acompanhamento para locomoção, higiene e alimentação contam com o apoio das AVE (Auxiliar de Vida Escolar).

Quadro 6: Organização de sala de aula - Unidade III



LEGENDA

- Meninos
- Meninas
- Aluno Deficiente
- Aluna átomo
- Aluno ausente no dia do mapeamento

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Nesta turma, estão matriculados 29 alunos, 14 meninos e 15 meninas, no 3º ano do ensino fundamental I. Observa-se, pela localização dos alunos na sala, que a aluna-átomo A3 ocupa o último lugar na última fileira em relação à mesa da professora. Em frente à mesa da professora está D17, aluno com deficiência, portador de paralisia cerebral, utilizando cadeira de roda. A professora relata que D17 é muito faltoso e que não percebe progressos em seu desenvolvimento, tampouco na socialização. A aluna D9 tem diagnóstico (laudo) de deficiência intelectual. A professora relata que no mínimo cinco alunos ficarão retidos porque não conseguiram se alfabetizar; um deles é A3, aluna-átomo. Ela se queixa de que a sala é muito agitada e que não há concentração nas aulas. Pelas observações, foi possível perceber o desinteresse de alguns alunos pelas atividades desenvolvidas em sala de aula: são muito falantes e alguns, agressivos, a ponto de se agredirem fisicamente durante a aula. Na maior

parte do tempo, A3, aluna-átomo, dorme e, quando acorda, não concorda em realizar as atividades.

Das informações obtidas, por meio do desenho, da entrevista com questionário da aluna-átomo, da entrevista semiestruturada com os professores que atuam junto a ela e a coordenação pedagógica da referida Unidade Escolar, foi possível identificar que A3 tem nove anos e no desenho da família, desenhou primos, mãe, tios, tias, irmãos, gata e dois cachorros. No entanto, mora somente com a mãe, a irmã, o irmão e a gata. Não gosta de brincar com a irmã; prefere brincar com a gata. Ao mesmo tempo em que recebe carinho, também tem medo da mãe. Relatou que a mãe e o irmão batem muito nela e que a primeira prometeu que não irá mais bater. Gosta de assistir à novela *Carinha de Anjo*. O que ela mais gosta de fazer é dormir, não gosta ler porque não sabe. Gosta de desenhar e pintar.

A professora e coordenadora pedagógica relataram que A3 foi abusada pelo padrasto, e que isso aconteceu com consentimento da mãe. Mesmo negando, ressaltam que ela “caiu em contradições” quando confrontada. A3 disse não gostar mais do padrasto porque ele “*pediu pra ela mexer na pistola dele*”; também disse: “*não quero mais beijar a boca dele*”. O padrasto a ameaçou: afirmou que, se A3 contasse para alguém, não iria trazer mais manga e não a deixaria mexer no computador (A3 relatou gostar muito de manga). A professora e a coordenadora pedagógica acreditam que a aluna contou sobre o abuso em razão do vínculo que mantêm com a criança.

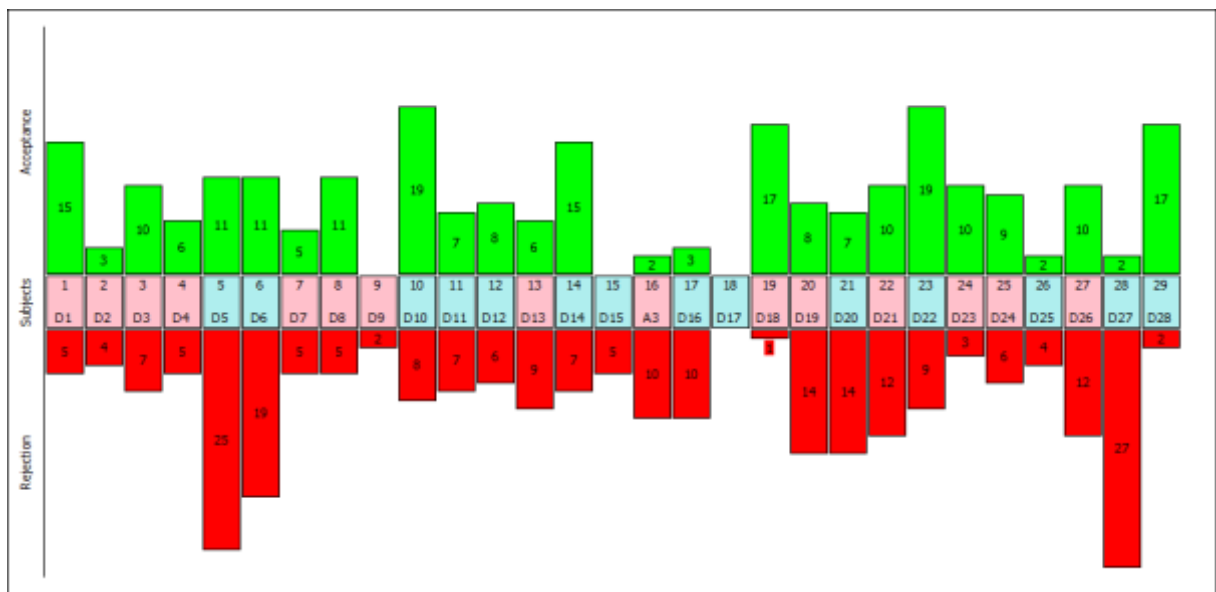
A mãe de A3 resiste em levá-la para realizar tratamento terapêutico, e a escola teve de enviar carta registrada para que ela atendesse à solicitação de comparecimento à unidade escolar. A3 iniciou tratamento psicológico em 2018, um ano após o relato do abuso. A professora suspeita que tenha algum tipo de “atraso mental”. Relata que tem mania de pegar objetos dos colegas e roubar coisas. Não participa das atividades. É carinhosa e gosta de mostrar seus desenhos para todos da sala. A docente começou a desconfiar de que algo de muito errado estava acontecendo, quando percebeu um inchaço na barriga de A3 e crescimento das mamas. Pensou que ela estivesse grávida. Relata que a mãe de A3 sempre foi muito agressiva com a filha e muito carinhosa com a mais nova, chamando-a de “*princesinha da mãe*”. Ela acredita que o Conselho Tutelar foi até a casa de A3, mas que a mãe não fez o boletim de ocorrência contra o parceiro. O sentimento da professora é de impotência diante dos fatos e de indignação. Relata que, depois da situação de abuso relatado por A3, decidiu passar o vídeo “Proteja-se” para todos os alunos. Tanto a professora como a coordenadora pedagógica acredita ser muito importante a formação de todos na escola em relação ao tema da violência sexual.

Ao acompanhar A3 durante algumas atividades, foi possível perceber seu desinteresse pelo que era ofertado: gostava de ficar sozinha, desenhando ou de cabeça baixa. Verbalizava que não gostava do colega de classe D27. Em uma atividade na sala de leitura, A3 brigou com D27 porque ambos queriam pegar o mesmo livro. D27 também não está alfabetizado. A professora da sala de leitura retirou o livro da mão dos dois e desabafou que A3 só gosta de ver o livro em questão, cujo título é “*Vai embora grande monstro verde*”. A3 relata que sua mãe e sua mãe dizem que, por causa dela, não têm mais computador em casa, devido ao padrasto ter ido embora e levado o computador.

2.3.1. Dados coletivos e individuais do teste sociométrico

Dos 29 alunos, 14 são meninos e 15 meninas. Na figura abaixo, visualizam-se as preferências e rejeições recebidas de todos os alunos da turma de A3.

Figura 8: Sociograma coletivo de preferências e rejeições recebidas, de todos os alunos da turma da A3



Fonte: Elaborado pela pesquisadora⁴⁹

Legenda

	Preferências
	Rejeição
	Sexo Feminino
	Sexo Masculino

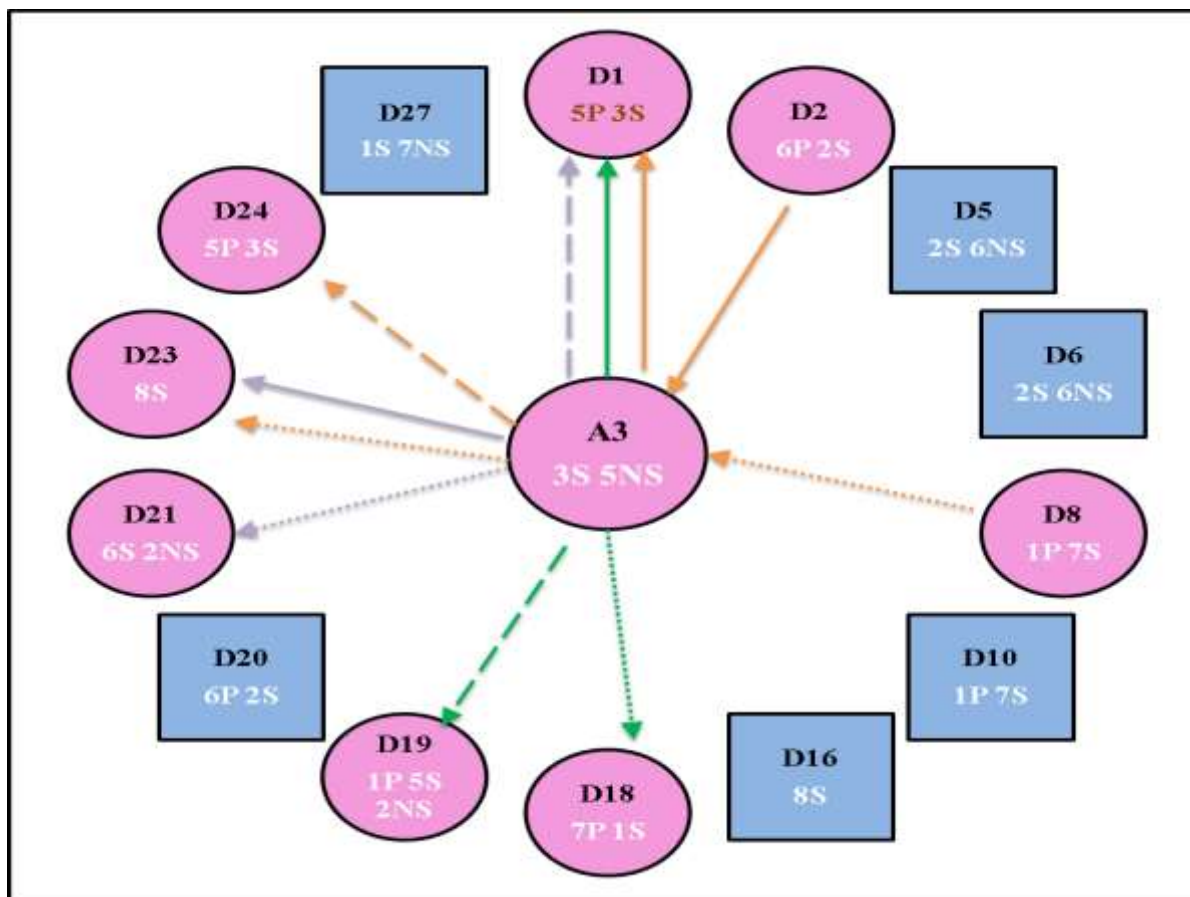
⁴⁹ Com o auxílio do programa: GroupDynamics – 1.2.x – sociometry made simple.

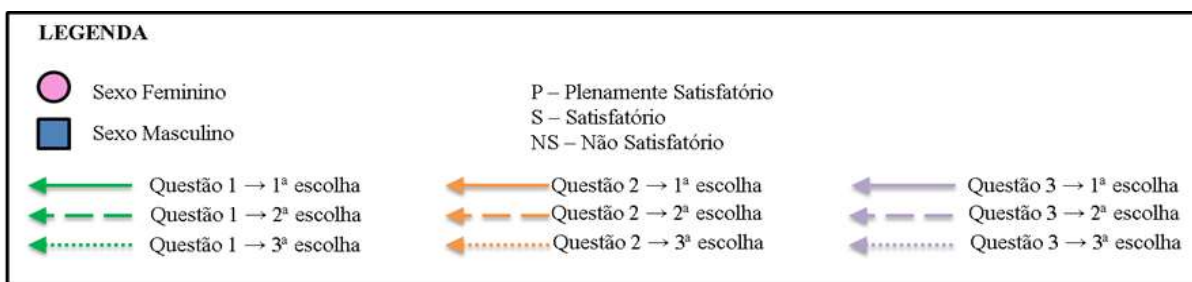
Nesta figura, as rejeições (rejections) estão na cor vermelha e as aceitações (acceptances) estão na cor verde. Optou-se pela utilização da tradução de acceptances por preferências. Os alunos (subjects) estão cada qual com uma numeração, de 1 a 29, diferenciando os do sexo masculino, na cor azul, e os do sexo feminino, na cor rosa. Os alunos estão identificados com a letra D e o número correspondente para cada um. A aluna-átomo é identificada como A3.

Observa-se que 23 alunos receberam preferências em quantidade maior do que A3 e que 6 alunos receberam quantidade igual e menor de escolhas de A3. Com relação às rejeições, 7 alunos receberam em quantidade maior que A3 e 22 alunos receberam escolhas em quantidade igual ou menor que A3. Nota-se que D9, D15, D17 não receberam escolhas de preferências, e que D17 não recebeu escolhas de rejeição, sendo que se trata do aluno com deficiência física, cuja carteira está próxima da mesa da professora. D9 é a aluna deficiente que senta na última carteira na terceira fileira.

Observa-se que a aluna-átomo A3 obteve 10 rejeições e duas preferências. Os dois alunos com mais rejeições recebidas foram D27 e D5, ambos do sexo masculino. Quanto aos com maior número de preferências recebidas, observam-se D10 e D22, ambos também do sexo masculino.

Figura 9: Sociograma individual da A3, de preferências emitidas e recebidas

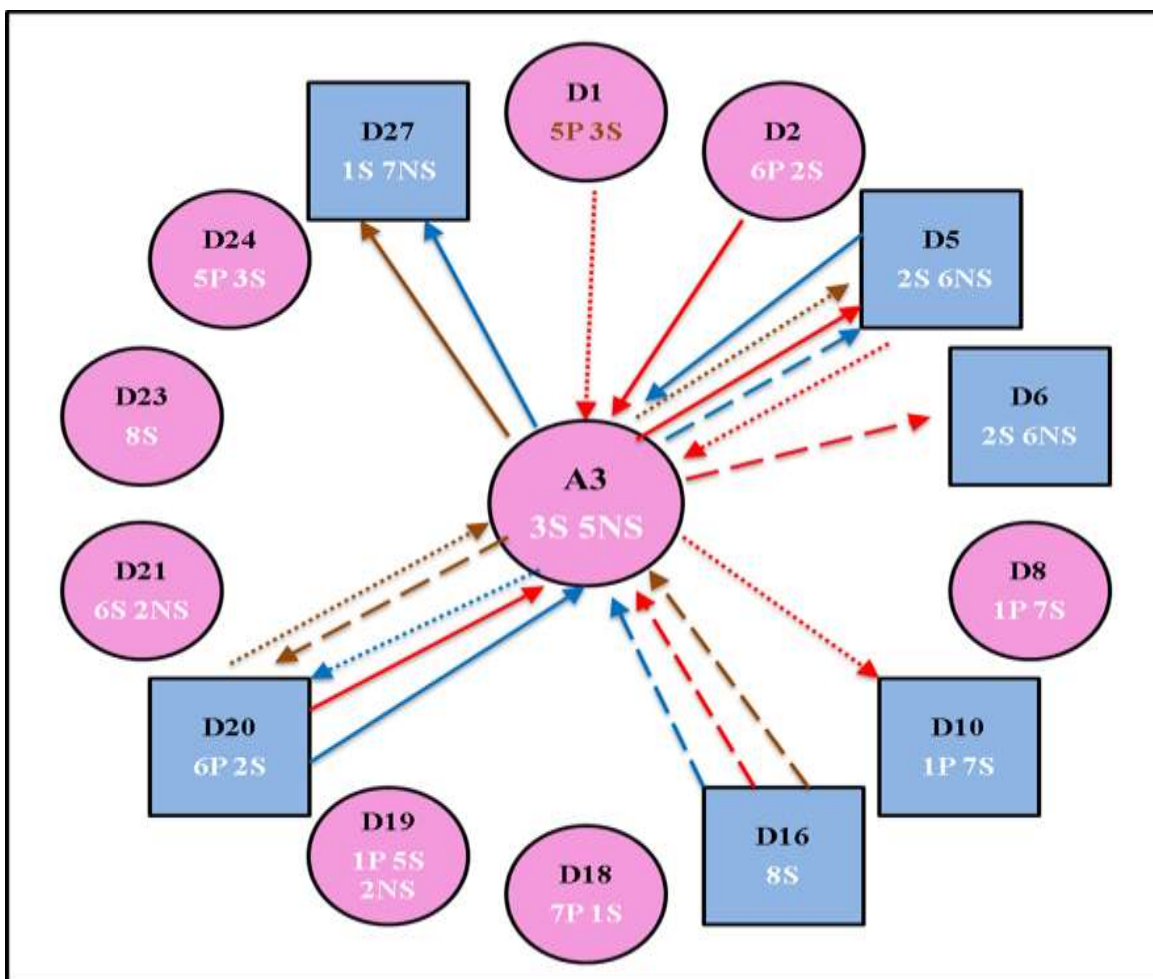


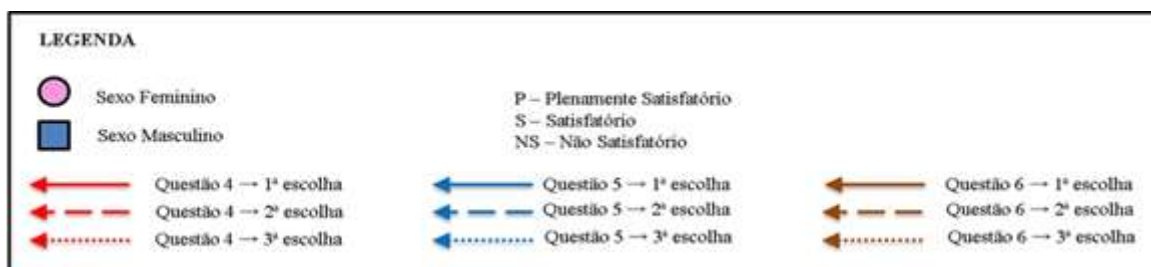


Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Este sociograma de preferências emitidas e recebidas demonstra que A3 emitiu 9 preferências e recebeu 2. Emitiu para seis meninas e recebeu de duas meninas diferentes das que emitiu. Dentre as que foram escolhidas por A3, quatro alunas têm P e S nos conceitos finais, duas NS e S e uma somente S. A que mais recebeu preferência de A3 foi D1, nas escolhas de brincar, estudar e ter amizade. A3 não emitiu e nem recebeu preferências de meninos. Observa-se que A3 apresenta três S e cinco NS como conceito de final do ano letivo, que caracterizam sua condição de retida no 3º ano.

Figura 10: Sociograma individual da A3, de rejeições emitidas e recebidas





Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Com relação às rejeições emitidas e recebidas, observa-se que A3 emitiu 9 e recebeu 10. As rejeições emitidas foram para seis meninos e nenhuma menina. Quanto às rejeições recebidas, três foram de meninos e duas de meninas. Nota-se que A3 recebeu e emitiu mais rejeições referentes às três escolhas do brincar, estudar e ser amigo de e para D20 e D5. Com relação aos conceitos, D20 tem seis P e dois S, e D5, dois S e seis NS, sendo o segundo aluno que recebeu mais escolhas de rejeição – 25 escolhas – e que ocupa a carteira e cadeira próximas das de A3 na sala de aula.

Por meio dos dados evidenciados no sociograma, com as preferências e rejeições dos alunos, boletim escolar, desenho da família e entrevistas com os alunos, fez-se necessária uma análise mais aprofundada dos dois alunos com maior número de preferências recebidas (D10 e D22) e de dois com maior número de rejeições recebidas (D27 e D5) com as informações relativas à aluna átomo A3.

Os dados referentes ao boletim escolar foram fornecidos pela coordenação pedagógica por meio do acesso ao Sistema de Gestão Pedagógica. Priorizou-se o boletim do 4º bimestre, contendo os conceitos, as faltas e a síntese final do ano letivo.

No 3º ano do ensino fundamental I, há retenção tanto em relação à aprendizagem não satisfatória quanto à porcentagem de frequência, que deverá ser no mínimo de 75%. Os componentes curriculares são os mesmos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Tabela 12: Rendimento escolar conforme boletim referente aos conceitos finais –A3

COMPONENTE CURRICULAR	CONCEITOS E FALTAS				
	PREFERIDOS		ALUNA ÁTOMO	REJEITADOS	
	D10	D27		D10	D22
LÍNGUA PORTUGUESA	S	NS	NS	NS	NS
MATEMÁTICA	S	NS	NS	NS	NS
CIÊNCIAS	P	NS	NS	NS	NS
GEOGRAFIA	S	NS	NS	NS	NS
HISTÓRIA	S	NS	NS	NS	NS
LÍNGUA INGLESA	S	S	S	NS	S
ARTES	S	NS	S	NS	NS
EDUCAÇÃO FÍSICA	S	S	S	S	S
FREQUÊNCIA FINAL (%)	98%	99%	98%	88%	94%

Fonte: Boletim Escolar/2017

Legenda

P – plenamente satisfatório

S – satisfatório

NS – não satisfatório

Nota-se, nesta figura, que, dos cinco alunos, quatro têm conceito final NS em diversas disciplinas. Dos alunos com maior número de preferências recebidas, somente D10 não tem o conceito NS nas disciplinas, evidenciando a não discrepância nos conceitos entre os alunos com maior número de preferências e rejeições. Observa-se que o desempenho escolar de A3 é não satisfatório na maioria das disciplinas, evidenciando-se no parecer conclusivo: retida. No entanto, percebe-se que todos são frequentes às aulas. Com base no boletim escolar, no parecer conclusivo, percebe-se D10 foi promovido e que os demais – D27, A3, D10 e D22 – ficaram retidos no 3º ano. Nota-se também que o critério para as escolhas dos alunos, em preferência e rejeição, parece não ter sido o desempenho escolar.

Com relação ao perfil do aluno e às recomendações aos pais e responsáveis de D10, D22, A3, D27 e D5, ressalte-se que as anotações do boletim são referentes ao 4º bimestre do ano letivo, uma vez que, nos bimestres anteriores, para alguns alunos, ou não foram encontradas anotações ou elas se repetem de um bimestre para outro.

Quadro 7: Desenvolvimento e Aprendizagem

D10	D22	A3	D27	D5
Aluno muito educado, gentil e carinhoso. Apresenta bom aprendizado, realiza e participa das atividades propostas. Relaciona-se bem com os alunos. Parecer conclusivo: promovido.	Apesar de apresentar avanços significativos no último bimestre, o aluno ainda não adquiriu os conhecimentos necessários a para a série seguinte. Parecer conclusivo: retido.	Aluna não apresentou o rendimento esperado para o ciclo. Não frequentou o reforço escolar e não realizou as atividades propostas para recuperação. Parecer conclusivo: retida.	Aluno não adquiriu conhecimento, nem maturidade para avançar nos estudos. Não frequentou reforço escolar, nem realizou as atividades propostas para recuperação. É indisciplinado e necessita da intervenção direta do professor constantemente. Parecer conclusivo: retido.	Aluno não apresentou o rendimento e aprendizagem necessários para o ciclo. Não frequentou o reforço escolar, nem realizou as atividades e apostilas de recuperação paralela. É indisciplinado, não atende à combinados, nem orientações dos professores e funcionários. Parecer conclusivo: retido.

Fonte: Boletim Escolar/2017⁵⁰

Com base nas informações contidas no quadro acima, é possível observar o desempenho escolar de cada aluno, com defasagens na aprendizagem, levando-os a ficarem retidos, com exceção de D10. A aluna-átomo A3, além de não apresentar o rendimento e as

⁵⁰ Disponível em: boletimonline.sme.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: dezembro/2017.

aprendizagens necessários para o ciclo de alfabetização, teria negligenciado as oportunidades oferecidas pela escola de reforço escolar e demais atividades.

Com relação às recomendações ao aluno e aos pais/responsáveis, descritas no boletim escolar, observa-se que são iguais para os cinco alunos, com indícios de cumprimento de um protocolo exigido pela Secretaria Municipal de Educação ou por serem, de acordo com a professora, as recomendações mais pertinentes. Todas instigam estudantes e pais/responsáveis à responsabilidade, à busca de orientações, ao desenvolvimento de uma rotina de estudo, de cumprimento de tarefas, de acompanhamento escolar dos filhos e ao incentivo à participação das atividades da escola.

Após a descrição do que consta no boletim, evidencia-se o conteúdo do desenho da família e da entrevista com os alunos D10, D22, D27 e D5, com exceção de A3, já realizada anteriormente. Apresentam-se separadamente as informações de cada aluno:

Aluno D10 > No desenho da família representou a si mesmo, além da mãe, do pai, e do irmão de um ano e meio, todos dentro de uma casa, descrita como “essa é minha casa”. Mora com a mãe, padrasto e irmão. Vê o pai às vezes nos finais de semana ou feriados. Quando sua mãe trabalha, fica na casa da avó com os primos. Gosta de brincar de pega-pega e futebol na rua; não gosta de brincar de boneca. Recebe carinho da avó, tia e mãe, ganha presentes e deixam-no brincar. Gosta de assistir à novela Polyana e a novelas e filmes sobre Jesus. Apesar de não saber ao certo a cor da sua pele, decidiu por moreno. Gosta de comer arroz, feijão, salada e carne. Não gosta de cenoura e batata. Apanha de chinelo, cinta e mão da mãe, avó e pai porque faz bagunça e desobedece (saiu do castigo). A disciplina escolar de que mais gosta é matemática, não gosta de geografia, ciências e história. Gosta de música religiosa, de louvor. Não gosta de pagode e samba. O que mais gosta de fazer na escola é de brincar e jogar bola. O que menos gosta de fazer é apresentar trabalho. Quando não está na escola, gosta de jogar futebol, não gosta de ficar dentro de casa. Sente dor na região dos olhos, tem óculos, mas pouco usa e faz tempo que não vai ao oftalmologista. Não sabe o que quer dizer a palavra religião, mas relatou ser evangélico e frequentar duas igrejas evangélicas diferentes. Sabe ler e escrever. Sua maior dificuldade na escola é aprender inglês. Alimenta-se na escola, mas também traz lanche de casa. Na escola, gosta de comer bolinho e Danone, não gosta de pão com geleia e café com leite.

Aluno D22 > No desenho da família representou três primos, padrinhos, uma irmã, uma tia, a si mesmo, além do pai e de um sobrinho, todos de mãos dadas. Também desenhou um pássaro preso em algo parecido com uma gaiola. Mora com a mãe, tios e prima. Não mora com o pai. Gosta de brincar de futebol no quintal, não gosta de brincar de queimada. Recebe

carinho da mãe, passa a mão nele. Brinca com a prima. Assiste a desenhos na TV, não gosta de desenhos de menina. Identifica a cor da sua pele como sendo metade morena e metade branca. Gosta de comer arroz, feijão e macarrão, não gosta de pepino. Apanha “de mão” da mãe, “ela bate normal, não bate com muita força”, porque faz brincadeiras de mau gosto com os colegas, “apronto”. As matérias de que mais gosta são matemática e natureza e sociedade e não gosta de português e história. Gosta de forró e não gosta de funk. O que mais gosta de fazer na escola é brincar, não gosta de ouvir histórias. Quando não está na escola, gosta de brincar com os amigos, não gosta quando não tem nada para fazer. Não sabe o que é religião, não frequenta igrejas. Sabe ler e escrever mais ou menos. Sua maior dificuldade é em português, principalmente na escrita. Alimenta-se na escola, gosta de arroz, feijão e frango, não gosta de pepino.

Aluno D27 > Recusou-se a fazer o desenho da família. Teve muitas dificuldades para responder ao questionário, com frases evasivas, agitações, levantou da cadeira diversas vezes, nem sempre respondia o que era perguntado e, quando o fazia, respondia algo sem conexão com a pergunta. Mora com a mãe, o pai, primos e tios. Gosta de brincar de Lego. Não recebe carinho. Gosta de assistir ao desenho Tom e Jerry. Não sabe qual a cor da sua pele. Não respondeu a pergunta do que mais gosta de comer. Apanha de cinta, todos os dias, de todos, porque tem muitos problemas. Não gosta das lições da escola. Não gosta de música. Não gosta de estudar. Gosta de assistir a desenhos na sua casa. Não enxerga direito e não usa óculos. Não sabe o que é religião e não quis saber o que é. Não sabe ler e escrever.

Durante as observações realizadas nesta turma, foi possível perceber que D27 apresenta comportamento agitado, com dificuldades de concentração e às vezes agressivo com os colegas. Apresenta muita dificuldade de realizar as atividades sugeridas pelos professores. Dorme durante as aulas. Alimenta-se na escola. Seus colegas o chamam de “chato”. Gosta muito de brincar de Lego em sala de aula. A professora relata que D27 verbalizou ser abusado sexualmente por pessoas conhecidas e que seus pais são usuários de droga e que irá encaminhar a situação à direção da escola. Certo dia, D27 estava alegre ao mostrar o presente, um caminhão com carrinhos, que havia ganhado de um professor cujo nome não sabia.

Aluno D5 > No desenho representou a mãe, o padrasto e o pai; não se desenhou. Mora com a mãe e o padrasto. Gosta de brincar de pega-pega na rua, não gosta de brincar de esconde-esconde. Recebe carinho da mãe e do padrasto. A programação de TV de que mais gosta é “Jovens Titãs”. Identifica a cor da sua pele como negra, no entanto é moreno claro. Gosta de comer arroz, feijão e salada; não gosta de pepino. Apanha de chinelo e cinta da mãe

e do pai, que mora em outra residência. A matéria de que mais gosta é matemática, não gosta de língua portuguesa. Gosta de ouvir Luan Santana, não gosta da Ludmila. Gosta de fazer lição na escola, não gosta de brincar de esconde-esconde. Têm feridas na região da boca, está tomando remédio, mas não foi ao médico. Usa óculos, mas está sem lente. Não sabe ler nem escrever, às vezes somente copia. Alimenta-se na escola, gosta de ovo, arroz e feijão, não gosta de pepino. Frequentemente é advertido pela professora sobre algo incorreto que realiza com os colegas ou sobre o fato de relutar para realizar as atividades. Tem um comportamento agitado e agressivo com os colegas e professores.

Por meio do desenho da família e das entrevistas com D10, D22, D27, D7 e A3, foi possível perceber que somente D5 mora com o pai; no entanto, alguns representaram a figura paterna nos desenhos. Dos cinco alunos, somente D10 está plenamente alfabetizado. Todos sofrem violência física por parte das pessoas da família e são frequentes às aulas. Ressalta-se que D27, além de ter recebido o maior número de rejeições, também apresenta indícios de abuso sexual cometido por pessoas conhecidas e que ainda, até o momento da informação, a escola não tinha tomado as medidas de proteção necessárias. Observa-se que a maioria se queixa de não enxergar direito e ainda não foi ao oftalmologista.

Com relação ao comportamento e à interação em sala de aula, nota-se que A3 tende ao isolamento e não participação nas atividades propostas pela professora. D27 e D7 apresentam um comportamento agitado e agressivo com os colegas e com a professora.

2.4. Entrelaçamento de dados das Unidades Escolares I, II e III

A partir das observações, entrevistas, desenho da família, questionários, boletim escolar e sociograma coletivo e individual, utilizados na coleta de dados, em cada unidade escolar foi possível efetivar o entrelaçamento de dados das três Unidades Escolares, para melhor concretizar um dos objetivos da pesquisa: analisar a vida escolar, abrangendo o desempenho escolar e socialização não somente das alunas-átomo pesquisadas, mas de todos os alunos da sala de aula em que estão inseridas, bem como verificar a confirmação ou não a hipótese de que a violência sexual contra a criança prejudica seu desempenho escolar e suas relações sociais na escola.

Para melhor apresentação das interações e da socialização de cada aluno na turma de cada Unidade Escolar pesquisada, elaborou-se, a partir dos resultados do teste sociométrico, um quadro de resultados das preferências e rejeições recebidas por todos os alunos. O índice

foi calculado nos seguintes termos: preferências menos rejeições recebidas de cada aluno, seguindo os intervalos, conforme a legenda que aparece na sequência.

Quadro 8: Interações e socialização de cada aluno nas turmas das unidades escolares pesquisadas

UNIDADE I		UNIDADE II		UNIDADE III	
ALUNO	ÍNDICE	ALUNO	ÍNDICE	ALUNO	ÍNDICE
A1	-9	A2	-5	A3	-8
B1	-5	C1	-7	D1	10
B2	7	C2	11	D2	-1
B3	0	C3	-2	D3	3
B4	6	C4	2	D4	1
B5	-9	C5	7	D5	-14
B6	19	C6	-15	D6	-8
B7	-50	C7	7	D7	0
B8	-7	C8	4	D8	6
B9	-5	C9	-3	D9	-2
B10	-9	C10	2	D10	11
B11	10	C11	10	D11	0
B12	0	C12	-9	D12	2
B13	8	C13	-7	D13	-3
B14	6	C14	24	D14	8
B15	5	C15	3	D15	-5
B16	14	C16	3	D16	-7
B17	6	C17	-2	D17	0
B18	5	C18	6	D18	16
B19	-19	C19	-23	D19	-6
B20	9	C20	3	D20	-7
B21	6	C21	7	D21	-2
B22	1	C22	-2	D22	10
B23	4			D23	7
B24	-1			D24	3
B25	13			D25	-2
B26	-3			D26	-2
B27	-8			D27	-25
B28	1			D28	15
B29	4				
B30	1				

Legenda

	Sexo feminino
	Sexo masculino

INTERVALOS	OBSERVAÇÃO	COR
Maior que 10	PREFERIDO	Verde
10 a 5	RAZOAVELMENTE PREFERIDO	Laranja
5 a -5	IGUALMENTE PREFERIDO E REJEITADO	Bege
-5 a -10	RAZOAVELMENTE REJEITADO	Púrpura
Menor que - 10	REJEITADO	Vermelho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Por meio deste quadro, é possível observar que, dos 83 alunos das três unidades escolares do ciclo de alfabetização⁵¹ preconizado no currículo escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que receberam escolhas de preferência e rejeições, 43 são meninas e 40 meninos.

Os índices de preferências menos rejeições, de acordo com os intervalos e indicações descritos na legenda, mostram que o número de oito alunos com intervalo maior que 10 foram indicados como preferidos, 18 foram indicados como razoavelmente preferidos, 34 foram indicados como igualmente preferidos e rejeitados, 17 foram indicados como razoavelmente rejeitados e seis foram os alunos indicados como rejeitados.

É possível notar que as alunas-átomo, A1, A2 e A3, estão indicadas como razoavelmente rejeitadas, demonstrando algumas dificuldades na interação e socialização com os alunos da turma. Este dado e o resultado das entrevistas com as crianças, já mencionadas, confirmam a hipótese de que a violência sexual contra criança prejudica suas interações e relações sociais na escola.

Outro dado interessante que confirma essa mesma hipótese é que, dentre os alunos rejeitados, seis no total, todos do sexo masculino, dois (D19 e D27) são vítimas de abuso sexual e um (C19) apresenta indícios de também ter sofrido ou de sofrer violência sexual. São meninos que não eram foco principal da pesquisa, mas que, na efetivação da coleta de dados, foram evidenciados. São alunos que frequentam a escola sem serem percebidos em suas fragilidades e situações únicas pelos profissionais da unidade escolar. A tendência é a de homogeneizar as relações e os comportamentos – classificando os alunos como problemáticos, sem tirar o “véu” que encobre as situações vividas pelas crianças. Com relação à hipótese de que a violência sexual contra criança prejudica seu desempenho escolar, ela foi parcialmente confirmada. Observa-se, por meio do boletim escolar das alunas-átomo e dos

⁵¹ O Ensino Fundamental de nove anos tem três ciclos. O Ciclo de Alfabetização compreende os três primeiros anos (1º, 2º e 3º). O Interdisciplinar envolve os três anos seguintes (4º, 5º e 6º). O Autoral abarca os três anos finais (7º, 8º e 9º).

alunos com maior índice de preferência e rejeições, que, como todos estão inclusos no ciclo alfabetização, em que a retenção acontece somente no 3º ano, os alunos do 1º e 2º anos, mesmo que tivessem o conceito NS (não satisfatório), não ficariam retidos. Contudo, foi possível perceber, com exceção de A1, cujo conceito final foi S, que, mesmo não estando alfabetizados, os demais tiveram o conceito NS, que os levou a ficarem retidos, por não conseguirem alcançar o desempenho escolar necessário para o ano seguinte. Dentre os alunos que ficaram retidos no 3º ano estão A2, A3, D10, D22 e D27. Os alunos D10 e D22 também foram os mais rejeitados nas escolhas, e D27 foi um dos que obteve maior número de preferências na Unidade III. Todos os alunos tiveram frequência às aulas acima de 75%. Das crianças que sofreram abuso, incluindo os meninos, somente A2 iniciou tratamento psicológico, mas ele foi interrompido. Durante a pesquisa, foi possível observar encaminhamentos realizados à terapia psicológica para A1 e A3, mas, até o término da pesquisa, não haviam iniciado.

Por meio das observações e entrevistas com as crianças, foi possível observar alguns sinais e consequências do abuso sexual, tais como baixa concentração e atenção, brincadeira sexualizada, mudanças nos hábitos alimentares, isolamento, hostilidade e agressividade com os outros, medo, raiva e inadequação. Ressalta-se que esses mesmos sinais e consequências também podem ser indícios de outras situações vividas pelas crianças, e não somente abuso sexual. Apesar da situação de desamparo e desproteção das crianças vitimizadas, elas tentam ressignificar as situações difíceis sofridas por meio de algumas atividades da vida cotidiana: estudam, brincam e tem amigos.

A pesquisa teve seu início a partir de três casos de abuso sexual notificados em meninas e terminou com dados de cinco casos de abuso sexual e mais um com indícios, três meninas e três meninos, o que indica que a violência atinge crianças sem distinção de gênero. Este dado provoca a reflexão da possível existência de mais casos de abuso sexual nas turmas em que ocorreu a pesquisa e, talvez por medo das consequências da denúncia sobre os abusadores e a família, as vítimas preferiram o silêncio.

Além da violência sexual, foi possível observar, por meio do desenho da família e das entrevistas com as crianças, um número significativo dos que sofrem ou sofreram violência física, psicológica e presencial (presenciar os pais em relação sexual). Estes e demais dados provenientes das entrevistas e questionários realizados com os alunos, professores e equipe gestora serão aprofundados no capítulo 3.

3 OS *CACOS* DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Prosseguindo os estudos que esta pesquisa abrange sobre os desdobramentos da violência sexual no ambiente escolar, com enfoque no abuso sexual, neste capítulo, apresentam-se a análise do desenho da família e da entrevista com todos os alunos das três turmas pesquisadas e os possíveis obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de violência sexual contra os educandos, sinalizando os *cacos* que essa violência produz e insiste em criar “mosaicos” nem sempre perceptíveis aos olhos dos professores educadores no ambiente escolar.

3.1. Sinalizando os *cacos* das violências contra crianças

Apesar de já abordados em alguns aspectos no capítulo 2 – a utilização do desenho e das entrevistas semiestruturadas com as crianças – este capítulo propõe ampliar as informações contidas nos desenhos realizados por todos os alunos das turmas das alunas-átomo, vislumbrando expressar situações que simplesmente não conseguem verbalizar, bem como detalhar algumas respostas às questões do questionário com o objetivo de traçar um breve perfil dos alunos em suas atividades diárias, suas preferências e rejeições no cotidiano de suas vidas, com foco nas relações sociais, incluindo a família. A intenção é destacar alguns sinais de violência e de situações que estejam fragilizando seu desenvolvimento integral, com reflexo no cotidiano escolar. Para melhor apresentação das respostas ao questionário, algumas foram agrupadas e selecionadas de acordo com os objetivos e hipóteses da pesquisa.

Do total de 83 alunos das três turmas pesquisadas, no que se refere à realização do desenho da família, 43 são meninas e 40 meninos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I, crianças na faixa etária de 6 a 10 anos aproximadamente, sendo que dois alunos não quiseram realizá-lo, o aluno B7 da turma da aluna-átomo A1 e o aluno D27 da turma da aluna-átomo A3, ambos do sexo masculino e que também obtiveram maior número de rejeições recebidas das turmas no teste sociométrico. Constata-se que todos os que realizaram o desenho gostaram de fazê-lo, com tempos variados para realização. Dos 81 desenhos realizados, nota-se que, em 72 deles, a criança está inclusa na representação e, na comparação do desenho da família com a resposta à pergunta do questionário “com quem você mora?”, 41 respostas são iguais ao desenho e 42 não, levando-nos a ponderar sobre alguns aspectos da situação familiar dessas crianças, tanto da família concreta como a da desejada.

Tabela 13: Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos - “Com quem você mora?”

FAMÍLIA	UNIDADE I	UNIDADE II	UNIDADE III	TOTAL	%
Pai e mãe	20	8	15	43	24
Mãe	8	8	10	26	14
Pai	1	0	1	2	1
Irmãos	20	13	20	53	29
Avós	11	5	4	20	11
Tios	7	6	5	18	10
Primos	4	1	2	7	4
Bisavó	1	0	2	3	2
Padrasto	0	2	4	6	3
Amigos, “tias” (abrigo)	0	1	0	1	1
Namorado da avó	0	2	0	2	1
TOTAL	72	46	63	181	100

Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, 2017/2018.

Dos dados apresentados, observa-se que 24% moram com o pai e a mãe, 14% moram somente com a mãe, 29% com irmãos e 11% com os avós. No entanto, para essa pergunta, a maioria das crianças verbalizou mais de uma categoria, tais como: mora com a mãe e irmãos, mãe e pai e avós, e outros. Com relação às alunas-átomo, A1 verbalizou que mora com o pai, A2 que mora no abrigo com amigas e “tias” e A3 que mora com a mãe e a gata. Nos desenhos, A1 desenhou a mãe, o pai e o irmão menor; A2 desenhou muitos amigos e uma “tia”; e A3 desenhou a mãe, avós, primos, padrinhos, irmã, gato e cachorro. Na representação da família desenhada em confronto com a verbalizada, encontramos também diferenças com relação à representação da família concreta e a da família desejada das alunas átomo.

Foi possível observar desenhos em que algum membro da família estava representado, mas que, na realidade, não convivia há muito tempo, como nas situações de pais separados e de irmãos distanciados. O mesmo acontece nas situações em que, no desenho, a criança estava recebendo carinho de algum membro da família e, quando questionada se recebia carinho de alguém, relatou que não sabia se recebia carinho, além de outras que demonstraram desconhecer o significado da palavra carinho.

Estudos (HORKHEIMER; ADORNO, 1956; ARIÈS,1981) mostram que a família passou por diversas transformações e configurações ao longo da história e que está diretamente ligada à sociedade, em seus diversos aspectos social, político, econômico e cultural. Legislações preconizam o dever da família e da sociedade de assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes também à convivência familiar e comunitária, contidos no artigo 227 da Constituição Federal Brasileira e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Contudo, a sociedade do século XXI, ainda negligente e violenta em sua estrutura e em suas relações, proporciona o não cumprimento de tais

deveres. Algumas crianças ainda são abandonadas pelos seus genitores das mais diversas formas: são entregues a familiares e a pessoas conhecidas ou desconhecidas, são negociadas como uma simples mercadoria, são entregues para adoção e/ou são mortas, são objetos de prazer sexual e são negligenciadas no afeto, proteção, direitos e cuidados básicos essenciais para o pleno desenvolvimento de suas capacidades. A família, em suas configurações, atua como referencial para o desenvolvimento afetivo e social da criança, mas, em alguns casos, é nesse contexto que seus direitos são violados (QUAGLIA *et al.*,2011).

A representação da família concreta e da desejada realizada pelas crianças por meio do desenho e do questionário demonstra que a família está em crise junto com a sociedade. Para Horkheimer e Adorno (1973), a crise da família é de origem social e não é possível negá-la ou interpretá-la como simples sintoma de degeneração ou decadência. Os autores ressaltam que a crise da família é a crise da desintegração da humanidade e que cumpre cada vez menos a sua função de instituição de aprendizagem e educação. A criança, envolta por essa realidade opressora e violenta, também vai à escola e tenta conviver e sobreviver frente às situações diversas de sua existência, tendo, na brincadeira, uma das maneiras de lidar com tal realidade.

No tocante à questão relativa ao brincar, 81 alunos responderam que gostam e dois que não gostam de brincar. Dos que não gostam estão A3, que disse brincar somente com seu gato, e D15, que não gosta porque não tem amigos, somente um amigo imaginário (alienígena), mas que gostaria de brincar de pega-pega e esconde-esconde. Entre as brincadeiras mais preferidas das crianças estão: pega-pega, boneca, futebol e esconde-esconde. Já com relação às brincadeiras de que não gostam estão: também pega-pega e esconde-esconde, carrinho e luta. Contudo, a maioria relata que gosta de todas as brincadeiras. Com relação às alunas-átomo, A1 gosta de brincar de pega-pega, esconde-esconde, corda e bambolê e não gosta de brincar de “Coca-Cola, Pepsi-Cola, quantos anos você tem?”⁵². A2 gosta de brincar de pega-pega, esconde-esconde, mãe da rua, cobra cega e não gosta de brincar de corre-cotia. A3 gosta de brincar somente com seu gato. Nota-se que, apesar de toda situação da violência sexual sofrida, as alunas-átomo não se diferenciam das demais crianças no tocante às brincadeiras; com exceção de A3, todas gostam de brincar com seus colegas. Brincadeiras essas que também são passadas de geração em geração, como pega-pega, esconde-esconde e outras.

⁵² Brincadeira em que todos fazem uma roda e um diz "Coca-cola, pepsi-cola, quantos anos você tem?", apontando para uma pessoa diferente em cada sílaba. Depois, contam até doze. Quem for apontado, quando chegar ao número doze, sai da roda. A repetição continua até sobrar apenas um participante.

Em resposta à questão sobre se conversa e recebe carinho em casa, 76 alunos disseram que sim, quatro disseram que não recebem e três não sabem o que é carinho. Dos tipos de carinho, relatam que recebem abraços, beijos, presentes e carinho com as mãos no rosto e cabeça. Com relação às alunas-átomo, A1 recebe carinho da mãe e do pai “*meu pai me defende*”; A2 recebe carinho de uma amiga do abrigo, “*ela passa a mão na minha cabeça*”; e A3 recebe carinho do gato e alguns abraços da mãe. Ressalta-se que, dos alunos que não recebem carinho, está D27, da unidade escolar III, um dos alunos mais rejeitados no teste sociométrico.

Apesar de não ser uma das alunas-átomo e nem estar dentre os alunos mais rejeitados, duas alunas, C10, da Unidade II, e D26, da Unidade III, ao responderem a pergunta sobre com quem conversa e quem lhe faz carinho, relataram situações com indícios de abuso sexual. C10 relata que recebe carinho da mãe, da avó e do namorado da avó que compra tudo para ela. Não gosta de receber carinho do namorado da mãe porque ele faz carinho “safado”. Relata que a mãe vê o namorado mexendo em seu “bumbum” e não faz nada para defendê-la “*minha mãe me xinga e defende o namorado dela, por isso eu quis morar com a minha vó*”. No desenho da família, representou o pai, a mãe, a mãe-avó e três irmãos. C10 não se desenhou na representação da família. Em resposta à pergunta com quem mora, relatou que é com a avó, uma irmã e o namorado da avó.

A outra aluna, D26 relata que mora com a bisavó desde os seis meses de idade e que ela a trata com carinho, que não tem amiga e que conversava com o pai que está preso porque fez coisas erradas com ela. D26 se sente culpada por ele estar preso. Gosta do pai e sente medo de ele morrer na prisão: “*Gostaria de falar para ele coisas que não disse...que gosto dele*”. No desenho da família, D26 representou a bisavó, a avó, a mãe, dois irmãos, cinco primas, um tio e uma tia. D26 está inclusa no desenho da família e, em resposta à pergunta “com quem você mora?”, relata que mora somente com a bisavó.

Com relação ao rendimento escolar de C10 e D26, ambas apresentam conceitos plenamente satisfatórios em seis disciplinas e satisfatório em duas, o que evidencia que nem sempre, conforme apregoam alguns estudos, os alunos que sofreram ou que demonstram indícios de estarem sofrendo abuso sexual têm baixo rendimento escolar.

Um dos aspectos importantes da trama de relações na violência sexual intrafamiliar é o posicionamento da mãe e da família com relação à situação da violência sexual e do vínculo afetivo que a vítima tem com o agressor: mesmo não entendendo muito bem a situação, acredita nas chantagens e favorecimentos dele em troca dos abusos, a ponto de se sentir culpada se algo ruim acontecer com ele e com a própria família, preferindo se calar sobre os

abusos sofridos, perpetuando o segredo e o silêncio. Tomando por base a situação das alunas citadas, C10 esperava proteção e defesa da mãe em relação às atitudes do namorado, e D26 não gostaria que seu pai fosse preso, somente que parasse com as violações. Apesar de tomadas algumas medidas protetivas por parte das famílias de C10 e D26, nota-se que, embora com rendimento escolar excelente, não estão frequentando terapia psicológica que as ajudaria a enfrentar a situação.

No que diz respeito à questão “Qual a cor da sua pele?” Do total de 83 alunos das três Unidades Escolares, 17 responderam que não sabem, 15 disseram morena, 11 marrom, 11 não responderam, 9 branca, 5 parda, 3 marrom claro e 12 crianças responderam cada uma destas cores: branca e rosa, vermelha, preta, laranja, marrom e branco, branca clara, morena clara, rosa, preta e parda, preta e branca, preta e marrom e branca e morena. Com relação às alunas-átomo, A1 respondeu que sua pele é branca, A2 morena e A3 branca. Ressaltamos que a maioria dos alunos, antes de responder à pergunta, olhou para sua própria mão e braço; alguns ficaram com dúvida sobre a cor de sua pele, como na resposta de um deles “*A professora disse que sou parda, mas acho que sou moreninha...*” e “*minha cor é cor de pele*”.

As perguntas “Você já apanhou ou apanha? De quem? Por quê?”, tinham o objetivo de identificar uma das modalidades de violência contra criança, a violência física, que também pode estar associada à violência sexual. Por meio de tais questões foi possível constatar que, dos 83 alunos, 68 já apanharam ou apanham, 7 não e 8 não responderam. Dos 68 alunos que apanham, 36 apanham da mãe, 24 do pai e da mãe, 9 do pai, 7 dos irmãos, 5 dos avós e 1 do padrasto. Alguns alunos relataram que apanham não somente de uma pessoa. Com relação ao motivo de apanharem, elencam-se os mais citados, tais como porque fazem bagunça, desobedecem, brigam com os irmãos, fazem coisas erradas, falam muito, não querem sair da cama pela manhã, não fazem a lição de casa e não sabem por que apanham. Alguns se justificaram da seguinte maneira: “*Meu pai e meus dois irmãos falam que sou chato, mas eu só quero conversar..*”; “*Minha mãe me bate quando fico pedindo o celular dela...*”; “*Meu pai fala que não gosta de mim e me bate*”.

Tabela 14: Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos - “Do que você apanha?”

TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA	TOTAL	%
Chinelo	44	42
Mão	32	30
Cinto	18	17
Sandália, sapato	4	4
Pau	2	2
Vassoura	2	2
Soco, murro	2	2
Fio	1	1
TOTAL	105	100

Fonte: Questionário aplicado aos alunos pela pesquisadora

Por meio desses dados, é possível observar que 42% dos alunos apanham de chinelo, 30% de mão e 17% de cinto. No entanto, outros objetos também são utilizados na violência física como sandália, sapato, pau, vassoura e fio. Ressalta-se que alguns alunos indicaram mais de um tipo de violência física a que são submetidos. As alunas-átomo relatam que também são submetidas à violência física. A1 apanha de chinelo do pai e da mãe porque faz bagunça. A2 não apanha no abrigo, no entanto, apanhou muito do pai de fio, conforme seu relato “*meu pai ficava com raiva e me batia de fio...fugi de casa muitas vezes...*” A3 apanha da mãe e apanhou padrasto de chinelo e vassoura, relata “*...quando minha mãe não estava em casa eu apanhava do meu padrasto*”, “*minha mãe prometeu que não vai mais me bater*”.

Observa-se que, apesar da criação de medidas protetivas com relação à violência contra criança e adolescente, como consta no Estatuto da Criança e do Adolescente e em diversos documentos e legislações, situações de diversos tipos de violência, incluindo a física, são efetivadas principalmente pelos familiares e conhecidos, numa relação assimétrica de poder e coação, legitimadas pela autoridade de alguns familiares, como os pais. Ressalta-se que, em alguns casos de violência física, também ocorrem as violências sexual, psicológica, presencial, violência intra e extrafamiliar, com alguns casos culminando na violência fatal, conforme revelam os dados estatísticos expostos no capítulo 1. São dados que apontam uma instituição familiar em crise, o que favorece e incita a violência, que não protege nem ampara, que não consegue proteger das manifestações irracionais do ser humano, impedindo o esclarecimento que poderia levar à emancipação da sociedade. Para Horkheimer e Adorno (1973), a crise da família é de origem social e, enquanto a família assegurou proteção e conforto aos seus membros, a autoridade familiar encontrou uma justificativa na qual a propriedade hereditária constituía um sólido motivo de obediência por parte dos herdeiros. No entanto, os autores ressaltam que

(...) hoje, num mundo em que a capacidade técnica e a eficiência, diante de qualquer situação, começam a ser fatores decisivos para a sorte de cada indivíduo e quando a propriedade burguesa perdeu todo o conteúdo ou foi destruída num cada vez maior número de famílias, o conceito de herança foi esvaziado de todo o sentido (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 140).

Para Horkheimer (1990 [1936]), a família tem importância decisiva na formação psíquica da maior parte de todos os indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto inconscientes. O autor ressalta que

O que ocorre nela plasma a criança desde a sua mais tenra idade e desempenha um papel decisivo no despertar de suas faculdades. Assim como a realidade se reflete no meio deste círculo, a criança que cresce dentro dele sofre sua influência. A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual depende amplamente a sobrevivência da ordem burguesa (HORKHEIMER, 1990 [1936] ,p. 214).

Estudos e dados estatísticos mostram que o poder patriarcal ainda perdura na atualidade, não como no início da era burguesa, em que o poder pátrio era uma condição inevitável para o progresso, mas como poder hierárquico numa relação autoritária e assimétrica com relação às crianças e mulheres, indivíduos considerados menores, sem voz e vez desde tempos remotos. Esse poder é potencializado nas mais diversas formas de discriminação e violências, incluindo a sexual, contra crianças e adolescentes.

Já sabemos que é na família que ocorre a maioria dos casos de abuso sexual e que ela, por ser a primeira instituição socializadora da criança, inserida numa rede de inter-relações com outras instituições, incluindo a escola, tem o poder de efetivar ações que se tornam marcas definitivas na vida desses indivíduos, *casos* de situações, sentimentos e pensamentos, que ainda estão presentes na vida de muitos adultos que passaram por diversos tipos de violência em sua infância, como demonstram os dados a partir do questionário aplicado aos educadores para este estudo.

Nem sempre a escola está preparada e aberta para enfrentar os *casos* das situações de violências cometidas pela sociedade em geral contra seus alunos. Prioriza-se o trabalho intelectual, tanto dos educadores como dos alunos, deixando para segundo plano as necessidades e desejos de seres humanos em formação, inseridos na sociedade capitalista administrada. É o que demonstra a resposta às questões dos alunos das turmas pesquisadas “O que você mais gosta de fazer na escola? O que menos gosta de fazer?”.

Quadro 9: Resposta à pergunta do questionário aplicado aos alunos - “O que você mais gosta de fazer na escola? O que menos gosta de fazer?”

MAIS GOSTAM	TOTAL	%	MENOS GOSTAM	TOTAL	%
Brincar	40	48	Estudar	28	34
Estudar	14	17	Brincar	15	18
Brincar e estudar	6	7	Gosta de tudo	14	17
Comer	5	6	Bagunçar	7	8
Jogar bola	4	5	Não sabe	5	6
Desenhar e pintar	3	4	De não fazer nada	3	4
De nada	2	3	Correr	2	3
Conversar com os amigos	1	1	Recreio	1	1
Não respondeu	8	9	Não respondeu	8	9
Total	83	100	Total	83	100

Fonte: Questionário aplicado aos alunos pela pesquisadora, 2018.

Por meio dos dados, é possível observar que, das atividades que os alunos mais gostam de realizar na escola, 48% responderam brincar, 17% estudar e 7% estudar e brincar. Com relação ao que menos gostam de fazer na escola, 34% responderam estudar, 18% brincar e 17% gostam de tudo. Quanto às alunas-átomo, A1 gosta mais de brincar e menos de estudar, A2 gosta mais de brincar e ler e menos de escrever e A3 gosta de pintar e menos de matemática.

Os dados apresentados favorecem diversas reflexões com relação à escola, como instituição e sua função pedagógica e social. No entanto, para este estudo são destacadas as observações que dizem respeito ao brincar e o quanto essas interações sociais são importantes para todas as crianças, principalmente para aquelas que sofrem algum tipo de violência doméstica, incluindo o abuso sexual. É por meio das brincadeiras que a criança tem a possibilidade de simbolizar, verbalizar e reelaborar o que está acontecendo. Estamos nos referindo às crianças que estudam no ciclo de alfabetização, do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I, com idade aproximada de 6 a 9 anos, que dependendo da localização da sua moradia e/ou organização familiar, não têm espaço nem amigos para brincar, exceto na escola. A escola potencializa e favorece o desejo que estas crianças têm de brincar, de simbolizar e interagir com seus colegas, condições também importantes no processo de alfabetização.

Na questão relativa a alguns aspectos do ciclo de alfabetização, isto é, se sabem ler e escrever ou mais ou menos, do total de 83 alunos, 38 disseram que sim, sabem ler e escrever,

3 não sabem, 33 sabem mais ou menos e 9 não responderam. Observa-se, por meio das respostas, que alguns alunos estão em diferentes fases da alfabetização, pois trata-se de estudantes que frequentam turmas pertencentes ao ciclo de alfabetização. Com relação às alunas-átomo estão no processo de alfabetização, A1 somente escreve (copista), A2 lê e escreve com dificuldade e A3, somente escreve (copista). Ressalta-se que A1 e A3 estão na mesma situação com relação à alfabetização, no entanto, A1 está no 1º ano, e A3, no 3º ano.

Estudos (FERREIRO, 1990; SOARES, 1998) mostram os desafios do ciclo de alfabetização⁵³, tanto para os alunos como para os educadores, em seus diversos aspectos – pedagógico, psicológico, social, econômico, cultural e outros. Neste estudo, ressaltamos um dos aspectos, muitas vezes menosprezado pela família e pela escola, mas que também é uma das condições primordiais para a aprendizagem: a necessidade de os educandos terem ótima acuidade visual. No entanto, por meio da questão referente ao uso de óculos e se já foram ao oftalmologista, dos 83 alunos, 62 não usam óculos e nunca foram ao oftalmologista, 12 usam e 9 não responderam. Em complemento à questão foi questionado se enxergam bem, 49 alunos disseram que não sabem, 29 disseram que não enxergam bem e 6 disseram que enxergam bem. Ressalta-se que, dos 12 alunos que usam óculos, 6 disseram que também têm dificuldades em enxergar. Com relação às alunas-átomo, A1 relata que não sabe se enxerga bem e que nunca foi ao oftalmologista; A2 relata que não enxerga bem e que nunca foi ao oftalmologista; e A3 não sabe se enxerga bem e nunca foi ao oftalmologista. Ressalte-se que o fato de a criança não enxergar bem e não ser atendida em suas necessidades configura-se como negligência e abandono, uma das modalidades de violência.

Por meio das respostas dos alunos às questões aqui evidenciadas, é possível perceber *cacos* que, com o passar dos anos, podem se tornar mosaicos disformes e nebulosos, nem sempre perceptíveis no ambiente escolar, tampouco revelados pela família e pelos próprios alunos, resultando em sérias consequências em seu aprendizado e interação social, fragilizando seu desenvolvimento integral e impedindo ações de proteção e amparo necessário.

⁵³ Ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano) é entendido como o tempo sequencial de três anos que permite às crianças construir seus saberes de forma contínua, respeitando seus ritmos e modos de ser, agir, pensar e se expressar. Nesse período, priorizam-se os tempos e espaços escolares e as propostas pedagógicas que possibilitam o aprendizado da leitura, da escrita e da alfabetização matemática e científica, bem como a ampliação de relações sociais e afetivas nos diferentes espaços vivenciados (SÃO PAULO, 2017, p.42)

3.2 Desafios enfrentados pelos educadores com relação à violência sexual contra criança

Se existe um consenso nos estudos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, referente à importância de um espaço “privilegiado” da criação de um vínculo de confiança, revelação da violência e enfrentamento a esta barbárie que é a violência sexual contra crianças e adolescentes, esse espaço é a escola. De acordo com Adorno (1995),

“... se a barbárie, a terrível sombra sobre nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades.” (ADORNO, 1995, p. 117)

Este e demais estudos (FALEIROS, 2007; LANDINI, 2011) já evidenciaram que o primeiro lugar onde a criança vitimizada se sentiu segura para relatar a violência ou para demonstrá-la de outras formas, incluindo o desenho, foi na escola. Além do dever de proteger e amparar os alunos nas mais diversas situações de violência, a escola, muitas vezes, é o único local em que a criança pode se sentir segura ao expressar o que está vivenciando. No entanto, nem sempre a escola está preparada para essa escuta e para tomar as providências necessárias, alegando falta de informação e formação a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para testar a hipótese de que os educadores têm dificuldades em identificar as situações de violência sexual contra seus alunos, em função da falta de informação e formação, foi aplicado um questionário⁵⁴ composto por trinta perguntas, visando a traçar um breve perfil dos professores, bem como identificar o grau de (des)conhecimento e posicionamento dos professores em relação à violência contra crianças e adolescentes, com enfoque na violência sexual, incluindo os tabus. Na última questão, eles apresentaram algumas sugestões para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes⁵⁵. Dos 121 educadores das três Unidades Educacionais onde foi realizada a pesquisa, 90 responderam ao questionário, sendo 86 professores e 4 coordenadores pedagógicos, com 30 participantes da Unidade I, 30 da Unidade II e 30 da Unidade III.

Quanto aos procedimentos da aplicação do questionário, eles já foram explicitados no capítulo 2, na apresentação e na análise dos dados da pesquisa. No entanto, faz-se necessário esclarecer que algumas respostas foram selecionadas e agrupadas para melhor apresentação e

⁵⁴ Algumas respostas encontram-se nos Apêndices I até S.

⁵⁵ As sugestões foram transcritas integralmente e encontram-se no Apêndice S.

análise de acordo com os objetivos propostos com enfoque nos possíveis desafios e obstáculos que impedem os educadores de enfrentarem as situações de violência sexual contra os educandos.

Com relação às respostas que evidenciam um breve perfil, destaca-se o seguinte: dos 90 educadores, 81 são do sexo feminino e 9 do masculino; 42 professores lecionam no fundamental I, 40 no fundamental II, 2 na sala de leitura, 2 são professores orientadores de informática educativa e 4 são coordenadores pedagógicos. Com relação à idade, 4 educadores têm entre 20 a 30 anos, 26 entre 31 a 40 anos, 39 entre 41 a 50 anos, 17 entre 51 a 60 anos e 4 educadores entre 61 e 70 anos. Quanto à cor da pele, 42 educadores se declararam da cor branca, 19 da cor preta, 16 pardas, 3 morenos e 10 não informaram a cor. Quanto à religião, 34 educadores são católicos, 21 evangélicos, 10 são espíritas, 6 não possuem religião, 5 são católico/espírita e 14 não responderam. Com relação ao tempo de serviço, 19 educadores têm de 1 a 10 anos, 33 de 11 a 20 anos, 32 de 21 a 30 anos e 6 de 31 a 40 anos de magistério.

A partir desses dados, é possível verificar que, do total de 90 educadores que responderam ao questionário, 90% são do sexo feminino; 46% ministram aula no fundamental I e 45% no fundamental II. Nota-se que, com relação à faixa etária, a maioria, 43%, tem entre 41 e 50 anos e a minoria, 5%, têm entre 20 a 30 anos de idade e 61 a 70 anos. Quanto à cor da pele, 46% se autodeclararam da cor branca, seguida da cor preta com 21%. Com relação à religião, nota-se a predominância da católica, 38%, seguida da evangélica, 24%. Com relação ao tempo de serviço, a maioria, 37%, tem de 11 a 20 anos, seguida dos que têm de 21 a 30 anos, com 35%.

Quanto às respostas das questões referentes ao (des)conhecimento dos diversos tipos de violência, incluindo a sexual, bem como aos obstáculos no seu enfrentamento, agruparam-se algumas questões para apresentação em tabelas e quadros, com objetivo de aprofundar a análise. As transcrições de algumas respostas dos educadores como complemento às perguntas estão disponíveis nos Apêndices.

Quadro 10: Respostas dos educadores referentes ao (des)conhecimento dos diversos tipos de violência, incluindo a sexual, e respostas aos obstáculos no seu enfrentamento

Questão	Sim	Não	Não respondeu	Total
Você já ouviu de algum aluno (a) relato sobre violência contra criança?	78	12	0	90
Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?	65	18	7	90
Você tem ou teve acesso a materiais formativos, como cartilhas, manuais que tratam sobre a violência contra	35	55	0	90

crianças, mais especificamente a violência sexual?				
O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações aos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE e outros).	53	34	3	90
Você já participou de alguma formação sobre violência SEXUAL contra criança ou adolescente?	20	69	1	90
Você tem interesse em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual?	75	12	3	90
Você acha que o tema da violência sexual deveria ser abordado na escola?	87	2	1	90
Você teria segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos?	35	53	2	90
Você teria segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família de seus alunos?	22	65	3	90
Existe tabu ao abordar a violência sexual?	74	13	3	90
No Brasil existem mecanismos de denúncia para violência contra criança, incluindo a sexual. Se soubesse de alguma situação em que uma criança está sendo submetida à violência, você faria a denúncia?	55	20	15	90
Conhece o disque 100?	44	45	1	90
Você já teve contato com o conselho tutelar?	29	60	1	90
Você conhece algum programa de prevenção à violência contra criança, especificamente a violência sexual, realizada pelos governos municipal, estadual ou federal?	6	81	3	90
Graciliano Ramos, em seu conto autobiográfico (O cinturão), relata a violência física e psicológica que sofreu aos quatro ou cinco anos de idade. Você se lembra de alguma violência sofrida quando criança?	42	44	4	90

Fonte: Questões elaboradas pela pesquisadora, 2018.

Para melhor análise das respostas a partir das perguntas contidas neste quadro, optou-se por tratar cada uma de acordo com a ordem que ocupam. No entanto, algumas foram agrupadas para facilitar a análise.

Com relação à questão “Você já ouviu de algum aluno relato sobre violência contra criança?”, é possível observar que 86% já ouviram e que 14% não. Em complemento a essa pergunta, sobre quem praticou a violência, 30 educadores responderam que foram membros da família, 13 somente os pais, 8 somente o pai, 8 o padrasto, 5 a mãe, 4 colegas da escola, 2 os tios e 1 o vizinho. Com relação à pergunta “qual tipo de violência” relatada aos educadores, eles informaram que:

- 54 alunos relataram que sofreram **violência física** - tapas, socos, murros, espancamento, apanham com cinto e outros materiais, agressões diversas, uso de facas; *“uma aluna com deficiência foi amarrada e apanhou muito”*; *“seguranças de uma loja colocaram uma moeda quente no meu aluno porque desconfiaram que ele estava furtando no shopping”*; *“as crianças vêm marcadas por apanhar”*; *“minha aluna apanha com frequência da família”*.
- 42 alunos relataram que sofreram **violência sexual** – do pai, padrasto, tios e tias, avós, vizinhos, entre primos e irmãos; *“minha aluna disse que o padrasto a abusava sexualmente”*; *“dois alunos que são irmãos e um primo, abusaram da irmã menor de um deles”*; *“uma aluna relatou que seu tio a violentava. Conversei com a aluna e a convenci a contarmos juntas para a mãe e procurar ajuda psicológica”*; *“alunos relatam que sofrem abuso sexual”*; *“minha aluna disse que a mãe e a irmã mais velha atendem “clientes” no mesmo cômodo que ela dorme, e vê tudo que acontece”*; *“uma criança relatou que o padrasto abusava dela”*; *“minha aluna sofreu abuso em sua casa e no abrigo”*;
- 38 relataram que sofreram **negligência ou abandono** – rejeição, descuido, descaso, indiferença; *“pais se recusam a cuidar do filho, querem que ele vá para alguma ONG ou orfanato”*; *“a mãe foi embora de casa e deixou a criança sozinha”*; *“os pais não cuidam dos filhos devidamente”*; *“alunos que veem(sic) para escola sujos, com fome e sem material escolar”*, *“minha aluna foi deixada na casa do pai pela mãe e foi embora. Minha aluna vem suja pra escola e com outros problemas...”*.
- 26 alunos relataram que sofreram **violência psicológica** – palavras ofensivas; *“uma aluna disse que se contasse pra mim sobre as violências sofridas a família disse que a mataria”*; *“ameaças constantes, ser chamado de burro”*.
- 22 alunos relataram que sofreram **violência presencial** – presenciou brigas e morte; *“pai agredindo a mãe com faca e verbalmente”*; *“minha aluna disse que vê a mãe apanhar todos os dias do pai”*; *“alunos viram a mãe ser espancada”*, *“alunos com pai e mãe alcoólatras e usuários de drogas”*; *“uma aluna presenciou a madrasta matar o pai”*; *“um aluno presenciou o padrasto matando o tio a facadas”*.

- 23 alunos relataram que sofreram **violência na rede social** – “*adultos seduzindo crianças pela internet, pedindo fotos das partes íntimas*”; “*alunos praticando bullying na rede social, como facebook, whatsApp e internet*”.
- 12 educadores **não responderam a questão.**

É possível verificar, por meio dos dados e relatos dos educadores, o quanto os alunos, crianças e adolescentes estão vivenciando os mais diversos tipos de violência, envoltos na desproteção e desamparo. A maioria dos educadores já ouviu relatos dos alunos sobre algum tipo de violência sofrida e cometida principalmente por pessoas da família e por conhecidos. Crianças que, desde muito cedo, aprendem que a ameaça à sua integridade física e emocional está justamente onde deveriam sentir-se seguras, no “*sagrado lar e na família*”.

Ao serem questionados sobre a atitude tomada diante da situação de violência relatada por seus alunos, 63 educadores comunicaram à equipe gestora da escola, 27 comunicaram a algum colega, 10 não responderam, 2 silenciaram e 5 tomaram outras atitudes como conversa com a família, com a mãe da criança, encaminhamento ao conselho tutelar, conversa somente com o aluno e denúncia anônima. Alguns educadores escolheram mais de uma resposta. Observa-se que a maioria das decisões relativas à violência sexual revelada pelos alunos aos educadores são comunicadas à equipe gestora para os devidos procedimentos. Essa equipe, assim como os professores, tem o dever de cumprir o contido na Portaria 5552/12, que estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos com encaminhamento ao Conselho Tutelar. No entanto, não basta somente enviar um ofício com os procedimentos necessários ao Conselho Tutelar, como preconiza a Portaria, pois a situação da violência exige condutas imediatas e específicas.

Acredita-se que as revelações da violência sexual realizadas pelos alunos, devido a sua complexidade, devem ser apoiadas por uma equipe multiprofissional na escola, na perspectiva de uma escuta participativa e não solitária, isto é, com apoio de profissionais de outras áreas como a psicologia e o serviço social, com encaminhamentos conjuntos. Quiçá um dia a escola, ao se deparar com as revelações de violência sexual, possa ter o apoio de uma rede de ações para os devidos procedimentos que não tragam mais danos à vítima, pois o momento da revelação e os seus desdobramentos são etapas muito importantes que não podem ser negligenciadas. Talvez com a efetivação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, possamos

ter um início de ações integradas e em parceria dentro da escola, vislumbrando procedimentos e encaminhamentos conjuntos na proteção integral da criança e do adolescente.

Quanto à questão “Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?”, observou-se que 72% já buscaram, 20% não e 8% não responderam. Dos que já buscaram, 35 educadores informaram que o fizeram por meio da internet, 27 na escola, 15 em livros e 3 no conselho tutelar. Uma educadora relatou: “*Busco informações em livros, internet e com os próprios alunos em conversas e cartas anônimas escritas por eles.*”

Especificando um pouco mais a questão anterior, foi realizada a seguinte pergunta: “Você tem ou teve acesso a materiais formativos, como cartilhas, manuais que tratam sobre a violência contra crianças, mais especificamente a violência sexual?”. Dos 90 educadores que responderam à pergunta, 39% tiveram acesso e 61% não tiveram. Dos que tiveram acesso, 4 relataram que ele se deu por meio da internet, 2 por meio de vídeos, 2 por meio de livros e 1 por meio de cartilha.

A partir desses dados, é possível observar que a maioria dos educadores não teve acesso a materiais formativos e informativos, levando-nos a elucubrar que as escolas têm pouquíssimo acesso aos materiais descritos no capítulo 1 deste estudo, evidenciando a falta de um trabalho em rede de maneira intersetorial e multidisciplinar.

No tocante às questões específicas à formação, elas também são analisadas separadamente, dada as suas peculiaridades. A primeira delas é a seguinte: “O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações aos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE e outros)”? Por meio das respostas, foi possível verificar que 59% dos educadores responderam que sim, 38% que não e 3% não responderam. Dos educadores que responderam sim, 37 escreveram que a formação foi realizada na JEIF (Jornada Especial Integral de Formação), 13 em reunião pedagógica, 6 na DRE (Diretoria Regional de Educação), 6 em palestras e 1 no sindicato.

Já na pergunta que contém referência à violência sexual, “Você já participou de alguma formação sobre violência sexual contra criança ou adolescente?”, nota-se que, diferentemente da resposta à questão anterior, somente 22% dos educadores participaram de alguma formação com foco na violência sexual e que 77% não participaram e 1% não respondeu, diferença que indica a especificidade do tema. Dos que participaram, 14 informaram que a formação se deu na escola, 3 no sindicato e 2 na universidade.

No entanto, na pergunta relativa ao interesse dos educadores em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual, 84% dos educadores têm interesse, 13% não estão interessados na formação

e 3% não responderam. Para melhor explicitar os motivos que levam os educadores a terem ou não interesse na formação, selecionamos três das vinte e sete respostas positivas à formação, e três das oito respostas negativas à formação. Ressalta-se que as trinta e cinco respostas se encontram na íntegra nos Apêndices deste estudo. Das três respostas selecionadas dos educadores que têm interesse na formação destacam-se as seguintes: *“Relatos cotidianos de alunos apontam a necessidade de buscar informações”*, *“Porque trabalho com crianças”* e *“Para me auxiliar em minha prática pedagógica diária”*. Dos educadores que responderam que não tem interesse na formação destaca-se as respostas: *“Tema que traz angústia, não gosto e não me sinto à vontade”*; *“Porque é muito difícil processar o agressor”*; *“Por se tratar de um tema delicado”*.

Os educadores sabem da importância da formação sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e querem ter acesso a esse tipo de conteúdo. Acredita-se que, por meio da formação e da informação, os professores desenvolverão acuidade específica na percepção e na identificação das violências praticadas contra seus alunos, a partir de uma abordagem que poderá e deverá favorecer a confiança dos alunos na revelação da difícil situação a ser enfrentada e resolvida, de maneira que a criança e o adolescente sintam-se protegidos e amparados.

Além da especificidade exigida pelo tema da violência sexual, é necessário que a educação sobre a sexualidade faça parte do currículo escolar, em diálogo com a realidade dos alunos, de forma que atinja as necessidades e interesses deles, de acordo com a faixa etária. Além disso, é essencial que essa educação também forme e informe todos os participantes da comunidade escolar, visando não só ao enfrentamento do problema, como também à proteção de crianças e adolescentes contra todos os tipos de violência, sobretudo a sexual.

Reforçando e potencializando a importância da educação sobre a sexualidade no currículo escolar, as respostas à questão referente ao tema da violência sexual ser abordado na escola vêm ao encontro dessa proposição, visto que 97% dos educadores responderam que ele deve ser abordado, 2% que não e 1% não respondeu, evidenciando o grande interesse na presença do tema na escola. Em complemento a essa pergunta, foi questionado aos educadores, quem deveria tratar do assunto e como isso deveria ser feito. De acordo com as respostas, que também estão nos Apêndices, foi consensual a importância de a formação ser realizada por especialista, em parceria com outras áreas, e contando com a participação de todos os integrantes da escola, por meio de palestras, reuniões, debates, projetos e outros.

Em 2017, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo lançou o documento *“Currículo da Cidade para o Ensino Fundamental”*, com o propósito de orientar o trabalho na

escola, com foco na sala de aula por meio das Orientações Didáticas e de Materiais Didáticos, bem como a formação continuada dos profissionais da Rede, buscando alinhamento com o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Currículo da Cidade está estruturado com base em três conceitos orientadores: Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva. Foi organizado em três Ciclos (Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral). Apresenta uma Matriz de Saberes, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os Eixos Estruturantes, os Objetivos de Conhecimento e os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento de Cada Componente Curricular.

O Currículo da Cidade orienta-se pela Educação Integral, entendida como aquela que promove o desenvolvimento dos estudantes em todas as duas dimensões (intelectual, social, emocional e cultural) e a sua formação como sujeitos de direitos e deveres. Trata-se de uma abordagem pedagógica voltada a desenvolver todo o potencial dos estudantes e prepara-los para se realizarem como pessoas, profissionais e cidadãos comprometidos com o seu próprio bem-estar, com a humanidade e com o planeta (SÃO PAULO, 2017, p. 19)

Como sujeitos de direitos e deveres, os alunos vítimas da violência sexual intra e extrafamiliar, de acordo com o contido no Currículo da Cidade, precisam ser orientados a reconhecerem e serem capazes de proteger-se das várias formas de violência, de abuso e exploração que possa prejudicar o seu bem-estar e desenvolvimento. Além disso, devem ser incentivados a se constituírem como pessoas e cidadãos cada vez mais aptos a lidar com as demandas e os desafios do século XXI (SÃO PAULO, 2017, p.16).

Certamente, o aluno vitimizado busca e espera apoio, orientações e proteção da escola, que ainda não se sente plenamente preparada para lidar com as situações que envolvem a violência sexual contra seus alunos, tal qual demonstram as respostas à questão cujo tema era se os educadores teriam segurança e facilidade de abordarem o tema da violência sexual com seus alunos. Dos 90 educadores, 59% responderam que não têm segurança e facilidade, 39% escreveram que sim e 2% não responderam. Os dados demonstram a insegurança em abordar o tema pelos educadores no ambiente escolar, com diversas justificativas, tais como: *“Não me sinto preparada. Falta conhecimento de como lidar”*, *“Por não ter estrutura psicológica para lidar com esse tema e ao saber que alguns deles (alunos) são vítimas”*, *“Não tenho preparo e conhecimento aprofundado e suficiente no assunto”*. Por outro lado, os educadores que têm segurança para tratar do assunto também escreveram algumas justificativas, dentre elas: *“Porque tenho com meus alunos uma relação de afeto. Procuo deixá-los seguros e proporcionar-lhes autonomia. Sou ouvinte e expectadora deles”*, *“Procuo abordar sempre, pois meus alunos deficientes intelectuais têm dificuldades com o assunto. Existe certa*

ingenuidade e eles são erroneamente tratados como eternas crianças”; “Porque como educador preciso entender e detectar para trabalhar a proteção deste aluno”.

Contudo, não é somente com os alunos que a maioria dos educadores tem insegurança em abordar o tema da violência sexual. Por meio das respostas à questão cujo foco era se os educadores teriam segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família de seus alunos, constatou-se que 72% dos educadores não teriam segurança, 25% teriam e 3% não responderam. Dos educadores que não teriam segurança destaca-se: *“Acredito não estar preparada e com o conhecimento necessário”, “Com a família o diálogo fica mais complicado” e “Por não achar a situação fácil de lidar. Precisaria ser amparada, ter auxílio de alguém”.*

Com relação às justificativas dos educadores que teriam segurança em abordar o tema, lemos o seguinte: *“Porque procuro transmitir aos pais a segurança de estar não apenas letrando e alfabetizando seus filhos, mas sim que estou ajudando-os na formação de seus filhos. Cuidar e educar caminham juntos”, “Para esclarecer sobre o quanto a violência pode impactar na vida da criança”, “Para que estejam cientes que nós professores estamos aqui também para proteger a vida das crianças” e “Em se tratando do meu público, acho importante tratar da violência e da sexualidade, pois existe um mito de que alguns deficientes tem a sexualidade exacerbada”.*

Certamente, a complexidade e a extrema importância do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes exigem da escola um comprometimento de todos na percepção, na escuta cuidadosa quando da revelação da violência, no diálogo com as famílias e nos encaminhamentos necessários. Para que isso aconteça, a escola não deve agir de maneira solitária, mas sim buscar desenvolver ações articuladas e unificadas numa perspectiva multidisciplinar, multiprofissional e intersetorial no enfrentamento das situações de violência sexual contra os alunos.

Além das dificuldades em abordar o tema da violência sexual com seus alunos e seus familiares, a escola também é palco de situações que remetem a tabus, dificultando um olhar efetivo para violência sexual, principalmente com relação ao abuso sexual e ao incesto. A partir da questão respondida pelos educadores sobre a existência de tabus ao abordar a violência sexual, 82% responderam que sim, 13% que não e 3% não responderam. Das justificativas relatadas pelos educadores acerca da razão de existirem tabus destaca-se: *“Pessoas acreditam ser um assunto delicado”; “As pessoas ficam desconfortáveis ao se exporem ou sentem que estão expondo aos demais envolvidos”; “Não é fácil expor a humilhação sofrida”; “Resistência das famílias em abordar o assunto”; “A sociedade ainda*

perpetua preconceitos como misoginia, machismo e homofobia e tendem culpabilizar as vítimas”; “Existe o medo e o trauma associado ao abuso”; “Acredito que por se tratar de um assunto que envolve muitas questões religiosas e culturais”; “Falta de informação”; “Falar de sexo é tabu em qualquer situação”.

Com relação às justificativas de não existirem tabus ao abordar o tema da violência sexual, destaca-se: *“Infelizmente é algo que está acontecendo e muito se discute”; “Já é falado na mídia”; “Muitas pessoas sentem necessidade de divulgar os casos que conhecem”; “É comum, mas ninguém consegue fazer algo”; “É um assunto presente nos relatos de nossas crianças”; “Ultimamente, devido ao grande número de casos e denúncias, muitos estão cientes de que infelizmente esse tipo de violência existe”.*

Por meio das afirmativas dos educadores, é possível observar a existência de tabu ao tratar da violência sexual contra criança e adolescente e da sexualidade humana, e a sua presença nas relações e no cotidiano de alunos, famílias, educadores e da sociedade em geral. Esses tabus são como forças reais e devem se manifestar no ato e não no fato da violência sexual, conforme já elucidado no capítulo 1 deste estudo.

A partir da constatação da existência de tabus ao abordar a violência sexual no ambiente escolar, cabe à escola um trabalho profundo de esclarecimento por meio da formação e informação, de maneira crítica. Faz-se necessário abordar não somente a violência sexual, mas a sexualidade humana e todos os aspectos que a permeiam, desenvolvendo projetos e participando de programas com enfoque na educação sobre a sexualidade. A escola deve estar aberta ao diálogo e favorecer experiências que proporcionem condições para que o aluno desenvolva não somente sua dimensão cognitiva, mas também a afetiva, social e outras, isto é, que seja formado em sua totalidade. Que ele conheça os mecanismos de denúncia e proteção, que se aproprie dos seus direitos e deveres de cidadão atuante na sociedade contemporânea.

No Brasil existem mecanismos de denúncia para violência contra criança, incluindo a sexual. Constata-se que, em resposta à questão sobre a possibilidade de os educadores denunciarem alguma situação de violência contra criança, 80% respondeu que sim, 22% que não e 8% não respondeu. Das justificativas dos educadores que responderam sim, destaca-se *“Se eu me calar estarei sendo conivente”; “Caso fosse fora do meu ambiente de trabalho ligaria para a polícia”; “É uma situação revoltante e injusta”; “Ligaria para o Disque 100, Conselho Tutelar e Polícia”; “Para proteção da criança”; “Porque é crime! É desumano!”; “Me sinto responsável por qualquer criança. Faria um boletim de ocorrência nas autoridades competentes”; “Buscaria informações de como proceder”; “Faria denúncia*

anônima". Dos que não faziam a denúncia, as justificativas foram *"Tenho receio de ser identificada"*; *"Não fazia denúncia, orientaria alguém da família"*. Observa-se, por meio dos dados e das respostas dos educadores, que a maioria fazia a denúncia de diversas maneiras. Ressalta-se que nenhum educador citou a Portaria 5552/12, porém alguns mencionaram o Disque 100 e o Conselho Tutelar.

Com relação à pergunta sobre o conhecimento do Disque 100 por parte dos educadores, 49% responderam que sim, 50% que não e 1% não respondeu. Observa-se que, apesar de ser bastante divulgado na mídia e nas redes sociais, metade dos educadores não conhece o Disque 100, tampouco sua função de denúncia, na perspectiva de garantir proteção à criança e ao adolescente contra violência.

Quanto à questão referente ao Conselho Tutelar, isto é, se o educador já teve contato com ele, 67% dos educadores responderam que sim, 32% que não e 1% não respondeu à questão. Sobre a satisfação ou insatisfação dos educadores com o contato, destacam-se algumas respostas: *"Tive contato em diferentes situações, em algumas fiquei satisfeita em outras não, dada a imobilidade de alguns conselheiros"*; *"Fiquei satisfeita, pois o Conselho agiu rapidamente"*; *"Em alguns casos foi essencial nos encaminhamentos"*; *"Não houve encaminhamento para o caso"*; *"Não souberam lidar com determinadas situações"*; *"Acho o atendimento superficial"*; *"Nunca temos o retorno dos encaminhamentos dados"*; *"Senti que os conselheiros não estão preparados para o trabalho, falta formação"*.

Apesar da obrigatoriedade da denúncia das violências contra crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar por parte de toda a equipe escolar, preconizada na portaria 5552/12, nota-se, por meio das respostas, que ocorreram dificuldades no atendimento, na devolutiva e na resolução de algumas situações, provocando dúvidas nas competências e na ação dos conselheiros.

Mais uma vez, é imprescindível o trabalho em rede com atuação de diversos profissionais a fim de potencializar as ações focadas na proteção da criança e do adolescente. Para Landini (2011), quanto mais os profissionais conseguirem trabalhar em rede, com proximidade e cooperação, maiores serão as chances de sucesso e de resposta positiva por parte da criança e do grupo familiar.

Não obstante a importância da denúncia está também a da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes. Ao serem questionados se conhecem algum programa de prevenção à violência contra criança, especificamente a violência sexual, realizado pelos governos municipal, estadual ou federal, 90% dos educadores responderam que não, 7% que sim e 3% não responderam. Este dado é preocupante, pois mostra que alguns programas

existentes no Brasil não são divulgados, conhecidos e/ou desenvolvidos em conjunto com a educação, situação que revela lacunas nos procedimentos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes adotados pelos governos. O desconhecimento de programas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil por parte dos educadores também sinaliza a necessidade de conhecer os aspectos que envolvem a denúncia, a proteção e as causas dessa modalidade de violência.

Para conhecer um pouco mais sobre o pensamento e o sentimento dos educadores com relação à violência contra a criança, incluindo a sexual com enfoque no abuso e incesto, foram realizadas perguntas com foco nas percepções e opiniões sobre as causas das violências, as lembranças pessoais de alguma violência sofrida quando criança e as violências às quais se submeteram independentemente da idade, cujas respostas integrais (Cf. Apêndices) serão aqui contextualizadas. Inicia-se a reflexão a partir da resposta dos educadores sobre sua reação a partir do momento em que ficam sabendo que alguma criança está sofrendo ou sofreu abuso sexual. Dos 90 educadores, 68 responderam que a reação é de revolta, 54 de tristeza, 47 sentem vontade de denunciar, mas nem todos o fazem, 13 sentem insegurança e 8 sentem medo. Alguns educadores assinalaram mais de uma opção.

Algumas dessas razões, ao serem confrontadas com as situações de revelação da violência sexual sofrida pelo aluno, podem também acarretar consequências danosas a todos – alunos, educadores e familiares. Portanto, estar aberto e buscar incansavelmente conhecer o universo da violência sexual contra crianças e adolescentes é o caminho para melhor atuação. Para início de conversa, o educador precisa se apropriar do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber a respeito.

Com objetivo de conhecer um pouco do que os educadores pensam sobre as possíveis causas das violências contra a criança, foram realizadas duas perguntas, cujas respostas integrais estão nos Apêndices. Com relação às causas das diversas modalidades de violências contra as crianças, os educadores apontaram o uso abusivo de álcool e droga, vulnerabilidade das crianças, família e sociedade desestruturadas, aspectos psicossociais e culturais, adultos com distúrbios psiquiátricos e psicológicos, falta de amor ao próximo, falta de espiritualidade e de temor a Deus, sociedade machista e excludente, falta de conhecimento, formação espiritual e informação, crianças indefesas e desacreditadas, entre outros.

Quanto às respostas da pergunta sobre o que os educadores sabem sobre as causas da violência sexual contra crianças, destaca-se a supremacia do mais forte fisicamente sobre o mais fraco, a negligência familiar e os valores morais que norteiam (ou não) as famílias, a submissão e a erotização da mulher, acesso a programas de TV e mídia inapropriados para a

faixa etária das crianças e adolescentes, famílias desestruturadas e omissas, excesso de confiança nos membros da família, questões sociais, culturais e religiosas, drogas, alcoolismo, impunidade, descaso das autoridades, desvio de conduta psicológica e sexual, entre outros.

Com intuito de conhecer um pouco da realidade dos educadores, foi sugerido que respondessem à pergunta referente à lembrança de alguma violência sofrida quando criança, a partir da referência de um conto autobiográfico de Graciliano Ramos, em que o autor relata a violência física e psicológica sofrida aos quatro ou cinco anos de idade. Dos 90 educadores, 42 têm alguma lembrança, 44 não e 4 não responderam. Dos que citaram o tipo de violência sofrida quando criança, 14 sofreram violência física, 10 violência sexual, 10 violência psicológica, 1 violência presencial e 1 negligência.

Uma das características da violência contra criança é deixar marcas em suas vidas. As respostas dos educadores à questão referente às lembranças das violências sofridas quando crianças mostram que existem marcas que o tempo não conseguiu apagar. Lembranças que talvez ainda lhes tragam dor e tristeza, que refletem em suas atitudes e sentimentos no cotidiano de suas vidas, pessoal e profissional.

Abaixo, a resposta à pergunta com relação às modalidades de violência a que o educador já foi submetido, independentemente da idade.

Tabela 15: : Resposta dos educadores referentes às modalidades de violências que o educador já foi submetido independente da idade.

Modalidades de violências	Total	%
Violência física	28	21
Violência psicológica	25	19
Violência sexual	11	9
Violência presencial	15	11
Negligência e abandono	3	3
Violência na rede social	9	7
Não respondeu	39	30
Total	130	100

Fonte: Questionário aplicado aos educadores pela pesquisadora, 2018.

Observa-se, por meio desses dados, que 30% dos educadores não responderam à questão, o que pode indicar que não querem se posicionar a respeito. Outros assinalaram mais de um tipo de violência. Ressalta-se que as modalidades da violência física, com 21%, e psicológica, com 19%, obtiveram maior número de escolha. Contudo as indicações das

modalidades da violência presencial com 11% e a sexual com 9% também foram significativas. Lembrando que, na maioria dos casos de violência sexual, também podem estar presentes os demais tipos de violências.

Abordar as violências sofridas pelos educadores é desvelar a humanidade do educador e a barbárie nas relações que se perpetua no tempo e espaço. Assim como o aluno, o educador também necessita da escuta, de respeito e de amparo, principalmente nas situações em que se sente impotente e fragilizado, como no enfrentamento à violência sexual contra seus alunos.

Mesmo envolto nessa barbárie, na turbulência de sentimentos e pensamentos ao entrar em contato com o relato de alunos vitimizados, o educador sabe que, se o aluno confidenciou a violência sofrida, é porque, de certo modo, conseguiu estabelecer um vínculo, uma relação de confiança entre professor e aluno e que um pedido de socorro foi feito, clamando por medidas de proteção por parte da escola. Pelos relatos dos educadores, foi possível verificar a preocupação, o interesse, a abertura e a consciência da necessidade da formação para que possam atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos.

É inegável a riqueza de informações que o educador acumula durante anos no magistério, fruto de escutas, observações e intervenções junto aos alunos, na tentativa, na maioria das vezes, de minimizar os sofrimentos das tristes realidades vividas pelos alunos e pelos próprios educadores. E com relação às diversas modalidades de violências, incluindo a sexual, não seria diferente.

Vislumbrando ações afirmativas na escola, os educadores apresentaram sugestões, que foram expressas nas respostas a questão “O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes?”. Dos 90 educadores que participaram da pesquisa, 83 escreveram as mais diversas e significativas sugestões (Cf. Apêndices), o que permite pensar na efetivação de ações, projetos e programas de combate às violências que fazem parte do cotidiano dos alunos, educadores e famílias. São sugestões como a que segue, feita por um educador: *“Atuar de maneira consciente, utilizando formações para instrumentalizar os docentes para o enfrentamento de situações dessa natureza, bem como promovendo momentos de esclarecimento junto à comunidade escolar, família e alunos. Deve ainda realizar encaminhamentos e acompanhar os casos conhecidos. Acima de tudo, cabe à escola prevenir que tais situações se propaguem no ambiente escolar, demonstrando o quão prejudicial é a violência para a vida do indivíduo. Identificar possíveis casos de violência também é uma prática cabível à unidade escolar”*.

CONCLUSÃO

Na situação mundial vigente, em que ao menos não se vislumbram outras possibilidades mais abrangentes, é preciso contrapor-se à barbárie principalmente na escola.

(Adorno, 1995)

É na escola que boa parte dos alunos expressa seus conflitos, anseios e necessidades. Para essa escuta, precisa estar preparada para contrapor-se à barbárie existente nas relações sociais. Esse é um dos desafios enfrentados por ela, ao se deparar com as revelações de violência sexual contra seus alunos, uma violência estrutural que precisa ser combatida, com urgência, por todos, com ações em rede, na perspectiva intersetorial, multiprofissional e multidisciplinar para proporcionar apoio e proteção à criança e ao adolescente, em relação às suas necessidades e à garantia dos seus direitos.

Para Adorno (1995), enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem mínimas condições de resistir a isso. Mas também ressalta que não se deve esquecer que a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola. Para transformar, precisamos conhecer o que e como transformar. Como vimos neste estudo, a escola tem muitos obstáculos e desafios a enfrentar na desbarbarização da violência contra criança e adolescente, bem como nos *cacos* efetivados por essa mesma violência. No entanto, mesmo diante da dura e triste realidade, ela tem papel determinante no enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes.

Na possibilidade de atuar na desbarbarização da humanidade, perante a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno da violência, com enfoque na violência sexual, a escola não pode e nem deve agir sozinha. O relato realizado pelo aluno vitimado não pode ser resolvido somente pelo professor isoladamente, pela comunidade escolar ou pelo conselho tutelar. Tampouco a situação se resolve com o encaminhamento aos órgãos competentes, acreditando que tudo foi resolvido. Do instante da observação, revelação e escuta da criança até a finalização da situação da violência, há um longo caminho a percorrer, e ele pode e deve ser abreviado por meio de ações em rede, com diálogo e parcerias com diversos profissionais e órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente. Vislumbra-se, que com a promulgação da lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, as situações de violência sexual contra os alunos possam ser atendidas de maneira conjunta para os devidos encaminhamentos.

Certamente, as ações com enfoque multiprofissional não neutralizam a necessidade e a importância da formação dos educadores, alunos, famílias e de diversos profissionais envolvidos nessa temática, bem como a criação de um programa, em nível nacional, de “Educação sobre a Sexualidade”, a fim de ser efetivado nos diversos setores da sociedade.

A falta de formação e informação impossibilita aos educadores a identificação das situações de violência sexual contra seus alunos, conforme demonstrado no capítulo 3, confirmando a hipótese das dificuldades existentes no tratamento do problema. Não basta somente ser capaz de identificar a violência relatada pelos alunos; é preciso saber o que e como fazer para minimizar os desdobramentos dessa violência no ambiente escolar. Tais desdobramentos são nebulosos, uma vez que os sinais e consequências da violência sexual contra a criança e o adolescente podem ser confundidos com outros aspectos do cotidiano de suas vidas, como o impacto de separações de familiares ou outros tipos de violência.

Neste estudo, priorizou-se a identificação dos desdobramentos da violência sexual contra crianças no ambiente escolar. Por meio dos dados da pesquisa, foi possível observar que a hipótese de que os desdobramentos da violência sexual contra criança prejudicam seu desempenho escolar e suas relações sociais na escola foi parcialmente confirmada. Embora o rendimento escolar das duas alunas-átomo A2 e A3, consta como não satisfatório e da A1 como satisfatórios no boletim final do ano letivo, não se distinguem de outros alunos que também receberam os mesmos conceitos. Percebeu-se que cada aluna-átomo reagiu à violência sofrida de maneiras e comportamentos diferentes, assim como os demais alunos reagem às diversas situações no dia a dia. No entanto, referente às relações sociais, as alunas-átomo foram razoavelmente rejeitadas, demonstrando algumas dificuldades na interação e socialização com os alunos da turma. Esses dados demonstram indícios de que a violência sexual sofrida pelas alunas prejudicou, de alguma maneira, as relações sociais na escola.

Contudo, outras crianças com dificuldades na interação e socialização com os demais alunos da turma obtiveram índice maior de rejeição em comparação com as alunas-átomo; são alunos que apresentam indícios de abuso sexual, neste caso, meninos. Os indícios foram percebidos após breve conversa da pesquisadora com os educadores, sobre os sinais e consequências da violência sexual, após coleta de dados, atendendo à solicitação das três unidades educacionais onde ocorreu a pesquisa.

Essa situação demonstra alguns obstáculos por parte dos educadores em identificar a violência sexual contra seus alunos, uma vez que os sinais e consequências característicos da violência podem estar camuflados e não serem perceptíveis de imediato, a não ser que o

educador tenha formação específica ou que o próprio aluno relate a violência que está sendo submetido.

Apesar das especificidades de cada caso, relatar a violência sexual à qual está sendo submetido é um ato de coragem e/ou de desespero da criança e de confiança em quem ela acredita que de, alguma forma, vai ouvi-la e protegê-la. Mesmo não sabendo ao certo o que está acontecendo, com sentimentos e pensamentos nebulosos, a criança acredita em sua família, que a deve proteger e amparar, mas que, na realidade e na maioria dos casos, é a que promove a violência e se esforça para manter o pacto do silêncio e da omissão.

Os dados estatísticos apresentados nesta pesquisa sobre a violência sexual em crianças e adolescentes, com enfoque no abuso sexual, falam por si sós, colocando em evidência que a sociedade está em colapso. A desumanidade e a irracionalidade ainda imperam na sociedade contemporânea. Para combater tal desumanidade, foram criadas leis que visam à proteção integral à criança e ao adolescente, como resultado de atuações de diversas pessoas, grupos, movimentos, organizações não governamentais e dos governos que se empenharam e se empenham em desenvolver ações que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes, como sujeitos de direito. No entanto, mesmo com a promulgação de leis, na tentativa de proteger a criança, percebe-se o número alto de subnotificações com relação às situações que abrangem a violência sexual. A sociedade, especificamente a família, sabe que existem leis que protegem a criança e o adolescente, mas, por diversos motivos, preferem proteger o agressor, configurando o não cumprimento da lei.

Por outro lado, a criança e o adolescente, nesse emaranhado de estratégias e manipulações de familiares e conhecidos, percebem-se desamparados reagindo ou não à situação para sobreviver a tal barbárie. A criança não quer que seu pai, sua mãe, outro familiar ou outra pessoa conhecida, com quem ela tem algum vínculo afetivo, sejam presos, mas que parem com a violência. Ela não quer ver efetivadas as chantagens em troca do abuso sexual sofrido, como a possível prisão do violador quando do segredo revelado, caindo sobre si mais violências, dessa vez a psicológica e a presencial.

Talvez quando a criança for ouvida, respeitada e acreditada em seus relatos sobre a violência sofrida, não somente nas situações da escuta especializada e do depoimento especial, conforme preconiza a Lei 13.431/2017, mas também nas instituições como a escola, igreja e outras, ela vai começar a se sentir protegida e amparada com respeito e afetividade. Talvez, se for pensada outra forma de reclusão para os violadores, diferenciada, com possíveis tratamentos e com possibilidades de reparar os danos causados, sem causar mais traumas nas crianças e adolescentes, haverá mais denúncias. Além do que, os violadores aprisionados

atualmente um dia sairão da cadeia e possivelmente constituirão novos vínculos ou restabelecerão o contato com aqueles de quem foram afastados momentaneamente.

Ouvir atentamente as crianças que foram submetidas às várias modalidades de violência, incluindo a sexual, é abrir um canal de comunicação que vai além do relato da situação vivida; é também ampará-las em seus pensamentos a respeito das consequências da situação, bem como nos sentimentos que permeiam sua relação com os violadores.

Portanto, é preciso dar importância à voz da criança, também àquela que pouco a emite e que pode estar igualmente sofrendo diversos tipos de violência. Faz-se necessário perceber as crianças como sujeitos de direito e com suas vozes singulares, capazes de expressar seu modo de ser e viver, nas mais variadas dimensões culturais, rompendo, assim, sua invisibilidade histórica, levando-as a perceber que não estão sozinhas nas situações de violência e que também têm o poder de autoproteção, sendo capazes de dizer não à violência.

A escola tem um papel fundamental na escuta e no empoderamento de todas as crianças, bem como no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Enfrentamento que pode fazer constar, no calendário escolar, o dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Segundo Vasconcellos (2008), as crianças estão em contato, de forma direta ou não, com várias realidades e delas apreendem valores e estratégias de compreensão de mundo e de formação de sua própria identidade pessoal e social. Vivem e interagem intensamente com outras crianças, partilhando experiências, quase sempre em situações mediadas por adultos, mas fazem-no de forma singular, ressignificando a cultura que lhes é apresentada, apropriando-se dela, reproduzindo e reinventando o mundo.

De outra parte e de acordo com o Currículo da Cidade (SÃO PAULO, 2017), as crianças são atores sociais com identidades e atuações próprias, que passam por diferentes processos físicos, cognitivos e emocionais; vêm de contextos distintos, têm necessidades específicas e características individuais, como sexo, idade etnia, raça e classe social.

Isso considerado foi possível constatar, nesta tese, que, apesar das experiências vividas a partir da violência sexual, as crianças conseguem, mesmo precariamente, ressignificar a sua vida, no cotidiano, nas relações e interações, colando aos poucos os *cacos*, os fragmentos da vulnerabilidade humana, que a violência sexual produziu.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.
- _____. **La Personalidad Autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- _____. Los tabus sexuales y el derecho hoy. In: ADORNO, **Intervenciones: nueve modelos de crítica**. Caracas: Monte Avila Editores, 1969.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a Crise do Estado-nação e a Emergência da Regulação Supranacional. **Educação & Sociedade**, [online], vol. 22, n. 75. ISSN 1678-4626, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200003>.
- ALVES, D.J. **O teste Sociométrico**. Fundação Carlos Chagas, Porto Alegre: Globo, 1972.
- ANCHIETA, José. **Carta do irmão José de Anchieta a Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Editorial Digesto Econômico –março/abril 2014 [1554]
- ANGELL, Robert C; FREEDMAN. Utilização de documentos, arquivos, dados censitários e índices. In FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A Pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZAMBUJA, Maria Regina F. A interdisciplinaridade na violência social in **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 115, jul./set 2013, pp. 487-507.
- AZAMBUJA, Maria Regina F; FERREIRA, Maria Helena Mariante (Orgs). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de N. A. (Org.) . **Com Licença, Vamos à Luta**. Telecurso de Especialização na área da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes – Telacri. Ministério da Justiça/UNESCO, 1998.
- _____. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. **Infância e Violência Doméstica**. Guia prático para compreender o fenômeno. Telecurso de Especialização – Módulos 1 a 8 A/B. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). PSA/IPUSP, 2001.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BASTIN, Georges. **As técnicas Sociométricas**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1966.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República** - Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em abril de 2018.

_____. **Decreto nº 847 de 11 de outubro 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**, Coleção de Leis do Brasil - 1890, página 2664 vol. fasc. X (Publicação Original). 1890.

_____. **Lei nº 2.992 de 25 de setembro de 1915**. Modifica os artigos 266,277 e 278 do Código Penal, 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>. Acesso em abril de 2018.

_____. **Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940**. Código Penal. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-normaatuizada-pe.pdf>. Acesso em junho de 2018.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em abril de 2018.

_____. **Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18242.htm. Acesso em junho de 2018.

_____. **Lei nº 9970 de 17 de maio de 2000**. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Presidência da República - Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19970.htm. Acesso em abril de 2018.

_____. **Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em maio de 2018.

_____. **Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União*. Publicado em:05/04/2017. Edição: 66. Seção:1. Página:1. Órgão: Atos do Poder Legislativo.2017

_____. **Portaria nº 1.968 de 25 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a notificação, às autoridades-competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de-maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Unido de Saúde.

Ministério da Saúde – Gabinete do Ministro. 2001. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt1968_25_10_2001_rep.html. Acesso em abril de 2018.

_____. **Portaria nº 1.271 de 06 de junho de 2014**. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Ministério da Saúde – Gabinete do Ministro. 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html. Acesso em abril de 2018.

BRUSCHINI, Cristina. 1993. Teoria crítica da família. In AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica- fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

CANNELL, Charles F. & KAHN, Robert L. Coleta de dados por entrevista. In FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A Pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.

COHEN, Claudio. O incesto. In AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica- fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2015.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; AMORIM, Sandra Maria Francisco de. Proteção Dos Direitos Humanos e o Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**. 2013, pp. 1-24 Disponível em <http://www.levead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf> Acesso em: abril de 2018.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. 1969. Acesso em abril de 2017.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. UNICEF. 1989. Entrou em vigor em 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em abril de 2017.

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez, 2009.

CROCHIK, José Leon. **Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios**. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, 2011.

CROCHIK, José Leon & FERNANDES, Aline Mossmann (Orgs). **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no**

Território Brasileiro – PAIR: Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica. Campo Grande: Editora UFMS, 2011.

DECLARAÇÃO DE GENEBRA. Primeira versão da Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1924. Sancionada pela Sociedade das Nações, predecessora da atual ONU, em 1924. Disponível em: http://www.scj.pe.gov.br/scjpe/sites/all/themes/ze_tropy/pdf/producao_scj/construindo_aerados_direitos_humanos_por_joaocandido.pdf. Acesso em janeiro 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Organização das Nações Unidas. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. 1959. Assembleia das Nações Unidas, 1959. UNICEF. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em janeiro de 2018.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula (orgs.) *et al.* **Circuito e Curtos Circuitos no Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes no Distrito Federal**, Distrito Federal DF: Veras Editora, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Fatores sociais e psicológicos que determinam a violência sexual. In CROCHIK, José Leon; FERNANDES, Aline Mossmann org. **Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

_____. Painel com as políticas públicas do município de São Paulo. In : CROCHIK, José Leon; FERNANDES, Aline Mossmann (org.). **Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: enfrentamento e crítica**. Campo Grande, MS, : Ed. UFMS, 2011.

_____. Indicadores De Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual Comercial De Crianças E Adolescentes CNRVV – INSTITUTO SEDES SAPIENTIA, In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**. 2013. Disponível em <http://www.lovead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1990.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança-Uma abordagem multidisciplinar: manejo, terapia e intervenção legal integrados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FUZIWARA, A.S ; FÁVERO, E.T. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In AZAMBUJA, M.R.F; FERREIRA, M.H.M. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FRENCH, John R. P. Jr. 1974. “Experimentos de campo”. In FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A Pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Totem e tabu**: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.
- GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.
- HORKHEIMER, Max. Autoridade e família. HORKHEIMER, Max. In: Teoria Crítica I. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- _____. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO Theodor W. **Temas Básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- KATZ, Daniel. Estudos de campo. In FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A Pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- KUHLMANN, Moysés Jr; FERNANDES, Rogério. 2007. Sobre a história da infância. In FILHO, Luciano Mendes de Faria. **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. São Paulo. Autêntica, 2007.
- LANDINI, Tatiana Savoia. **O Professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIKERT, Rensis & LIPPITT, Ronald. A utilização da ciência social. In FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel. **A Pesquisa na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1999.
- _____. Estudo sobre a Autoridade e a Família. MARCUSE, Herbert .In **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **A ideologia da sociedade industrial**: O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. **Abuso sexual na infância e adolescência**: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. Texto Contexto - Enferm, Florianópolis, Abril- Jun 2010, vol.19, no.2, 2013,

pp.246-255.Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf> . Acesso em junho 2017.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5118 de 27 de dezembro de 2017**. Estabelece o mês Maio Laranja, de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e dos adolescentes em Mato Grosso do Sul.2017. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/cinco-leis-foram-sancionadas-pelo-governador-reinaldo-azambuja-nesta-quarta-feira>. Acesso em 2018.

MORENO, J. L. **Fondements de la sociométrie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1954.

PAIVA, Leila, Violência Sexual-Conceitos. In: **Programa de formação do PAIR-Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Teoria e Prática para o Enfrentamento**,2013pp. 1-24.Disponível em <http://www.escola.levead.com.br/public/arquivos/Texto%201%20m3.pdf>. Acesso em: junho de 2018.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência Sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

QUAGLIA, M.C; MARQUES M.F; PEDEBOS,G.L. O Assistente Social e o atendimento a famílias em situação de violência sexual infantil. In AZAMBUJA, M.R.F; FERREIRA, M.H.M. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo; LEMOS, Flávia Cristina; LIRIO, Flávio Corsini. **Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola**. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFpel/Pelotas [38]:259-287, janeiro/abril 2011.

RODRIGUES, Herbert. **A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil**. Tese Doutorado em 2014 . USP. São Paulo, 2014.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos Santos e IPPOLITO, Rita. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: EDUR, 2011.

SÃO PAULO (Município). **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental**. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Coordenadora Pedagógica, COPED. 2017.

_____. **Decreto nº 48.421 de 6 de junho de 2007**. Regulamenta a Lei nº 13.671, de 26 de novembro de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo. 2007.Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-48421-de-6-de-junho-de-2007>. Acesso em junho 2018.

- _____. **Decreto nº 55.463 de 29 de agosto de 2014.** Confere nova regulamentação à Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente. 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55463-de-29-de-agosto-de-2014>. Acesso em junho 2018.
- _____. **Decreto nº 58.414 de 13 de setembro de 2018.** Organiza a Secretaria Municipal de Justiça, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58414-de-13-de-setembro-de-2018/consolidado>. Acesso em fevereiro de 2019.
- _____. **Lei nº 11.123 de 22 de novembro de 1991.** Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. 1991. Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11123-de-22-de-novembro-de-1991/detalhe>. Acesso em abril de 2017.
- _____. **Lei nº 13.671 de 26 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13671-de-26-de-novembro-de-2003/detalhe>. Acesso em abril de 2017.
- _____. **Lei nº 14.247 de 8 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Controle à Violência contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14247-de-8-de-dezembro-de-2006>. Acesso maio de 2018.
- _____. **Lei nº 48.358 de 8 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006 que dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes; institui a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2007/4835/48358/decreto-n-48358-2007-regulamenta-a-lei-n-14247-de-8-de-dezembro-de-2006-que-dispoe-sobre-o-programa-municipal-de-conscientizacao-e-combate-a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-institui-a-comissao-municipal-de-enfrentamento-a-violencia-abuso-e-exploracao-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em maio de 2018.
- _____. **Lei nº 15.764 de 27 de maio de 2013.** Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais que especifica. 2013. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/legislacao/index.php?p=170844>. Acesso em: setembro de 2018.
- _____. **Lei nº 16.974 de 23 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a organização da Administração Pública Municipal Direta, a criação, alteração de denominação e extinção dos órgãos que especifica, bem como a criação e alteração de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança. 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16974-de-23-de-agosto-de-2018/detalhe>. Acesso em: fevereiro de 2019.

- _____. **Portaria nº 1.328 de 28 de agosto de 2007** da *Secretaria Municipal de Saúde* – dispõe sobre a implantação do “Sistema de Informação para a Vigilância de Violências e Acidentes – SIVVA” no Município de São Paulo. 2007. Disponível em: http://www.cremesp.org.br/library/módulos/legislação/versão_impressao.php?id=7475. Acesso em maio de 2018.
- _____. **Portaria nº 5552 de 04 de setembro de 2012**. Estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos, na forma que especifica. 2012. Disponível em: <https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/79-portarias/5997-portaria-n-5-552-12-de-04-09-2012-estabelece-procedimentos-para-as-unidades-educacionais-nas-comunicacoes-dos-casos-de-violencia-abuso-e-maus-tratos-aos-alunos-na-forma-que-especifica.html>. Acesso em junho de 2019.
- _____. **Portaria nº 1.224 de 10 de fevereiro de 2014**. Institui o Sistema de Gestão Pedagógica – SGP no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e dá outras providências. 2014. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-1224-de-10-de-fevereiro-de-2014>. Acesso em junho de 2019.
- _____. **Decreto nº 57.992 de 23 de novembro de 2017**. Instituiu a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; estabelece regras específicas para a constituição de nova Comissão. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em junho de 2019.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In SARMENTO, Manuel Jacinto; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Infância (in)visível**. Araraquara. Junqueira&Marin Editores, 2008.
- SASS, Odair. **Educação e Psicologia Social: uma perspectiva crítica**. Perspectiva, São Paulo, 14 (2), 2000.
- SAYÃO, Yara. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC: Childhood Instituto WFC Brasil, 2006.
- SILVA, Ilma Pereira dos Santos. “**Cada um pega de um lado**”: Rede de enfrentamento à violência e exploração sexual infanto-juvenil da Capela do Socorro e Parelheiros. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Uninove, São Paulo, 2014.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.
- WILLIAMS, S., e Bendelow, G. Malignant bodies: Children`s beliefs about health, cancer and risk. In NETTLETON, S.; WATSON, J (orgs). **The body in everyday life** London: Routledge, 1998, pp.103 -123.

**APÊNDICE A – CAMPANHAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.**

RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NA INTERNET, NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019

ESTADO	TÍTULO DA CAMPANHA E SITE	ANO
ACRE	<p>Campanha de conscientização contra abusos sexuais de crianças e adolescentes, intitulada “Proteção”.</p> <p>https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/em-um-ano-acre-registrou-60-denuncias-de-abuso-e-14-de-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-pelo-disque-100.ghtml</p>	2018
ALAGOAS	<p>Campanha de combate à exploração e abuso sexual – “Pare, eu não sou seu brinquedo”.</p> <p>https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/05/11/campanha-alerta-contr-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-em-alagoas.ghtml</p>	2019
AMAPÁ	<p>Campanha de combate à violência sexual contra criança e adolescente – “Salve uma infância”.</p> <p>https://www.tjap.jus.br/portal/publicacoes/noticias/8960-justi%C3%A7a-do-amap%C3%A1-apoia-campanha-de-combate-%C3%A0-viol%C3%Aancia-sexual-contr-crian%C3%A7a-e-adolescente.html</p>	2019
AMAZONAS	<p>Campanha Estadual de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes – “Tod@s no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Dique 100”.</p> <p>https://amazonasnoticias.com.br/todos-os-municipios-amazonas-participam-da-campanha-contr-o-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/</p>	2017
BAHIA	<p>Campanha “Prevenção ao abuso sexual infantil”</p> <p>http://www.justicasocial.ba.gov.br/2019/05/2773/Seminario-de-prevencao-a-violencia-sexual-contr-criancas-e-adolescentes-tera-participacao-da-SJDHDS.html</p>	2019
CEARÁ	<p>Campanha “Abuso sexual não é brincadeira”</p> <p>https://www.ceara.gov.br/2019/05/20/policia-civil-lanca-campanha-abuso-sexual-nao-e-brincadeira-em-seminario-estadual/</p>	2019
ESPÍRITO SANTO	<p>Campanha contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes “Ignorar é permitir, Educar é combater”.</p>	2019

	http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2019/05/comeca-campanha-contrabusoe-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-25998	
GOIÁS	Campanha 18 de Maio – dia Nacional de Combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes – “Esquecer é permitir, Lembrar é combater”. http://www.visa.goias.gov.br/post/ver/232686/violencia-contracrianca-e-adolescente-e-debatida-em-goias	2019
MARANHÃO	Campanha de enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes “Pedalada Cidadã” http://sedes.ma.gov.br/2018/05/18/governo-realiza-campanha-de-enfrentamento-ao-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes-no-maranhao/	2018
MATO GROSSO	Campanha Estadual de Combate ao abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes – “Esquecer é Permitir, Lembrar é Combater”. http://www.mt.gov.br/rss/asset_publisher/Hf4xlehM0Iwr/content/id/9734251	2018
MATO GROSSO DO SUL	Campanha “Maio Laranja – Contra o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” https://al.ms.gov.br/Noticias/92300/deputado-reforca-lancamento-de-campanha-contrabusoe-sexual-de-criancas	2019
MINAS GERAIS	Campanha de Betim para o Enfretamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – “Bicho papão existe”. https://www.direitosdacrianca.gov.br/conselhos/agenda/mobilizacao-18-de-maio-agenda-nos-estados	2019
PARÁ	Campanha Maio Laranja, de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. https://g1.globo.com/pa/para/noticia/estado-lanca-maio-laranja-para-combater-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes.ghtml	2018
PARAÍBA	Campanha sobre crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes – “João Pessoa nos Trilhos” https://correiodaparaiba.com.br/abuso/pb-e-o-12o-no-brasil-com-mais-crimes-sexuais-contracriancas-veja-como-denunciar/	2017
PARANÁ	Campanha “Pode ser Abuso” – 18 de maio – Dia Nacional de	2019

	<p>Combate ao abuso e a exploração de crianças e adolescentes.</p> <p>http://www.podeseerabuso.org.br/campanha/ https://crppr.org.br/facabonito/</p>	
PERNAMBUCO	<p>Campanha contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes “A infância pede amor e proteção”</p> <p>http://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/10985-campanha-marca-dia-contra-o-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes</p>	2019
PIAUI	<p>18 de Maio, o Dia “D” da Campanha Nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes do município da Caridade do Piauí.</p> <p>http://caridade.pi.gov.br/caridade/portalnoticias/noticia/caridade-do-piaui-promove-a-campanha-do-18-de-maio-dia-nacional-de-combate-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes</p>	2017
RIO DE JANEIRO	<p>Campanha “Contando um conto – cuidando de nossas crianças e adolescentes”.</p> <p>http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/campanha-no-rio-usa-personagens-infantis-para-alertar-contra</p>	2017
RIO GRANDE DO NORTE	<p>Campanha contra abuso infantil “Todos contra o abuso infantil”</p> <p>http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/assembleia-legislativa-lana-a-alerta-contra-abuso-infantil/413390</p>	2018
RIO GRANDE DO SUL	<p>Campanha “Por um carnaval sem violência sexual contra crianças e adolescentes”</p> <p>http://cedica.rs.gov.br/conteudo/732/?CAMPANHA_POR_UM_CARNAVAL_SEM_VIOLENCIA</p>	2019
RONDÔNIA	<p>Campanha durante o carnaval “Não é fantasia. É crime contra infância”</p> <p>http://www.rondonia.ro.gov.br/violencia-contra-a-crianca-adolescente-e-mulher-deve-ser-combatida-pela-populacao-durante-o-carnaval-em-rondonia/</p>	2019
RORAIMA	<p>Campanha/ mobilização alusiva ao Dia Nacional de Enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes (18 de maio), denominada “Podemos Conversar?”</p> <p>https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/05/abuso-e-exploracao-sexual-servico-especializado-da-prefeitura-recebeu-mais-de-170-casos-em-boa-vista-desde-2018</p>	2019
SANTA CATARINA	<p>Campanha “Violência Infantil – Sua denúncia é a melhor maneira de ajudar uma criança a escapar disso”.</p> <p>https://www.mpsc.mp.br/noticias/abuso-e-exploracao-sexual-</p>	2019

	de-criancas-e-adolescentes-precisamos-falar-sobre-isso	
SÃO PAULO	<p>“Faça Bonito – Proteja nossas crianças e adolescentes”</p> <p>http://www.cultura.sp.gov.br/projeto-guri-promove-acoes-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/</p>	2019
SERGIPE	<p>Campanha “Dia Nacional de Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, 18 de maio”.</p> <p>https://www.saude.se.gov.br/?p=10955</p>	2017
TOCANTINS	<p>Campanha “Solte a Voz. Denuncie práticas de trabalho infantil. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.”</p> <p>https://portal.to.gov.br/noticia/2019/5/17/cidadania-e-justica-promove-blitz-educativa-em-combate-a-exploracao-e-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes/</p>	2019
DISTRITO FEDERAL-BRASÍLIA	<p>Campanha “Combate à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”.</p> <p>https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/campanhas-e-publicacoes/campanhas-menu?start=3</p>	2018

APÊNDICE B – MATERIAIS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TIPO	TÍTULO	PUBLICADO	LOCAL	ANO	SITE
Anuário	Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2019	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	São Paulo	2019	http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf
Boletim	Boletim do Instituto de Saúde – Enfrentamento da violência pela saúde. Volume 14 – nº 3	Instituto de Saúde Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	São Paulo	2013	http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/bis/pdfs/bisv13_miolo.pdf
Caderno	Caderno de Violência Doméstica e Sexual contra crianças e adolescentes.	Secretaria Municipal de Saúde. CODEPPS (Coordenação de desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde)	São Paulo	2007	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/crianca/Adolescente.pdf
Caderno	Caderno de Trabalho e Debates Primeira Infância – Avanços do Marco Legal da Primeira Infância	Frente Parlamentar Mista da 1ª Infância. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Senado Federal- Câmara dos Deputados	Brasília/ Distrito Federal	2016	https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosetudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia
Caderno	Caderno Legislativo da Criança e do Adolescente. Os direitos de crianças e adolescentes no Brasil	Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente	São Paulo	2019	https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-05/caderno-legislativo-2019-internet.pdf
Caderno	18 de maio – Caderno Temático: direitos sexuais são direitos humanos	Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.	Brasília – DF	2008	http://ftp.medicina.ufmg.br/paraelas/Downloads/DIREITO_SEXUAL_CRIANCA_ADOLESCENTES.pdf
Cartaz	Disque 100 - O seu silêncio pode matar! Violência sexual contra crianças e adolescentes é crime, denuncie! Não se cale!	Poder Judiciário-Tribunal de Justiça de Santa Catarina. CEIJ - Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude	Florianópolis/ Santa Catarina	2017	http://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/-/ceij-lanca-cartaz-para-prevencao-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes
Cartaz	Proteja nossas crianças- Enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes	Secretaria de Desenvolvimento Social. Governo do Estado de São Paulo	São Paulo	Sem data	http://www.desenvolvimento-social.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2090.pdf

Cartilha	Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes- Denuncie – Ajude-nos a mudar esta página.	Ministério Público do Estado do Mato Grosso	Mato Grosso	Sem data	https://mpmt.mp.br/transparencia/source/campanhas/13.pdf
Cartilha	Abuso Sexual – Saiba o que é e aprenda a se proteger.	Ministério Público do Estado de Goiás	Goiás	2012	http://www.mpggo.mp.br/porta/arquivos/2015/05/07/12_30_04_637_Cartilha_Abuso_Sexual_Saiba_o_que_%C3%A9_e_aprenda_a_se_proteger.pdf
Cartilha	Aprendendo a prevenir – Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.	Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude	Brasília-DF	2006	http://www.mpdft.mp.br/porta/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf
Cartilha	Todos contra a pedofilia – Algumas informações para os pais ou responsáveis.	Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	2013	http://todoscontraapedofilia.ning.com/
Cartilha	Aqui ninguém toca	Comitê Econômico e Social Europeu	Santos -São Paulo	2016	http://www.jornaldaorla.com.br/arquivos/editor/files/cartilha(1).pdf
Cartilha	Passo a passo para o atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes em Belém do Pará	Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Segurança Pública.	Belém - Pará	2019	http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=824092
Cartilha	Os super adultos de confiança	Poder Judiciário-Tribunal de Justiça de Santa Catarina. CEIJ - Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude	Florianópolis/Santa Catarina	2017	https://www.tjsc.jus.br/documents/52800/59623/Cartilha+Os+Super+Adultos+de+Confian%C3%A7a/f13debed-d84c-49b0-8fb2-f20034573a87
Cartilha	Chega de silêncio: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. CREAS – Ariquemes.	Rondônia	2018	https://ariquemes.ro.gov.br/portal/public/system/Attachment/attachments/000/000/256/original/CARTILHA%20-%20ENFRENTAMENTO.pdf
Cartilha	SEM PROTEÇÃO: É assim que uma criança ou adolescente se sente quando sofre algum tipo de violência	Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso. Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Mato Grosso	Sem data	http://www.pjc.mt.gov.br/arquivos/File/imprensa/Cartilha%20Exploracao%20Sexual%2014,5x20,5cm%20-%202017.pdf
Cartilha	Diga Não à violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município	Universidade Estadual de Feira de Santana	Feira de Santana Bahia	2012	https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/diganaoaviolencia_1038.pdf

Cartilha	Segurança contra a pedofilia: orientações à polícia	Polícia Militar do Paraná. Governo do Estado do Paraná	Paraná	Sem data	http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/CARTILHA_DE_SEGURANCA_SOBRE_PEDOFILIA_ORIENTACOES_AOS_PMPR.pdf
Cartilha	Quanto custa a violência sexual contra meninas?	Plan International	São Paulo	Sem data	https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/03/cartilha_digital_v1.pdf
Cartilha	Campanha de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa	Programa Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	Brasília - DF	Sem data	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf
Cartilha	Enfrentamento à violência sexual. Dever de todos. Orientações à polícia militar, civil e guarda municipal.	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sem data	http://www.mppgo.mp.br/portal/arquivos/2014/05/15/14_46_30_441_Cartilha_Enfrentamento_viol%C3%Aancia_sexual.pdf
Cartilha	PIAR em ninho virtual. Ação no presente, reação no futuro. Realização da juventude em megaeventos.	Jovens do Projeto PIAR. Centro de Referência às vítimas de violência. Instituto Sedes Sapientiae.	São Paulo	Sem data	http://www.sedes.org.br/Centros/cartilha_PiAR.pdf
Cartilha	Cartilha do projeto de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.	Ministério do Turismo	Brasília	2010	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mtur/cartilha_prevencao_exploracao_turismo.pdf
Cartilha	Direitos sexuais são direitos humanos. Cartilha para adolescentes e jovens.	Programa Proteger é Preciso. Oficina de imagens.	Belo Horizonte-Minas Gerais	2014	http://oficinadeimagens.org.br/concursoderedacao/wp-content/uploads/2014/06/cartilha_PROTEGER.pdf
Cartilha	Um presente especial	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.	Distrito Federal	Sem data	https://www.tjdft.jus.br/publi/cacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/cartilha_um_presente_especial.pdf
Cartilha	Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Distrito Federal	2015	http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf
Cartilha	Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões e abordagem	Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Goiás. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.	Goiás	2016	https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha_Violencia_Sexual_contra_Crianças_e_Adolescentes_MPGO_TJGO.pdf
Cartilha	Cartilha Violência sexual contra meninos e meninas. Abuso sexual intrafamiliar e a exploração sexual	Comissão Parlamentar de Inquérito Mista que investiga as redes de exploração sexual contra crianças e	Brasília	2004	https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/183371

	comercial	adolescentes.			
Cartilha	Não se esconda. Denuncie. Disque 100. Campanha de prevenção e enfrentamento a todo tipo de violência, ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes.	Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso. Coordenadoria da Infância e Juventude de Mato Grosso.	Mato Grosso	2018	https://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/downloads/Coord.Comunicacao/TrocandoIdeias/file/2018/07%20-%20Julho/cartilha-campanha-contra-abuso-sexual-2018-completa.pdf
Cartilha	Não destrua o caminho de uma criança. Proteja a vida. O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime.	CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente “Glória de Ivone)	Tocantins	2007	http://www.cedecato.org.br/site/images/ar_campanhas/cartilha-de-combate-a-violencia-e-exploracao-sexual.pdf
Cartilha	Cartilha de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Setor Turístico	CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia	Salvador - Bahia	2013	http://telessaude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Cartilha-de-Enfretamento-%C3%A0-Explora%C3%A7%C3%A3o-Sexual-de-Crian%C3%A7as-e-Adolescentes-no-setor-Tur%C3%ADstico.pdf
Cartilha	Cartilha de Orientações da Enfermagem Forense. Violência: identifique, notifique, denuncie.	Associação Brasileira de Enfermagem Forense - ABEFORENSE	Aracaju - Sergipe	2017	http://www.abeforense.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cartilha-de-Orienta%C3%A7%C3%B5es-da-Enfermagem-Forense-ABEFORENSE.pdf
Cartilha	O turismo na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Cuidar e proteger as crianças e adolescentes é dever de todos nós! Você é fundamental nesta luta!	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná. Governo do Estado do Paraná. Paraná Turismo.	Paraná	2014	http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaDireitosdaCriancaedoAdolescente.pdf
Cartilha	Combate a Violência Sexual de Criança e Adolescente	Eletrobras – Distribuição Amazonas. Assessoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental	Amazonas	Sem data	http://www.eletobrasamazonas.com/cms/wp-content/uploads/2016/05/CARTILHA-ENF-A-VIOL%C3%8ANCIA-INFANTIL.pdf
Cartilha	Prevenir, Proteger e Cuidar de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e negligência.	Senado Federal	Brasília	2014	https://marcelocrivella.com.br/cartilha-prevenir-protger-e-cuidar.pdf

Cartilha	Cartilha Segurança na Escola: manual para gestores	Prefeitura Municipal de Campos de Goytacazes	Rio de Janeiro	Sem data	https://www.campos.rj.gov.br/arquivos/CARTILHASEGURANCAESCOLAR.pdf
Cartilha	Cartilha de Orientação para a Erradicação do Fenômeno da Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas	Campinas - São Paulo	2005	http://www.mpggo.mp.br/port al/arquivos/2015/05/25/09_03_05_63_Cartilha_viol%C3%A Ancia_dom%C3%A9stica.pdf
Cartilha	Cartilha Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes para o cirurgião-dentista	Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Laboratório de Antropologia e Odontologia Forense.	São Paulo	2015	http://www.cfo.org.br/web site/wp-content/uploads/2015/11/Cartilha-viol%C3%A Ancia-final-Rodolfo-Melani.pdf
Cartilha	Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Marcas para a vida toda.	Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul.	Mato Grosso do Sul	2015	http://www.mpf.mp.br/ms/sa la-de-imprensa/docs/2018/cartilha-virtual-abuso-sexual
Cartilha	Cartilha Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes /Comissão de Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Campinas /São Paulo	2016	https://cmdca.campinas.sp.gov.br/sites/cmdca.campinas.sp.gov.br/files/u5/cmdca_cartilha_enfrentamento_violencia_2017.pdf
Cartilha	Abuso e assédio sexual são crimes. Denuncie!	Instituto Federal Amazonas	Amazonas	2018	http://www2.ifam.edu.br/noticias/conheca-a-cartilha-que-trata-sobre-abuso-e-assedio-sexual
Cartilha	A construção da rede de atendimento às pessoas em situação de violência	Superintendência Municipal de Vigilância em Saúde. Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria	Santa Maria - Rio Grande do Sul	Sem data	http://ftp.medicina.ufmg.br/p araelas/Downloads/Construca odaRededeAtencao.pdf
Cartilha	Navegar com segurança – protegendo seus filhos da pedofilia e da pornografia infanto-juvenil na internet	CENPEC CHILDHOOD – instituto WCF Brasil	São Paulo	2006	http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cgvs/usu doc/ev_vio ta_2006_navegar_com_seguranca.pdf
Cartilha	Risco e Violência	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná CONSIJ –PR CIJ -PR CONSIJ –PR CIJ -PR	Curitiba - Paraná	2012	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tj_pr/consij_pr_risco_e_violencia_2012.pdf
Cartilha	Mapa da violência contra a mulher - 2018	Comissão de Defesa dos direitos da Mulher-Câmara dos Deputados	Brasília - DF	2019	http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Mapa-da-Violencia_pagina-cmulher.pdf

Cartilha	Maus-tratos infantis: o papel dos cirurgiões-dentistas na proteção das crianças e adolescentes	Universidade Positivo	Curitiba - Paraná	2015	http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Cartilha_MausTratos_Dentistas_Final-Flares-Baratto.pdf
Cartilha	Cartilha da Rede Abraça-me	Ministério Público do Estado do Amapá Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação	Macapá - Amapá	2014	http://www.mpap.mp.br/images/Rede_Abra%C3%A7a-me.pdf
Cartilha	Viver sem violência: um direito meu, seu e de todas as crianças e adolescentes	CRAMI (Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância do ABCD	Santo André/São Paulo	2008	http://ficardebem.org.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha-viver-sem-violencia-2-edio.pdf
Cartilha	Como identificar, prevenir e combater a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	UNICEF Secretaria da Ação Social do Governo do Estado do Ceará	Fortaleza/Ceará	2010	http://www.iepro.org.br/wp-content/uploads/2017/08/violencia_sexual_12_07_2010.pdf
Cartilha	Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes – Diga Não! Projeto Sexualidade em ação.	Fundação Gol de Letra	Rio de Janeiro	Sem data	https://goldeletra.org.br/_pdf/violencia-domestica.pdf
Cartilha	Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal	Distrito Federal/Brasília	Sem data	https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/colecao-conhecendo-a-1a-vij-odf/violenciaSexual.pdf
Cartilha	Não destrua o caminho de uma criança - Proteja a vida - O Abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime.	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone- CEDECA-Tocantins	Tocantins	Sem data	http://www.cedecato.org.br/site/images/ar_campanhas/cartilha-de-combate-a-violencia-e-exploracao-sexual.pdf
Cartilha	Prevenir, Identificar e Combater: violência sexual contra crianças e adolescentes.	CAODU (Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude). Ministério Público do Estado do Piauí	Piauí	2017	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf
Cartilha	Denuncie o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes – Criança não é brinquedo!	Centro de Apoio Operacional Infância e Juventude. Ministério Público do Estado de Goiás	Goiás	Sem data	http://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMDMvMTdfMTNfNTdfMzk1X0NhcnRpbGhhX2NyaWFuXHUwMGU3YV9uYW9fXHUwMGU5X2JyaW5xdWVkbY5wZGYiXV0/Cartilha%20crian%C3%A7a%20nao%20%C3%A9%20brinquedo.pdf

Cartilha	Abuso sexual: Denuncie! Oriente!	82ª Subseção da OAB de Matão	Matão/ São Paulo	2016/2 018	http://www.oabsp.org.br/cartilha-abuso-sexual.pdf
Cartilha	Todos contra a pedofilia	Comissão Parlamentar de inquérito da pedofilia da Câmara Legislativa do Distrito Federal	Brasília - DF	2018	http://www.cl.df.gov.br/documentos/10162/17733395/CARTILHA+PEDOFILIA+20112018.pdf
Cartilha	Abuso sexual – Que violência é essa?	Supervisão/Coordenação técnica do projeto Claudio Cohen. CEARAS- CRAMI ABCD	Santo André -São Paulo	2000	http://www.usp.br/cearas/cartilha/cartilha.pdf
Cartilha	Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Mitos e Verdades	Poder Judiciário- Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. CIJRS – Coordenaria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Sem data	http://www.tjrs.jus.br/abuso_crianças_adolescentes/doc/cartilha_abuso_sexual.pdf
Cartilha	Fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	CEVISS – Comissão Municipal de enfrentamento à violência sexual infanto juvenil de Santos	Santos -São Paulo	2013	https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/CEVISS/cartilha_ceviss_2016.pdf
Cartilha	Pai, Mãe ou Você que faz a função de Pai ou Mãe de Crianças e Adolescentes E, Educadores – A Infância pede Socorro!	Projeto Ação Educativa Contra a Exploração e o Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes em União da Vitória/PR	União da Vitória - Paraná	Sem data	http://www.conselhodacrianc.a.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Cartilha-abuso.pdf
Cartilha	Segurança Contra a pedofilia: orientações aos pais	Polícia Militar do Paraná. Governo do Estado do Paraná	Paraná	Sem data	http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/CARTILHA_DE_SEGURANCA_SOBRE_PEDOFILIA_ORIENTACOES_AOS_PAIS.pdf
Cartilha	Segurança contra a pedofilia: orientações às crianças	Polícia Militar do Paraná. Governo do Estado do Paraná	Paraná	Sem data	http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/CARTILHA_DE_SEGURANCA_SOBRE_PEDOFILIA_ORIENTACOES_AS_CRIANCAS.pdf
Cartilha	Violência Sexual: prevenir e enfrentar	Visão Mundial.org. It takes a word – para acabar com a violência sexual contra a criança	São Paulo	Sem data	http://www.redemaosdadas.org/wp-content/uploads/2014/05/Cartilha_violencia_sexual_Prevenir-e-Enfrentar-1.pdf
Cartilha	Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Eletrobras Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Distrito Federal - Brasília	Sem data	http://www.equatorialalagoas.com.br/wp-content/uploads/arquivos/Cartilha-Prevencao.pdf

Cartilha	Viver sem violência – Um direito meu, seu e de todas as crianças e adolescentes!	CRAMI - Centro Regional de Atenção aos maus tratos na infância do ABCD	Santo André -São Paulo	2008	http://ficardebem.org.br/wp-content/uploads/2018/06/cartilha-viver-sem-violencia-2-edio.pdf
Cartilha	Navegar com segurança por uma infância conectada e livre da violência sexual	CENPEC: Childhood Instituto. WCF Brasil.	São Paulo	2012	https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar com Seguranca.pdf
Cartilha	Que exploração é essa?	Childhood e Canal Futura	São Paulo	2010	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/cartilha kit que exploracao e essa.pdf
Cartilha	MAPEAR 2017/2018. Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras	Polícia Rodoviária Federal. Childhood do Brasil	Brasília - DF	2018	https://www.prf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf
Cartografia	Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil.	Benedito Rodrigues dos Santos. CHILDHOOD Brasil Editora Universidade Católica de Brasília	Brasília	2013	https://www.childhood.org.br/publicacao/cartografia_nacional.pdf
Coleção Educação para todos	Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes (vários autores)	Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	Brasília	2007	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
Conferência	XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – XI CNDCA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA	Brasília/ Distrito Federal	2018	https://www.direitosdacrianc.gov.br/
Documento	Serviço de Proteção Social a Criança e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para atuação do psicólogo.	Conselho Federal de Psicologia	Brasília	2009	http://www.crpsp.org.br/inte rjustica/pdfs/CREPOP-atencao-violencia.pdf

Documento	Documento Norteador para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência no Município de São Paulo.	Secretaria Municipal de Saúde. Coordenação da Atenção Básica. Área Técnica de Cultura de Paz, Saúde e Cidadania.	São Paulo	2012	file:///C:/Users/Edna/Documents/PUC%20DIVERSOS/7105-Cultura-da-Paz-prova.pdf
Documento	Ações de Proteção a Crianças e Adolescentes contra violências: levantamentos nas áreas de saúde, assistência social, turismo e direitos humanos.	Ministério dos Direitos Humanos	Brasília	2018	https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/acoes-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-contra-violencias-levantamentos-nas-areas-de-saude-assistencia-social-turismo-e-direitos-humanos.pdf
Documento	INSPIRE. Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças.	OPAS (Organização Pan-americana de Saúde)	Washington /EUA	2017	http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/33852/9789275719411-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Documento	Centros de Atendimento Integrado a crianças e adolescentes vítimas de violências - Boas Práticas e Recomendações para uma Política Pública de Estado.	Childhood Brasil	São Paulo	2017	https://www.childhood.org.br/publicacao/Livro_Crianc%CC%A7a_Adolescente.pdf
Documento	Orientações para atenção integral à saúde de adolescentes, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual – Atenção Básica.	Ipas Brasil	Rio de Janeiro	2010	http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_atencao_integral_adolescentes_vitmas_violencia_sexual.pdf
Documento	Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual	Secretaria de Educação Fundamental Ministério da Educação	Brasília	1997	http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf
Documento	Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: uma experiência de extensão da Universidade Federal de Roraima	UFRR – Universidade Federal de Roraima; OIT – Organização Internacional do Trabalho; Secretaria Internacional do Trabalho; USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional	Brasília	2006	https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233709.pdf

Documento	Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais da saúde.	Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.	Brasília	2010	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ms/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf
Documento	Orientações para a atenção integral à saúde de adolescentes, de ambos os sexos, vítimas de violência sexual.	Ministério da Saúde SUS (Sistema Único de Saúde) Ipas Brasil	Rio de Janeiro	2010	http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_atencao_integral_adolescentes_vitimas_violencia_sexual.pdf
Fluxo	Fluxo de atenção a criança e ao adolescente e atuação em rede na exploração sexual	Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Sem data	https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CIJ/2018/Enfrentamento_ao_Trabalho_Infantil/explora%C3%A7%C3%A3o_sexual- pdf.pdf
Fluxo	Fluxo de proteção de crianças e adolescentes nos megaeventos	CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan Secretaria de desenvolvimento Social e combate à pobreza	Bahia	Sem data	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cedeca_ba/fluxo_atendimento_megaeventos_cedeca.pdf
Folder	Crianças e adolescentes mais protegidos contra violências – LEI 13.431/2017 – Garante escuta protegida e evita revitimização	CHILDHOOD	São Paulo	Sem data	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/crianca_adolescente_folder_childhood2017.pdf
Folder	18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao abuso e a exploração de crianças e adolescentes – Violência sexual contra crianças e adolescentes – Denuncie - Faça sua parte!	Instituto Marista de Assistência Social	Brasília - DF	2013	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/marista/fasciculo_18maio2013.pdf
Folder	Violência Sexual de Criança e Adolescente é crime!	Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul NUDECA – Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Mato Grosso do Sul	2019	http://www.defensoria.ms.gov.br/images/cartilhas-folders-icons/Folder_Viol%C3%Aancia_Sexual_2019_-_NOVO_ENDERECO-girado.pdf
Folder	Notificar é cuidar: notifique os casos de violência	COVISA (Coordenação de Vigilância em Saúde) SUS (Sistema Único de Saúde)	São Paulo	2009	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/notificar_e_cuidar_folheto_1259687914.pdf

Folder	18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao abuso e a exploração de crianças e adolescentes	Instituto Marista de Assistência Social	Brasília - DF	2012	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/marista/fasciculo_18maio2012.pdf
Guia	Abuso Sexual – Mitos e Realidade. Por quê? Quem? Como? O que?	ABRAPIA – Coleção Criança Carinho	Brasília - DF	2002	http://www.andi.org.br/documento/abuso-sexual-mitos-e-realidades-por-que-quem-como-o-que-cartilha
Guia	Atendimento integrado a crianças vítimas ou testemunhas de violência no planejamento plurianual dos municípios e estados brasileiros 2018-2021. Implementando a Lei 13.431/2017.	CHILDHOOD BRASIL	São Paulo	2017	https://www.childhood.org.br/publicacao/atendimento_integrado.pdf
Guia	Sexualidade NÃO é violência. Saiba entender, conduzir situações e diferenciar. Guia rápido para Educadores, Conselheiros Tutelares, Assistentes Sociais, Profissionais de Saúde e outros interessados.	Instituto de Saúde. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	São Paulo	2018	http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/homepage-new/outros-destaques/violencias/cartilha_sexualidade_nao_e_violencia_final_2018.pdf
Guia	Guia de atendimento – Criança e adolescente vítimas de violência doméstica, sexual e outras violências na atenção primária à saúde.	SUS – Sistema Único de Saúde. Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte	Belo Horizonte - Minas Gerais	2013	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/xtras/guia_crianca_violencia2013.pdf
Guia	Guia de Referência – Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual	CHILDHOOD - Instituto WCF Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação	São Paulo	2009	https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-redes-de-protecao--construindo-uma-cultura-de-prevencao-a-violencia-sexual.pdf
Guia	Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes	Editora Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR	Brasília	2011	http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf

Guia	Escuta de Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual- Aspectos Teóricos e Metodológicos. Guia para Capacitação em Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes	Childhood do Brasil UNICEF Universidade Católica de Brasília	Brasília - DF	2014	https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf
Guia	Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência	Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves); Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP); FIOCRUZ; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Ministério da Justiça.	Rio de Janeiro	2001	https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/maustratos_sbp.pdf
Livro	Ação Proteção: Experiências e Aprendizagens em um projeto de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	Fundação Telefônica	São Paulo	2013	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pro_menino/acao_e_protecao_fundacao_telefonica_2013.pdf
Livro Infantil	PIPO E FIFI	Autora: Caroline Arcari Ilustração: Isabela Santos- Editora CORES	Brusque - Santa Catarina	2013	https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas
Manual	Refazendo laços de proteção. Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores.	CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF - Brasil	São Paulo	2006	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/refazendo_lacos_sjc_net.pdf
Manual	Manual de Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência	Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra criança e adolescente. Conselho Federal de Medicina Sociedade de Pediatria de São Paulo	Brasília - DF	2011	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/xtras/manual_atendimento_vitimas_spsp_2011.pdf
Manual	Manual de Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência	Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra criança e adolescente. Conselho Federal de Medicina Sociedade de Pediatria de São Paulo	Brasília - DF	2018	https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/LIVRO_FINAL-Manual_de_Atendimento_as_Criancas_e_Adolescentes_Vitimas_de_Violencia-

					compressed.pdf
Manual	Enfrentamento dos maus-tratos contra a criança e o adolescente – Manual do profissional da educação para identificação e conduta	Hospital Pequeno Príncipe – Núcleo de Epidemiologia	Curitiba - Paraná	2012	http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/noticias_2012/ppbr_manualpratodavida_educacao_miolo_OK.pdf
Manual	Violência na infância e adolescência – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em situação de risco para a violência. Manual de atendimento – Volume I	Prefeitura Municipal de Curitiba. Sociedade Paranaense de Pediatria – SPP Conselhos Tutelares de Curitiba	Curitiba - Paraná	2002	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pmc/rede_de_protecao_de_ctba.pdf
Manual	Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores	Prefeitura Municipal de São José dos Campos CENPEC: Childhood – Instituto WCF Brasil	São José dos Campos	2006	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/refazendo_lacos_sjc_net.pdf
Manual	Manual para atendimento às vítimas de violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	Brasília - DF	2009	http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuaacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/Manual_de_atendimento_as_vitimas_de_violencia_na_rede_de_saude_publica_do_df_secretaria_de_saude_do_df_2009.pdf
Plano	Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes	CONANDA Comitê Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes -Governo Federal-Brasil	Brasília	2013	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf
Plano	Plano Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.	Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. (CMESCA)	São Paulo	2008	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/crianca_e_adolescente/arquivos/plano_municipal.pdf

Plano	Plano Regional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes	LIGA Boqueirão Mistério Público, Defensoria Pública e tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	Boqueirão - Paraná	2019	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/planos_municipais/plano_de_enfrentamento_a_violencia_sexual_liga_do_boqueirao_2019.pdf
Plano	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.	CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social)	Brasília	2006	https://www.mds.gov.br/web/arquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf
Plano	Plano Estadual Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado de Tocantins 2016-2026	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/TO	Palmas - Tocantins	2015	https://central3.to.gov.br/arquivo/463647/
Programa	PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: Enfrentamento e Crítica-Caderno de textos.	Universidade Federal do Mato Grande do Sul	Campo Grande - Mato Grosso do Sul	2011	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/xtras/violencia_sexual_sp_enfrentamento_e_critica_2011.pdf
Protocolo	Protocolo de Atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência do município de Foz do Iguaçu	Itaipu Binacional	Foz do Iguaçu	2016	http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/imprensa/2017/Cartilha_ProtocolodeAtendimento_Foz.pdf
Protocolo	Protocolo de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência – uma abordagem interdisciplinar na saúde	Coordenadoria Estadual de Saúde da Criança	Pará	Sem data	http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/protocolo_atencao_criancas_vitimas_violencia.pdf
Protocolo	REDE PROTEGE Protocolo de fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	Promotores de Justiça de Várzea Grande Ministério Público do Estado de Mato Grosso Ministério Público do Estado de Mato Grosso	Várzea Grande - Mato Grosso	2019	https://transparencia.mpmt.mp.br/uploads/201/320/protocolo_atendimento.pdf
Protocolo	Protocolo Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual no município de Santa Bárbara d'Oeste	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste. Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Promoção Social Secretaria Municipal de Educação	Santa Bárbara d'Oeste São Paulo	2018	http://www.santabarbara.sp.gov.br/v5/downloads/protocolo-integr-atend-vitimas-violencia-sexual.pdf

Protocolo	Protocolo do fluxo de atendimento intersetorial e interinstitucional no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente	SEMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social SUAS – Sistema Único de Assistência Social CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Birigui - São Paulo	2018	http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/controlado/arquivo/cmdca.pdf
Protocolo	Protocolo de proteção à mulher, criança e adolescente vítimas de violência sexual, doméstica e intrafamiliar	Prefeitura do Município de Maringá	Maringá - Paraná	2012	http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/c329667b0913.pdf
Relatório	Relatório de Atividades CEIJ 2017.	Poder Judiciário-Tribunal de Justiça de Santa Catarina. CEIJ - Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude	Florianópolis/ Santa Catarina	2017	http://abraminj.org.br/Painel/arquivos/relatorio_ceij_tjsc_2017_pdf.pdf
Relatório	CHILDHOOD – pela proteção da infância. Relatório de atividades 2018.	Childhood.org.br	São Paulo	2018	https://www.childhood.org.br/relatorios/Childhood_RA_2018.pdf
Relatório	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Balanço anual – Disque Direitos Humanos- 100 - Relatório 2018.	MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos- Esplanada dos Ministérios - Brasília	Brasília-DF	2019	https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/Disque_Direitos_Humanos.pdf
Relatório Técnico	Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas	Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Brasília	2018	https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf
Revista	Turminha da justiça: ouvindo a criança e o adolescente. Depoimento especial.	Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul. Poder Judiciário.	Rio Grande do Sul	Sem data	http://www.tjrs.jus.br/abuso-criancas-adolescentes/doc/cartilha-ouvindo-crianca-adolescente.pdf

Fonte: Elaborado pela pesquisadora/2019

APÊNDICE F – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Levantamento dos dados pessoais do aluno (a): idade, ano, professora, período em que estuda, se realiza outras atividades em outro turno escolar, se tem irmãos na escola ,se há participação da família no acompanhamento escolar, etc.

- 1.Como é sua interação com os colegas nas atividades dirigidas e brincadeiras?
- 2.Como é sua participação nas atividades propostas pela professora?
- 3.Características comportamentais com os colegas e com a professora.
- 4.Qual sua reação quando é contrariada pelos colegas e pela professora?
- 5.Verbaliza sentimentos e emoções?
- 6.Verbaliza situações do ambiente familiar?
- 7.Como reage aos comandos da professora?
- 8.Solicita atenção da professora?
- 9.Pede ajuda quando necessita?
- 10.Tem relação espontânea com a professora e demais funcionários da escola?
- 11.Cria brincadeiras ou conversas paralelas nos momentos de atividades dirigidas pela professora?
- 12.Demonstra satisfação ao realizar as tarefas?
- 13.Como reage às observações da professora referente às atividades realizadas?
- 14.Respeita os acordos estabelecidos?
- 15.Verbaliza situações que remetem ao abuso sexual sofrido?
16. Características do seu desempenho acadêmico, isto é, tem facilidade/dificuldade na apreensão do conteúdo e atividades propostas pela professora?
17. Caso tenha dificuldades de assimilação do conteúdo, qual estratégia utiliza para tentar sanar suas defasagens?
18. Como é seu desempenho escolar com relação aos colegas de classe?
19. Possui algum comportamento muito diferenciado aos colegas da classe e condizente à sua faixa etária?
20. Há participação da família em suas tarefas escolares?

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO NORTEADOR PARA ENTREVISTA COM TODOS OS ALUNOS DE CADA TURMA PESQUISADA, APÓS REALIZAÇÃO DO DESENHO DA FAMÍLIA

1. Com quem você mora?
2. Você brinca? Do que mais gosta de brincar? Onde brinca? De que não gosta de brincar?
3. Com quem você mais conversa na sua casa? Com quem mais brinca? Recebe carinho?
4. Você assiste TV? Qual programa de TV que mais gosta e o que menos gosta?
5. Qual a cor da sua pele?
6. O que mais gosta de comer? O que não gosta de comer?
7. Quem dá bronca em você na sua casa?
8. Você já apanhou? De quem? Por que?
9. Qual matéria (lição) que mais gosta? E qual não gosta?
10. Qual a música que mais gosta? E qual a que menos gosta?
11. O que você mais gosta de fazer na escola? O que menos gosta de fazer na escola?
12. O que mais gosta de fazer fora da escola? O que você não gosta de fazer fora da escola?
13. Você tem algum apelido? Qual? Quem deu? Por que?
14. Você sente alguma dor? Aonde?
15. Usa óculos? Já usou?
16. Você tem religião? Qual? Você frequenta a igreja? Templo, etc?
17. Já sabe ler e escrever? Bem ou mais ou menos?
18. Qual a sua maior dificuldade na escola?
19. Você come na escola? Traz lanche de casa? O que mais gosta de comer e o que menos gosta?

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDUCADORES DAS TRÊS UNIDADES ESCOLARES

Folha 1:

1. Disciplina _____
2. Ano/turma _____
3. Sexo: () Feminino () Masculino
4. Idade _____
5. Formação
Graduação em _____
Especializações _____
6. Qual seu tempo de exercício no magistério? _____
7. Qual sua religião? _____
8. Qual a cor da sua pele? _____

Folha 2:

9. Já ouviu de algum aluno(a) relato sobre violência contra criança?

() Sim () Não Quem praticou a violência? _____

Qual o tipo de violência?

- () violência física _____
- () violência psicológica _____
- () violência sexual _____
- () violência presencial _____
- () negligência ou abandono _____
- () violência na rede _____

10. Qual foi sua atitude diante a situação relatada? Por quê?

- () silenciou _____
- () comunicou a algum colega professor? _____
- () comunicou à equipe gestora da escola? _____
- () outra? _____

11. Já recebeu ou buscou informações sobre a violência contra crianças e adolescentes?

- () sim Onde? _____
- () não

12. Você tem ou teve acesso a materiais formativos, como cartilhas, manuais que tratam sobre a violência contra crianças, mais especificamente a violência sexual?

- () sim . Quais? _____
- () não

13. Conhece o disque 100?

- () sim () não

14. O tema da violência contra crianças e adolescentes é abordado nas formações aos professores (JEIF, reuniões pedagógicas, cursos em DRE, etc)

- () sim. Em quais formações? _____
- () não

15. Você já participou de alguma formação sobre violência contra criança ou adolescente?

() sim. Onde? _____

() não

16. Você tem interesse em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual?

() Sim

() Não. Por que? _____

17. Você acha que o tema da violência sexual deveria ser abordado na escola? Caso afirmativo, por quem? Como?

() sim _____

() não

18. Você teria segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos?

() Sim () Não

Por que? _____

19. Você teria segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família de seus alunos?

() Sim () Não

Por quê? _____

20. Qual a sua percepção, quando as pessoas no ambiente profissional, familiar e social abordam o tema da violência sexual:

() as pessoas não falam sobre isso

() as pessoas falam de maneira superficial

() falar sobre isso é tabu

() as pessoas querem falar sobre a assunto

() outros _____

21. Existe tabu ao abordar a violência sexual?

() Sim. Porque _____

() Não. Porque _____

22. No Brasil existem mecanismos de denúncia para violência contra criança, incluindo a sexual. Se soubesse de alguma situação em que uma criança está sendo submetida à violência, você faria a denúncia? Onde? Como?

() Sim. Porque _____

() Não. Porque _____

23. Qual a sua reação, a partir do momento em que fica sabendo que alguma criança está sofrendo ou sofreu abuso sexual:

() medo () revolta () tristeza () omissão () denuncia

() insegurança () outros _____

24. Você já teve contato com o conselho tutelar? Caso afirmativo, ficou satisfeito (a) com os procedimentos e encaminhamentos do conselho tutelar? Porque?

() Sim _____

() Não

25. Você conhece algum programa de prevenção à violência contra criança, especificamente a violência sexual, realizada pelos governos municipal, estadual ou federal?

() Sim. Quais? _____

() Não

26. Em sua opinião, quais as causas da violência contra criança?

27. E quais as causas da violência sexual contra crianças?

28. Graciliano Ramos, em seu conto autobiográfico (O cinturão), relata a violência física e psicológica que sofreu aos quatro ou cinco anos de idade. Você lembra de alguma violência sofrida quando criança?

() Sim. Qual? _____ Idade? _____

() Não

28. a. Em caso afirmativo, qual seu sentimento e pensamento com relação à violência sofrida? _____

29. Com relação às modalidades de violências, assinale as que você já foi submetido(a) independente da idade, se quiser, descreva a situação (quem a efetivou e qual idade você tinha)

() violência física _____

() violência psicológica _____

() violência sexual _____

() violência presencial _____

() negligência ou abandono _____

() violência na rede _____

30. O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes?

APÊNDICE I – RESPOSTA À QUESTÃO 16

Questão 16: “Você tem interesse em participar de formações que tratem sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, incluindo a violência sexual?”

SIM	NÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Relatos cotidianos de alunos apontam a necessidade de buscar informações; - Porque trabalho com crianças; - Para me auxiliar em minha prática pedagógica diária; - Por se tratar de um tema pertinente à realidade de muitos; - Acho que é um assunto importante e tenho facilidade de abordar certas temas, sou tipo “mãe” que dá conselhos; - Para solução da situação; - Em decorrência dos inúmeros casos com que nos deparamos; - Porque diariamente estamos envolvidos com situações referentes ao tema; - Por estar diretamente envolvida na escola com este público e como cidadã; além de me interessar pelo tema; - Para poder identificar e ajudar a vítima de alguma forma; - Para saber auxiliar; - Para estar atenta, denunciar quando preciso; - Para saber lidar com esse tipo de situação; - Por se tratar de um tema delicado; - Para ter mais conhecimento sobre o assunto; - Para saber que atitude tomar; - É importante ter conhecimento para lidar com as situações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Tema que traz angústia, não gosto e não me sinto à vontade; - Porque é muito difícil processar o agressor; - Por se tratar de um tema delicado; - Devido minha dinâmica pessoal; - Porque no momento trabalho longe e não daria para conciliar. - Existem órgãos competentes para tratar o assunto; - Tenho temas de maior interesse; - Acumulo cargos.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Por fazer parte também do ambiente escolar;- Para saber atuar nos casos que ocorrerem na escola;- É um tema importante. Convivemos com a violência o tempo todo;- Importante para ajudar;- Assunto de todos;- Porque é importante para saber como agir em alguns casos e ao ouvir relatos de alunos;- Para aprofundar os meus conhecimentos sobre o tema e poder auxiliar adequadamente os que necessitam;- Para conhecimento;- Porque todo conhecimento é válido para ampliar os cuidados;- Para proteger o menor que está em risco. | |
|--|--|

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE J – RESPOSTAS À QUESTÃO 17

**Questão 17: “Você acha que o tema da violência sexual deveria ser abordado na escola?
Caso afirmativo, por quem? Como?”**

POR QUEM?	COMO?
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com formação; - Por especialistas no assunto; - Pelos professores em horário de formação; - Por todos os professores; - Pela Coordenação Pedagógica em parceria com agentes de saúde; - Profissional com conhecimento; especialistas; - Por todos os integrantes da escola: professores, gestão, alunos, funcionários, pais e comunidade; - Por profissionais qualificados; - Pelo professor, porque quando ele está preparado para lidar com o problema, pode encorajar a vítima, criança ou adolescente que se esconde por medo e vergonha; - Por psicólogo e promotor de justiça; - Na formação pelos coordenadores e em sala de aula pelos professores; - Em parceria com profissionais da saúde; - Por todos os envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos; - Por qualquer professor preparado para abordar de forma não agressiva este assunto tão doloroso; 	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras com especialista; - Reuniões; - De uma forma que esclareça que é preciso denunciar, nunca calar; - Formação com professores e gestão; - Debates com os estudantes; - Prevenção e orientação; - Vídeos e filmes; - Projetos; - Nas JEIFs, reuniões de pais e pedagógica; - Pessoas com formação; - Informações e orientações; - Formação em PEA,; aliar ideias e práticas efetivas em sala de aula;

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE K – RESPOSTAS À QUESTÃO 18

Questão 18: “Você teria segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos”?

Por que sim	Por que não
<ul style="list-style-type: none"> - Porque tenho com meus alunos uma relação de afeto. Procuo deixa-los seguros e proporcionar-lhes autonomia. Sou ouvinte e expectadora deles. - Por ser uma temática comum à maioria e em diversos campos; - Para alerta-los; - Não ponho tabus ou tenho constrangimentos em abordar tais temas; - Pela urgência da necessidade; - Procuo abordar sempre, pois meus alunos deficientes intelectuais têm dificuldades com o assunto. Existe certa ingenuidade e eles são erroneamente tratados como eternas crianças; - Porque muitos estão vivenciando esse drama e não tem oportunidade de se colocarem; - Porque como educador preciso entender e detectar para trabalhar a proteção deste aluno; - Porque as crianças precisam ser conscientizadas; - Costumo abordar o tema “violência” em minhas aulas e temos conversas abertas sobre o assunto; - Tenho bom diálogo com eles; - Por ter histórico de casos na minha família; - É um tema transversal, da realidade da nossa sociedade contemporânea; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não possuo informações suficientes; - Por não ter estrutura psicológica para lidar com esse tema e ao saber que alguns deles (alunos) são vítimas; - Não me sinto preparada . Falta conhecimento de como lidar; - Não é fácil abordar esse tema; - Por não ter segurança em abordar o tema se necessário; - Assunto delicado que gera polêmica; - Me sinto despreparada; - Não domino o assunto; - Receio não saber abordar adequadamente; - Me sinto insegura em relação à reação das famílias; - Não tenho preparo psicológico suficiente para lidar com a questão; - Sofro muito com as dores de outras pessoas; - Não tenho preparo e conhecimento aprofundado e suficiente no assunto; - Posso ser mal interpretado; - Preciso saber mais sobre o assunto e qual melhor forma de abordar tal assunto com os alunos; - Não me sinto preparada para abordar um tema tão complexo e profundo como este; - Fico preocupada com as consequências; - Pela pouca disponibilidade da família; - Assunto delicado e eu poderia ser mal interpretada; - Medo de ser perseguida futuramente;

<ul style="list-style-type: none"> - Porque tenho liberdade em falar com eles; - Sempre quando eles me trazem algo sobre o assunto, abro uma roda de conversa para esclarecer dúvidas e aconselhar; - Porque acho de extrema importância tratar sobre, respeitando as especificidades e “tempo” de cada criança; - Em 2015 fui procurada por uma aluna após uma etapa de um projeto chamado “Medo”, cujo tema do dia contemplava esse assunto; - Já falei com eles de vários casos; - Não tenho conhecimento, mas se for muito necessário converso; - Assunto do cotidiano, da realidade dos alunos; - Relatos que abordam algum tipo de violência são recorrentes nas produções plásticas dos estudantes; - Porque faz parte da vida a sexualidade e começaria pelos pais; - Para que a criança tenha conhecimento para se proteger e entender o ato da violência e levar ao conhecimento de um adulto que possa intervir e proteger; 	<ul style="list-style-type: none"> - É um assunto muito difícil de abordar, tem que ter muita segurança e tato ao tratar o assunto; - Por falta de formação e informação; - Acho um tema complicado, pois me faltam informações mais consistentes; - Não domino o assunto; - Não tenho embasamento suficiente para abordar o assunto e tenho receio de ao invés de ajudar, prejudicar; - Assunto muito complicado; - Por envolver religião; - Este assunto me deixa desconfortável; - Eu gostaria de abordar, mas acho que tenho que entender os meandros do assunto para saber abordar; - Porque muitos não estão abertos ao assunto; - Este assunto me deixa desconfortável; -
--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE L – RESPOSTAS À QUESTÃO 19

Questão 19: “Você teria segurança e facilidade em abordar o tema da violência sexual com a família dos seus alunos”?

Por que sim	Por que não
<ul style="list-style-type: none"> - Porque procuro transmitir aos pais a segurança de estar não apenas letrando e alfabetizando seus filhos, mas sim que estou ajudando-os na formação de seus filhos. Cuidar e educar caminham juntos; - Para esclarecer sobre o quanto a violência pode impactar na vida da criança; - Para que estejam cientes que nós professores estamos aqui também para proteger a vida das crianças; - Em se tratando do meu público, acho importante tratar da violência e da sexualidade, pois existe um mito de que alguns deficientes tem a sexualidade exacerbada; - Porque precisam ouvir o que é certo ou errado perante suas atitudes e nós professores somos necessários à essas abordagens; - Me sinto na responsabilidade de orientar as famílias; - Porque é um assunto importante e necessita da abordagem para conscientização; - Histórico de casos na minha família; - Sempre busquei parceria, comunicação com os pais. Isso é um elo forte no ensino, na educação formal; - Já abordei o tema em reunião; - Porque penso no bem estar das crianças e dos adolescentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Acredito não estar preparada e com o conhecimento necessário; - Com a família o diálogo fica mais complicado; - Por não achar a situação fácil de lidar. Precisaria ser amparada, ter auxílio de alguém; - Precisaria de capacitação; - Por não ter certeza absoluta se o aluno sofre ou não violência; - Não tenho base e fundamentos para abordar o assunto; - Me sentiria insegura com a reação das famílias; - Porque me sinto mais à vontade com os alunos; - Por ser um assunto muito delicado e não ter certeza dos fatos; - Por falta de formação e informação; - Não conheço a realidade das famílias; - Acho um tema complicado, pois me falta informações mais consistentes; - Não domino o assunto; - Assunto muito difícil; - A família poderia receber esse assunto de forma negativa, atrapalhando minha rotina de trabalho; - Não me sinto à vontade e nem preparada;

<ul style="list-style-type: none">- Porque os responsáveis necessitam se posicionar e tomar providências para que não mais ocorra;- Como medida protetiva;- É de extrema necessidade e alguém precisa fazê-lo;	
--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE M – RESPOSTAS À QUESTÃO 21

Questão 21: “Existe tabu ao abordar a violência sexual? Por quê?”

Por que sim	Por que não
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas acreditam ser um assunto delicado; - As pessoas ficam desconfortáveis ao se expor ou sentem que estão expondo aos demais envolvidos; - Resistência das famílias em abordar o assunto; - Não é fácil expor a humilhação sofrida; - A sociedade ainda perpetua preconceitos como misoginia, machismo e homofobia e tendem culpabilizar as vítimas; - Existe o medo e o trauma associado ao abuso; - Acredito que por se tratar de um assunto que envolve muitas questões religiosas e culturais. - Falta de informação; - Falar de sexo é tabu em qualquer situação; - Insegurança em abordar o assunto; - Ninguém quer falar sobre o assunto; - Tema que traz desconforto; - As pessoas confundem sexo com violência sexual; - Acreditam ser um tema delicado; - Porque acontece com pessoas próximas; - As pessoas não estão preparadas; - Muitas pessoas tem medo de falar sobre isso; - As pessoas ficam intimidadas; - Medo de se expor; - As pessoas sentem medo do tema; - Assunto que causa revolta e tristeza; 	<ul style="list-style-type: none"> - Infelizmente é algo que está acontecendo e muito se discute; - Já é falado na mídia; - Muitas pessoas sentem necessidade de divulgar os casos que conhecem; - É comum, mas ninguém consegue fazer algo; - É um assunto presente nos relatos de nossas crianças; - Ultimamente, devido ao grande número de casos e denúncias, muitos estão cientes de que infelizmente esse tipo de violência existe.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Para não criar problema com a família;- Assunto de difícil abordagem;- Falta de conhecimento;- A sexualidade é vista como “pecado”, “sujeira” a partir de crenças religiosas;- Infelizmente fica difícil aferir a verdade sobre o caso;- É um assunto que intimida e incomoda;- Nem todos estão preparados para falar;- Por ser uma questão delicada, agressiva demais aos envolvidos;- Assunto pouco comentado;- O problema é sempre do outro;- As pessoas tem medo do que podem enfrentar;- Às vezes falam, mas não sabem que atitudes tomar perante a situação;- Tema que sempre gerou medo, de geração em geração;- É um crime, difícil de ser identificado. Tem machismo implícito ao se tratar dos casos;- Por ser um tema constrangedor;- Existe certa resistência por parte da família em acreditar no relato da criança e do adolescente;- É uma situação onde a confirmação só acontece de fato incluindo outros órgãos – saúde pública;- Muitos não gostam de falar sobre o assunto;- É uma situação muito encoberta;- É uma questão cultural;- A sociedade precisa estar preparada para que este assunto seja abordado com tranquilidade, sem tabu.- Por vergonha, timidez; | |
|--|--|

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Apesar de toda liberação, sexo é tabu;- Por ser muito delicado;- Por questões morais e sociais;- Por ser um assunto “forte”;- Por ser assunto velado;- As pessoas não expõem os acontecimentos nem para orientar;- Alguns pais acham que falar sobre sexo estimula seus filhos;- Por ser um tema que culturalmente é restrito e político;- Talvez a preocupação de estar vivenciando;- Por questões pessoais, culturais e religiosas;- É visto como imoral. | |
|---|--|

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE N– RESPOSTAS À QUESTÃO 22

Questão 22: “No Brasil existem mecanismos de denúncia para violência contra criança, incluindo a sexual. Se soubesse de alguma situação em que uma criança está sendo submetida à violência, você faria a denúncia? Onde? Como? Por que? ”

Porque sim	Porque não
<ul style="list-style-type: none"> - Se eu me calar estarei sendo conivente; - Levaria à equipe gestora; - Caso fosse fora do meu ambiente de trabalho ligaria para a polícia; - É uma situação revoltante e injusta; - Ligaria para o Disque 100, Conselho Tutelar e Polícia; - Para proteção da criança; - Porque é crime! É desumano! - Me sinto responsável por qualquer criança. Faria um boletim de ocorrência nas autoridades competentes; - Buscaria informações de como proceder; - Faria denúncia anônima; - Na escola procuraria a gestão, fora da escola procuraria os meios legais; - Porque já aconteceu na minha família; - Não devemos ser omissos com tal crueldade, procuraria as autoridades competentes; - Porque a pessoa precisa ser punida; - Quando me calo sou conivente; - Jamais seria omissa com uma situação dessas; - Alguém precisa ajudar e defender as crianças; - Procuraria informações para melhor ajudar; - Porque é um absurdo esse tipo de violência; - Não sou o tipo de pessoa que se cala ou se 	<ul style="list-style-type: none"> - Tenho receio de ser identificada; - Não faria denúncia, orientaria alguém da família.

<p>omite;</p> <ul style="list-style-type: none">- Não podemos deixar as crianças nesta situação;- A criança deve ser protegida sempre;- Denunciaria ao Conselho Tutelar porque “acho” que conhecem os caminhos para impedir que os abusos continuem;- Não acho certo saber de uma violência e me calar. Existem leis que protegem a criança contra a violência;- O combate à violência acontece quando existe denúncia que pode ser à gestão escolar ou ao Conselho Tutelar;- Pelo direito da criança à vida e de ser feliz;- É preciso combater essa prática;- Seria o mais correto, caso contrário eu seria conivente com a situação;- A criança não tem como se defender, precisa de um adulto que interceda por ela. Eu faria denúncia anônima no Disque 100;- Talvez a minha denúncia fosse a única opção da criança;- Para preservar, ajudar e socorrer a vida da criança. Denunciaria pelo telefone e se precisar de outros meios;- É nosso dever quanto cidadão, pessoa de bem, ajudar quem necessita. Violência é crime;- Esta criança precisa ser protegida;- Para tentar resgatar a criança. Se for alguma criança na escola, conversaria a equipe gestora;- Não podemos ser coniventes. Faria denúncia na polícia;- Acaba com “vidas”. Faria denúncia no Conselho Tutelar;	
---	--

- É necessário quebrar o silêncio e a impunidade.	
---	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE O – RESPOSTAS À QUESTÃO 24

Questão 24: “Você já teve contato com o conselho tutelar? Caso afirmativo, ficou satisfeito (a) com os procedimentos e encaminhamentos do conselho tutelar? Por quê”?

Ficou satisfeito (a)	Não ficou satisfeito (a)
<ul style="list-style-type: none"> - Tive contato em diferentes situações, em algumas fiquei satisfeita em outras não, dada a imobilidade de alguns conselheiros; - Fiquei satisfeita, pois o Conselho agiu rapidamente; - Em alguns casos foi essencial nos encaminhamentos; -Fui atendida em caso escolar; - Tive contato porque uma família era negligente com a criança, o aluno era mal cuidado e sofria violência psicológica e física. Fiquei satisfeita com os encaminhamentos; - No caso que presenciei e testemunhei, o adulto responsável pela violência foi afastado do convívio com o menor; - Naquele momento fiquei satisfeita. Atenderam ao meu chamado e o caso foi tratado por eles; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não houve encaminhamento para o caso; - Não souberam lidar com determinadas situações; - Acho o atendimento superficial; - Nunca temos o retorno dos encaminhamentos dados; - Senti que os conselheiros não estão preparados para o trabalho, falta formação; - Não colabora muito; - Houve omissão em relação ao acompanhamento do caso; - Não tomaram nenhuma atitude; - Os conselheiros, na maioria, não possuem formação e não são comprometidos; - Nunca fiquei satisfeita. Várias vezes os acionei e não resultou em nada; - Nem sempre agem de forma rápida e eficaz; - Não sei se é um órgão competente e confiável. Tenho dúvidas; - Devido à morosidade e limitação de alcance do Conselho Tutelar; - nem sempre há encaminhamentos com soluções; - É muito demorado, geralmente não resolvem a situação; - Penso que ainda há muito a ser feito; - Um caso de violência sexual encaminhado. Demais denúncias sem soluções; - O Conselho Tutelar não tem estrutura e poucos conselheiros para a demanda; - Não há retorno das ações tomadas por eles, acho que não tem preparo suficiente;

	<ul style="list-style-type: none">- A situação não foi resolvida;- Não fiquei satisfeito, eles não tem estrutura para lidar com a demanda;- Não satisfeita pois há omissão por parte dos órgãos competentes num efetivo serviço à vítima.
--	---

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE P – RESPOSTAS À QUESTÃO 26

Questão 26: “Em sua opinião, quais as causas da violência contra criança?”

Em sua opinião, quais as causas das violências contra criança?
<ul style="list-style-type: none"> - Uso abusivo de álcool e drogas; - Falta de conhecimento; - Acredito que pelo fato das crianças serem vulneráveis e não oferecerem resistência e meio de defesa, facilitam o abuso e agressão; - Vulnerabilidade da criança, expostas em situação de risco; - Família e sociedade desestruturadas; - Aspectos psicossociais; - Distúrbios psiquiátricos e desvio de caráter; - Fator cultural; - A certeza da impunidade com leis que não são cumpridas; - Descaso das autoridades; - Cultura familiar muito relacionada a valores que enxergam a infância de maneira diferente daquela preconizada pelo ECA; - Covardia, ignorância; - A omissão é a maior causa para continuar acontecendo a violência contra crianças; - Acredito ser uma questão ampla, que envolve questões sociais, culturais, religiosas (muitas vezes), que perduram há muitos anos; - Adultos com alguma doença mental ou trauma; - Falta de conversa familiar, onde a criança se sinta segura para denunciar; - Falta de amor ao próximo; - A raiva do agressor é descontada na criança; - Falta de formação; - Má índole de algumas pessoas; - Ignorância por parte dos pais ou de quem cuida; - Falta de espiritualidade; falta de temor à Deus; - As crianças são indefesas e muitas pessoas são covardes; - Falta de orientação às famílias com pais despreparados e negligentes; - Sociedade excludente; abuso de poder; - Ciclo de violência (pais que sofreram violência quando criança); projeção dos pais; - Falta de estrutura psicológica dos pais ou responsáveis; - Uso de chantagens;

- Falta de assistência por parte da saúde e educação para informar a população;
- Desequilíbrio emocional, falta de amor e carinho para com as crianças;
- Maldade intrínseca à personalidade;
- Sociedade machista;
- Demonstração de força, impaciência, descontrole e desrespeito;
- Crianças indefesas e desacreditadas;
- Falta conhecimento, formação espiritual e informação;
- Cada caso é um caso com uma causa específica.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE Q – RESPOSTAS À QUESTÃO 27

Questão 27: “ E quais as causas da violência sexual contra crianças”?

- Primeiro a supremacia do mais forte fisicamente sobre o mais fraco. Segundo a negligência familiar e os valores morais que norteiam (ou não) as famílias;
- A submissão e a erotização da mulher da mulher. Muitas mulheres ainda são subjugadas, mães não delatam os companheiros, pois acreditam que ter um homem ao lado é fator primordial e desta forma alguns homens se aproveitam dessa dependência das mulheres;
- As crianças muitas vezes presenciam lugares inapropriados para sua faixa etária, incluindo o acesso a programas de TV e a mídia;
- Vulnerabilidade da criança;
- Falta de Deus, de informação e de estrutura sócio econômica;
- Famílias desestruturadas e omissas;
- Excesso de confiança nos membros da família;
- Drogas, alcoolismo;
- Impunidade, descaso das autoridades;
- Sexualização infantil propagada em certos meios de informação e comunicação;
- Questões sociais, culturais e religiosas;
- Mau uso da internet; facilidade das mídias e redes sociais;
- Fetiche;
- Doença mental do abusador;
- Doença mental do abusador;
- Muitas pessoas são pedófilas;
- Não consigo compreender uma causa para essa situação;
- Desvio de conduta psicológica e sexual;
- Covardia; perversidade e negligência;
- Sociedade desestruturada financeira e emocionalmente;
- Excesso de libido;
- Vivência de atos sexuais dentro do ambiente familiar;
- Falta de amor pela criança abusada;
- Falta de coragem para denunciar os agressores;
- Falta de respeito e ética;
- Miséria;
- Ciclo de violência;
- Doença, patologia, transtornos, desequilíbrio psicológico e emocional do agressor;

- Machismo (o corpo da mulher e da criança é visto como objeto);
- Falta de hábito dos brasileiros em interferir na vida dos familiares;
- Estamos vivendo em uma sociedade de “órfãos de pais vivos”. “Os pais só colocam as crianças no mundo e deixam o governo cuidar e educar, e esse papel não é do governo”.
- Reproduzem o que viveram; projeção do agressor;
- Fragilidade da criança em se defender;
- Os violadores são pessoas doentes e de caráter distorcido, por terem sofrido violência quando crianças.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE R – RESPOSTAS À QUESTÃO 28

Questão 28: “Graciliano Ramos, em seu conto autobiográfico (O cinturão), relata a violência física e psicológica que sofreu aos quatro ou cinco anos de idade. Você lembra de alguma violência sofrida quando criança?”

Qual violência?	Qual idade?	Qual sentimento/pensamento?
Violência Física	<p>“ Apanhei durante toda minha infância e adolescência” (4 aos 17 anos)</p> <p>- Toda infância;</p> <p>“Apanhava da minha mãe quando perdia coisas.” (10 anos)</p> <p>“ Apanhei por causa da minha irmã. Achei injusto, mas hoje me recordo da situação e já passei por situações parecidas, pois sou mãe também e na hora do nervoso você não pensa muito. Não podemos chegar essa hora do descontrole” (9 anos);</p> <p>“ Penso que os pais não conheciam outra forma de punir os filhos, penso que minha mãe queria me ensinar e educar” (10 anos)</p> <p>“ Meus irmãos me batiam quando eu fazia algo errado, pois minha mãe era ausente” (9 anos);</p> <p>“ Meu pais era intolerante, eu apanhava quando fazia coisas erradas. Era normal os pais corrigirem seus filhos com surra” (5 aos 14 anos)</p>	<p>- Revolta, tristeza, medo, dor, raiva, rejeição e inconformismo.</p>

<p>Violência Sexual</p>	<p>- Idade de 4 aos 10 anos “ Acordei com meu tio passando a mão debaixo da minha calcinha” (6 anos); “ Fui abusada por um familiar aos 5 anos e por um vizinho aos 14” (5 e 14 anos); “ Aos 11 nos vi e ouvi minha mãe “transar” com um desconhecido no meu quarto” (11 anos); “ No momento não sabia que tipo de abordagem sofria, hoje me gera revolta” (9 anos) “ Me lembro de ter sofrido abuso sexual do meu pai biológico aos 4 e 5 anos de idade” (4 e 5 anos) “ Um vizinho adolescente pediu para ver minha calcinha. Não contei pra ninguém” (6 anos) “ Havia um tio dos meus primos que os levava doce e sempre queria que eu sentasse em seu colo (9 anos)</p>	<p>- Nojo, medo, revolta, vergonha, indignação, inconformidade e repulsa.</p>
<p>Violência Psicológica</p>	<p>“ Quando repeti de ano a pressão psicológica foi grande” (10 anos) “ Durante minha infância não percebi que era violência psicológica, o que gerou muita culpa. Agora aos 54 anos que procurei ajuda para lidar com questões importantes da minha vida pessoal” (dos 5 aos 10 anos) “ Sofri bullyng dos 8 aos 9 anos” (8 a 9 anos) “ Aos 7 anos, por colegas da</p>	<p>Revolta, tristeza, mágoa, medo, indignação e impotência. “ Quando sofri Bullyng tive o sentimento de prisão, dor e desespero”</p>

	escola” (7 anos)	
Violência Presencial	“ Via meu pai bater na minha mãe” (8 anos)	
Negligência	“ Passei vários dias durante a infância em casa sozinha, sem nada para comer” (10 anos)	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

APÊNDICE S – RESPOSTAS À QUESTÃO 30

Questão 30: “O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes?”

O que a escola pode fazer no combate à violência contra crianças e adolescentes? Sugestões dos educadores
<ul style="list-style-type: none"> - Palestras que abordem o tema; - Enfrentar o assunto, ser mais aberta e acolhedora para que os alunos se sintam confiantes em falar a respeito; - Instruir pais, alunos e também professores para o combate dessas práticas; - Discutir, estudar, alertar, defender crianças e adolescentes; - Ações de mediações de conflito; - Acompanhamento, formações e orientações aos professores; - Denunciar todos os casos de violência; - Atuar como fonte de informação com e para a comunidade; - Buscar ajuda de promotores, vara da infância e adolescência; - Disseminar informações e estimular a discussão entre a comunidade para construir um novo paradigma relativo à cultura infantil; - Criação de projetos, participação de programas, vínculos com a comunidade escolar e a rede de proteção; - Projetos que visam a proteção e prevenção; - Insistir em campanhas mais efetivas sobre o assunto e combater sempre que ocorrer; - Buscar informações, encaminhamentos, parcerias que busque auxiliar e acolher essa criança e adolescente; - Abordar sistematicamente o tema e instrumentalizar os educadores para que a abordagem e encaminhamentos sejam adequados; - Buscar apoio nos órgãos de apoio e combate a violência contra a criança, denunciando; - Deve usar todos os recursos possíveis, especialmente o humano; - Realizar palestras, denunciar, respeitar o aluno e esclarecer os pais; - Projetos que visam à prevenção dessas situações; - Debates e palestras para pais e alunos; - A escola pode fazer o encaminhamento ao Conselho Tutelar e ou para a Vara da Infância e Adolescência; - Reuniões periódicas com as famílias; - Palestras e orientações a pais e alunos;

- Precisamos compreender melhor todo esse contexto de violência;
- Acredito que a escola pode denunciar e cobrar dos órgãos responsáveis uma ação/resposta para ajudar o menor;
- Preparar o grupo para que as atitudes tomadas sejam corretas;
- Denunciar aos órgãos competentes;
- Gostaria de conhecer algum projeto bem sucedido. Desconheço.
- A escola tem que buscar parcerias para saber lidar com o problema e ter profissionais que saibam lidar com esse tipo de problema. Não são todos que saberiam lidar com isso, eu sou uma delas;
- Observar, conversar com a criança em caos de perceber fatos estranhos, chamar a família para esclarecer e em caso de persistência, chamar os órgãos responsáveis;
- Formação, pessoas capacitadas para tratar desse assunto com projetos envolvendo a todos;
- Conscientização com toda comunidade escolar com palestras e debates sobre o tema;
- Parcerias para estudo e orientação para professor/família/escola;
- Procurar pessoas preparadas para conversar com professores e pais;
- A escola pode contribuir com orientações tanto para os profissionais, comunidade, alunos e pais;
- Campanhas educativas e ações que favoreçam uma cultura de paz contra violência contra crianças;
- Muito pouco a escola pode fazer. Ela pode somente informar os órgãos competentes e esperar;
- Ter disponibilidade para o debate do assunto, acompanhando os casos que aparecerem na escola;
- Falar mais sobre o assunto com rodas de conversa, reuniões, encontros e palestras com os alunos e com a família;
- Trazer palestrantes e em seguida, dar continuidade em mini projetos, além de ter um olhar individualizado para cada um;
- Buscar parcerias com os órgãos que tratam do tema e trazer para ser discutido dentro da escola;
- Abordar o tema e tentar alertar as crianças quanto a possíveis agressores;
- Debater, estudar, observar, estar atento a ouvir, fazendo roda de conversa com as crianças e jovens, assistida por um psicólogo;
- Conscientização do adulto do mal que impõe eternamente para essa criança. Conscientização da criança a fim de que denuncie a violência, não permita ser subjugado e não se sinta culpado e/ou acuado;
- Orientar as crianças, adolescentes e seus familiares;
- Atuar de maneira consciente, utilizando formações para instrumentalizar os docentes para o enfrentamento de situações dessa natureza, bem como promovendo momentos de esclarecimento junto à comunidade escolar, família e alunos. Deve ainda realizar encaminhamentos e acompanhar os casos conhecidos. Acima de tudo, cabe à escola prevenir que tais situações se propaguem no ambiente escolar, demonstrando o quão prejudicial é a violência pra a vida do indivíduo.

- Identificar possíveis casos de violência também é uma prática cabível à unidade escolar;
- Trazer pessoas especializadas para tratar sobre o assunto;
 - Valorizar os sentimentos e comportamentos dos alunos;
 - Se preparar, se capacitar e planejar ações com alunos e pais;
 - Aprofundar o conhecimento e debate sobre o assunto;
 - Denunciar o agressor, chamar a família pra conversar, mostrar à criança que ela pode contar com alguém e transmitir-lhe segurança, se possível;
 - A escola pode desenvolver projetos que envolva os alunos a ter voz, relatar os fatos, encaminhar a criança ou adolescente em questão. Denunciar o agressor, levando-o a ser submetido às penalidades que lhe couber;
 - Formação para os professores e respaldo na lei para poder encorajar os alunos a se sentirem acolhidos de verdade;
 - Acompanhamento através das observações, falas e escrita das crianças. Palestras e conversas com os responsáveis;
 - Realizar um trabalho efetivo com pais, crianças e adolescentes;
 - A escola pode orientar, encaminhar e ajudar denunciando os acasos;
 - Orientar as crianças a denunciarem e pedir ajuda a qualquer sinal de violência. Denunciar quando identificar os casos.
 - Trabalhar mais o assunto para que o mesmo deixe de ser um tabu para todos os tipos de violência;
 - Orientar os pais. Ficar atenta aos discursos dos alunos e fazer os encaminhamentos;
 - Ouvir as crianças e adolescentes;
 - Orientar a criança a fazer a denúncia, se for o caso;
 - Reunião formativa com a família;
 - A escola já faz parceria com ONGs, projetos e pesquisadores. Mas este assunto em JEIF é bastante oportuno também;
 - Denunciar e acompanhar o caso;
 - Encaminhar ao Conselho Tutelar e buscar informação e orientação sobre o assunto;
 - Orientar e encaminhar aos órgãos responsáveis;
 - Apoiar a criança, comunicar aos órgãos competentes e convocar a família;
 - Apoio a vítima e denunciar;
 - Prevenção e orientação;
 - Formação para os pais e responsáveis;
 - Trazer especialistas no assunto para realizar palestras para os pais;
 - Denunciar e acompanhar cada situação;
 - Trazer formação para professores e gestão; e informação para as famílias;

- Conscientizar e denunciar os casos que tiver conhecimento;
- Denunciar ao Conselho Tutelar e conversar com os envolvidos;
- Esclarecimento e aumentar a autoestima dos alunos;
- Orientação através de palestras, projetos com participação das famílias, etc.
- Procurar órgãos competentes, fazer os devidos encaminhamentos e conversar com as famílias;
- Acredito que seja orientar e encaminhar os casos;
- Trazer os órgãos públicos para dentro das escolas e cumprirem o seu papel;
- Favorecer encontros, palestra com pais, professores, alunos sobre o assunto e esclarecimentos;
- Estar aberta a conversar sobre o assunto;
- Tirar do papel os projetos voltados a esse assunto e trazer a família e a comunidade para orientá-los.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora 2017/2018

ANEXO – PORTARIA 5552 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

Estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos, na forma que especifica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO:

- o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal;
- o contido na Lei 8.069/90 alterada pela Lei 12.010/09 - Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial nos seus artigos 5º, 13, 53 a 59, 86, 88, 98, 101, 105, 131, 136 e 245;
- o disposto no inciso XI do art. 89 da Lei 11.229/92 - Estatuto do Magistério Público Municipal;
- a obrigação legal do educador em comunicar aos órgãos competentes os casos de estudantes vítimas de violência, abusos, maus-tratos e negligência;
- o papel da escola no efetivo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º - As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão comunicar aos Conselhos Tutelares/autoridade competente os casos de violência, abusos e maus-tratos contra crianças ou adolescentes, observados os procedimentos estabelecidos na presente Portaria.

§ 1º - O Conselho Tutelar, nos termos da legislação em vigor, constitui-se em órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º - Para efeitos legais, considera-se “criança” as pessoas até 12(doze) anos de idade incompletos, e “adolescentes” aquelas entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 2º - O professor ou outro educador da unidade educacional que suspeitar ou confirmar maus-tratos contra criança ou adolescente deverá comunicar, de imediato, o caso de que tenha conhecimento, ao Conselho Tutelar/ autoridade competente sob pena de infração administrativa sujeita à multa nos termos do artigo 245 da Lei 8.069/90.

Art. 3º - A comunicação ao Conselho Tutelar deverá ser realizada por meio do “Termo de Notificação”, ora instituído, conforme constante do Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

§ 1º - O Termo de Notificação terá como objetivo assegurar a efetiva promoção dos direitos dos estudantes pelas Unidades Educacionais da RME, mediante documento padrão contendo relato escrito ao Conselho Tutelar, das situações de risco ou violência a que estejam submetidos os alunos.

§ 2º - O documento, de natureza sigilosa, deverá ser redigido pelo profissional da equipe educacional que teve conhecimento do caso em conjunto com a equipe gestora, nas seguintes hipóteses:

- a) sempre que houver fundada suspeita, evidência, indícios ou relato, de prática de violência, abuso ou maus tratos contra os educandos.
- b) quando constatada negligência, abandono do educando, esgotadas as ações de competência da Unidade Educacional para garantir, especialmente, o direito à educação.

Art. 4º - O Termo de Notificação deverá ser instruído na seguinte conformidade:

I- redigido conjuntamente pela equipe gestora e demais profissionais da Unidade Educacional envolvidos com o fato a ser notificado;

II -relato objetivo dos fatos;

III-protocolado junto ao Conselho Tutelar/ autoridade competente por intermédio de ofício da Unidade Educacional, solicitando, inclusive, o sigilo na identificação da unidade educacional que encaminha o Termo de Notificação;

Parágrafo Único: A equipe gestora deverá:

- a) providenciar o protocolo junto ao Conselho Tutelar/ autoridade competente;
- b) manter em seus arquivos, cópia do Termo encaminhado, para posteriores registros de acompanhamento;
- c) dar ciência da ocorrência à Supervisão Escolar mediante protocolo de cópia do Termo de Notificação;

Art. 5º - Caberá às Diretorias Regionais de Educação por meio do Grupo de Trabalho - Convivência Escolar as orientações sobre a implementação do Termo de Notificação.

Art. 6º - Casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Diretoria Regional de Educação, ouvida, se necessário, a Secretaria Municipal de educação.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO DA Portaria nº 5.552, DE de 04 de setembro de 2012

Arquivo nº 01/05

Arquivo nº 02/05

Arquivo nº 03/05

Arquivo nº 04/05

Arquivo nº 05/05

PORTARIA 5552/12 - SME

RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 05 DE OUTUBRO DE 2012

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:

PORTARIA Nº 5.552, DE 04 DE OUTUBRO DE 2012

Estabelece procedimentos para as unidades educacionais nas comunicações dos casos de violência, abuso e maus tratos aos alunos, na forma que especifica.

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 5.552, DE 04 DE OUTUBRO DE 2012